An abstract painting featuring a central sun-like figure with radiating lines, a face-like shape below it, and various geometric and organic forms in yellow, red, purple, and black. The background is a mix of these colors with black lines and shapes overlaid.

**ESTADO, POLÍTICA E
LUTA DE CLASSES:
Abordagens marxistas num
período de crise orgânica**

Organização:

Gonzalo Adrián Rojas

Laudicéia Araújo

Gonzalo Adrián Rojas
Laudicéia Araújo Santana
(organizadores)

**ESTADO, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES:
ABORDAGENS MARXISTAS NUM PERÍODO DE
CRISE ORGÂNICA**



Campina Grande -PB
2022

E79 Estado, política e luta de classes: abordagens marxistas num período de crise orgânica [livro eletrônico] / Gonzalo Adrián Rojas, Laudicéia Araújo Santana (organizadores). – Campina Grande: EDUFCCG, 2022. 350 p.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-86302-76-9

1. Sociologia Política. 2. Ciência Política. 3. Estado e Política. 4. Estado e Governo. 5. Sociologia. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Santana, Laudicéia Araújo. III. Melo, Naara Queiroz. IV. Título.

CDU 316.334.3(07)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCCG
secretaria@editora.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Prof. Anselmo Ribeiro Lopes
Assessor EDUFCCG

Simone Cunha
Revisão Português

Milena Meira Ramos
Revisão Espanhol

Yasmine Lima
Diagramação

Nivalter Aires dos Santos (pintura que ilustra a capa: Rising Sun de Paul Klee de 1907)
Capa

CONSELHO EDITORIAL
Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PARTE I

ELEMENTOS TEÓRICOS NO MARCO DE UMA ESTRATÉGIA SOCIALISTA

KAUTSKY E DELBRÜCK: APONTAMENTOS TEÓRICOS ENTRE AS
ESTRATÉGIAS DE DESGASTE E ANIQUILAMENTO 21

André Augusto de Paula Barbieri

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO EM MOMENTOS DE CRISE ORGÂNICA:
INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ESTRATÉGIA EM LENIN E LUXEMBURGO 35

Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley

Gonzalo Adrian Rojas

A REVOLUÇÃO RUSSA COMO ESCOLA POLÍTICA NA TEORIA SOCIALISTA
E PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DE J. C. MARIÁTEGUI 67

Danilla Aguiar

Leandro Galastri

LA ODISEA DE MARIÁTEGUI 95

Juan Dal Maso

FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E
COMBINADO E A DIALÉTICA DAS PECULIARIDADES NACIONAIS 127

Nivalter Aires

¿EXISTE UN FEMINISMO SOCIALISTA EN LA ACTUALIDAD?
APUNTES SOBRE EL MOVIMIENTO DE MUJERES, LA CLASE
TRABAJADORA Y EL MARXISMO HOY 143

Paula Varela

PARTE II

ESTADO, CRISE ORGÂNICA E LUTA DE CLASSES: BRASIL, BOLÍVIA E ARGENTINA

A FRAÇÃO RENTISTA DO CAPITAL E A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA NOS GOVERNOS FHC E LULA	175
--	-----

Laudicéia Araújo Santana

CONSTRUÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: POTENCIALIDADES E LIMITES DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL E DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA POPULAR	209
---	-----

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira

Ronaldo Laurentino de Sales Júnior

“(NEO)DESENVOLVIMENTISMO” NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)?	237
--	-----

Eduardo Martins de Brito

CULTURA, ESTADO E POLÍTICA: O USO DA CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE	267
--	-----

José Ferreira Junior

FIM DA OPRESSÃO SOBRE AS NACIONALIDADES INDÍGENAS SOB O CAPITALISMO? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BOLÍVIA NO GOVERNO DE EVO MORALES	285
--	-----

Soraia de Carvalho

LAS CAUSAS DE LA DECADENCIA NACIONAL Y LAS FALACIAS NEOLIBERALES	321
---	-----

Chistian Carlos Hernán Castillo

Esteban Mercatante

APRESENTAÇÃO

A enorme importância prática de uma orientação teórica correta se manifesta de forma mais notável principalmente em um período de conflito social agudo, de rápidas mudanças políticas, de variações abruptas da situação. Nesses períodos, as concepções e generalizações políticas são rapidamente esgotadas e requerem uma substituição total (que é mais fácil) ou sua concretização, sua precisão ou sua retificação parcial (que é mais difícil). É precisamente nesses períodos que surgem como algo necessário todos os tipos de combinações, situações intermediárias, situações de transição, que superam os padrões usuais e requerem atenção teórica contínua e redobrada. Em uma palavra, se na era pacífica e “orgânica” antes da guerra se pudesse viver às custas de algumas abstrações preconcebidas, em nosso tempo cada novo evento necessariamente representa a lei mais importante da dialética: a verdade é sempre concreta.

León Trotsky. *Bonapartismo e fascismo*, 15 de julho de 1934.

Com uma enorme satisfação, apresentamos uma nova coletânea de artigos escritos por integrantes e parceiros do Grupo PRAXIS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais nos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), nos últimos dez anos, a qual se intitula *Estado, política e luta de classes: abordagens marxistas num período de crise orgânica*.

A primeira afirmação que podemos fazer é que o livro expressa um acúmulo e uma continuidade em relação ao primeiro livro publicado pelo grupo de pesquisa, nesta mesma editora, intitulado: *Estado, governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina. A agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social*.

A pesquisa geral de PRAXIS focou os “governos pós-neoliberais” na América Latina no seu momento de maior expressão entre os anos 2003 e 2013, favorecidos pelo conhecido “boom das commodities” que significaram uma mudança nos governos de alguns países da América Latina, sem mudar a estrutura econômica de suas formações econômico-sociais e suas crises. Realizando sempre uma análise crítica destes governos desde uma posição de independência política, dos governos, de qualquer fração burguesa e do Estado também abordamos os conflitos sociais e a relação de diferentes movimentos sociais e políticos, assim como a crise geral do capitalismo no ano 2008, que se expressa com força na América Latina desde 2013 através de crises orgânicas em diferentes formações econômico-sociais e apresenta um giro à direita e à extrema direita na superestrutura política da sub-região, mas também desde 2019, não sem contradições um regresso da luta de classes ao centro da cena política como observamos para mencionar alguns exemplos no Equador, Chile e Colômbia, independentemente de institucionalizações ou desvios posteriores. Os artigos que fazem parte desta coletânea foram escritos na sua totalidade antes da pandemia de COVID-19 o que aprofundou crises econômicas, políticas e sociais que já estavam em curso.

Neste livro, realizamos abordagens teóricas e empíricas que dividimos em duas partes. A primeira parte versa sobre elementos teóricos no marco de uma estratégia socialista; enquanto a segun-

da trata do estado, a crise orgânica e a luta de classes no Brasil, na Bolívia e na Argentina.

Entendemos política, no sentido do termo segundo Nicolai Maquiavel, como luta pelo poder político, como construção de relações de força ao Estado; retomado desde uma perspectiva marxista, em termos gramscianos, como grande política, que tem como objetivo a destruição e a conservação de Estados, por isso incorporamos debates de estratégias em termos socialistas e anticapitalistas.

Continuando neste marco teórico, parece-nos fundamental a diferenciação de sentido entre crise orgânica e crise conjuntural feita pelo fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci. Uma crise conjuntural seria uma crise normal do capitalismo, o que comumente se entende como crise cíclica, em que, depois de um período de expansão, vem um período de retração, mas que permite posteriormente dar um novo impulso e crescimento. Uma crise conjuntural pode até tirar um governo, mas não coloca em questão o Estado nem as formas de dominação política e social. As crises orgânicas são muito mais profundas, são econômicas, políticas e sociais, fazem com que exista uma separação dos cidadãos de suas representações políticas tradicionais e apareçam novos fenômenos políticos, sejam à direita, à extrema direita ou à esquerda. Para Gramsci, a crise orgânica abre a possibilidade de substituir um bloco histórico numa determinada formação econômico-social, uma particular articulação de estrutura e superestrutura amalgamada pelos intelectuais do bloco das classes dominantes, o burguês liberal, por exemplo, por outro bloco histórico, como o operário, o popular urbano ou o camponês, expressão política das classes subalternas.

A crise orgânica em diferentes países na América Latina fechou o ciclo de governos denominados pós-neoliberais à direita e à extrema direita, mas o próprio neoliberalismo senil, comparado

com seus dias de glória na década do 90 com consenso de massas, coloca um limite claro a esses governos. O triunfo de Lopez Obrador no México, assim como a derrota de Mauricio Macri nas eleições presidenciais na Argentina pelo peronista Alberto Fernández, a crescente presença política no país da Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidade (FIT-U), levando à frente uma política parlamentar revolucionária com uns quarenta legisladores nos planos nacional, local e municipal, e uma política institucional mais subordinada a uma estratégia extrainstitucional, se não mostram uma tendência, mostram limites estruturais e políticos a este giro à direita.

Em dois anos o governo peronista de Alberto Fernandez foi derrotado pela aliança de direita *Juntos por el Cambio*, em novembro de 2021, mas o dado político de relevância é também que a FIT-U se instalou como terceira força política nacional, duplicando seu número de deputados federais, obtendo 25% dos votos no estado de Jujuy no norte do país no limite com Bolívia escolhendo Alejandro Vilca deputado nacional um gari de origem kolla, uma deputada pela Cidade Autônoma de Buenos Aires, Myriam Bregman depois de 20 anos e também a Nicolás Del Caño e Romina del Pla na província de Buenos Aires. Neste estado foram eleitos pela primeira vez vereadores em bairros operários e populares da grande Buenos Aires com guarismos perto do 10% dos votos. Em contrapartida uma parte do eleitorado da direita se radicalizou, fortalecendo em Capital e Província de Buenos Aires a extrema direita e continuamos tendo em termos de giro à extrema direita, o Brasil de Jair Bolsonaro como um exemplo claro do processo de bonapartização dos regimes políticos com uma situação política reacionária e consolidação do regime do golpe de 2016.

As condições estruturais do capitalismo mundial criam as possibilidades para emergência de fenômenos políticos a direta

e extrema direita, mas também a esquerda e extrema esquerda. Alberto Fernandez na Argentina e sua submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Luis Arce na Bolívia, é o espelho do que acontece no Peru com Pedro Castillo, o direitizado Daniel Ortega na Nicarágua e o que pode vir acontecer com Xiomara Castro na Honduras e num eventual triunfo de Lula nas eleições de 2022 no Brasil.

Condições estruturais que não permitem sequer políticas sociais compensatórias como nos anos de ouro dos velhos governos ‘pós-neoliberais’ e levando a um rápido fracasso, centro esquerdistas ou reformistas que pretendem conciliar o irreconciliável. Syriza na Grécia e Podemos na Espanha foram antecipações disto. Da mesma forma a revolta não se transformou em revolução nem no Chile nem na Colômbia, e no caso chileno depois do desvio e a institucionalização realizada pela Frente Ampla e o Partido Comunista Chileno permitiu o avanço da extrema direita.

Todos esses debates tanto teóricos como empíricos têm como objetivo pensar uma melhor intervenção na luta de classes.

Na primeira parte do livro - Elementos teóricos no marco de uma estratégia socialista -, o primeiro capítulo, intitulado “Kautsky e Delbrück: apontamentos teóricos entre as estratégias de desgaste e aniquilamento”, escrito por André Augusto de Paula Barbieri, doutorando na Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), tem como objetivo fornecer elementos para pensar a atividade militante no século XXI, embasando-se nos conceitos de estratégia de desgaste e estratégia de aniquilamento de Hans Delbrück. Para isso, o autor resgata o debate que envolveu os marxistas Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo sobre a orientação partidária da social-democracia alemã em 1910. São elementos teóricos e políticos para apresentar subsídios para uma estratégia de caráter socialista e anticapitalista. Sendo contribuições do mo-

vimento socialista internacional, excedem amplamente o partido e o país em que se realizam as produções teóricas, senão o que é recuperado em termos estratégicos.

Na mesma perspectiva, continuando com o debate teórico acerca de estratégia socialista, só que utilizando a particularidade do debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo no campo do marxismo revolucionário, o segundo capítulo, sob o título “O partido revolucionário em momentos de crise orgânica: independência política e estratégia em Lenin e Luxemburgo”, escrito por Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Gonzalo Adrián Rojas Professor da UFCG e líder do Grupo de estudos PRAXIS é fruto de um processo de amadurecimento teórico dos autores acerca do debate entre os marxistas Rosa Luxemburgo e Lênin sobre a organização política da classe operária com vistas a uma atuação mais combativa na luta de classes. Retoma-se o debate desde uma visão ofensiva do marxismo no centenário da Revolução Alemã, apresentando a relação entre classe, partido e direção tirando conclusões que se delimitam e rejeitam qualquer visão democratista de Rosa ou elitista de Lenin e nos permitem pensar as formas de organização política. Para concluir, relacionam este debate com um elemento empírico: o uso do papel das consignas democrático-radicalistas num partido revolucionário como o Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS) da Argentina, principal força política do FIT-U quando se aborda a polêmica sobre a Constituinte entre os autores estudados.

O terceiro capítulo, “A Revolução Russa como escola política na teoria socialista e prática revolucionária de J. C. Mariátegui”, Danilla Aguiar, Professora no Departamento de Educação da UFRN e Leandro Galastri, Professor de Ciência Política na Universidade Estadual Paulista (UNESP), destaca a influência da Revolução Russa sobre o pensamento e a práxis do marxista peruano,

que se reflete no debate marxista latino-americano e mundial em meados da década de 1920 e 1930, partindo do pressuposto de que o autor expressa entre seus interlocutores à época a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas.

Dialogando com o mesmo pensador marxista, o quarto capítulo, sob o título “La odisea de Mariátegui”, do sociólogo pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e editor do semanário teórico político *Ideias de Esquerda da Argentina* Juan Dal Maso recupera a experiência e o pensamento de Mariátegui e busca relacionar as suas ideias com as de Gramsci e Trotsky. Dal Maso avança no sentido de apontar características específicas da trajetória do pensador peruano e a sua tentativa de regionalizar a interpretação marxista para a América Latina.

O quinto capítulo, “Formação econômico-social, desenvolvimento desigual e combinado e a dialética das peculiaridades nacionais”, escrito por Nivalter Aires, Doutor em Ciências Sociais pela UFRN, é parte do esforço do autor de aproximação com seu objeto de pesquisa no doutorado, em que desenvolveu pesquisa sobre a relação do Estado com a questão nordestina no âmbito da formação econômica brasileira. O autor apresenta elementos para a distinção entre os conceitos de modo de produção e formação econômico-social com o intuito de demonstrar que as análises sobre o capitalismo não podem ser generalistas, como se houvesse um desenvolvimento homogêneo entre os países, mas a necessidade de considerar as especificidades de cada um. Avançando na discussão, o autor apresenta ainda o conceito de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky para demonstrar a atualidade de tal conceito e a sua importância, ao deixar claro que em todas as sociedades, o capitalismo como sistema econômico mundial teve seu progresso marcado pela combinação das formas de produção, resultando numa amálgama de formas tradicionais com modernas, sendo uma abordagem original que incorpora uma categoria

teórica central no pensamento político de Trotsky, no capítulo 1 da *História da Revolução Russa*, termo às vezes usado, mas de forma descontextualizada e separado da teoria da revolução permanente do revolucionário bolchevique.

O sexto capítulo da primeira parte também faz uma abordagem teórica geral mais focada na luta de um movimento de caráter internacional, o movimento de mulheres. Escrito por Paula Varela, Professora de Sociologia na Universidad de Buenos Aires na Argentina leva como título “¿Existe un feminismo socialista en la actualidad? Apuntes sobre el movimiento de mujeres, la clase trabajadora y el marxismo hoy”, trata sobre a discussão entre o feminismo e o marxismo dando ênfase à teoria da reprodução social como uma possível chave teórica para explicar a relação entre o capitalismo e as suas distintas formas de opressão sobre as mulheres. A autora também chama a atenção para o fato de que as consequências da atual crise geral do capitalismo recolocam a questão do papel das mulheres trabalhadoras e a possibilidade de que elas estejam no centro da resposta à crise.

Na segunda parte do livro - Estado, crise orgânica e luta de classes: Brasil, Bolívia e Argentina -, encontramos seis capítulos que tratam sobre aspectos concretos das formações econômicas sociais do Brasil, da Bolívia e da Argentina.

O primeiro capítulo da seção, intitulado “A fração rentista do capital e a atuação do sistema da dívida pública nos governos FHC e Lula”, escrito por Laudiceia Araújo Santana, Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), apresenta desdobramentos da tese de doutorado da autora, defendida em julho de 2018, cujo objetivo foi a análise do transformismo do Partido dos Trabalhadores e a atuação do sistema da dívida pública durante o governo Lula. Nesse capítulo, a autora lança um olhar específico sobre o *modus operandi* do sistema da dívida pública, traçando um paralelo dessa atuação no governo

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e no governo Lula (2003-2010). O objetivo é demonstrar como esse sistema se manifesta e vai se moldando ao momento histórico específico de cada país, ora atuando de maneira mais incisiva, quando ocorre um arrefecimento da luta de classe ou a ascensão ao poder de governos mais liberais, caso de FHC; ora permitindo que ocorram políticas compensatórias que visem a uma conciliação de classe, como foi o caso do governo Lula.

A discussão apresentada no segundo capítulo da seção, “LOA: construção da saúde pública brasileira: potencialidades e limites da democracia como valor universal e da estratégia democrática popular”, escrito por Kleiton Wagner Alves da Silva doutorando em Ciências Sociais na UFCG e Ronaldo Laurentino de Sales Junior, Professor de Sociologia na mesma instituição é parte do estudo realizado por um dos autores na sua pesquisa de mestrado, cujo objeto é o discurso e a prática no Programa Saúde da Família e os limites de acesso universal a tal programa. No artigo, os autores, retomando os apontamentos do cientista político brasileiro Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) sobre a democracia como valor universal, problematizam a política de construção do SUS na década de 1990 como um modelo de saúde pública universal, apontando seus limites e potencialidades.

O terceiro capítulo da sessão, intitulado “(Neo)desenvolvimentismo no complexo industrial e portuário de SUAPE (CIPS)?”, escrito por Eduardo Martins de Brito, doutor em Ciências Sociais na UFCG é fruto da pesquisa de doutoramento do autor. Nele o autor toma como ponto de partida as transformações econômicas ocorridas em SUAPE e nas regiões adjacentes para apresentar elementos que auxiliem na compreensão da reconfiguração social, econômica, política e cultural das classes no Brasil.

Ainda tratando sobre o Brasil, o quarto capítulo, com o título “Cultura, estado e política: o uso da cultura na contemporanei-

dade”, escrito por José Ferreira Junior Doutor em Ciências Sociais, apresenta uma problematização acerca dos interesses que motivam os investimentos destinados pelas esferas tanto pública quanto privada para a manutenção ou o resgate de práticas culturais. O autor busca identificar os reais interesses comerciais e de reprodução do capital que estão envolvidos na produção cultural que atende aos interesses da indústria cultural.

Por sua vez, o quinto capítulo, escrito por Soraia de Carvalho, Professora de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foca a formação econômico-social boliviana depois do triunfo de Evo Morales e se intitula “Fim da opressão sobre as nacionalidades indígenas sob o capitalismo? Uma análise crítica da Bolívia no governo de Evo Morales”, sendo fruto da tese de doutorado da autora, que estudou o Estado e a luta de classes na Bolívia realizando uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e o processo Constituinte 2006-2009. Neste artigo, a autora analisa criticamente o governo de Evo Morales apontando os limites da democracia burguesa, mesmo quando esta é operada por um representante dos movimentos sociais. A autora faz uma análise dos desafios dos movimentos sociais nessa conjuntura, apontando as contradições do processo constituinte e seus desdobramentos mais recentes.

Enfim o sexto e último capítulo desta seção, “Las Causas de la Decadencia Nacional y las Falácias Neoliberales”, escrito por Christian Castillo, sociólogo, Professor nas Universidades de Buenos Aires e Nacional de La Plata (UNLP) e Esteban Mercatante, economista pela UBA, também na Argentina, aborda o ajuste fiscal argentino e o acordo firmado pelo Governo Macri com o Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentado pelo governo como a solução para os problemas econômicos do país. Os autores desnudam tal falácia ao revelarem que os reais problemas econômicos e sociais do país não estão relacionados com o desequilíbrio nas

contas públicas e não serão solucionados com ajuste neoliberal. Ao contrário, tal ajuste não ataca os problemas reais da economia argentina, que são, para os autores, a fuga de capitais, a dívida pública, a concentração fundiária e a manutenção do setor energético privatizado.

A pintura que ilustra a capa é *Rising Sun*, de Paul Klee (1907), e foi idealizada por Nivalter Aires, a quem agradecemos o empenho. Cabe-nos registrar também o agradecimento à valiosa contribuição de Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley na formatação e adequação dos textos originais.

Esta coletânea de trabalhos expressa as pesquisas desenvolvidas pelo grupo PRÁXIS nos últimos anos, incluindo mestrandos, mestres, doutorandos e professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), bem como colaboradores e interlocutores estrangeiros das Faculdades de Ciências Sociais e de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires (UBA), da Universidade Nacional da La Plata (UNLP), assim como do Instituto do Pensamento Socialista – Karl Marx da Argentina e do Centro de Estudos e Investigações León Trotsky (CEIL-LT). Também em termos institucionais inclui grupos de pesquisa do CNPQ do Brasil e do CONICET da Argentina.

Como expressamos em nosso livro anterior, algumas versões desses trabalhos foram apresentadas e enriquecidas em palestras, eventos e reuniões com grupos de pesquisa e pesquisadores internacionais, latino-americanos e caribenhos, no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Costa Rica, Venezuela, México e Colômbia; em eventos nacionais de outros países da América Latina, como Argentina e Uruguai; e no Brasil, em eventos de relevância nacional, regional e local. Essas apresentações articularam funda-

mentalmente no plano acadêmico, mas também no plano dos movimentos sociais e da esquerda política marxista revolucionária anticapitalista.

As conjunturas políticas mudam, assistimos ao fim do consenso globalizador, à irrupção de nacionalismos, como o de Donald Trump nos Estados Unidos, mas também na pandemia o gigantesco movimento *Blacks Lives Matter* e sua derrota eleitoral, aos avanços da extrema direita e o retorno da luta de classes ao centro da cena política na América Latina, a um período de fortes guerras comerciais, como a dos Estados Unidos com a China, que tem repercussões no mundo e no subcontinente. A ruptura de Barbados com a monarquia britânica e sua transformação em república faz parte das manifestações anticolonialistas e antiracista que recorreram o mundo depois do assassinato de George Floyd. No caso do Brasil, há o ascenso de uma extrema direita que consolida o golpe institucional e, por se tratar de um país dependente com características semicoloniais, a expressão em termos econômicos de uma política econômica brutalmente imperialista no marco de um profundo processo de bonapartização do regime, com crescimento de elementos autoritários.

Em termos teóricos e empíricos, pretendemos dar conta dessa conjuntura com nossa contribuição acadêmica e política, tendo como base uma visão não hegemônica e ofensiva do marxismo.

Laudiceia Araújo de Santana
Gonzalo Adrián Rojas

PARTE I
ELEMENTOS TEÓRICOS NO MARCO DE UMA
ESTRATÉGIA SOCIALISTA

KAUTSKY E DELBRÜCK: APONTAMENTOS TEÓRICOS ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE DESGASTE E ANIQUILAMENTO

André Augusto de Paula Barbieri¹

Para os trabalhos da estratégia, é possível extrair importantes conclusões teóricas dos debates do passado para pensar a atividade militante no século XXI. Revisitar a história, para o marxismo, nunca se assemelha a viagens a antiquários. Encarar os desafios presentes exige extrair o máximo das grandes experiências do passado.

Com esse intuito, queremos fazer uma nova incursão sobre um debate que marcou o início da estratégia na social-democracia internacional: o debate das duas estratégias, de 1910, entre Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo. Esta discussão – que buscava fundamentar a orientação partidária da social-democracia alemã diante da crise política e econômica do império naquele então – se fundava em dois conceitos elaborados pelo historiador militar Hans Delbrück:² a estratégia de desgaste e a estratégia de aniquilamento.

[1]. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Ciências Sociais (2017) e Bacharel em Ciências Sociais (2011) pela Universidade Estadual de Campinas. Endereço eletrônico: andyacier17@gmail.com

[2]. Hans Delbrück (1848-1929), historiador militar alemão e editor dos Anais Prussianos de 1883 a 1919 foi professor de História da Universidade de Berlim, de 1896 a 1921. Delbrück serviu como especialista na questão da responsabilidade alemã pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sua obra magna é a *História da Arte da Guerra*, composta de quatro volumes. Para este artigo, usaremos a edição editada e traduzida por Walter J. Renfroe, publicada pela *University of Nebraska Press*.

Ermattungsstrategie é estratégia de desgaste e *Niederwerfungsstrategie*, estratégia de aniquilamento, segundo o original alemão. A *Niederwerfungsstrategie* é convencionalmente traduzida como “abatimento”, “derrubada” ou “aniquilamento” (para este artigo, utilizaremos sempre a tradução “aniquilamento”, pelos motivos adiante expostos). Já a *Ermattungsstrategie* pode ser traduzida como “fadiga”, “esgotamento”, ou “cansaço”, mas usualmente é utilizada como “desgaste”. Para Delbrück, essas duas estratégias não estavam separadas binariamente, mas eram polos de uma mesma arte em constante contato, dependendo da situação de cada um dos exércitos em cada guerra específica. Por “estratégia de desgaste”, o historiador militar alemão concebia um conjunto de manobras que compunham “métodos secundários de condução da guerra” (DELBRÜCK, 1990, p.362-63), que não objetivam a sujeição militar do inimigo para destruí-lo. Por “estratégia de aniquilamento”, entendia a condução da guerra rumo à total liquidação militar do inimigo. Veremos que a própria concepção que Kautsky extrai das “duas estratégias” é consideravelmente diferente das de Delbrück.

Esse debate chamou a atenção de importantes autores e historiadores, dentre os quais podemos mencionar Perry Anderson, em seu conhecido trabalho: *As antinomias de Antônio Gramsci*; ou mais recentemente o marxista estadunidense Lars T. Lih, em seu trabalho *The New Era of War and Revolution: Lenin, Kautsky, Hegel and the Outbreak of World War I*.

Vamos abordar o debate das duas estratégias desde uma ótica distinta – ainda que conectada – à que comumente foi realizada, ou seja, as discussões propriamente ditas entre os expoentes da social-democracia alemã, a partir da experiência das Guerras Púnicas entre Roma e Cartago,³ tais como as refletiu Delbrück.

[3]. As Guerras Púnicas consistiram numa série de três conflitos que opuseram a República Romana e a República de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 264 a.C. e 146 a.C. Depois de quase um século

Ou seja, demonstrar o equívoco de interpretação dos conceitos militares por parte de Kautsky.

O DEBATE DAS “DUAS ESTRATÉGIAS” DE 1910

Para isso, começamos indicando a forma como Kautsky colocava a questão.

A moderna ciência da guerra diferencia dois tipos de estratégia: a estratégia de aniquilamento e a estratégia de desgaste. A primeira reúne suas forças de combate rapidamente para ir ao encontro do inimigo e direcionar-lhe golpes decisivos [...] Na estratégia de desgaste, pelo contrário, seu chefe evita todo combate decisivo: busca manter o exército inimigo em constante alerta por meio de manobras de todo tipo, sem dar oportunidade de estimular suas tropas através de triunfos; tende a desgastá-las progressivamente, diminuindo sua capacidade de resistência cada vez mais até chegar a paralisá-las.” (KAUTSKY, Debate sobre a greve de massas. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1975, p. 133-34).

Essa diferenciação foi tomada por Kautsky a partir de Hans Delbrück, historiador militar alemão que redigiu a obra *Geschichte der Kriegskunst (História da Arte da Guerra)*. Tratou de utilizá-la, em sua polêmica de 1910, com Rosa Luxemburgo sobre como proceder na luta pela reforma do sistema eleitoral prussiano, que se dava em meio à maior onda de greves na Alemanha desde 1905. Kautsky recomenda aqui a estratégia de desgaste, que, em sua

de lutas, ao fim das Guerras Púnicas, Cartago foi totalmente destruída e Roma passou a dominar o mar Mediterrâneo. O adjetivo “púnico” deriva do nome dado aos cartagineses pelos romanos, Punicis (de *Poenici*, ou seja, de ascendência fenícia).

“tradução política”, significa acautelar o partido social-democrata alemão contra a intenção de impulsionar o movimento de massas ativo naquele então, bem como apostar tudo na evolução das possibilidades eleitorais do partido. Essa opinião contrastava cabalmente à de Rosa, que negava taxativamente a contraposição entre as possibilidades eleitorais do partido social-democrata e a necessidade de impulsionar o desenvolvimento da luta de classes.

Assim resenha Perry Anderson o debate entre Rosa e Kautsky:

Foi Kautsky quem introduziu os conceitos militares de Delbrück – sem reconhecê-lo – em um debate político sobre as perspectivas estratégicas da luta proletária contra o capitalismo. A ocasião de sua intervenção era transcendental. Porque foi com o fim de rebater a exigência de Luxemburgo de adotar as greves gerais combativas, durante a campanha do Partido Socialdemocrata alemão pela democratização do sistema eleitoral neofeudal prussiano, quando Kautsky opôs a necessidade de uma mais prudente ‘guerra de desgaste’ do proletariado alemão contra sua classe inimiga, sem os riscos que implicavam as greves de massas. A introdução da teoria das duas estratégias – desgaste e aniquilamento – foi pois o verdadeiro disparador da funesta cisão dentro do marxismo ortodoxo alemão antes da Primeira Guerra Mundial.” (ANDERSON, Perry. *As antinomias de Antônio Gramsci*, 2002, p. 101-102).

Como exemplo do “bom caminho” que representava a estratégia de desgaste para a classe operária alemã, Kautsky retoma o exemplo do ditador romano *Quintus Fabius Maximus*, que, segundo sua interpretação das Guerras Púnicas – tomada de Delbrück –, foi capaz de vencer o poderoso exército cartaginês de Aníbal apoiado na estratégia de desgaste, cujas manobras prepararam

o caminho para o confronto que pôs fim às guerras entre Roma e Cartago.

A despeito da distância histórica entre nós e o momento dessa polêmica, há mais de 100 anos, parece-nos útil para a reflexão estratégica do marxismo mostrar que essa interpretação de Kautsky acerca dos conceitos militares expostos por Delbrück – apesar da erudição demonstrada – se opõe quase que diametralmente à intenção original do historiador alemão ao concebê-las. Isso afetou, como não poderia deixar de ser, o debate sobre as “duas estratégias” naquele então, traduzido ao terreno político.

UMA INTERPRETAÇÃO CURIOSA: O DESGASTE PARA KAUTSKY E PARA DELBRÜCK

Ao contrário do que dá a entender Kautsky, ao recorrer à opinião de Delbrück acerca da Segunda Guerra Púnica, o historiador militar alemão nunca considerou que a eventual vitória do exército romano comandado por Quintus Fabius Maximus (o *Cunctator*, ou “demorador”, em latim) contra Aníbal se deveu à “estratégia de desgaste” implementada por aquele. De fato, Delbrück, ao tratar do problema estratégico da Segunda Guerra Púnica, assinala a crescente debilidade das legiões romanas em opor um objetivo positivo contra o exército cartaginês, especialmente depois das derrotas no rio Trébia (218 a.C., em que o general Tibério Semprônio caiu diante dos cartagineses) e no Lago Trasímene (em que Aníbal destruiu o exército de Caio Flamínio, 217 a.C.), que antecederam o quase aniquilamento das legiões na Batalha de Canas (216 a.C.). Assim, longe de ser uma escolha estratégica, a conduta romana de evitar batalhas decisivas foi fruto do seu progressivo debilitamento diante de Aníbal.

Mesmo antes da batalha de Canas, depois das derrotas romanas, o ditador Quintus Fabius Maximus preferiu conduzir a guerra evitando uma decisão tática [...] Agora, a derrota em Canas não apenas conduziu Roma de volta à estratégia do *Cunctator*, mas também deu a ela o que faltava antes de Canas: um objetivo positivo. É da natureza da guerra que todo triunfo, se não conduz ao total aniquilamento do inimigo e à restauração da paz, forma a base para o contra-ataque e para a retribuição do golpe. Aníbal havia chegado, de acordo com a expressão de Clausewitz, ao ponto culminante da vitória. Os romanos não mais aceitaram batalhas em campo aberto; Aníbal não tinha força suficiente para operações de sítio em larga escala contra as legiões romanas e não era capaz de impedir que as legiões romanas fizessem operações de cerco contra as cidades desertoras e as sujeitassem e punissem. (DELBRÜCK, 1990, p. 342).

As manobras de Quintus Fabius que evitavam uma decisão tática eram produto da incapacidade de opor resistência em campo aberto aos cartagineses, e não a “via livremente eleita” para melhor derrotar Aníbal. De forma alguma, essas manobras dariam ao *Cunctator* a vantagem de “diminuir a capacidade de resistência”, menos ainda “paralisar” Cartago. Ademais, como a “estratégia de desgaste” teria garantido a vitória apenas a Roma se, para o mesmo Delbrück, o comandante cartaginês, Aníbal Barca, era também um estrategista do desgaste? Em contraposição a outro historiador militar, Johannes Kromayer, Delbrück afirma que:

Kromayer acredita que, até a Batalha de Canas, a estratégia de Aníbal era de aniquilamento, e mudou desde então para a estratégia de desgaste. Aníbal não adotou uma mudança em sua estratégia, mas foi e permaneceu desde o início um estrategista do desgaste. Se ele tivesse adotado uma estratégia de aniquilamento, teria de ter tentado, após a derrota dos exércitos romanos, atacar

e capturar a própria Roma. Aparentemente ele nunca teve isso em mente e nem poderia ter. Conclui este raciocínio dizendo que: “Se Aníbal tivesse sido capaz de ser um estrategista do aniquilamento, então todas as manobras diversionistas do ‘*Cunctator*’ teriam sido em vão”. (DELBRÜCK, 1990, p. 362).

Esta opinião de Kromayer, segundo a qual o cartaginês Aníbal e o romano Fabius eram representantes de dois tipos diferentes de estratégia – opinião que adota Kautsky –, foi de fato criticada por Delbrück. Se Quintus Fabius era obrigado a afastar-se do campo aberto pela fraqueza de suas forças, Aníbal não era forte o suficiente para se beneficiar estrategicamente de suas conquistas táticas, sitiando Roma e liquidar essa grande potência.

Segundo Delbrück, havia chegado ao “ponto culminante do ataque” contra Roma (voltaremos a outra conclusão sobre este ponto no próximo item).

A diferença entre Aníbal e Fabius não é, portanto, de princípio, mas puramente prática, ligada à diferença de suas armas. Aníbal baseou sua atividade em derivar as maiores vantagens possíveis de sua maior força, a saber, da cavalaria e da capacidade de movimento, e isso o inclinou à luta aberta. Fabius reconhecia a inferioridade dos romanos nessa área e procurou derrotar o inimigo mediante métodos secundários de condução da guerra. Ambos, entretanto, não procuravam aniquilar o inimigo, mas forçá-lo, através do desgaste, a aceitar acordar a paz ou abandonar o território inimigo.” (DELBRÜCK, 1990, p. 363).

Em uma tradução possível ao campo político em que se desenvolvem os debates de estratégia entre Kautsky e Rosa Luxemburgo, nada impunha que a onda grevística do proletariado alemão, que tomava um curso ascendente em meio à crise econômica e política do império, se subordinasse ao “desgaste” parlamentar.

Como conclui Rosa, a oferta de “nada mais que parlamentarismo” estava longe de ceifar a capacidade de resistência – menos ainda de paralisar – do Estado prussiano: era necessário combinar as possibilidades eleitorais da social-democracia (utilizadas para preparar o partido para dirigir o ascenso operário) com o impulsionamento do movimento que se desenvolvia na luta de classes. O “mero desgaste” (táticas desvinculadas da estratégia revolucionária) não ofereceria perigo algum.

Isso joga nova luz sobre a interpretação “livre” de Kautsky acerca dos conceitos militares, a história da guerra e sua tradução para a política. Kautsky desconsidera (em benefício de seus fins políticos) os fatores reais que impuseram a eleição da conduta de guerra dos romanos, distorcendo a opinião de Delbrück acerca dos motivos finais que explicam o desenlace das Guerras Púnicas em favor de Roma. Isso possibilitava que o “Papa” da II Internacional, em franco percurso de abandono da estratégia marxista, separasse mecanicamente no tempo as “duas estratégias” – de desgaste e de aniquilamento – num momento em que ainda não havia explicitamente renunciado à necessidade da tomada do poder e do “combate decisivo” (ou seja, em 1910).

A ESTRATÉGIA DE DESGASTE NÃO SE DIVORCIA DA ESTRATÉGIA DE ANIQUILAMENTO

Não menos importante é esclarecer que a concepção de Kautsky diante da “estratégia de desgaste” e da “estratégia de aniquilamento” não guarda correspondência com o próprio desenvolvimento das duas estratégias por parte de Delbrück.

Como vimos, Kautsky considera que a estratégia de desgaste seria capaz, na situação de crise da Alemanha, “diminuir a capacidade de resistência e paralisar” o Estado monárquico. É interes-

sante ver que essa ideia abriu as portas para teorizações, inclusive recentes, sobre a possibilidade de “neutralizar” (“paralisar”) o Estado capitalista através da batalha pela “hegemonia cultural”, um conceito de hegemonia que pouco ou nada tem a ver com a capacidade da classe trabalhadora de se tornar sujeito político dirigente das demandas das camadas mais oprimidas. Essa concepção da “neutralização do Estado” tem espaço nas elaborações do intelectual britânico Peter Thomas, a partir das elaborações de Gramsci em *Cadernos do Cárcere*.

Entretanto, para além da aposta na tática eleitoral em detrimento da articulação de volumes de força na luta de classes, Kautsky distorce mais uma vez a visão de Delbrück, que considerava as estratégias de desgaste e de aniquilamento como dois polos da arte da estratégia, nunca mecanicamente tão diferenciados.

Contra a visão de uma separação estanque entre as duas estratégias, em sua obra *História da Arte da Guerra*, Delbrück estabelece múltiplos exemplos de estratégias “bipolares”, que combinavam aspectos das duas estratégias (tendo dois exemplares importantes na história militar: Aníbal e Frederico, o Grande).

A estratégia de Aníbal estava dirigida a forçar Roma, através dos golpes mais duros, da perda de aliados e da destruição do interior da Itália, a fazer certas concessões territoriais a Cartago e limitar seu próprio tamanho. Sua estratégia era, portanto, bipolar, assim como aquela de Frederico, o Grande, mas nunca se colocou-se como objetivo a completa sujeição militar do inimigo como Alexandre Magno e Napoleão.” (DELBRÜCK, 1990, p. 363).

Como dissemos acima, Delbrück considera Aníbal um representante da “estratégia de desgaste”, assim como *Quintus Fabius*. Isso não privou o cartaginês de sempre buscar batalhas decisivas em campo aberto.

Se o desejo por batalhas decisivas marcasse apenas a estratégia de aniquilamento, então Frederico, o Grande, também estaria nessa categoria, e Aníbal assim também se enquadraria não apenas até 216 a.C. Mesmo depois de Canas, Aníbal definitivamente não parou de buscar batalha aberta, e o fato de não ter encontrado se deve exclusivamente aos romanos. (DELBRÜCK, 1990, p. 350).

Isso nos leva a outra conclusão importante dos escritos de Delbrück, absolutamente ignorado por Kautsky: o desejo por batalhas decisivas não é marca exclusiva da estratégia de “aniquilamento”, mas também da de “desgaste”. Daí não serem formas estratégicas separadas mecanicamente no tempo (como considera Lars Lih, em sua abordagem do debate), mas articuladas dialeticamente no curso da preparação e no próprio combate.

Para Kautsky e para o amplo arco de intérpretes atuais da “estratégia de desgaste”, reduzida a manobras divorciadas da luta de classes, o desgaste implica a espera passiva de um “acúmulo evolutivo de táticas” parlamentares e sindicais a fim de eventualmente “paralisar” o Estado. Esta ilusão de neutralizar o aparato hegemônico da burguesia foi combatida teórica e praticamente por Trotsky, segundo o qual, ao assimilar a necessidade de batalhar pelas posições conquistadas (ou fortalezas) da classe trabalhadora, estas posições (“primeiros esboços de democracia proletária”, partidos, sindicatos e inclusive organismos de auto-organização e autodefesa nos ascensos da luta de classes) deveriam servir como ponto de apoio para quebrar a casca da democracia burguesa e destruir a hegemonia da burguesia em favor da hegemonia proletária.

Contra a espera passiva de Kautsky, subordinando o desenvolvimento da luta de classes à tática eleitoral (e não combinando dialeticamente todas as táticas em função da estratégia revolucionária para vencer), a questão de fundo para Trotsky é que o poder político da classe operária não pode se constituir de outra forma

que não seja em luta contra o Estado capitalista e seus diferentes regimes políticos, incluída a democracia burguesa. Este fator do combate como componente das medidas de “desgaste” está mais em sintonia com a reflexão de Delbrück.

A MODO DE CONCLUSÃO

Karl Kautsky passivizou, distorceu e “desafinou” importantes conceitos da arte militar ao traduzi-los para a política. Era um sintoma importante de uma deriva estratégica que o levaria, anos depois, a rechaçar plenamente a necessidade da tomada do poder pela classe trabalhadora e combater a primeira revolução operária triunfante no século XX, a Revolução Russa de 1917. Rosa Luxemburgo captou com perspicácia os sintomas dessa deriva e colocou em termos corretos a batalha contra a perda do caráter revolucionário da social-democracia alemã.

Mas o tema não se esgota na assimilação acrítica e incorreta dos conceitos militares para o debate político. Depois de três décadas sem revolução, a esquerda deixou intocado o tesouro que representa a apropriação crítica da obra de Clausewitz (também de Delbrück e outros autores) como ferramenta para enriquecer a estratégia revolucionária do marxismo (um de seus principais avanços no século XX). Para Clausewitz, a tática é a organização dos combates em cada batalha; e a estratégia, a utilização de cada uma destas batalhas em função dos propósitos finais da guerra. Lênin e Trotsky traduziram com perfeição esses conceitos para a política, entendida como luta de classes: a condução tática das operações isoladas (greves, eleições parlamentares, atuação nos sindicatos, etc.) deve estar à serviço da arte de vencer, de se apoderar do comando, destruindo o Estado burguês e abrindo caminho através de um Estado de transição à expansão internacional

da revolução, a fim de conquistar a socialização das forças produtivas dos países mais avançados do mundo, cuja harmonia e colaboração são a base para o desenvolvimento da técnica humana acima de qualquer patamar anterior no capitalismo: em outras palavras, a base do comunismo.

Lênin escrevia em sua obra “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”, em 1920:

Imagine o crime que constitui a conduta de um exército que não se dispusesse a conhecer e utilizar todo tipo de armas, todos os meios e processos de luta que o inimigo possui ou possa possuir. Em política, é ainda menos fácil saber de antemão que método de luta será aplicável e vantajoso para nós, nessas ou naquelas circunstâncias. Sem dominar todos os meios de luta, sofreremos o risco de sofrer derrotas fragorosas - e até decisivas - se modificações independentes de nossa vontade na situação das outras classes puserem na ordem do dia uma forma de ação no qual somos particularmente débeis”. (LÊNIN, 1998, p. 103).

Esse alerta estratégico cai como uma luva no século XXI: a classe trabalhadora deve saber utilizar todas as formas e aspectos da atividade social, e deve estar preparada para substituir uma forma de luta por outra do modo mais ágil e organizado quando as circunstâncias o exigirem. Um partido “kautskista” é incapaz de dirigir estas mudanças rápidas na conduta política (e psíquica) da vanguarda operária. Isso só pode ser feito com um forte partido revolucionário dos trabalhadores, leninista.

Esta tarefa histórica está em busca de herdeiros: a construção desse partido operário, revolucionário e internacionalista é nossa tarefa prioritária.

REFERÊNCIAS

DELBRÜCK, Hans. *History of the Art of War*. Bison Books, University of Nebraska, Lincoln and London, 1990.

KAUTSKY, Karl. *Debate sobre la huelga de massas*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1975.

LÊNIN, V. *La enfermedad infantil del izquierdismo en el comunismo*. Madrid: Fundación Federico Engels, 1998.

LIH, Lars T. *The New Era of War and Revolution: Lenin, Kautsky, Hegel and the Outbreak of World War I*. Leiden: Brill, 2014.

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO EM MOMENTOS DE CRISE ORGÂNICA: INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ESTRATÉGIA EM LENIN E LUXEMBURGO

*Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley¹
Gonzalo Adrian Rojas²*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo recuperar, no campo político e teórico do marxismo revolucionário, alguns dos debates entre Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo. Chegamos a este tema através de dois movimentos, o primeiro foi a necessária polêmica realizada por um dos autores deste artigo com a forma dominante como era apresentado o pensamento político de Rosa Luxemburgo na década passada, em diversos espaços políticos, tais como movimentos sociais, organizações não governamentais e até em alguns espaços na academia, que apresentavam a revolucionária polaco-alemã como uma teórica do

[1]. Socióloga. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (2019). E-mail: shimennyaraujo@yahoo.com.br

[2]. Professor Dr. Ciência Política, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) e no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – área de concentração Sociologia. E-mail: gonzalorojas1969@hotmail.com

socialismo com democracia, entendendo esta última como uma mera continuidade e expansão da democracia parlamentar capitalista. Para realizar essa operação teórico-política e academicista, era preciso construir uma Rosa antileninista em toda a linha.

Um segundo movimento foi o realizado pela outra autora do artigo na sua dissertação de mestrado, *O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas*, defendida em maio de 2019, na qual se trata de um partido político marxista revolucionário, leninista-trotskista, no sentido que recupera o debate de estratégias, a questão do partido e as polêmicas em torno de tais temas; e de quando é preciso, neste campo político, exigir a convocatória de uma assembleia constituinte, livre e soberana, temas não consensuais na esquerda.

Neste artigo, nossas duas preocupações complementam-se e, mesmo tendo anteriormente realizado abordagens sobre o tema de forma parcial em outros momentos, este capítulo é uma construção original. Todos os debates e controvérsias que possam ser realizados entre Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilitch Lenin devem ser situados no campo das polêmicas no interior do marxismo revolucionário e com a devida historicização.

No marco do grupo de estudos e pesquisas de PRAXIS, que desenvolve pesquisas sobre Estado e luta de classes na América Latina, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), nossa preocupação teórica geral tem relação justamente com a importância política do Partido de Trabajadores Socialistas (PTS) da Argentina, organização irmã do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) do Brasil, ambos integrantes da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI). São relevantes debates teóricos e políticos que têm influência na forma de intervenção política na luta de classes na Argentina, no Brasil em particular e na América Latina em geral.

Mesmo que o central sejam as posições políticas sobre partido político revolucionário, mencionaremos de forma breve e desigual sua relação com as diferentes visões sobre o imperialismo e a Constituinte. Todas essas abordagens serão gerais por uma questão de necessária limitação de espaço.

O PARTIDO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO SEGUNDO LENIN E LUXEMBURGO

Realizamos três observações preliminares para realizar uma abordagem sobre o partido político no campo do marxismo.

Consideramos Rosa Luxemburgo no campo revolucionário do ponto de vista de sua trajetória e intervenção política na luta de classes, desde suas polêmicas contra Eduard Bernstein, seu balanço da Revolução Russa de 1905, seu infatigável internacionalismo na luta contra a Primeira Guerra Mundial, junto com o corajoso parlamentar revolucionário Karl Liebknecht, até sua participação na Revolução Alemã de 1918-1919 e assassinato em 1919 por forças paraestatais durante o governo social-democrata. A revolucionária polaco-alemã defendia um tipo de organização política que tem como objetivo a superação do capitalismo e em toda sua vida foi militante de partido, jamais uma espontaneísta. Elaborou uma teoria própria e original do imperialismo, realizando observações críticas ao próprio Livro II de *O Capital*, de Karl Marx, na parte que corresponde à reprodução; e na “Crítica à Revolução Russa”, um texto escrito no cárcere que ela se negou a publicar, realizou três fortes críticas à Lenin e a León Trotsky sobre a questão agrária, a questão da autodeterminação nacional e a questão democrática que tem relação com a Constituinte.

Uma segunda observação é explicar por que não faremos menção à teoria da organização política de León Trotsky. Nosso

entendimento, mais geral e considerando também algumas elaborações da Fração Trotskista, é que Lenin e Trotsky têm balanços diferentes sobre as concepções e tarefas da revolução russa depois da Revolução de 1905. Lenin defende inicialmente um híbrido, uma ditadura democrática do proletariado, chamamos de híbrido porque mistura dois regimes sociais e políticos incompatíveis; enquanto que Trotsky já inicia a elaboração de sua teoria da revolução permanente, entendendo que era necessária a ditadura do proletariado, outro regime político, uma democracia soviética em outro regime social. Em relação ao partido, Lenin elabora a proposta de organização que permite o triunfo da Revolução Russa de 1917, inicialmente rejeitada por Trotsky. Tendo diferenças reais sobre a concepção de revolução e tipo de partido, em 1917, com as *Teses de Abril*, de Lenin, tais diferenças foram superadas. Lenin aceita, de fato, uma estratégia permanentista na revolução; e Trotsky, uma vez que ingressa no partido bolchevique, aceita o tipo de organização partidária defendida por Lenin. Isso justifica a ausência de Trotsky na polêmica sobre o partido, o que entendemos como defesa do tipo de partido bolchevique leninista.

Uma terceira observação preliminar é que, como o partido revolucionário tem como objetivo a revolução social, é central diferenciar dois conceitos primordiais: tática e estratégia, e aqui sim utilizamos León Trotsky.

Trotsky diferencia tática e estratégia e sua relação. Aqui incorporamos duas citações do revolucionário russo fundador da IV Internacional, que utilizamos em alguns outros textos, mas que são autoexplicativas. Pertencem ao livro *Lições de Outubro*, publicado em outubro de 1924 num livro conhecido como *1917*, sobre o primeiro ano da Revolução Russa, em que destaca que os problemas da Revolução de outubro devem ser estudados e têm uma importância internacional, diferenciando os dois conceitos mencionados:

Em 1917, começa a grande época da estratégia revolucionária, primeiro para a Rússia depois para toda a Europa. É evidente que a estratégia não impede a tática: as questões do movimento sindical, da atividade parlamentar, etc., longe de desaparecerem do nosso campo visual, adquirem agora uma importância diferente, como métodos subordinados da luta combinada pelo poder. A tática está subordinada à estratégia. (TROTSKY, 1979, p. 12).

Na mesma obra, na parte intitulada “Outubro deve ser estudado”, Trotsky afirma:

Em política, entende-se por tática, por analogia com a ciência da guerra, a arte de orientar operações isoladas; por estratégia, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II Internacional, limitando-nos à concepção da tática social-democrata. E não era por obra do acaso: a social-democracia tinha uma antártica parlamentar, sindical, municipal, cooperativa etc. A questão da combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da II Internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo interregno, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto enormes vantagens aos social-democratas revolucionários russos, quer dizer, aos bolcheviques. (TROTSKY, 1979, p. 12).

Além de diferenciar tática de estratégia, é igualmente relevante diferenciar estratégia de grande estratégia. Isto aparece de forma explícita no capítulo 7 do livro *Estrategia socialista y arte militar*, de Emilio Albamonte e Matías Maiello, intitulado: “Gran

estratégia y revolución permanente”. Sendo a estratégia o que liga os combates táticos, parciais para o fim político, que é a tomada do poder político pelo proletariado, como mencionamos acima, a grande estratégia entende que a conquista do poder num país passa a ser um resultado tático numa estratégia global para o comunismo, uma sociedade sem classes e sem Estado (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 425).

Realizadas essas três observações iniciais, afirmamos que, no campo do marxismo revolucionário, assistimos a relevantes polêmicas sobre o que se conhece como a questão do partido e a forma de organização política da classe trabalhadora, entre as quais destacamos como centrais as polêmicas entre Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo.

O debate sobre a construção partidária, sobre uma organização revolucionária dá-se em diferentes momentos: o debate específico entre Luxemburgo e Lenin é no interior do marxismo na social-democracia internacional, entre os anos 1902 e 1906. Temos uma mudança qualitativa com a Revolução Russa de 1905, um ponto de inflexão histórico em relação à estratégia revolucionária, afirmam Emilio Albamonte e Matías Maiello, já que existem renovadas condições para a classe operária não se limitar a conquistas parciais, senão para elaborar uma “estratégia de derrocamento”, tarefa do partido revolucionário (ALBAMONTE MAIELLO, 2018, p. 76-77). A mudança é que a classe operária não só aumentava qualitativamente, mas se encontrava numa posição estratégica no coração de uma produção capitalista cada vez mais industrializada e concentrada (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 80).

De Lenin sobre a questão do partido, utilizamos principalmente suas elaborações dos livros *Que Fazer?* e *Um passo adiante, dois passos atrás*, além de um artigo do mesmo nome deste último.

Esse período inclui as proposições organizativas de Lenin desde 1902, que aparecem publicadas no *Que Fazer?* e que foram

apresentadas durante as discussões do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POS DR), que ocorreu clandestinamente em julho de 1903, na cidade de Bruxelas, na Bélgica, para depois continuar em Londres por uma questão de segurança.

Por sua vez, os textos que utilizamos de Rosa Luxemburgo incluem uma crítica à forma organizativa da social-democracia russa e um balanço político realizado pela marxista polonesa sobre a mencionada Revolução Russa de 1905. Sua preocupação será a articulação entre o impulso espontâneo das massas, a utilização das posições estratégicas da classe e a evolução do movimento numa perspectiva política (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 82).

Focaremos os textos da polêmica específica dos autores, já que seria impossível por questões de espaço a análise de outras obras, mas são ilustrativos da dinâmica e das posições no debate.

Por essa razão, as polêmicas serão abordadas a partir dos seguintes textos utilizados como fontes: *Que Fazer?*, publicado por Lenin no ano de 1902, entre outros motivos, para preparar a intervenção política de sua corrente no II Congresso do POS DR; o balanço político deste mesmo Congresso, realizado a partir da análise das atas deste e publicado no mês de maio de 1904 sob o título *Um passo adiante, dois passos atrás*; a resposta de Luxemburgo publicada, em 1905, simultaneamente no *ISKRA*³ e nos números 42 e 43 da *Die Neue Zeit*⁴ que se intitula *Problemas organizativos da social-democracia russa*; e a resposta de Lenin através de uma matéria que leva o mesmo nome de seu livro: *Um passo adiante, dois passos atrás*. Por fim, também contribui para esse debate o texto de Luxemburgo *Greve de massas, partidos e sindicatos*, publicado em

[3]. *ISKRA*: [Faísca] é o primeiro jornal político marxista ilegal de toda a Rússia, é o órgão de imprensa do POS DR, sendo organizado por Lenin.

[4]. *Die Neue Zeit* [Os Novos Tempos] foi a revista teórica do Partido Operário Social-Democrata da Alemanha, publicado na cidade de Stuttgart entre os anos de 1883 e 1923.

1906 como um balanço político da Revolução Russa de 1905. Por uma questão de conteúdo, preferimos focar os próprios autores e não seus intérpretes.

Para nós, esta não é uma discussão burocrática e formal, pois a entendemos como central no marco da crise capitalista mundial que assola o mundo desde setembro de 2008, uma crise orgânica em termos gramscianos, profunda, não conjuntural ou cíclica, mas econômica, política e social, entre aqueles que buscam superar a sociedade capitalista a partir de uma perspectiva anticapitalista e socialista.

Luxemburgo lutou principalmente contra a burocratização e o oportunismo da social-democracia alemã, primeiro polemizando junto com Karl Kautsky contra Eduard Bernstein; em seu livro *Reforma ou Revolução*, de 1905, expressa claramente isso, inicialmente junto a Kautsky, sem concordar com sua estratégia parlamentarista de assédio; e depois contra Berstein e Kautsky. A diferença central com Kautsky é que rejeitara sua concepção da classe operária como “massa de manobra”. A revolucionária polonesa diferencia com clareza as greves de protesto defendidas por Kautsky da greve geral de combate, que permite ao proletariado liberdade de ação e que é central na luta contra seus inimigos. Para Trotsky, esta perspectiva é relevante, mas é insuficiente, porque entende que é central enfraquecer o inimigo com as greves, no entanto, para lutar pelo poder político, é necessário incorporar a insurreição, o que, segundo Albamonte e Maiello, abre o tema às questões do enfrentamento militar, como a autodefesa frente ao Estado, a provisão de armas ao proletariado e a construção de milícias operárias (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 87).

Lembramos também que, enquanto concentrava sua atividade política na Alemanha, Luxembourg também fazia parte do Partido Operário Social-Democrata da Polônia e da Lituânia (POSDPyL), que estava ligado ao partido social-democrata russo, o POSDR.

Luxemburgo, desde adolescente, fez parte do partido do *Proletariat* na Polônia; uma organização política que existiu entre 1882 e 1886, sob império russo, quando seus líderes foram executados após uma greve geral. Em 1893, ela era uma importante líder teórica de um dos grupos políticos em que os socialistas poloneses estavam divididos, um grupo socialista revolucionário. Representou esse grupo político no Congresso da II Internacional, aos 22 anos, contra o Partido Socialista Polonês (PSP), que defendia a independência da Polônia e contava com o apoio de Engels. Luxemburgo acusou os socialistas poloneses de desviarem a luta de classes do jovem proletariado polonês sob uma política nacionalista, a independência da Polônia obscurecia a luta contra o absolutismo russo em geral. Para Luxembourg, a luta pela queda do Império Russo não podia estar subordinada à questão nacional.

Em 1894, o Partido Socialista do Reino da Polônia foi formado, sendo uma continuidade política do grupo *Proletariat* e da corrente socialista revolucionária na Polônia, que se aliou aos socialistas lituanos antes do II Congresso do POSDR, conformando o Partido Operário Social-Democrata da Polônia e da Lituânia (POSDPyL).

Os socialistas poloneses e lituanos, uma vez unificados, levantaram como política a necessidade de alcançar a unidade do partido entre as correntes políticas que estavam divididas em bolcheviques e mencheviques, depois do Segundo Congresso de PSODR, e nunca foi um partido incondicional a nenhum destes dois blocos principais do partido social-democrata russo. Em geral, o argumento tinha relação com a ideia de unidade das fileiras operárias em termos organizativos: como existe só uma classe operária, deveria existir só uma organização revolucionária do proletariado. Depois de polêmicas, em 1906, seu alinhamento com os bolcheviques era claro, embora sempre de uma maneira crítica.

O POSDPyL participou do II Congresso do POSDR com dois representantes, que estavam presentes em toda a primeira parte

do congresso, enquanto a negociação ocorre para que os socialistas poloneses e lituanos se integrassem no partido russo. Mas posteriormente decidiram retirar-se do Congresso. Os dois partidos, tanto os socialistas da Polônia e Lituânia como os socialistas russos, tinham um grande acordo comum: a necessidade de centralização política, uma vez que ambos grupos se opunham, em princípio, à construção de um partido federativo de organizações autônomas. No entanto, algumas das demandas apresentadas como condição para a unificação pelos representantes do POSDPyL os aproximaram da ideia de federação. Eles procuraram manter a sua organização intacta e rejeitaram a ideia de que o Comitê Central (CC) do POSDR, do qual faziam parte, fosse a máxima instância de direção, assim como um delegado do POSDR fizesse parte do Comitê Central do POSDPyL.

No Congresso, paralelamente à questão da organização, manifestou-se também uma diferença política programática muito importante entre o POSDPyL e o POSDR no que se refere à questão da autodeterminação nacional. Lembremos que Luxemburgo retomou a crítica à política de defesa da autodeterminação nacional, defendida por Lenin e Trotsky, na *Crítica da Revolução Russa*, escrito em 1918.

Em geral, quem escrevia sobre a autodeterminação nacional no jornal *Iskra* era Julius Martov, no entanto, antes do Congresso, foi Lenin quem escreveu um artigo no mesmo jornal, tendo em consideração o acúmulo de discussões anteriores das posições POSDR e enfatizando mais a questão da autodeterminação nacional, propondo incluí-la no parágrafo 7 do estatuto do partido. Os revolucionários poloneses e os lituanos não concordaram com Martov nem com Lenin e, embora tivessem aceito uma declaração genérica, recusaram-se a incorporar essa questão ao estatuto do partido. Luxemburgo havia alertado que, no caso de o POSDR no seu Congresso não mudasse o parágrafo e repudiasse a inter-

pretação de Lenin, os delegados do POSDPyL se retirariam. Uma vez que estes delegados foram informados de que o Congresso ratificaria a posição de Lenin, eles deixaram sua posição política por escrito e se retiraram. Só em 1906, após a Revolução de 1905, as negociações foram reabertas e o POSDPyL se filiou ao VI Congresso do POSDR, para o qual também confluíram bolcheviques e mencheviques.

Luxemburgo estava ciente de que a tarefa da social-democracia russa era uma tarefa sem precedentes na história da humanidade, uma vez que deveria definir táticas socialistas de acordo com a luta de classes do proletariado, sobretudo num país onde a monarquia absoluta ainda prevalecia, uma formação econômico-social bem diferente do capitalismo desenvolvido na Alemanha.

Segundo a revolucionária polonesa, Lenin cairia numa análise e num desvio politicista ao comparar a Rússia com a Alemanha no período entre 1878 e 1890, pois só poderia ser feito isto se limitássemos a comparação ao regime político, à ausência de liberdades democráticas tanto na autocracia russa como na legislação de Bismark na Alemanha contra os socialistas. Os dois regimes políticos têm em comum a mesma situação de repressão política, mas isso é secundário, considerando as relações econômico-sociais, que são bem diferentes. A maior dificuldade é que a dominação burguesa na Rússia era obscurecida pela violência absolutista, então realizar propaganda socialista tinha um caráter abstrato e a agitação política imediata, um caráter de revolução democrático-burguesa. Sequer existia, na Rússia czarista, uma classe operária pré-constituída no momento da repressão, diferentemente da Alemanha.

Rosa Luxemburgo explica que, na Alemanha, pelo contrário, as leis contra os socialistas procuram marginalizar uma classe trabalhadora já constituída no plano político. O paradoxo da Rússia é que a social-democracia deve ser conformada antes que

o governo esteja nas mãos da burguesia. A social-democracia é obrigada a cumprir a sua intervenção consciente em todo um período do processo histórico e liderar o proletariado da atomização a uma organização de classe, para, a partir disso, ajudar a ganhar consciência de seus objetivos históricos e prepará-los para lutar por eles.

Em relação à questão da organização política, há uma diferença central entre os socialistas utópicos e a social-democracia, porque, para estes, a organização não é um produto artificial, mas um produto da luta de classes na qual a social-democracia é sua consciência política. Na Rússia, a questão da organização é ainda mais difícil por duas razões. Primeiro, porque uma organização revolucionária deve ser construída sem as liberdades democráticas formais que a própria burguesia fornece em outros países, mesmo que seja produto da luta de classes e da correlação de forças entre as classes e as frações de classe; e em segundo lugar, porque Luxemburgo compara a tarefa da social-democracia russa a de um “Deus todo poderoso”, em que a organização deve ser construída do nada, sem a matéria-prima de outras sociedades, em que a burguesia e seu desenvolvimento se unificam ao proletariado.

Em termos de organização, tanto Luxemburgo como Lenin concordam que é preciso fazer a passagem de uma fase preparatória de organização política, na qual a propaganda é a principal atividade e há muitos pequenos grupos políticos, círculos, sem vínculos entre si, à unidade numa maior organização política para toda a Rússia. Ambos os revolucionários concordaram nesse ponto de que era necessário organizar o partido em todo o território russo e que este fosse único e para a ação.

Diante do modelo de organização chamado arcaico, artesanal, a consigna do jornal *Iskra* era a centralização. O centralismo, de acordo com Luxemburgo, mesmo que necessário, não resolvia

completamente o problema da organização da social-democracia russa, uma vez que, para ela, nenhuma fórmula rígida podia ser uma solução para o movimento socialista. Para Luxemburgo, o balanço político de Lenin, em *Um passo a frente, dois atrás*, sistematiza uma tendência ultra-centralista na social-democracia russa liderada por este último, que faz uma separação rígida entre um grupo de revolucionários ativos e uma massa revolucionária desorganizada que rodeia essa elite. O Comitê Central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido; e as demais organizações, como simples instrumentos executivos.

Para Luxemburgo, não há dúvida de que a social-democracia russa deve procurar unificar todos os trabalhadores em seu território e que as organizações operárias devem representar os interesses de classe do proletariado em geral, acima dos interesses locais, religiosos ou setoriais, o que necessariamente leva à centralização política. Por isso, não se duvida que a social-democracia russa não deve constituir um conglomerado federativo das numerosas nacionalidades e numerosos particularismos locais, mas deve constituir um partido único para todo o Império.

No debate, a revolucionária polonesa coloca uma diferença quantitativa, ao invés de qualitativa, que reside no grau de centralização partidária, que pode ser conveniente num determinado momento histórico, levando em conta as condições de uma democracia social russa unificada e única.

Para Luxemburgo, existe uma diferença entre o movimento socialista e todos os movimentos anteriores, incluindo o movimento jacobino-blanquista, já que é o primeiro que tem a organização e a ação direta e autônoma das massas.

Para a revolucionária polonesa alemã, Lenin parece subestimar esse fato ao afirmar que a social-democracia revolucionária é um jacobino indissoluvelmente ligado à organização do proletariado que tomou consciência de seus interesses de classe.

Como observaremos, Lenin não afirmou isso no Congresso. A social-democracia é diferente do blanquismo, não é um grupo de conspiradores centralizados que planejam a revolução. A social-democracia, no curso da luta, recruta o proletariado e este toma consciência de seus interesses. A organização, os processos de consciência e a luta não são processos particulares separados no tempo, são momentos de um único e mesmo processo. Isso a diferencia do blanquismo. O centralismo necessário para a social-democracia não pode se basear em uma obediência cega ou em uma subordinação mecânica dos militantes a um centro partidário, como no caso do blanquismo atribuído a Lenin. O centralismo de Lenin visa subordinar todas as organizações ao centro, ao único que decide, orienta e pensa, e que mantém uma separação rígida entre o núcleo dos revolucionários e o ambiente social revolucionário próprio do movimento de classes. A social-democracia não está ligada ao proletariado, é ela mesma o proletariado.

Para Luxemburgo, não existe um contingente russo de trabalhadores educados na luta política, nem o desenvolvimento de atividades públicas, que são as condições indispensáveis para o centralismo da social democracia. Lenin, para a marxista polonesa, no entanto, acha que existem condições na Rússia para a formação de um partido forte e centralizado, e que não é necessária a educação do proletariado, mas de um grupo de intelectuais.

Para Luxemburgo, Lenin mistura os conceitos, confundindo organização com disciplina; e atos políticos conscientes com automatismo. Não é tomando como ponto de partida a disciplina do Estado capitalista e o proletariado na fábrica que consegue a emancipação e a autodisciplina, substituindo a autoridade da burguesia por um comitê central. As mudanças mais importantes nas táticas não foram as invenções de lideranças, mas o produto do movimento espontâneo das massas nos momentos de atividade.

E a revolucionária afirma que o ultracentralismo de Lenin tem mais o espírito de um vigia noturno do que um espírito positivo e criativo, que procura controlar a atividade do partido e não fecundá-la. A flexibilidade política é necessária com absoluta fidelidade aos princípios para o propósito de unidade, uma vez que a experiência prática corrige qualquer erro estatutário. O ultracentralismo de Lenin não é acidental, é uma arma que deve ser forjada contra o revisionismo, o oportunismo, então o poder do comitê central aparece como um dique contra a tendência dos intelectuais à desorganização e à descentralização, os quais, com suas tendências individualistas, tendem à anarquia.

Na maioria dos países capitalistas ocidentais, existe uma relação entre intelectuais e oportunismo, e também é verdade que os intelectuais têm tendências descentralizadoras. No entanto, temos que historicizar e procurar a base social dos fenômenos, que está no parlamentarismo burguês e nos meios materiais. O partido, nesses países, é um baluarte que defende o movimento da classe dos desvios parlamentaristas, os quais, para fazerem triunfar suas tendências, tentam dissolver o setor ativo da militância na massa amorfa do eleitorado.

O oportunismo na Rússia é diferente, tem outro caráter, porque é um produto do atraso político, não do parlamentarismo, já que não há sequer um parlamento burguês que favoreça essa tendência. Há uma intelectualidade sem classes e uma imaturidade do movimento operário, levando os intelectuais para digressões teóricas e negação da política, seja pelo viés terrorista, liberal ou idealista kantiano. Mais uma vez, Lenin cairia numa visão politicista.

O oportunismo, justamente, não tem uma preferência invariável por algum tipo de organização, seu único princípio é a ausência de princípios. O plano organizacional de Lenin é um perigo para o partido social-democrata russo, já que somente o

movimento dos jovens trabalhadores russos e a elite intelectual limitam a ação revolucionária independente do proletariado. É um erro grave acreditar que é possível fechar os caminhos ao oportunismo com um estatuto de partido, que aparece como um meio de coerção da maioria proletária consciente. A social-democracia é o refúgio natural de todos os elementos insatisfeitos, é o partido de todas as pessoas contra a pequena minoria burguesa no poder, então também deve conter o tumulto da oposição não proletária nos marcos da ação revolucionária do proletariado.

Há dois riscos, segundo Luxemburgo: o primeiro é de que o partido perca seu caráter de massa; e o segundo, que renuncie ao objetivo final, caindo no reformismo burguês. Sua conclusão é que os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário de massas são muito mais frutíferos do que a inefabilidade do melhor dos comitês centrais.

Seus argumentos são muito claros.

Por sua vez, em Lenin, as preocupações com a organização são apresentadas no já mencionado *Que Fazer?*, que tem como objetivo central criticar as tendências de direita da social-democracia russa e expor as discrepâncias e táticas do *Iskra* em matéria de organização. Nele critica com força o economismo, que é maravilhado pelas greves, e as reivindicações limitadas ao plano econômico, que separam a luta econômica da luta política.

Em particular, a resposta de Lenin para Luxemburgo é um artigo que leva o mesmo título do livro *Um passo à frente e dois passos para trás* e faz um balanço político sobre a crise na social-democracia russa. Artigo preparado para sua publicação em *Die Neue Zeit* (os novos tempos), foi mais uma vez enviado a Karl Kautsky, que o rejeitou, sendo publicado só em 1930, depois da morte do líder bolchevique.

Lenin aprecia a importância dada ao seu livro, mas afirma que aqueles que o criticam, em particular Luxemburgo, estão fa-

lando de outra coisa e não de seu livro. O livro tem como tema central as tendências nas quais a social-democracia está dividida e é produto do estudo das quatrocentas páginas que constituem as atas do congresso, o qual ocupa cem das suas páginas.

Lenin interpreta que, segundo Luxemburgo, ele seria um teórico do centralismo extremo, que defende um sistema de organização sobre qualquer outro; no entanto, o revolucionário russo diz que defende princípios elementares para qualquer organização partidária. Afirma que realizou esta explicação porque é importante entender, a partir das lutas entre as diferentes frações do partido, o que foi discutido no congresso a cada momento e, desta forma, como e em que momentos a maioria do partido foi construída. Lembramos que bolchevique significa maioria e menchevique, minoria.

Lenin apresenta a composição do congresso da seguinte forma: os “iskristas” da maioria, o antigo *ISKRA*, tinham 24 votos; os “iskristas” da minoria, por sua vez, tinham 9 votos; o centro, que também era conhecido como o “pântano”, 10 votos; e os “anti-iskrista”, 9 votos.

Deve ser diferenciado que, na discussão, as duas frações estão sendo construídas: os bolcheviques, que formarão a corrente revolucionária proletária; e os mencheviques, os intelectual-opportunistas.

Em todas as questões fundamentais sobre o programa, a tática e a organização na disputa “iskristas” contra “anti-iskristas”, obtêm o triunfo os “iskristas”. Uma vez explícita a composição das forças políticas do Congresso, Lenin responde a cinco das críticas formuladas por Luxemburgo.

Em primeiro lugar, para Lenin, Luxemburgo confunde a proposta de organização feita por ele com a da comissão eleita no partido e a decisão do congresso do partido, que a aprovou com modificações. Esta comissão foi composta por Lenin, um defen-

sor da maioria, e três membros da minoria. Isso quer dizer que Lenin estava em minoria na comissão.

Em segundo lugar, responde à afirmação de que o Comitê Central é o núcleo ativo do partido, o que não é verdadeiro, segundo o revolucionário russo. O Comitê Central expressa a maioria, mas o que é uma maioria no Comitê Central é uma minoria no Conselho do partido, o que, certamente, restringe a autonomia do Comitê.

Em terceiro lugar, todos concordaram com a necessidade de construir um partido centralizado, não só Lenin. A principal discussão levantada por Lenin é se o que Luxemburgo considera que os órgãos do partido deveriam estar nas mãos da maioria ou da minoria. Essa pretensão seria uma exigência blanquista, em referência a Auguste Blanqui, e se pergunta: é uma posição política ultracentralista? Da mesma forma que defender uma submissão subserviente e outras monstruosidades?, responde Lenin. Além disso, ele afirma que nunca diria que, na Rússia, estavam maduros para a construção de um grande partido revolucionário centralizado, simplesmente argumentou se existentes as condições para que as decisões do congresso do partido fossem respeitadas e seguidas, porque acabou o tempo em que os organismos do partido poderiam ser suplantados por pequenos círculos. Isso para o bolchevique estava definitivamente superado.

O déficit na análise de Luxemburgo é que esta não considera as diferentes posições das diferentes tendências dentro do partido, esquece a forma como a social-democracia russa está dividida e como é que as diferentes posições foram expressas no Congresso. É uma análise a-histórica, portanto idealista e hegeliana,⁵ em

[5]. Daniel Bensaïd e Alain Noir desenvolvem a ideia do hegelianismo de Luxemburgo nas suas críticas a Lenin (BENSAÏD; NOIR, 1978).

nome da dialética marxista, o que é o mais triste, nas palavras do revolucionário russo.

Em quarto lugar, não concorda quando Luxemburgo afirma que ele concebe o partido como uma fábrica e confunde dois aspectos diferentes da disciplina da manufatura.

E por fim, em quinto lugar, Lenin esclarece que não foi ele que falou de jacobinismo, mas que foi Pavel Axelrod.⁶

Na primeira parte do Congresso, em todas as questões fundamentais como mencionamos, o triunfo foi dos *iskristas*. Na segunda parte do Congresso, quando discussões menos relevantes foram abordadas, alguns dos *iskristas* votaram juntos com os anti-*iskristas*.

Na votação de quem poderia ser membro do partido, ganhou Martov; enquanto no Comitê Central e na redação do jornal do Comitê Central, constituiu-se uma maioria revolucionária proletária e uma minoria oportunista intelectual, aqueles eram os fatos.

A minoria transformou-se em maioria no jornal e se recusou a abrir as páginas da *ISKRA* para expressar o ponto de vista revolucionário, enquanto a maioria dos membros foram excluídos do Comitê Central, num processo de desbolchevização e com posições contrárias à convocação do III Congresso.

Para Lenin, o programa faz o partido e apresenta de forma original a relação entre classe, partido e direção, ponto de partida para uma nova práxis política revolucionária, questão que, de ângulos quase contrapostos, aparecem diferenciados de forma mais tênue em Kautsky e Luxemburgo (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 102-104).

[6]. Pavel Borisovich Axelrod (1850-1928) foi um revolucionário russo, antigo colaborador de Georgi Plejanov (1856-1918) – mestre de Lenin e quem incorporou o marxismo na Rússia - que, após seu enfrentamento com Lenin no IIº Congresso do POSDR, se converte numa das lideranças dos mencheviques.

O partido revolucionário em Lenin tem uma clara delimitação, mas também um conjunto de relações com os setores de vanguarda, com o objetivo de ter influência de massas, e implica a formação de uma força material e moral (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 107-109).

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DAS CARACTERIZAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO

Consideramos que também é importante incorporar, neste debate, as diferentes caracterizações sobre capitalismo, imperialismo e suas crises entre Luxemburgo e Lenin, que também nos permitem entender os contrapontos em relação à questão da organização política.

Para Luxemburgo, no seu estudo *A acumulação de capital*, datado de 1913, há um desenvolvimento capitalista nos países importadores de capital, em que temos a destruição da economia natural, a proletarianização das populações indígenas e o surgimento nas colônias de um país de uma verdadeira produção capitalista. A autoridade do capital se estende pelo mundo, mas também o modo de produção capitalista, que é mundial.

Existem duas condições para a realização da mais-valia: a primeira é um círculo de adquirentes fora da sociedade capitalista; e a segunda condição é ter os elementos necessários para a expansão da produção. Para continuar expandindo, o capitalismo deve avançar permanentemente sobre os espaços não capitalistas, pois o capitalismo vive das ruínas das relações sociais não capitalistas e é por isso que uma sociedade capitalista pura não pode sobreviver.

O período do imperialismo, para Luxemburgo, não é uma fase superior do capitalismo, como diz Lenin, mas é o momento

mori do capitalismo. Na realidade, o imperialismo está sempre presente no capitalismo, não é uma fase. Um capitalismo mundial puro entra numa crise catastrófica como resultado de suas próprias contradições, uma vez que a acumulação de capital tem uma necessidade permanente de expandir as zonas de exploração, e a terra é finita. Esta leitura da economia política do capitalismo traz consequências políticas, como apontaremos.

Por sua vez, Lenin, no livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916, produz uma visão diferente sobre o imperialismo, afirmando que este tem cinco características:

- 1) A concentração da produção e do capital, desenvolvido a um grau que criou monopólios, tem uma importância central na economia;
- 2) A fusão entre o capital bancário e o industrial, com base no capital financeiro, cria uma oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capital é mais importante que a exportação de mercadorias;
- 4) As associações internacionais monopolistas dos capitalistas compartilham o mundo;
- 5) O mundo é distribuído pelas mais importantes potências capitalistas.

É necessário localizar historicamente esta nova fase superior do capitalismo e também compreender que o imperialismo é a base material do oportunismo político do reformismo, mas a época do imperialismo é também a era das guerras e das revoluções.

Em última análise, Luxemburgo acredita que o capitalismo vai inexoravelmente para a catástrofe, e é por isso que as massas, se necessário, vão lutar pelo socialismo para evitar cair na barbárie. Não defende de jeito algum uma posição espontaneísta, pois defende a construção de uma organização revolucionária

da qual sempre participou. Na relação classe, partido e direção, acaba dando mais ênfase à questão do elemento espontâneo, o qual poderá se constituir no partido no momento decisivo, pois a classe é o partido para a revolucionária polonesa.

A leitura política de Lenin é diferente porque, para o revolucionário russo, o capitalismo não cai sozinho, mas deve ser derrubado. Para isso, é necessário construir um partido revolucionário que se antecipe aos fatos e, além disso, na relação classe, partido e direção, é necessário colocar em termos estratégicos a questão da derrubada revolucionária do poder político da burguesia, razão pela qual é preciso incorporar a questão da insurreição.

AS CONSIGNAS DEMOCRÁTICO-RADICAIS: EXIGÊNCIA DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA

No seu escrito *A Revolução Russa*, Rosa Luxemburgo afirma que esta revolução, a de outubro de 1917, é o fato mais marcante desde a Primeira Guerra Mundial e reconhece que foi a tendência bolchevique a que teve o mérito histórico de ter tido uma coerência política e elaborado uma tática que era a única que permitia salvar a democracia e fazer avançar a revolução, defendendo a democracia soviética, todo o poder aos *soviets*. Falado isso, neste texto escrito na cadeia, que não foi publicado em vida pela autora, Luxemburgo realiza três críticas a Lenin e Trotsky: a questão agrária ou camponesa, a autodeterminação nacional e a questão democrática. As três críticas são relevantes, mas nesta parte do artigo focaremos o que é conhecido como questão democrática e que tem relação com a questão da Constituinte.

Os bolcheviques levantaram a consigna de Assembleia Constituinte antes da revolução de outubro. A Constituinte foi conquistada e, após a insurreição, foi dissolvida em novembro de 1917.

Rosa Luxemburgo entende o argumento de Trotsky que tal Constituinte havia sido eleita com anterioridade e que não expressava a correlação de forças real após o triunfo da revolução. Para Trotsky, o processo revolucionário havia esquerdizado setores de outros partidos, como o Partido Socialista Revolucionário (PSR), mas sua representação superestrutural estava na Constituinte na ala direita. A questão para Rosa Luxemburgo não era dissolver essa Constituinte, mas que deveria convocar uma nova.

Isso é central porque nos coloca a questão de quando é preciso desde a esquerda revolucionária convocar uma Constituinte.

Para entrar neste debate, apresentaremos como exemplo a intervenção política do PTS na FIT, que lançou, por exemplo, em setembro de 2018 e posteriormente na derrota contundente de Maurício Macri nas prévias de agosto de 2019, uma campanha nacional para amplificar a proposta da necessidade de uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana (ACLS).

Apresentamos esta consigna a partir de algumas entrevistas realizadas pelos autores deste artigo aos parlamentares revolucionários do PTS na FIT, hoje FIT-U. O parlamentarismo revolucionário é entendido como uma tática específica no marco de uma estratégia revolucionária, que faz parte da herança comunista e socialista do século XX e que se expressa na luta anticapitalista pelo socialismo na atualidade. Esta tática parlamentar revolucionária do Partido de Trabajadores Socialistas (PTS) na Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) é um fenômeno político que não é novo política e institucionalmente em termos históricos, mas que reaparece de forma original na Argentina, no marco de uma tradição centenária dentro do marxismo revolucionário. Denominamos “Parlamentarismo Revolucionário” a participação de partidos políticos revolucionários no Parlamento de uma forma específica em termos táticos, não estratégicos, no marco, neste caso, de uma democracia liberal.

Os parlamentares revolucionários de forma constante denunciam a casta política e os grandes empresários que promoveram o acordo com o FMI, o qual significa ajustes para a classe trabalhadora, mesmo este acordo sendo rechaçado pela maioria da população e o país vivenciando as consequências com o *default* seletivo de Macri posterior às prévias. Com isso, os parlamentares expõem a necessidade dos trabalhadores, da população como um todo, a maioria, e decidem os destinos do país de acordo com seus interesses, e não os interesses dos representantes do grande capital, indicando uma saída democrática e de emergência num marco de profunda crise.

Sob essa perspectiva, os parlamentares revolucionários propõem que seja convocada uma ACLS, capaz de questionar todos os privilégios da casta política, e que todos decidam o que é melhor para o país. Para isso, destacam inicialmente que sejam eleitos representantes de forma democrática a cada vinte mil habitantes, os quais poderão ser revogados caso não cumpram com a função designada. Destacam ainda alguns pontos a serem debatidos e votados: deixar de pagar a dívida pública e externa; taxar com impostos as grandes fortunas; nacionalizar os bancos e construir um banco nacional único, estatal, controlado pelos trabalhadores, uma vez que são os que organizam a fuga de capitais; reestatizar, sob gestão dos trabalhadores e controle popular, todas as grandes empresas estratégicas; eleger por voto popular todos os juizes, as quais poderão ter seus mandatos revogados; julgar todos os casos de corrupção por júri popular; separar a Igreja do Estado; determinar o aborto legal, livre, seguro e gratuito; e estipular que políticos e juizes recebam o mesmo salário que uma professora, o que hoje já colocam em prática os parlamentares revolucionários.

Os parlamentares explicam que seja totalmente livre para que os trabalhadores possam votar medidas para que os ricos paguem pela crise, numa tentativa de que não seja a classe tra-

balhadora que pague por ela através de ajustes brutais; que seja soberana para que nenhuma instituição do regime possa mudar ou negociar o que nela se decida. Isso para diferenciar claramente, por exemplo, como por vezes se propõe, de uma constituinte exclusiva, como foi proposta no Brasil no marco das mobilizações de 2013, que tem por objetivo apenas reformar e restabelecer os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Christian Castillo, que é sociólogo, professor de Sociologia na Universidad de Buenos Aires (UBA), de Economia na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), autor do livro *La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista*, deputado estadual pela Buenos Aires de dezembro de 2013 até junho de 2015 (mandato concluído), e candidato a Governador no estado de Buenos Aires nas eleições de outubro de 2019, explica esta posição política da seguinte forma:

O que levantamos é uma consigna que, em alguns momentos, pode ser útil, nós do PTS levantamos pelo descrédito do governo Macri e as discussões de poder fazer um novo governo de unidade nacional do macrismo com setores do peronismo, ou se o governo cai que alternativa opor, porque ganhamos peso político, presença política, temos referentes da FIT no meios de comunicação todos os dias na TV, mas nossa influência ainda é minoritária para os trabalhadores e o conjunto da população, a maioria da classe trabalhadora ainda não vê a necessidade de tomar o poder, quebrar o Estado capitalista e construir outro tipo de Estado, mas que acredita na força do voto para mudar as coisas. (CASTILLO, 2018).⁷

Nesse contexto, apresenta a proposta de ACLS entendida como:

[7]. Entrevista com Shimenny Wanderley, em 10 de dezembro de 2018.

Uma saída de emergência e democrática, a mais democrática dentro da democracia burguesa, para nos opor aos pactos nas costas do povo e na medida que não se consultou a ninguém, por exemplo, o acordo com o FMI. É uma forma de fazer avançar a experiência de milhões que ainda confiam na força do voto para mudar as coisas. (CASTILLO, 2018).⁸

Para além da convocação de uma ACLS, os parlamentares, com base no trotskismo, entendem que a defesa de uma ACLS cumpre uma enorme função pedagógica para organizar as massas em torno de uma saída anti-imperialista, ao evidenciarem o choque entre os interesses de classe antagônicos, opondo os interesses dos trabalhadores e da população em geral aos interesses do grande capital e da burguesia.

Nicolás del Caño, dirigente nacional do PTS, eleito em 2013 deputado nacional pela província de Mendoza, também candidato a presidente da República da Argentina pela FIT nas eleições de 2015 e, na atualidade, deputado nacional pela província de Buenos Aires desde dezembro de 2017 e candidato a presidente nas eleições de outubro de 2019 pela FIT-U, nos apresenta a ACLS como consigna democrático-radical e expressa:

Assembleia Constituinte é mais global, mas tem em conta a expectativa que ainda tem o movimento de massas no peso do voto, é mostrar até o final que o mais democrático que pode dar este regime social que é uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, só pode se conquistar a partir da mobilização e isso pode desenvolver, nossa aposta é que desenvolva uma mobilização que gere organismos de auto-organização e que levante um questionamento às bases sociais do Estado. Para conquistar uma Assembleia Constituinte Livre e

[8]. Entrevista com Shimenny Wanderley, em 10 de dezembro de 2018.

Soberana que possa decidir sobretudo, é preciso uma mobilização revolucionária das massas, nesse sentido usamos essa consigna para desenvolver a mobilização e que está intimamente vinculada e conectada ao conjunto das consignas ou programa transicional que levantamos, distribuição das horas de trabalho, nacionalização dos bancos, entre outros, porque tenta resolver os problemas de fundo. (DEL CAÑO, 2018).⁹

Do debate a partir da crítica de Rosa Luxemburgo a Lenin e Trotsky e da experiência histórica, neste caso usamos como exemplo o PTS da Argentina, entendemos que, num momento político em que não exista uma situação revolucionária e que as massas ainda entendam que é possível realizar mudanças através do voto, é central levantar, num momento de crise política e econômica, como consigna à instituição mais democrática que pode existir no marco do regime social burguês a ACLS, a qual permita avançar em um conjunto de propostas democrático-radicais para a consciência das massas a partir da experiência.

Uma vez realizada a revolução, o que deve imperar é a democracia soviética, uma nova democracia num novo regime social. Isso é o que não aparece na crítica de Luxemburgo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pretendemos recuperar no campo político e teórico do marxismo revolucionário alguns dos debates entre Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo, centralmente no que se refere à questão da organização política da classe operária, o partido revolucionário. Isto porque é um debate que nos leva à

[9]. Entrevista com Shimenny Wanderley, em 20 de dezembro de 2018.

discussão de programa e estratégias para pensar uma melhor intervenção na luta de classes.

Situamos o debate no interior do marxismo revolucionário, contra qualquer interpretação genérica de Rosa Luxemburgo como uma teórica pacifista de uma democracia como valor universal, independente do regime político desta democracia. Afirmamos que a democracia não é um regime político abstrato, é histórico, e sendo assim rejeitamos uma continuidade entre a democracia parlamentar, no regime social capitalista, e a democracia soviética, em outro regime social, socialista. As formas políticas, mesmo com todas as especificidades que reconhecemos, têm relação com os regimes sociais incorporando também o debate de estratégias.

Isso nos permite articular a ideia de programa anticapitalista e socialista com as consignas democrático-radicais e a ideia da exigência de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana (ACLS), para a qual destacamos um caso empírico, o do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) da Argentina, integrante da Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidad (FIT-U), uma frente política de independência de classe.

Entendemos esses debates como relevantes no marco da crise orgânica do capitalismo mundial, considerando que o capitalismo não pode ir mais além, e da necessidade de sua superação na perspectiva de construir uma sociedade sem exploradores nem explorados, livres de toda opressão.

REFERÊNCIAS

ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matias. *Estrategia socialista y arte militar*. Buenos Aires: Instituto del Pensamiento Socialista, 2017.

BENSAID, Daniel; NAIR, Alain *et al.* Teoría marxista del partido político II. *Cuadernos de Pasado y Presente 12*, México DF: Siglo XXI, 1978.

CASTILLO, Chistian; [Entrevista concedida a, Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley]. Dezembro 2018.

DEL CAÑO, Nicolas. [Entrevista concedida a, Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley]. Dezembro 2018.

FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo*. Pensamento e ação. São Paulo: Boitempo/Edições ISKRA, 2019.

LENIN, Vladimir Ilyich. Teses de Abril. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. Ilyich. *Manifesto Comunista/ Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilyich. *Que fazer?* A organização como sujeito político. São Paulo: Martins, 2006.

LENIN, Vladimir Ilyich. Um passo adiante, dois atrás. *Partido de massas ou Partido de Vanguarda*. Polemica Lenin/Rosa, São Paulo: Ched Editorial, 1981.

LENIN, Vladimir Ilyich. *El derecho de las naciones a la autodeterminación*. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

LENIN, Vladimir Ilyich. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairos, 1979

LENIN, Vladimir Ilyich. *Marxismo e revisionismo*. Porto: Portuclence, 1971.

LENIN, Vladimir Ilyich. *Um passo adiante, dois passos atrás*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946.

LENIN, Vladimir Ilyich; LUXEMBURGO, Rosa. *Partido de massas ou partido de vanguarda*. Polêmica Rosa-Lenin. São Paulo: Ched Editorial, 1991.

LENIN, Vladimir Ilyich; TROTSKY, León *et al.* *Marxistas en la Primera Guerra Mundial*. Buenos Aires: Instituto del pensamiento Socialista, 2014.

LENIN, Vladimir Ilyich.; ANCONA, Clemente *et al.* Clausewitz en el pensamiento marxista. *Cuadernos de Pasado y Presente* 78. México DF: Siglo XXI, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa; LIEBKNECHT, Karl. *Revolução Socialista e Internacionalismo Proletário*. Documentos sobre a luta política dos spartaquistas na Alemanha. Amadora: Fronteira, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. A revolução russa. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo Textos Escolhidos*. v. II. São Paulo: Unesp, 2011.

LUXEMBURGO Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo Textos Escolhidos*. v. I. São Paulo: Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. Questões de organização da social-democracia russa. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo Textos Escolhidos*. v. I. São Paulo: Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo Textos Escolhidos*. v. II. São Paulo: Unesp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. Social-democracia e Parlamentarismo. In: LUXEMBURGO, Rosa. *O Estado burguês e a Revolução*. Lisboa: Antídoto, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. Carta de Rosa Luxemburgo a Franz Mehring (27/02/1916). In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo Cartas*. v. III. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TROTSKY, León. *A teoria da Revolução Permanente*. Balanço e perspectivas. A revolução Permanente. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

TROTSKY, León. 1917. Escritos en la Revolución; Buenos Aires: Ediciones del Instituto del Pensamiento Socialista, 2007.

TROTSKY, León. *As Lições de Outubro*. São Paulo: Global Editora, 1979.

WANDERLEY, Shimenny Ludmilla Araújo. *O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas na Argentina*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG), 2019.

A REVOLUÇÃO RUSSA COMO ESCOLA POLÍTICA NA TEORIA SOCIALISTA E PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DE J. C. MARIÁTEGUI

Danilla Aguiar¹
Leandro Galastri²

No ano de 2017, homenageou-se o centenário da Revolução Russa, reavivando-se a necessidade de debater a atualidade da estratégia revolucionária bolchevique – uma estratégia da tomada do poder pela classe operária a partir de possibilidades abertas pela crise política e econômica vivida após o início da Primeira Guerra Mundial – assim como a forma de que os marxistas revolucionários se utilizaram à época dessa experiência de auto-organização como grande escola política. Mais ainda, a Revolução Bolchevique, como acertadamente indicou o italiano Antonio Gramsci, representou uma “nova atmosfera moral” de liberdade, um fato político fruto da vontade coletiva que o gestou (GRAMSCI, 2004, p. 102). Seus aspectos centrais de caráter universal abriram espaço para provocar internacionalmente alicerces para pensar uma nova cultura e experiência revolucionária

[1]. Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutoranda em Ciências Sociais e docente colaboradora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do Práxis: Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (UFEG/CNPq). E-mail: jdanillaaguiar@hotmail.com

[2]. Doutor em Ciência Política. Docente do Departamento de Ciências Política e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Autor de *Gramsci, marxismo e revisionismo*, Autores Associados, 2015. Editor do blog marxismo21. E-mail: leandrogalastri@gmail.com

proletária a partir do que aconteceu na Rússia, fundamentalmente entre 1917 e 1920, inspirando outros revolucionários em todo o mundo, inclusive na América Latina. Destacam-se os escritos do peruano José Carlos Mariátegui, autor que sempre manifestou posições favoráveis ao processo histórico e político desencadeado pelos bolcheviques em outubro de 1917.

Relevantes trabalhos recentes nas universidades e no mercado editorial têm demonstrado os elementos originais do que seria o marxismo “heterodoxo” de Mariátegui em seu contexto latino-americano. Chamamos atenção para o fato de que dimensões importantes dessa originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do marxismo “ortodoxo” levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método leninista de adaptar a teoria marxiana para as condições concretas de formações sociais específicas sem descurar de seu caráter revolucionário.

Este trabalho objetiva destacar afinidades entre pensamento e práxis política do peruano José Carlos Mariátegui, firmadas no afã revolucionário decorrente de 1917, considerado como profundamente relevante para o desenvolvimento teórico marxista do autor. Influenciado pelo bolchevismo, Mariátegui vislumbrava na educação das massas – numa concepção mais ampla da educação e formação cultural dos grupos subalternos – uma ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária, sendo marcante a experiência ordinovista³ na aprendizagem e adesão ao socialismo durante sua trajetória e estadia na Europa.

[3]. Em referência ao periódico italiano dirigido por Gramsci, a experiência ordinovista aqui retratada dimensiona os diversos momentos do *L'Ordine Nuovo*, ou seja, o movimento de revista de cultura operária até o terreno em que se criaram as premissas para o desenvolvimento de um partido da mesma classe.

Algumas das principais ideias do pensador marxista peruano podem ser aplicadas na análise concreta da luta de classes latino-americana, principalmente em torno dos temas da raça e da concentração fundiária, podendo-se traçar um paralelo com esta última questão com o que Lênin realizava no contexto russo.

Investiga-se, pois, a influência desse contato vivente com o pensamento marxista e leninista na Europa e o significado da Revolução Russa na interpretação do marxismo de Mariátegui, que se reflete no debate marxista latino-americano e mundial em meados das décadas de 1920 e 1930, partindo do pressuposto de que o autor expressa entre seus interlocutores à época a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas.

Indica-se, nos apontamentos conclusivos, como a análise dialética da dimensão nacional com o plano internacional e o destaque conferido às experiências de auto-organização locais lhe pareciam fundamentais para tecer uma práxis revolucionária. É um debate que tem estreita relação com as etapas de expansão do marxismo na América Latina, com o surgimento e a expansão da corrente comunista no subcontinente. Relaciona-se também com o tempo presente de avanços de crises políticas, econômicas e hegemônicas, de caráter orgânico, que se expressam em crescentes ataques à classe trabalhadora, ao passo que se perde a centralidade da estratégia revolucionária em nome da tática democrática. São discussões que estiveram postas pela esquerda marxista desde 1899, com a publicação do livro de Rosa Luxemburgo *Reforma ou Revolução*, que realizou uma crítica precisa das bases teóricas e práticas do reformismo, passando pelos debates no seio revolucionário que proporcionou a emergência da revolução russa, entre bolcheviques e mencheviques, e que também se faz presente nos debates latino-americanos a partir do começo da vida republicana até os dias de hoje.

Mesmo fazendo uso da análise da situação concreta do Peru, Mariátegui via na Revolução Russa a mais alta experiência de

avanço revolucionário conquistado pelo proletariado mundial, “um tema de estudo geral para todos com alguma curiosidade intelectual”, para “além dos partidários e propagandistas” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 56).

PERIODISMO, EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

A ideia de fomentar o terreno cultural proletário – que numa concepção leninista e gramsciana referenciaria à organização e disciplina – assim como a conquista de consciência do próprio papel histórico, a função da educação e a definição de um programa político são preocupações que se encontram presentes no programa de *L'Ordine Nuovo*, periódico semanal dirigido por Antonio Gramsci e que passa a ser um programa de partido que muito influenciou as ideias do revolucionário peruano enquanto vivia na Itália. A partir das iniciativas educativas e culturais do jovem Gramsci, com a crítica à cultura liberal italiana, à educação enciclopedista como resposta à crise do racionalismo exposta no pós-guerra, fomenta-se a proposta de atuação de *L'Ordine Nuovo* junto aos conselhos de fábrica como espaços de educação autogestionária. Como destacado por Fernanda Beigel (2005, p. 39), essas marcas do periodismo desenvolvido em Turim, sob a direção de Gramsci, como uma “concepção política e uma forma de práxis” também se fizeram presentes na formação mariateguista, tanto que o marxista peruano funda, ao voltar ao país, uma revista, a *Amauta*,⁴ com finalidade semelhante ao primeiro período ordinovista. A revista *Amauta* durou de setembro de 1926 a setembro de 1932, continuando a circular no Peru mesmo após a

[4]. A palavra *Amauta*, que, em quéchua, significa pensador, mestre, sábio, se tornou também apelido de Mariátegui.

morte de Mariátegui, seu idealizador, e tem seu papel destacado por Alberto Flores Galindo na emblemática afirmação de que a “*Amauta* acabou sendo mais que uma revista: foi a antessala do partido” (GALINDO, 1980, p. 69).

Passaram pelas páginas dessa revista escritos de autores peruanos, latino-americanos e também textos de Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, André Breton, Máximo Gorki, Marinetti, Georges Sorel, dentre outros, publicando os mais diversos temas como poesia, teatro, crítica literária, linguística, arte, antropologia, relações internacionais, imperialismo e, claro, problemas mundiais, política, história, economia, movimento operário e questão indígena, postulando a necessidade objetiva e subjetiva dos grupos subalternos peruanos de conhecer o que ocorre no mundo em termos de política, economia e sociedade. Foi também na *Amauta*, junto a temas de relevância local, que o marxista peruano apresentou a revolução de outubro com destacada reflexão, demonstrando como esse fato histórico modificou diferentes esferas da vida, desde a política até a cultura.

A situação local/nacional não poderia ser compreendida sem uma análise do desenvolvimento capitalista internacional. O processo educativo das massas, numa concepção bem abrangente, assim como foi preocupação de Gramsci, permeou boa parte das obras de Mariátegui, que chegou a desenvolver teoricamente a questão da educação das massas indígenas no Peru (MARIÁTEGUI, 1970, 1979; PERICÁS, 2006).

É relevante destacar que, muito embora a principal obra de Mariátegui, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, tenha sido escrita cerca de uma década após a Revolução Russa, em 1928, as inquietações encontradas em seus escritos e a militância mantêm uma linearidade e conseqüente maturação, sendo possível verificar que o autor, ao passo que discutia fundamentalmente temas nacionais, não perdia seu grande norte, que era a constru-

ção de uma nova sociedade, articulando teoria e prática revolucionária. Assim, o vivo testemunho histórico foi o terreno em que se desenvolveu a sua convicção no marxismo.

Mariátegui, ainda em sua juventude, se envolve com o movimento estudantil peruano, inspirado em grande medida pela Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina.⁵ Sua militância – mesmo que ainda incipiente – e a consequente oposição ao então presidente peruano, o general Augusto Leguía, ocasionam o fechamento do jornal onde trabalhava à época, o *La Razón*, e um “exílio” forçado na Europa, onde viveu durante os anos de 1919 a 1923, tendo passado maior parte do tempo na Itália. Vivia como uma espécie de “agente de propaganda do governo no exterior”, alternativa que lhe foi dada para não ser preso em solo peruano. Posteriormente afirmava que, somente durante sua estadia na Europa, mais precisamente através da sua experiência de viver por vários anos na Itália e através da passagem por outros países onde vivenciou as experiências do movimento operário nas organizações sindicais e partidárias e os impactos da Revolução Russa, foi capaz de compreender as relações capitalistas em países semicoloniais como no Peru. Na Europa, Mariátegui é leitor do jovem Gramsci, que estava organizando a imprensa do partido comunista da Itália. As semelhanças entre os dois autores, mesmo

[5]. O movimento estudantil que se iniciou em 1918, com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento de uma nova geração latino-americana, proporcionando uma agitação posterior em outros países. Não se tratando de um movimento restrito à universidade, partindo da ideologia e inspiração revolucionária da Revolução Russa, a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia local continha fundamentalmente três reivindicações: a participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e de sua história e a modernização do sistema universitário, em que o corpo docente não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra (MANIFESTO DE LA F. U. DE CÓRDOBA, 1918). Partia-se do conhecimento da realidade local e regional, para se construir a partir de um vínculo dialético uma filosofia capaz de se oferecer como arma intelectual ao proletariado. Falava-se numa reforma que perpassasse o âmbito da filosofia porque precisamente nessas classes médias se encontraria a conexão com seu papel na história. Conforme afirmava Marx, na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, a filosofia encontraria no proletariado suas armas materiais, enquanto o proletariado encontraria na filosofia suas armas intelectuais (MARX, 2005 [1843], p. 156).

não havendo registros de que tenham se conhecido, são inegáveis. Muito provavelmente, tal semelhança é proveniente do espírito revolucionário de ambos e também por terem experimentado o contexto da história italiana e das lutas de classe mundial ainda sob o impacto da revolução de outubro, do legado dos conselhos e ocupações de fábrica em Turim, o *Biennio Rosso*, entre os anos 1919 e 1920, a fundação do Partido Comunista da Itália, em 1921, a ascensão do fascismo, assim como os debates no interior da III Internacional.

Perante a nova configuração mundial de forças e os conflitos no interior do movimento comunista internacional, o marxista peruano participa do Congresso de Livorno, da fundação do Partido Comunista da Itália – PCI (1921) e da Conferência Econômica Internacional (1922), aprofundando-se no debate sobre os sindicatos, a constituição do partido e dos Conselhos de Fábrica como instrumentos necessários para um processo revolucionário, para a construção de uma nova hegemonia (DIAS, 2000).

Pensa a questão da hegemonia desde uma perspectiva leninista e gramsciana, incluindo no seu programa político reivindicações que contemplem outras categorias de trabalhadores, conquistando, desta forma, o apoio das classes aliadas. Postulava as necessidades materiais e simbólicas de uma revolução índia a partir do estudo da questão indígena desde a própria perspectiva indígena também, uma atividade que empreende no seu livro mais difundido, o *Sete Ensaio*. Os povos autóctones são frações de trabalhadores que devem escrever sua própria história e, para isso, devem se preparar intelectualmente. Essa história integral – utilizando-nos aqui de uma categoria que seria ainda apresentada por Gramsci nos *Quaderni* – deve ser escrita pelos seus próprios intelectuais, de maneira independente das interpretações da historiografia oficial, dominante (GRAMSCI, 2002). A reconstrução da história sob a base do índio seria um forte elemento de emancipa-

ção, que, junto com o internacionalismo proletário latino-americano, aproxima esses povos que sentem a subalternidade em uma dupla perspectiva, através da exploração econômica pelo trabalho e pela opressão social intensificada a partir do racismo.

Enxergava como necessário despertar na classe trabalhadora e fundamentalmente nos grupos historicamente subalternizados no Peru e em grande parte da América Latina – os indígenas – uma vontade popular em avançar numa revolução socialista internacional, partindo das realidades locais.

Assimilar as lições dos *soviets* na Rússia, a fecundidade das experiências nacionais do bolchevismo com as greves de massas que surgiram no contexto pós 1905, como os verdadeiros líderes do movimento revolucionário, a importância dos jornais entre as três tendências comunistas, significava, para Mariátegui, analisar as experiências concretas de auto-organização e investir na formação política do partido via educação dos trabalhadores. Os *soviets* russos seriam esse instrumento da educação e sua direção, portanto, deveriam estar nas mãos operárias revolucionárias. Os próprios organismos soviéticos, dependendo de quem os dirigia, poderiam levar a revolução ao triunfo ou ao fracasso. O processo revolucionário havia demonstrado que o conselho era o principal organismo da democracia operária, “seria[m] não apenas a escola de direção e administração do processo fabril, mas também de educação político-cultural da classe operária, dotada de um ‘espírito de cisão’” (DEL ROIO, 2006, p. 314).

Cabe destacar ainda a influência do sindicalista francês Georges Sorel na trajetória de Mariátegui. Algumas das incorporações se dão através dos conceitos “espírito de cisão” e principalmente do “mito revolucionário”. Mariátegui visualizou na imaginação libertadora do mito soreliano o que para ele seria a fé revolucionária, para além de um conceito, uma paixão, uma ideia, um sentimento, que não significava, contudo, ingenuidade ou volun-

tarismo romântico. Segundo Robert Paris, o rompimento com o cientificismo positivista, bem como a recusa da ideia de progresso eurocêntrico que o revolucionário peruano encontrou nas ideias de Sorel, foram fundamentais para formar o seu marxismo criativo e heterogêneo (PARIS, 1978). Paris destaca ainda que, como forma de aderir ao movimento real, Mariátegui se incumbiu da tentativa de unir Lênin e Georges Sorel, fundindo o socialismo científico com a ideia soreliana de mito.

Os exemplos de auto-organização nas conjunturas nacionais podiam ser vistos, na Itália, nos conselhos operários de fábrica; enquanto no Peru, tinham-se os *ayllus* como experiência auto-organizativa característica da democracia andina.⁶

No horizonte de luta mariateguista, havia a reivindicação pela terra, diferentemente da pequena propriedade privada, mas alavancada pela organização coletiva, uma organização que poderia ressurgir do exemplo do coletivismo incaico, nessa forma organizativa concreta destacada nos estudos de Mariátegui sobre a formação social e econômica peruana, os *ayllus*, uma tradição do Peru profundo e das civilizações indígenas pré-colombianas. Na sua obra mais conhecida, *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, o autor indica que esse comunitarismo indígena possuía características agrárias, em grande medida, como um antecedente de auto-organização. Esse fator natural de socialização da terra presente nos antepassados indígenas atuaria junto ao enfrentamento do atraso no campo, explicitado na persistência do gamonalismo – prática de latifundiários peruanos que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão – e

[6]. Presentes em todos os Andes da região da América do Sul, os *ayllus* permanecem como uma experiência auto-organizativa principalmente na Bolívia e no Peru. Andrade, ao descrever a experiência dos *ayllus* na Bolívia, indica que se tratava de um “sistema de autoridades” que “engloba[va] funções governativas e auxiliares/especializadas”, lembrando ainda que nesse regime as autoridades eram eleitas por sistema rotativo (ANDRADE, 2002, p. 21).

da oligarquia latifundiária, assim como na nascente associação de uma precária burguesia com o imperialismo.

Destacava ainda a necessidade de que essa tradição *ayllu* mantivesse contato também com o movimento sindical político organizado, já existente na capital, Lima, como forma de trazer unidade à classe subalterna. Havia ainda que determinar a direção dessa classe ao proletariado, que, para o revolucionário peruano, seria o sujeito político capaz de cumprir essa missão e que, durante parte do tempo, principalmente em países de desenvolvimento tardio, exerceria uma combinação de trabalho proletário e também agrícola. Ao propor soluções concretas para tais entraves, determinava que algumas tarefas deveriam ser cumpridas para que se pudesse iniciar uma organização dos grupos da classe trabalhadora peruana, em sua maioria indígenas e camponeses. É importante ressaltar que Mariátegui não acreditava em uma “etapa democrático-burguesa nacional e antifeudal”, seu horizonte era o socialismo, que tinha como ponto de partida o Peru incaico e suas formas antecedentes de auto-organização. Essa organização partiria e seria dirigida pelas frações dos próprios grupos subalternos, e assim defendia, por essa via, uma nova organização *ayllu* que havia sido impedida pelo gamonalismo alinhado com a dominação imperialista no subcontinente (MARIÁTEGUI, 1979).

A união da consciência étnica com a consciência classista se faz fundamental para trazer o índio à luta revolucionária, junto com a classe trabalhadora em um sentido mais geral, para que se torne possível a libertação do capitalismo e se reconheça sua capacidade de autogestão econômica, política e cultural. O seu problema não está restringido ao aspecto cultural ou ao aspecto racial como costumeiramente se aponta, encontra-se muito mais relacionado ao problema da terra, da sua deposição e ausência de uma forma de sustento, no marco do desenvolvimento do sistema capitalista.

Essas propostas concretas para a superação da condição subalterna estariam diretamente atadas à formação de uma vanguarda operária e à preocupação permanente com a prática política e intelectual das massas indígenas, camponesas, trabalhadoras e estudantis.

Cabe destaque ainda para outro tema relacionado à educação e que faz parte da trajetória do pensador peruano, a participação no projeto das Universidades Populares González Prada⁷ (doravante UPGP), criado em janeiro de 1921 pelo seu principal interlocutor à época, o também peruano e líder Haya de la Torre, sobre o qual discorreremos no tópico seguinte.

Ao voltar da Europa, Mariátegui prontamente aceita o convite para lecionar no UPGP, em Lima. Consistia em uma espécie de estudos nas comunidades, organizados coletivamente para realizar cursos de formação política, de análise de conjuntura, tratando-se de uma prática bastante utilizada no subcontinente – principalmente na Argentina e no Chile – assim como na Europa, visto que os espaços críticos eram tolhidos nos espaços de acesso à instrução formal. Enfrentou, como já se podia prever, vários embargos e perseguições do presidente Augusto Leguía, mesmo após sua estadia exilada na Europa, onde se tornou, como gostava de se apresentar, um ‘marxista convicto e confesso’.

MARIÁTEGUI E A TRADUÇÃO LATINO-AMERICANA DO LENINISMO: O PROBLEMA DA PROPRIEDADE DA TERRA

É adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que Mariátegui chamará atenção para o problema específico da

[7]. Após a realização do primeiro congresso nacional de estudantes peruanos, realizado na cidade de Cusco, em 1920, foi aprovada a criação das Universidades Populares González Prada.

exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Em sua opinião, o marxismo é a única concepção teórica que pode conferir um sentido moderno e construtivo para a causa indígena, elevando-a a um plano de política criadora e realista com base em sua própria condição social e econômica (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Aqui, por exemplo, Mariátegui demonstra uma interessante afinidade com as reflexões de Lênin a respeito da união operário-camponesa sob a hegemonia dos primeiros. Observa que a causa indígena “conta com a vontade e a disciplina de uma classe que faz hoje sua aparição em nosso processo histórico: o proletariado” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Para Del Prado (CHOY *et al.*, 1970, p. 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais do proletariado peruano, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quéchua e aymara que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodoeiras do litoral.

Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o partido bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lênin o mérito principal de sua condução (MARIÁTEGUI, 1974, p. 213).

Nesse momento, pode ser interessante um exercício teórico, ainda que breve, sobre o modo de proceder à análise de suas respectivas realidades concretas por Lênin e Mariátegui. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode

ser uma ilustração sistemática da afinidade político-teórica entre os dois revolucionários ou, mais especificamente, da perspectiva leninista de Mariátegui a respeito da tradução dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho; e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁸ e o proeminente elemento étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daquele campesinato e proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo à luta classista. Vejamos como cada autor analisa sua própria conjuntura.

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra*, em 1901 (LÊNIN, 1975, p. 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado foi o retorno à semisservidão, à proletarização da maioria e à formação, a partir de uma minoria de *kulaks*, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

[8]. Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o *demos* urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível. (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar de a primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário social-democrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (LÊNIN, 1975, p. 464-473).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (LÊNIN, 1976, p. 164-165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (LÊNIN, 1976, p. 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital é uma luta socialista (LÊNIN, 1976, p. 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do pro-

grama bolchevique para a solução do problema agrário, apresentada no IV Congresso do POSDR (LÊNIN, 1976, p. 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da social-democracia russa daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo Emancipação do Trabalho) e Riazanov (Grupo Borbá).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos *teratenientes*), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (LÊNIN, 1976, p. 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado e a alteração das formas de exercício de seu poder não podem, em todo caso, ser subestimadas. “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (LÊNIN, 1976, p. 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov,⁹ Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retraída e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazerem

[9]. Representante de uma das correntes internas da social-democracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (LÊNIN, 1976, p. 216). Embora esteja pensando especificamente na propriedade operária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização parcial da propriedade fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta parcial contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta parcial contra o imperialismo. Nesse raciocínio, parcial significa precisamente agir de forma conciliatória com os inimigos de classe e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

MARIÁTEGUI E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão

estratégica mais ampla, tanto para Lênin quanto para Mariátegui, era estabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista.¹⁰

O autor apresenta uma composição de classes que descrevia, em geral, as populações americanas pré-independência e constituía um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comerciantes, que disputava de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os *villanos*, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, eram a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesãos e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extrasocial (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes os uniram no interesse comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíram um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pe-

[10]. Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

los movimientos nacionales de independência. As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixavam intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulavam suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 1979). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru.

Ao mesmo tempo em que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabaram realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle destes. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (MARIÁTEGUI, 1979, p. 49).

Com base na constatação de que, no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinal de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (MARIÁTEGUI, 1972,

p. 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, o desenvolvimento e a proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do *ayllu*, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de se converter gradualmente em organização do Estado socialista moderno (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110).

Em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (MARIÁTEGUI, 1972, p. 111). Ou seja, percebe-se a clara preocupação do autor com a concretização da unidade trabalho-educação numa perspectiva classista, unidade que não se daria nos moldes funcionais ao capital, para a exploração de mão de obra barata após um ciclo escolar voltado à instrução técnica para um mercado de trabalho precarizado, mas, ao contrário, uma educação que encarnaria os ideais da *Práxis* no sentido da III tese sobre Feuerbach.¹¹

É importante ressaltar que Mariátegui – sem cair num romanticismo do qual era criticado, num culturalismo autóctone, tampouco em uma perspectiva eurocentrista – defende a reconstrução peruana sobre a base do índio, sem procurar transplantar modelos de desenvolvimento europeus para o subcontinente:

[11]. A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida racionalmente entendida como *prática revolucionária*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 533).

Os indigenistas revolucionários, em vez de um platônico amor ao passado incaico, manifestam uma ativa e concreta solidariedade com o índio de hoje. Este indigenismo não sonha com utópicas restaurações. Considera o passado como uma raiz, mas não como um programa. Sua concepção da história e de seus fenômenos é realista e moderna. Não ignora nem esquece nenhum dos fatos históricos que, nestes quatro séculos, modificaram, com a realidade do Peru, a realidade do mundo. (MARIÁTEGUI, 1925 *apud* CARVALHO; AGUIAR, 2013, p. 115, tradução livre).

Tampouco atribuiu a alguma burguesia nacional latino-americana a tarefa de uma revolução de qualquer tipo, burguesa, nacionalista, apoiada nos preceitos marxistas, influenciada pelo debate na época e em consonância com os quatro congressos da Internacional Comunista - IC. Foi exatamente no IV Congresso da IC que foram aprovadas também as “Teses gerais sobre a questão do Oriente”, que diziam que a frente única proletária seria aplicável aos países imperialistas, enquanto a frente única anti-imperialista seria adequada aos demais. A *Amauta* se apropriou dinamicamente das táticas da Frente Única Proletária e da Frente Única Anti-imperialista e ampliou o alcance da tática frentista para incorporar os indígenas, que à época compunham 4/5 dos oprimidos do país. Problematizava que a marginalidade na qual se encontravam os indígenas peruanos não se devia a uma suposta superioridade étnica, cultural, mas a uma dominação política e econômica levada a cabo pelas classes dominantes, principalmente pela dominação territorial (MARIÁTEGUI, 1979, 2011). Pensava a questão da frente única anti-imperialista e, posteriormente, de classe, (assim como o tema da hegemonia) desde uma perspectiva leninista e gramsciana, incluindo no seu programa político

reivindicações que contemplassem outras categorias de trabalhadores, conquistando, desta forma, o apoio das classes aliadas.

Mais do que um ajuste na práxis frentista, esta ampliação exigiu esforços teóricos de compreensão de economia, política e culturas presentes no território peruano. Como decorrência prática de sua estadia na Europa, concentradamente na Itália, ao retornar ao Peru, em 1923, esforçou-se em elaborar o programa e o partido da revolução no país, compreendido como parte da economia capitalista mundial. Seu propósito era unir a tarefa de compreender a realidade peruana, contribuir para a organização do proletariado como classe consciente e impulsionar as lutas indígenas e camponesas em unidade com o programa socialista. Restava às classes subalternas – composta em grande parte por indígenas – pensar estrategicamente como poderiam se organizar politicamente para se defender e também contra-atacar. O proletariado não deveria ser mero espectador das crises capitalistas mundiais. Era fundamental demonstrar através da sua experiência e fontes teóricas que mesmo uma crise que acontecia e tinha seu estopim na Europa determinaria os rumos do proletariado mundial. Essa era uma necessidade ainda maior entre os intelectuais revolucionários, de vanguarda.

Durante a Revolução Russa, ampliaram-se as alianças entre os impérios e os partidos burgueses, unidos pelo medo da ameaça soviética, que mobilizou também as forças reacionárias no subcontinente latino-americano. Mariátegui propunha, já em fins da década de 1920, um marxismo latino-americano concreto, que romperia com o sistema capitalista pela revolução socialista através da luta de classes, com o índio entendido como parte da frente única de classe. Sua elaboração teórica e seus intentos organizativos, em um “período de enrijecimento do debate político na Internacional Comunista (IC)”, buscou inspiração no pensamento de

Lênin e nas discussões do segundo congresso da IC, que pautavam a questão colonial e nacional, bem como a necessidade revolucionária de rejeitar as ilusões pequeno-burguesas nacionalistas, sendo marcante o posicionamento leninista da política de frente única de classes, reaproximando classe operária, campesinato e partido, uma composição teórico-política que também inspirou o socialista peruano (CARVALHO; AGUIAR, 2012, p. 108). Seria a partir dessa aproximação com o marxista russo que Mariátegui declararia que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia”¹² (MARIÁTEGUI, 2011).

DEBATE SOBRE A ATUALIDADE DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA E O PENSAMENTO DE MARIÁTEGUI

Na América Latina, além do combate às incipientes insurreições, tentou-se barrar a evolução de alguma perspectiva teórica que fosse de encontro ao que impunha o capitalismo personificado na Europa, principalmente na Europa Ocidental, como centro de poder e saber mundial. Questões políticas como organização, aliança de classe e interesse por problemas sociais por parte dos intelectuais da época fizeram com que se falasse na aplicação do pensamento marxista na América Latina. Destacando também as divergências entre diferentes grupos socialistas, a revolução de outubro deveria ser a escola para a classe revolucionária.

Entendemos, assim, que Mariátegui procurou traduzir e adaptar métodos leninistas para a América Latina. Desenvolveu seus ensaios teóricos e formulações sobre qual fração subalterna lidera-

[12]. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova. (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249).

ria uma frente única anti-imperialista e, posteriormente, de classe frente a um processo revolucionário, uma análise que Lênin realizou na Rússia ao concluir que, sem o apoio dos camponeses, não haveria revolução possível num país com grandes porções de trabalhadores camponeses submetidos à situação de semisservidão.

A partir de uma análise da realidade concreta do Peru da época, descrevia criticamente a situação do país e do subcontinente, apontando, também, soluções para o problema do índio, sem cair no culturalismo como propunham algumas escolas literárias. De fato, pretendia olhar, observar e entender o Peru para então organizar operários, camponeses e indígenas e depois formar um partido socialista. Apontava nos *Sete Ensaios* que o problema do índio não poderia estar restrito ao aspecto cultural, como hoje algumas correntes – incluindo os autores pós-coloniais – pretendem sublinhar. A subordinação do marxismo a questões éticas e raciais encobre justamente a necessidade de se acabar com essa exploração através da luta política entre classes. Estudar esses processos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante, entre outros aspectos, por nos permitir analisar criticamente os governos contemporâneos, em que discursos nacional-desenvolvimentistas voltaram à cena política, reavivando velhas ilusões enquanto incontáveis lutas das nacionalidades autóctones defendem o que restou de seus territórios e resistem ao genocídio em alguns países da América Latina.

Há menos de duas décadas, o subcontinente latino-americano experimentava um intenso momento de lutas, ilustrando algumas transformações no cenário político regional. O triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, o fracasso da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e, em contrapartida, o projeto de construção da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América), o estopim da crise capitalista em 2008 e as lutas por nacionalizações na Bolívia e no Equador, seguidas

pela primeira ascensão presidencial de Evo Morales (2005) e Rafael Correa (2006), respectivamente, sinalizavam mudanças na geopolítica da América Latina. São governos que articularam institucionalidade e pautas nacional-populares num projeto de caráter heterogêneo e continental e que reascenderam – ao menos em discurso – na dimensão política uma tentativa de ruptura com as estruturas de poder e cultura antidemocrática, que minavam a credibilidade das instituições políticas locais, trazendo a substituição das constituições em vigor e a renovação dos quadros políticos dirigentes.

Os governos nacional-populares latino-americanos, na ausência de uma caracterização mais adequada, inauguraram, assim, uma agenda de alternativa política às estruturas de poder vivenciadas desde a terceira onda democrática em meados da década de 1980 e que se instalou no aparelho do Estado. É importante lembrar que, mesmo antes da crise capitalista que eclode no centro imperialista estadunidense em 2008, a América Latina aparecia como um subcontinente em ebulição, onde vários movimentos sociais despontaram na cena política na última década do século passado, tendo como exemplo as pioneiras rebeliões zapatistas em 1994, no México; e a atuação dos *piqueteros* na Argentina, à mesma época, assim como na resistência dos *mapuches* no Chile e nas inúmeras lutas das nacionalidades no Equador, Peru e Bolívia. São movimentos sociais que fundamentalmente retomam as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional e, principalmente, pela nacionalização dos recursos naturais.

Nosso debate está vinculado à ideia de que a constituição de uma nova sociedade e de um novo homem, como falava Ernesto “Che” Guevara, pensando uma nova hegemonia em termos gramscianos, implica uma transformação para uma nova estrutura econômica, nova organização política e também nova orientação ideológica e cultural. Essa reflexão recupera uma preocupação

já trazida por alguns marxistas latino-americanos que procuravam analisar as especificidades do subcontinente, e partimos do pressuposto de que um exemplo emblemático é o marxista José Carlos Mariátegui, figura política marcante no debate marxista da década de 1930 e que apresentou consequências para o socialismo mundial. Problematizou, entre essas particularidades latino-americanas, fundamentalmente o problema da raça na América Latina e o desenvolvimento econômico-político dos indígenas, premissa que exigiu esforços teóricos de compreensão de economia, política e culturas presentes no território peruano.

A *Amauta* conferiu destaque à forma de organização política dos *soviets*, a grande riqueza da experiência popular bolchevique, à universalidade de aspectos centrais da revolução russa, como a preocupação com os temas da educação e da cultura, investindo na formação política do partido revolucionário de massas, partindo da observação e experiência de cada situação concreta. A preocupação era como preparar uma estratégia revolucionária para a vitória dessa frente única, cuja direção estaria nas mãos operárias revolucionárias, a vanguarda mais avançada e temperada nas lutas.

Em meio à autenticidade das interpretações de Mariátegui sobre a realidade peruana e mundial, assim como sobre os possíveis caminhos ao socialismo, destacam-se as relações com o movimento operário mundial, sobretudo nas aproximações com a III Internacional e nas tensões estabelecidas a partir do processo de estalinização desta organização, assimilando as lições dos *soviets* – principal instrumento de frente única política dos operários – na Rússia contra os oportunistas. Seriam também os *soviets* o instrumento de ligação orgânica entre o partido. Não se trata, para o autor peruano, de fetichismo soviético, mas de trazer teórica e objetivamente a Revolução Russa e a defesa do bolchevismo em seu plano de ideias e ações.

Importante também para Mariátegui seria a necessidade de o proletariado e os camponeses peruanos, latino-americanos, conhecerem a situação mundial, principalmente por meio de uma imprensa que tivesse compromisso ideológico com essa classe. Delegava pontual relevância ao fato de grupos socialistas e sindicalistas possuírem seus próprios instrumentos de cultura popular, como forma de contagiar o povo pelo interesse do estudo da crise, da situação mundial.

Frente aos novos processos da luta de classes que começam a se desenvolver contemporaneamente, num contexto de crise capitalista mundial e avanço de uma direita política mais ortodoxa e conservadora, faz-se necessário um retorno à reflexão estratégica ao passo que a contribuição dos autores traz o alerta da inviabilidade das direções pequeno-burguesas ou de contar com frações burguesas como aliadas no combate ao imperialismo. Mariátegui permanece como leitura nevrálgica em um contexto de necessidade de se avançar na organização da resistência e de reavivar as inúmeras lutas das nacionalidades originárias que resistem ao genocídio na América Latina e, decisivamente, no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Comuna de La Paz*. História da Assembleia Popular de 1971. 365p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de História, São Paulo, 2002.

BEIGEL, Fernanda. Una mirada sobre otra: el Gramsci que conoció Mariátegui. *Estudios de Sociologia*, Araraquara, n. 18/19, p. 23-49, 2005.

CARVALHO, Soraia de; AGUIAR, Danilla. Mariátegui e as táticas de frente única. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS. v. 17, n. 30, p. 108-122, 2013.

CHOY, Emilio *et al.* Lenin y Mariategui. *Amauta*, Lima, 1970.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a educação do educador. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 311-328, 2006.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim*. São Paulo: Xamã, 2000.

FLORES GALINDO, Alberto. La agonía de Mariátegui. *Obras completas*, v. II. Lima: Fundación Andina, 1991.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÊNIN, Vladimir. *Obras Obras Escogidas*. Tomo I. Moscou: Editorial Progreso, 1975.

LÊNIN, Vladimir. *Obras Obras Escogidas*. Tomo III. Moscou: Editorial Progreso, 1976.

MANIFESTO DE LA F. U. DE CÓRDOBA. 1918. Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Educacion. Amauta*, Lima, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideología y política. Amauta*, Lima, 1974.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Peruanicemos al Perú. Amauta*, Lima, 1972.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Revolução Russa*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARIS, Robert. Mariátegui: un sorelismo ambiguo. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1978.

PERICÁS, Bernardo. Mariátegui e a questão da educação no Peru. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 169-204, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a07n68.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

LA ODISEA DE MARIÁTEGUI¹

*Juan Dal Maso*²

INTRODUCCIÓN³

EN BUSCA DE MARIÁTEGUI

Se ha tornado habitual el buscar afinidades electivas entre José Carlos Mariátegui y Antonio Gramsci. Pero entre los muchos puntos de contacto que mantienen ambos intelectuales marxistas es necesario señalar uno indispensable para ubicarnos en las dificultades que nos plantea todo intento de recuperación del pensamiento del marxista peruano: al igual que

[1]. Nota del autor: Este ensayo se publicó en el año 2003 en la Revista Lucha de clases N° 2/3 de Argentina. Si bien hoy modificaría el tono (que me parece el de un joven pretencioso) y corregiría algunas fuentes (por ejemplo la utilización de las ediciones temáticas en lugar de la edición crítica de los Cuadernos de la cárcel), considero que las cuestiones principales planteadas en este trabajo conservan validez: la recuperación de la experiencia de Mariátegui y de su pensamiento teórico y el intento de relacionar sus ideas de las de Gramsci y Trotsky (con quienes guarda afinidades y diferencias) sin dejar de buscar su aporte específico así como los rasgos de su trayectoria que hacen a cualquier intento de pensar el marxismo en América Latina.

[2]. Autor dos livros “El Marxismo de Gramsci” (2017) e “Hegemonia e Lucha de Clases” (2018), entre outros libros e artigos sobre diferentes problemas da teoria marxista. Membro do comitê editorial da *Revista Ideas de Izquierda* da Argentina. Pesquisador do Instituto do Pensamento Socialista (IPS) Karl Marx na Argentina.

[3]. Una primera versión de este artículo ha sido publicada en *Rebelión* el 10 de diciembre de 2002, firmado con el seudónimo Gabriel Lanese. Hemos hecho correcciones sustanciales y otras modificaciones. Si bien hemos mantenido muchos aspectos señalados en la primera versión introdujimos otros que no estaban presentes. Así también hemos ampliado las fuentes bibliográficas.

el marxista italiano, Mariátegui ha sido desde su muerte objeto de múltiples “usos”.

Difamado luego de su muerte por no ser lo suficientemente stalinista por la fracción Ravines, sindicado como “populista” por los historiadores soviéticos, transformado durante los años ‘40 en un stalinista furioso, recuperada su obra por el impulso de la revolución cubana, reinterpretado en los ‘70 en clave maoísta⁴, disputado por las corrientes del movimiento indígena; su figura es hoy una sombra difusa, una sombra que es necesario asir y volver a delinear en su contenido concreto.

Esta es la tarea que nos proponemos en este trabajo: recuperar el pensamiento de José Carlos Mariátegui para el marxismo revolucionario de nuestros días, para enriquecer la teoría-programa de la revolución permanente elaborada por León Trotsky, y para contribuir a un debate que se viene desarrollando desde distintas posiciones entre los marxistas acerca del contenido filosófico del marxismo y del aporte hecho por Mariátegui respecto de esta problemática⁵. Este último aspecto implica volver a poner sobre el tapete las relaciones del marxismo con la cultura occidental.

[4]. Comité Central del Partido Comunista del Perú, octubre de 1975, «Retomemos a Mariátegui y reconstituimos su partido», versión electrónica.

[5]. Entre los autores argentinos Néstor Kohan, Marx en su (Tercer) mundo, Bs. As., Ed. Biblos, 1998. Del mismo autor De Ingenieros al Che, Bs. As., Ed. Biblos, 2000. El mismo tema está tomado en el libro de Horacio Tarcus El marxismo olvidado en Argentina. Del mismo autor ver Mariátegui en Argentina o las políticas culturales de Samuel Glusberg, Bs. As., Ed. El Cielo por Asalto, 2001. Como nuestra perspectiva es muy distinta a la de ambos autores creemos necesario introducir una aclaración al respecto. En el caso de Kohan señalamos tres aspectos sustanciales que nos distancian profundamente de su perspectiva: en primer lugar, que el «linaje» del marxismo latinoamericano que intenta construir incluye curiosamente a figuras con posiciones divergentes respecto del stalinismo criollo y otras que, como Héctor Agosti, fueron siempre intelectuales orgánicos del stalinismo argentino. De aquí que, si bien Kohan asume una posición crítica frente al stalinismo, no dedica la menor atención a las corrientes trotskistas que, con sus aciertos y errores se opusieron de conjunto a la burocracia staliniana. Por último, partiendo de que «...en Stalin, Mao y Trotsky -más allá de sus evidentes diferencias políticas- subyace una misma interpretación de la filosofía marxista...» la lucha de los trotskistas por el programa y la estrategia marxistas aparece en el nivel de «disputas y rencillas políticas», las cuales habrían jugado el papel de ocultar «los fuertes lazos comunes que la vertiente stalinista y la trotskista mantuvieron en torno de la filosofía del marxismo» (Marx en su (Tercer...), op.cit., pgs. 39 y 47-48

Por último, nos proponemos hacer una contribución para responder a una exigencia que nos plantea el tiempo histórico que nos toca vivir: la de pensar los marxistas con nuestra propia cabeza para recrear el pensamiento marxista revolucionario contra la canonización y el esquematismo.

DOS RIESGOS DE LA INTERPRETACIÓN Y NECESIDAD DE UNA LECTURA MARXISTA

Partiendo de la premisa de que, como hemos dicho antes, la figura de Mariátegui es utilizada por corrientes políticas de todo signo, es necesario identificar claramente dos riesgos que, aunque parecen opuestos, son plenamente complementarios: la apropiación oportunista y el doctrinarismo estéril.

En nuestro caso, una apropiación oportunista consistiría en resaltar todos los aspectos “permanentistas” de Mariátegui sin señalar las que creemos son sus limitaciones, lo cual resultaría en una amalgama teórica donde “trotskizamos” a Mariátegui, en lugar de recuperar el hilo de su pensamiento auténtico e incorporar lo que sea pertinente y esencial para nuestras propias ideas polí-

respectivamente). Ahora bien, la inconsistencia del planteo del autor es que en un párrafo pinta a Trotsky como un partidario de la ontología mecanicista y en el párrafo siguiente reivindica la ley del desarrollo desigual y combinado formulada por Trotsky. La única forma de salir de este embrollo es aplicar el criterio gramsciano de buscar la filosofía de los hombres políticos en su praxis (vale decir en su acción y en sus ideas políticas), criterio que Kohan aplica en todos los casos posibles menos en el de Trotsky quien, dicho sea de paso, hizo contribuciones fundamentales para comprender la realidad latinoamericana y ubicar a la clase obrera en la vanguardia de la lucha antimperialista. En cuanto a Horacio Tarcus nos basta con su propia confesión de partes: terminar con la izquierda leninista dogmática y entrar en la era de la «capacidad de gestión», como los «trotskistas» brasileños que están en el PT («La izquierda vive y sobrevive de los homenajes», Página/12, 06/02/2003). Curiosamente lo medular del pensamiento mariateguiano apunta en la dirección contraria. El odio visceral de Tarcus hacia la militancia revolucionaria no puede ocultar que su «marxismo humanista» es un velo (no tan) sutil y sobre todo engañoso para la reivindicación lisa y llana del reformismo y la subordinación al estado burgués. En esto está claramente a la derecha de Kohan, que reivindica la perspectiva de la revolución y la lucha anticapitalista.

ticas. Contrariamente a toda amalgama o fraude teórico, nuestro lema podría ser (parafraseando al propio JCM) “mariateguizemos a Mariátegui”, como condición indispensable para recuperarlo críticamente desde el trotskismo.

Ahora bien, tan nociva como la apropiación oportunista es la crítica del doctrinarismo estéril. Bien decía Lucien Goldman que una teoría es superior a otra si es capaz de explicarla desde su propia perspectiva ligando sus características a las relaciones sociales que le dan origen. Pero invertir esta ecuación partiendo de la superioridad de la teoría propia como un a priori, reduce el contrapunto a una contraposición formal de perspectivas, donde se termina criticando al interlocutor por lo que «no llegó» a decir antes que por lo que positivamente dijo, lo cual deja nuestro bagaje teórico exactamente igual que antes de emprender la crítica. Esa figura es la que mejor caracteriza lo que aquí a falta de una definición mejor llamaremos doctrinarismo estéril y es justamente la ubicación teórica que queremos evitar, la cual consistiría en criticar a Mariátegui desde la Teoría de la Revolución Permanente como si ésta fuera un esquema cerrado y quedarnos conformes y satisfechos porque «ajustamos cuentas». Por el contrario, para enriquecer nuestra propia teoría con lo que Mariátegui tiene para decir, es necesario estudiarlo y criticarlo “desde adentro” para comprender la práctica política del revolucionario latinoamericano.

¿Qué queremos decir? Que es necesario estudiar hasta dónde Mariátegui, en la realidad peruana y latinoamericana que le tocó vivir, hasta donde, decíamos, logró recrear el marxismo como un pensamiento original y operante. Eso es estudiar contenido y forma de su pensamiento y no sólo ésta última. Es decir, hay que estudiar hasta dónde las respuestas que dio fueron tales y hasta dónde no, tomando en cuenta que su vida política activa en el marxismo abarca un breve período de 6 años, desde su vuelta de Europa hasta su muerte.

Aquí no llegaremos a un examen tan profundo. Simplemente queremos señalarlo para dejar sentada nuestra aspiración hacia la totalidad. Aquí esbozaremos algunas cuestiones que nos permitan entender y ubicar su pensamiento teórico-político y rescatar de él lo que mantiene vigencia.

Mariátegui como traductor y recreador del marxismo revolucionario. En este sentido y para ir a lo esencial de esta introducción, nuestro abordaje del problema consiste, siguiendo la idea de Gramsci, en estudiar a Mariátegui como traductor y recreador del marxismo. Buscamos estudiar la originalidad de su pensamiento, dando cuenta de su relación orgánica con la historia del Perú y del mundo de entreguerras.

Mariátegui realizó una densa labor de traducciones, en el sentido señalado por Gramsci: de la Europa de la primera posguerra, devastada por la crisis económica y la marea revolucionaria a la realidad del Perú, hundido bajo la dominación imperialista y la miseria de las masas indígenas; de la Revolución Rusa, la Revolución Alemana, y la Italia de los consejos obreros de Turín, el surgimiento del Partido Comunista italiano y el ascenso del fascismo, al Perú de la Reforma Universitaria, la vanguardia estudiantil de izquierda y el movimiento obrero dando los primeros pasos firmes de organización clasista; de El Manifiesto Comunista y El Capital a los Siete Ensayos, que marcan el surgimiento del pensamiento marxista en América Latina, en una época en que la III Internacional recién decía haber «descubierto», desde un esquematismo de corte eurocéntrico y antimarxista, nuestro continente; del nuevo idealismo de la filosofía moderna (sobre todo Croce) a una lectura del marxismo centrada en la praxis histórica de los hombres, contraria al mecanicismo y positivismo socialdemócrata, que abundaba en estas tierras en los primeros años del siglo XX.

Desde aquí, Mariátegui acometió la empresa de crear una tradición nacional revolucionaria en el Perú en profunda ligazón

con la realidad internacional, uniéndose (aunque en los comienzos de su declinación) a la mayor organización revolucionaria de la clase obrera internacional: La Tercera Internacional. En esta dialéctica de lo nacional e internacional es donde Mariátegui, no obstante, sus méritos, presenta como veremos en este trabajo, gruesas limitaciones.

AMÉRICA LATINA: DE OBJETOS A SUJETOS DE LA HISTORIA

Hay dos aristas centrales para pensar la importancia del planteamiento de Mariátegui en el desarrollo del marxismo en América Latina.

Antes de Mariátegui, los primeros divulgadores del marxismo y fundadores de los círculos y partidos socialistas, desde una filosofía de la historia de corte marcadamente eurocéntrico y evolucionista propio de la socialdemocracia alemana, preveían un esquema del desarrollo histórico calcado del de los países capitalistas avanzados, recreando una ideología del progreso, coincidente en lo esencial con el punto de vista positivista, que los ubicaba como una suerte de ala izquierda de la modernización liberal-burguesa.

La primera ruptura de importancia capital que introduce Mariátegui es ubicar la propia historia del Perú en el centro del análisis marxista. En lugar de la historia de la modernización capitalista desde fuera, Mariátegui estudia la historia de la formación económico-social peruana en sus relaciones con la totalidad capitalista. América Latina es sujeto de su propia historia y el pensamiento marxista se decide a incorporarla definitivamente en el campo de sus preocupaciones teórico-políticas. De las vicisitudes de la historia peruana, subordinada al ritmo de la historia mundial, y no

de un esquema de aplicación universal es que se van gestando las condiciones y el sujeto para la revolución socialista. En la misma senda de pensamiento audaz y original Mariátegui rompe con la concepción “romanticista” de la “cuestión indígena” tan propia de la intelectualidad peruana de la época. El problema del indio es el problema de la tierra. El nuevo planteamiento, el planteamiento marxista de la problemática indígena, parte de esta verdad fundamental y revolucionaria. No se podrá jamás solucionar la “cuestión indígena” sin una lucha sin cuartel contra el latifundio y los gamonales, lucha en que la burguesía liberal ha claudicado y que queda en manos del proletariado en alianza con las masas indígenas. Así, uno de los aspectos más audaces de su traducción es el referido al rol del Ayllu en la lucha por el socialismo.

En el terreno filosófico, Mariátegui independizó al marxismo latinoamericano del positivismo. Esta labor tiene una importancia de primer orden si tomamos en cuenta el rol nefasto que jugó esta corriente de ideas, por poner dos ejemplos conocidos, tanto en el sostenimiento del Régimen de Porfirio Díaz en México como en la constitución del higienismo social de finales de siglo XIX y principios del siglo XX en Argentina. A su vez desarrolló una visión del marxismo centrada en la praxis histórica del hombre, expresada en una constante unidad de sujeto y objeto, estructura y superestructuras, economía, política y cultura⁶, no exenta de importantes contradicciones, la cual deja planteada una problemática recurrente desde Marx hasta la actualidad: la relación del marxismo con la cultura occidental.

[6]. Durante las dos primeras décadas del S. XX, el senador socialista argentino Enrique Del Valle Iberlucea, escribió algunos ensayos de divulgación donde defendía el planteamiento de Antonio Labriola en polémicas con Aquiles Loria e Ives Guyot. Después de la revolución rusa promovió la adhesión del PS a la III Internacional, liderando el sector «tercerista», pero al ser derrotado en la lucha interna del PS, decidió quedarse en el mismo a pesar de que un importante sector de la base «tercerista» rompió con el PS para entrar al PSI.

TEORÍA DE LA REVOLUCIÓN. LA III INTERNACIONAL Y AMÉRICA LATINA

La III Internacional se distinguió desde sus orígenes por una posición tajante y contundente en apoyo de las luchas de liberación de los pueblos coloniales, opuesta por el vértice al esquematismo eurocéntrico y proimperialista de la socialdemocracia. No obstante, esta distinción fundamental, las posiciones de Bujarin y Stalin en el VI Congreso de la Internacional Comunista significaron un retroceso respecto de los cuatro primeros Congresos. En este contexto se nos plantea indagar acerca del tratamiento que hacía el personal dirigente de la IC en los años 1928-29 de los problemas de la revolución latinoamericana y sus conexiones con la revolución mundial.

La III Internacional, “descubrió” según las propias palabras de sus dirigentes, a América Latina en 1929. Ante la emergencia del poderío norteamericano, empezó a considerarse importante América Latina, en la cual los EE. UU. avanzaban en desmedro del imperialismo británico. Como notará cualquier lector atento, el término «descubrimiento» es toda una confesión de partes acerca de cómo se representaban los altos mandos de la Internacional Comunista (IC) el desarrollo posible de la revolución mundial⁷. Veamos la génesis de este «descubrimiento».

La IC empieza a poner la vista en América Latina, mientras se consolida la teoría reaccionaria del socialismo en un solo país como doctrina de la Internacional y la consigna metafísica de «dictadura democrática de obreros y campesinos» para los países coloniales y semicoloniales, basándose en erróneas conclusiones

[7]. Los documentos publicados por la IC en 1921 y 1923 referidos a América Latina pueden consultarse en Michael Löwy, *El marxismo en América Latina*. Dichos documentos esbozan una posición distinta de la expresada por bujarinistas y stalinistas al momento que estamos comentando y más cercana a las posiciones de Mariátegui y Mella.

de la desastrosa experiencia encabezada por Bujarin y Stalin en la revolución china ('25-'28) y en una caricaturización completamente esquemática y antidialéctica del pensamiento de Lenin.

En el pensamiento de Stalin y Bujarin, los países atrasados no estaban «maduros» para el socialismo y debían pasar por un necesario e inevitable período de desarrollo burgués. La revolución latinoamericana era burguesa y, por lo tanto, no estaba planteada la lucha por la dictadura del proletariado. Pero después de la “traición” del Kuomintang en China, la burguesía colonial y semicolonial era caracterizada como contrarrevolucionaria por quienes apenas unos meses atrás la caracterizaban como revolucionaria. La burguesía no era la clase llamada a dirigir la revolución democrático-burguesa. Pero como en esta revolución burguesa sin burguesía estaba prohibido cometer el pecado trotskista de «saltar las etapas», no quedaba otra retirada ordenada para este embrollo teórico que la fantasmagórica “dictadura democrática de obreros y campesinos”, ni burguesa ni proletaria, ni capitalista ni socialista, que consumara la revolución democrático-burguesa latinoamericana como un mero apoyo o soporte de la revolución socialista mundial.

IMPORTANCIA Y ORIGINALIDAD DEL PLANTEO DE MARIÁTEGUI

Es sabido que Mariátegui tuvo oportunidad de enfrentar estos planteos a través de los delegados del PS del Perú (organización simpatizante de la III Internacional) que participaron de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana, realizada en Bs. As. en 1929, con dos documentos de su autoría: “*Punto de vista Anti-imperialista*” y “*El problema de las razas en América Latina*”.

Aquí no entraremos en detalle sobre los debates de dicha conferencia, sino que señalaremos a grandes rasgos cuáles son

los puntos centrales que hacen de la posición de Mariátegui una posición original y revolucionaria, ya que aunque el peruano no se planteara superar de conjunto la estrategia de la III Internacional, sí cuestionó la visión de esta sobre la revolución latinoamericana, en un sentido que está contenido en la teoría de la revolución permanente y que Trotsky desarrollaría años después en su exilio mexicano. Aclaremos que aquí haremos un reordenamiento conceptual de textos diversos.

Mariátegui se basa en la teoría del imperialismo de Lenin. Sostiene que el carácter internacional de la economía capitalista «no consiente a ningún país evadirse a las corrientes de transformación surgidas de las actuales condiciones de producción». Desde este fundamento teórico, defiende el carácter socialista de la revolución, argumentando que la propia historia del Perú ha demostrado que la burguesía es incapaz de asumir la realización de las tareas democrático-burguesas. Estas quedan en manos del proletariado organizado en partido revolucionario y aliado a las masas campesinas e indígenas, transformándose la revolución burguesa en socialista.

A su vez, plantea la relación de la revolución latinoamericana con la revolución mundial en términos inversos al planteo de la IC. Mariátegui no propone esperar a la revolución en los países avanzados, sino luchar por la revolución proletaria, uniendo al proletariado de los países centrales y a la clase obrera y los pueblos latinoamericanos, las dos corrientes principales de lucha contra el imperialismo⁸.

[8]. En este punto coincide objetivamente tanto con el desarrollo que hace Trotsky en la teoría de la revolución permanente acerca de que la revolución puede empezar tanto en los países «avanzados» como «atrasados», siendo parte de un proceso que continúa a nivel internacional y tiene su culminación a escala mundial, como con los debates de Trotsky contra los apristas durante el exilio mexicano en torno a la revolución latinoamericana y la lucha antimperialista.

Si tomamos el proyecto de Programa del PS del Perú redactado en 1929, es indudable que hay un importante resabio etapista en el modo como Mariátegui se prefigura la dialéctica de la revolución socialista en el Perú (tesis V y VIII). Pero es importante señalar que en las tesis VI y VII Mariátegui señala que sólo el socialismo resolverá el problema de la tierra y de la educación, en lugar de proponer una solución «por etapas» de los mismos. Y esto es así porque la clave del pensamiento de Mariátegui no está en la separación de las etapas, sino en el devenir de una en la otra, siendo el proletariado organizado en partido revolucionario la clase dirigente del proceso en su conjunto.

La limitación más importante de este planteamiento es que Mariátegui no explicita cuál es el régimen⁹ que dirigiría esta combinación de tareas democráticas y socialistas, lo cual deja abierta la puerta a diversas interpretaciones. Pero en lo esencial, la formulación es cercana al planteo de la Revolución Permanente¹⁰ y está en las antípodas del planteo de la IC, que determinaba apriorísticamente el carácter democrático-burgués del proceso revolucionario.

Partíamos recién de la imposibilidad de la burguesía de resolver sus tareas históricas como un fundamento del carácter obrero y socialista de la revolución, más allá de sus etapas episódicas. El otro pilar de las ideas de Mariátegui que fortalece los aspectos permanentistas de su lectura es el rol que asigna al Ayllu o

[9]. En «El problema de las razas en América Latina» utiliza la formulación «gobierno de obreros y campesinos» un tanto ambigua, pero más cercana por el contenido a la dictadura del proletariado que la fórmula de la IC que era esencialmente contra la dictadura del proletariado.

[10]. (Tesis 8) «La dictadura del proletariado, que sube al poder en calidad de caudillo de la revolución democrática, se encuentra inevitable y repentinamente, al triunfar, ante objetivos relacionados con profundas transformaciones del derecho de propiedad burguesa. La revolución democrática se transforma directamente en socialista, convirtiéndose con ello en permanente». León Trotsky, *La Teoría de la Revolución Permanente* (compilación).

Comunidad. Mariátegui ve que distintos elementos de la vieja comunidad agraria se han ido manteniendo de diversas formas durante la colonia y la república y que en esa tradición comunitaria y colectiva hay fuertes componentes de socialismo práctico. Es decir, que el modo de vida del campesino indígena y su tradición comunitaria son contrarias a la «solución liberal» del problema de la tierra, es decir, la partición individual, y, al contrario, son mucho más cercanos a la colectivización de las tierras propia del programa socialista¹¹.

Desde aquí Mariátegui señala que no es necesario un período obligado de desarrollo capitalista en el campo, a través del surgimiento de pequeña propiedad individual, sino que bajo la dirección del proletariado organizado en partido revolucionario es posible pegar un salto del Ayllu a la colectivización socialista, en la misma sintonía, aunque es poco probable que las haya conocido, que Marx en sus discusiones con Vera Zasúlich¹². Este es uno de

[11]. «Congruentemente con mi posición ideológica, yo pienso que la hora de ensayar en el Perú el método liberal, la fórmula individualista, ha pasado ya. Dejando aparte las razones doctrinales, considero fundamentalmente este factor incontestable y concreto que da un carácter peculiar a nuestro problema agrario: la supervivencia de la comunidad y de elementos de socialismo práctico en la agricultura y la vida indígenas». JCM, «El Problema de la Tierra», en Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana, versión electrónica.

[12]. «Analizando la génesis de la producción capitalista digo: en el fondo del sistema capitalista está, pues, la separación radical entre productor y medios de producción... la base de toda esta evolución es la expropiación de los campesinos. Todavía no se ha realizado de una manera radical más que en Inglaterra... Pero todos los demás países de Europa occidental van por el mismo camino (El Capital, edición francesa, p. 316). La 'fatalidad histórica' de este movimiento está, pues expresamente restringida a los países de Europa occidental. El por qué de esta restricción está indicado en este pasaje del capítulo XXXII: La propiedad privada, fundada en el trabajo personal... va a ser suplantada por la propiedad capitalista fundada en la explotación del trabajo de otros, en el sistema asalariado (op. cit., pg. 340). En este movimiento occidental se trata, pues, de la transformación de una forma de propiedad privada en otra forma de propiedad privada. Entre los campesinos rusos, por el contrario, habría que transformar su propiedad común en propiedad privada. El análisis presentado en El Capital no da, pues, razones, en pro ni en contra, de la vitalidad de la comuna rural, pero el estudio especial que de ella he hecho y cuyos materiales he buscado en las fuentes originales, me ha convencido de que esta comuna es un punto de apoyo de la regeneración social en Rusia, mas para que pueda funcionar como tal será preciso eliminar primeramente las influencias deletéreas que la acosan por todas partes y a continuación asegurarle las condiciones normales para un desarrollo espontáneo». Carta de Carlos Marx a Vera Zasúlich, en Néstor Kohan, Marx en su (Tercer..., op.cit., pg. 263. José Aricó señala que, si bien este texto había sido publicado en vida de Mariátegui, es poco probable que este lo hubiese conocido, por lo cual en esto actuó según sus propios criterios.

sus aportes más audaces para integrar el marxismo en la tradición política y cultural latinoamericana.

...en las aldeas indígenas donde se agrupan familias entre las cuales se han extinguido los vínculos del patrimonio y del trabajo comunitarios, subsisten aún, robustos y tenaces, hábitos de cooperación y solidaridad que son la expresión empírica de un espíritu comunista. La comunidad corresponde a este espíritu. Es su órgano. Cuando la expropiación y el reparto parecen liquidar la comunidad, el socialismo indígena encuentra siempre el medio de rehacerla, mantenerla o subrogarla. El trabajo y la propiedad en común son reemplazados por la cooperación en el trabajo individual. Como escribe Castro Pozo: 'la costumbre ha quedado reducida a las mingas o reuniones de todo el ayllu para hacer gratuitamente un trabajo en el cerco, acequia o casa de algún comunero, el cual quehacer efectúan al son de arpas y violines, consumiendo algunas arrobas de aguardientes de caña, cajetillas de cigarros y mascadas de coca'. Estas costumbres han llevado a los indígenas a la práctica -incipiente y rudimentaria por supuesto- del contrato colectivo de trabajo, más bien que del contrato individual. No son los individuos aislados los que alquilan su trabajo a un propietario o contratista; son mancomunadamente todos los hombres útiles de la 'parcialidad'¹³

Notemos que aquí Mariátegui no sostiene la quimera de una comunidad que se mantiene inmutable desde la época de los Incas, sino la supervivencia de una cosmovisión y de costumbres comunitarias que hacen al indígena refractario al individualismo burgués y más permeable, a condición de tener los marxistas una política correcta, al colectivismo socialista.

[13]. JCM, «La 'comunidad' bajo la república. El problema de la Tierra» en Siete Ensayos..., op.cit.

Una década antes, la misma Revolución mexicana había encontrado en la Comuna de Morelos una gran experiencia que combinara los ingenios estatales en manos de los obreros con el reparto de tierras a partir de criterios que iban desde la propiedad individual hasta formas colectivas, según las costumbres indígenas.¹⁴

Dos ejes centrales de la traducción operada por Mariátegui: la incapacidad de la burguesía de llevar adelante las tareas de la revolución democrático-burguesa y la persistencia de la Comunidad como un punto de apoyo para la lucha proletaria revolucionaria¹⁵.

Partiendo de una evaluación seria de estas formulaciones salta a la vista que Mariátegui no es en modo alguno asimilable al esquematismo del Kremlin. No solo tiene una visión distinta y en gran parte opuesta acerca del carácter de la revolución latinoamericana y su relación con la revolución mundial, sino que defiende

[14]. Adolfo Gilly analiza detalladamente este proceso y la importancia de las tradiciones indígenas en el mismo: «Su trayectoria (la del campesino indígena mexicano, N. de R.) social y cultural es propia y específica. Lo opone al mundo capitalista otra línea de defensa diversa de la del campesino propietario europeo. Y sus tradiciones comunales, en una época de revoluciones sociales, pueden cumplir una triple función: servir como parte de la estructura y sostén de los organismos de la lucha revolucionaria; enlazar la comprensión individual con la perspectiva colectiva; y servir de apoyo para la transición a una organización productiva y social superior (la cursiva es nuestra)» y continúa el autor «Esta misma argumentación expone para Perú, en 1928, José Carlos Mariátegui en sus Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana». Es importante señalar que los procesos latinoamericanos de lucha de masas tuvieron de Chiapas en adelante una fuerte impronta de los pueblos originarios, demostrando la potencialidad de sus tradiciones y reivindicaciones, las cuales han sido en más de una oportunidad llevadas a callejones sin salida en función de alianzas con sectores burgueses o militares nacionalistas (Ecuador), políticas de presión sobre los partidos «democráticos» (México), o mesas de negociación donde las bases ven frustradas sus expectativas (Bolivia). No es casualidad que una política constante de direcciones como el EZLN, Vargas o Morales y Quispe haya sido la nula búsqueda de la unidad con el movimiento obrero. Las sucesivas encerronas en que se ha visto el movimiento de los pueblos originarios sin esa unidad son una prueba fehaciente de la necesidad de la misma y de la vigencia de las posiciones de Mariátegui al respecto. La reciente insurrección obrera, campesina, indígena y popular de Bolivia, que tuvo su sector de avanzada en los trabajadores y el pueblo de El Alto, vuelve a mostrar la enorme potencia que tienen los pueblos originarios en la confluencia con la clase obrera (que se dio como dinámica objetiva del proceso y no como política efectiva de las direcciones), y la importancia de esta problemática desde el punto de vista de la estrategia y la teoría política marxista.

[15]. Estos son dos ejes claros de los Siete ensayos.... Diversos autores coinciden en señalar la influencia de Piero Gobetti y su *Il Rissorgimento senza eroi*, en este abordaje de la defecación de la burguesía ante sus tareas históricas.

el rol dirigente de la clase obrera en la resolución socialista de las tareas democrático-burguesas, apoyándose a su vez en la tradición comunitaria indígena.

Cabe señalar que, en lo referente a América Latina, Trotsky se ocupó directamente de la realidad de nuestro continente casi diez años después que Mariátegui y hay importantes puntos de contacto entre ambas lecturas en lo que hace a las fuerzas motrices y mecánicas de la revolución en América Latina.

Pero no obstante lo dinámico y sugerente de su pensamiento respecto de la revolución latinoamericana en relación con la revolución mundial, claramente diferenciada respecto del curso bujarino-stalinista, Mariátegui no buscará estructurar una teoría de la revolución internacional opuesta a la política del socialismo en un solo país, sino que intentará conciliarlas.

POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONALISMO

Mariátegui es el marxista latinoamericano que más profundamente se ha ocupado de los problemas internacionales. Basta leer las memorables páginas de *La Escena Contemporánea*, entre las que se destacan “*Biología del fascismo*” y “*Hechos e ideas de la Revolución Rusa*” para comprobarlo. Asimismo, las Conferencias que dictó en la Universidad Popular González Prada, recogidas en el volumen *Historia de la Crisis Mundial*, demuestran la preocupación de Mariátegui a su vuelta de Europa por recrear el internacionalismo en su propio país. Pero queremos detenernos en el posicionamiento político que realizara Mariátegui alrededor de la lucha entre revolución permanente y socialismo en un solo país.

Mariátegui tuvo un conocimiento bastante amplio sobre la lucha política al interior del PCUS que no tardó en configurarse como una lucha por el programa internacional de la revolución.

En diversos artículos¹⁶ da cuenta tanto de los debates encarados por la Oposición de 1923 como de la Oposición Unificada de 1925. Sabemos por qué él mismo lo señalaba, que había leído El Nuevo Curso de Trotsky. Aunque sorprende la confianza ciega que Mariátegui tenía en la marcha ineluctable de la Revolución Rusa (ante el desplazamiento de Trotsky por Stalin había afirmado que las ideas eran más importantes que los hombres sin reparar en el contenido histórico y social de esa lucha política) creemos que hizo una toma de posición consciente.

En *El exilio de Trotsky*¹⁷, publicado en Variedades el 23 de febrero de 1929 (donde demuestra malestar con la deportación de Trotsky, pero no se pronuncia en contra de esta), retomando los análisis de 1925 y 1928, Mariátegui apuntaba que Trotsky había jugado un papel primordial en la política soviética y que representaba la «ortodoxia marxista» y el sentido «urbano, obrero e industrial» de la revolución socialista. Incluso decía que sin la crítica vigilante el gobierno soviético podía degenerar en un burocratismo formalista y mecánico.

Pero en el aspecto “positivo” del debate juzgaba inconsistente el programa de la Oposición y apuntaba que la revolución rusa estaba en un período de organización nacional, en el cual no era lo central el establecimiento del socialismo a escala internacional, sino realizarlo en Rusia. A pesar de su gran admiración por Trotsky que manifestaba en el artículo, para Mariátegui Stalin representaba y era parte de una camada de hombres que captaban más profundamente el carácter nacional y los problemas políticos que en ese momento tenía que afrontar la Revolución Rusa.

[16]. «El partido bolchevique y Trotsky» (1925), «Trotsky y la oposición comunista» (1928), en JCM, Obras, Tomo II, op.cit..

[17]. Versión electrónica en www.marxists.org.

Creemos necesario diferenciar dos planos del debate. Uno es la valoración de Trotsky por Mariátegui, porque a simple vista podría sorprender que el mismo año en que se manifestaba en contra de la Oposición publicara en la Escena Contemporánea (compilación de diversos artículos sobre la política internacional, el mundo colonial y la literatura que él mismo seleccionó), aquel artículo donde decía que Trotsky era «no sólo un protagonista, sino también un filósofo historiador, y crítico de la revolución», concordando con sus planteamientos sobre las consecuencias de la revolución en el arte y la filosofía resaltando su rol como constructor y dirigente del Ejército Rojo a la vez que desmintiendo el mito de un Trotsky «napoleónico».

¿Cuál es entonces el misterio en este asunto? Ninguno, porque Mariátegui reivindica al “Trotsky de octubre”, mientras que se manifiesta contrario al “Trotsky opositorista” atribuyendo erróneamente sus diferencias políticas a su distancia respecto de la «vieja guardia bolchevique» y a su carácter “cosmopolita”.

Desde aquí puede entenderse cómo en 1929 seguía reivindicando la figura de Trotsky a pesar de adherir en general, no sin contradicciones como hemos visto en el debate sobre la revolución latinoamericana, a la política de Stalin y Bujarin. A pesar de que obviamente consideramos errónea su toma de posición, es importante destacar que Mariátegui se mantuvo muy lejos de los corifeos del Kremlin que agitaron la calumnia del «trotskismo contrarrevolucionario» tan sueltos de cuerpo como años después pasarían de defender el pacto entre Hitler y Stalin a la reivindicación del “buen vecino” Roosevelt, de acuerdo con los bandazos de la política exterior moscovita.

En el terreno de la teoría y la estrategia marxista creemos ver un doble error de Mariátegui. Por un lado, confundió un profundo proceso de reacción social al interior de la URSS (al que los trotskistas, aludimos como el Thermidor soviético) con una retirada

táctica de la arena internacional en función de la reorganización nacional de la Unión Soviética. El burocratismo que Mariátegui veía posible en realidad estaba en acto.

Por otra parte, al ubicarse en el debate ruso desde un punto de vista centralmente nacional (ruso), Mariátegui invertiría las relaciones entre los problemas internacionales y los problemas internos que planteaba la revolución rusa, juzgando posible solucionar los segundos sin ubicarse desde los primeros. De hecho, todos los análisis referidos a la lucha entre la Oposición de Izquierda y el stalinismo muestran un intento de conciliar el hecho del socialismo en un solo país con el ideal internacionalista¹⁸.

Así no hay en el peruano ningún análisis crítico de las desastrosas derrotas de la IC durante los años '20. Mariátegui analiza el desarrollo del movimiento obrero inglés, en especial de la tendencia laborista, pero no nombra la traición de la huelga minera por la dirección de la TUC (la central obrera británica), que el PCUS embelleció alegremente a través del Comité Anglo-Ruso entre la TUC y los sindicatos soviéticos. Las denuncias a las masacres perpetradas por Chang Kai Shek contra los comunistas van acompañadas de un notorio silencio acerca de la política seguida por el PC bajo dirección de Stalin y Bujarin.

Son estas ambigüedades y lagunas sobre las que se apoyan diversas corrientes políticas latinoamericanas, particularmente el Partido Comunista Argentino, para reciclarse en clave «socialista» pero desde una perspectiva de colaboración de clases. Los “ex-codovillistas”, ahora gradualistas, intentan construir a Mariátegui como referente de un frentepopulismo “alternativo” al stalinismo¹⁹. En esto los “comunistas” argentinos no hacen más

[18]. En esto no coincidimos con Michael Löwy quien sostiene que «Mariátegui no toma partido en el conflicto entre Stalin y la oposición de izquierda». Löwy, op. cit., pg. 20.

[19]. El PCA ha «descubierto» recientemente que la «creación heroica» de la que hablaba Mariátegui se frustró en China con el intento de Mao Tse-tung de «copiar el modelo soviético» mientras que Deng Xiao Ping, el

que seguir a los intelectuales del PC cubano que buscan rehacer a Mella y Mariátegui como exponentes de la vía nacional al socialismo y del frenteamplismo burgués. Por su parte Otto Vargas, quien critica esto como el peor de los oportunismos socialdemócratas, se basa en un fraude teórico similar, como es afirmar que Mariátegui tenía un pleno acuerdo con la burocracia moscovita²⁰.

En conclusión, creemos haber ilustrado con fundamentos suficientes la dialéctica trunca que Mariátegui estableciera entre internacionalismo y política nacional. Trotsky plantearía esta problemática en términos que se ajustan perfectamente al debate que nos ocupa:

La hora de la desaparición de los programas nacionales ha sonado definitivamente el 4 de agosto de 1914. El partido revolucionario del proletariado no puede basarse más que en un programa internacional que corresponda al carácter de la época actual, la de máximo desarrollo y hundimiento del capitalismo. Un programa comunista internacional no es ni mucho menos, una suma de programas nacionales o una amalgama de sus características comunes. Debemos tomar directamente como punto de partida el análisis de las condiciones y de las tendencias de la economía y del estado político del mundo, como un todo, con sus relaciones y sus contradicciones, es decir, con la dependencia mutua que opone sus componentes entre sí. En la época actual, infinitamente más que durante la

iniciador de la restauración capitalista, habría sido un exponente de la «audacia leninista». La adulación no termina ahí, sino que continúa en el «socialismo» de Jiang Zeming y Hu Jintao, el mismo que ha incluido a los capitalistas como miembros plenos del PCCh y su flamante sucesor (Athos Fava, «China, un largo camino», Nuestra Propuesta N° 606, 10 de octubre de 2002). Y este vergonzoso y rastrero contrabando ideológico pretende disfrazarse de... «marxismo creador»!!!!????

[20]. Ver Otto Vargas, El marxismo y la revolución argentina. El secretario general del PCR hace suya la forzada interpretación del CC del PCP a que hacemos alusión en la nota 4, donde se transforma a Mariátegui en un teórico del bloque de las cuatro clases y tributario del «Pensamiento de Mao Tse-tung».

precedente, sólo debe y puede deducirse el sentido en que se dirige el proletariado desde el punto de vista nacional de la dirección seguida en el dominio internacional y no al contrario. En esto consiste la diferencia fundamental que separa, en el punto de partida, al internacionalismo comunista de las diversas variedades del socialismo nacional. (Trotsky, 2000, p.309).

Para utilizar las propias palabras de Trotsky, el pensamiento de Mariátegui tendrá una tensión constante entre el internacionalismo comunista y el «socialismo nacional». Esta contradicción es la que no permite a Mariátegui desarrollar sus importantes aportes teóricos sobre la revolución latinoamericana hacia una teoría política que aborde el problema de la revolución contemporánea en sus múltiples conexiones. En este sentido entendemos que los puntos de vista de Trotsky «explican» (en el sentido de Goldman que citamos en la introducción) los de Mariátegui, pero no a la inversa²¹.

MARIÁTEGUI Y LA FILOSOFÍA DEL MARXISMO

El contenido filosófico del marxismo es un tema controvertido, al que se han dado diversas respuestas desde diferentes matrices interpretativas. La heterogeneidad ya presente en la generación posterior a Marx y Engels se profundizaría con la Revolución Rusa y las corrientes marxistas posteriores a la III internacional.

Aquí nos interesa analizar cómo Mariátegui se planteaba esta problemática, a la que prestaba una gran atención. Tiene a

[21]. Es importante destacar la potencialidad que hubiera tenido en América Latina la confluencia de Mariátegui y la Oposición de Izquierda, si el marxista peruano hubiese desarrollado un planteo crítico del conjunto de la estrategia de la Comintern.

su favor que su reflexión estaba ligada profundamente a otras definiciones que trascendían el ámbito de la filosofía, tales como el carácter imperialista de la época y las condiciones históricamente concretas en que se planteaba la lucha por la revolución obrera y socialista.

Una recepción “italiana” del marxismo Mariátegui conoció el marxismo a través del prisma del panorama político y cultural de la Europa de la primera posguerra, en especial de Italia. A eso nos referimos cuando hablamos de una recepción “italiana” del marxismo.

Muchos autores han señalado las temáticas coincidentes del pensamiento de Mariátegui y Gramsci. Otros marcan puntos de contacto con el joven Lukács²². Lo cierto es que hay algo que une a estos tres marxistas: las especiales características de su tránsito hacia el marxismo. Tanto Mariátegui como Gramsci y Lukács están ligados a lo que se ha dado en llamar la reacción antipositivista de las primeras décadas del siglo XX²³ y su recepción del marxismo ha sido hecha a través del tamiz de distintas corrientes filosóficas ajenas a la órbita cultural de las tradiciones alemana y rusa, predominantes en la II y III Internacional respectivamente. En el caso de Lukács, serán entre otros Georg Simmel y Max Weber y en el caso de Gramsci y Mariátegui Benedetto Croce y Georges Sorel

[22]. Ver Robert Paris, op. cit., p. 144 y 148.

[23]. «Si hubiera que encontrar, entre tantos otros, un rasgo para definir la crisis cultural del Novecientos, ese podría ser el sentimiento, en la conciencia de la intelectualidad, de la pérdida de la noción de totalidad de la vida [...] si entendemos la confusa palabra positivismo como sometimiento al determinismo evolucionista, en una atmósfera cultural dominada por el ‘darwinismo social’, la revuelta intelectual de principios de siglo puso, en su conjunto, las bases conceptuales para fundar una teoría de la acción despojada de residuos utilitaristas y naturalistas, cuyo último y paradigmático representante habría sido el inglés Herbert Spencer». J.C Portantiero, «Gramsci y la crisis cultural del Novecientos» en Los Usos de Gramsci, Bs. As., Grijalbo, 1999, pgs. 171 y 184. Es necesario destacar que los artículos más recientes publicados en este libro dan cuenta de un intento del autor por adscribir a Gramsci al «marxismo occidental» en lugar de a la III Internacional (como sostenía en el ensayo de 1975 publicado apenas unas páginas antes). Toda una confesión de partes de un intelectual que ha hecho el trayecto con que Leopoldo Lugones se describía a sí mismo en su madurez: a los 18 años rompía vidrios, a los 30 los colocaba y a los 40 se decidió a fabricarlos.

(este último también influirá en Lukács, vía Erwin Szabó, según él mismo Lukács señala en el conocido prólogo de 1967 a *Historia y Consciencia de Clase*).

Necesitamos aquí hacer una pequeña digresión. De alguna manera, la escena contemporánea, para tomar su propia expresión, se presenta a Mariátegui como un vasto campo donde tiene lugar la emergencia de lo nuevo. Un claro ejemplo de esto es el seguimiento que realiza de las vanguardias artísticas. Unos años más tarde de su regreso al Perú, ya en la dirección de la revista *Amauta*, intervendrá polémicamente planteando la relación contradictoria entre arte, revolución y decadencia.

El eje argumentativo será que no todo el arte nuevo por el hecho de ser nuevo es revolucionario, sino que en realidad expresa a la vez el rostro de la revolución y el de la decadencia. Mariátegui toma el ejemplo del futurismo y trae a colación el caso de Bontempelli, quien el año de los consejos de fábrica se había sentido casi comunista, mientras que el año de la marcha sobre Roma se había sentido casi fascista. Traemos a la memoria esta cuestión porque nos parece que de alguna manera sirve para pensar un poco la relación que Mariátegui se propone establecer con las corrientes filosóficas que se ubican desde la crítica del positivismo y el racionalismo. Porque a pesar de la distancia crítica que Mariátegui mantiene con la modernidad, no participará de cualquier crítica de esta, sino que buscará diferenciar las tendencias revitalizantes de las decadentistas.

Mariátegui, que era un intelectual de gran sensibilidad hacia los cambios culturales, considera que el mundo moderno se inclina después de la guerra hacia una “concepción heroica y voluntarista de la vida” (MARIÁTEGUI, 1985, p.65). Es decir que considera tanto a la Revolución Rusa como a ciertos cambios culturales en la ciencia, el arte y la filosofía como expresiones de un nuevo “espíritu de época”. Para Mariátegui hay una crisis del conjunto de

la civilización occidental que une el surgimiento de esas filosofías con el ascenso revolucionario del proletariado y por tanto buscará establecer un diálogo entre el marxismo y dichas corrientes, especialmente Sorel y Croce. El mito de la revolución social: Voluntarismo y racionalidad histórica

Los debates sobre las relaciones de Mariátegui con las ideas de Sorel van desde la afirmación de la identidad de ambas perspectivas hasta la negación de dichas relaciones. Lo cierto es que Mariátegui no se reivindicaba soreliano, sino que sostenía que Sorel, apoyándose en la filosofía de Bergson, había contribuido a la regeneración revolucionaria del marxismo con su crítica del evolucionismo y pacifismo socialdemócrata.

Mariátegui se delimita de la socialdemocracia decretando el fin de todas las tesis evolucionistas y analizando críticamente el universo cultural de Marx y Engels²⁴. Sostiene que las convulsiones de la 1° Guerra Mundial y la primera posguerra constituyen una crisis del conjunto de la civilización occidental. Desde aquí se desarrolla su crítica de la filosofía de la historia y del positivismo propios de la ideología burguesa del período anterior.

En este sentido jugará un rol central el mito, idea tomada de Sorel. El mito de la revolución social dará al movimiento revolucionario del proletariado la fe combativa que el racionalismo y el evolucionismo burgueses han evaporado de la cultura occidental. Ahora bien, sería un error identificar la reivindicación del mito exclusivamente con una construcción ahistórica e irracionalista. Porque si bien es innegable un elemento irracionalista y ahistórico del mito, entendido como una necesidad metafísica, igualmente innegable es que Mariátegui sostiene la vitalidad del «mito de la revolución social» desde una perspectiva historicista (a diversas épo-

[24]. JCM, «La crisis mundial y el proletariado peruano, *Historia de la Crisis Mundial*», Obras, Tomo I, op.cit., pgs. 233-235.

cas históricas corresponden diversos mitos, sujetos a un proceso de auge, decadencia y muerte), donde el mito es una construcción colectiva destinada para realizar los fines de la clase revolucionaria.

Toda esta construcción teórica está encaminada a afirmar la centralidad de la voluntad humana contra el «determinismo pasivo y rígido» de los reformistas. Mariátegui sintetiza el carácter de la naciente marea revolucionaria en la fórmula que toma de José Vasconcelos: «pesimismo de la realidad y optimismo del ideal»²⁵, de notoria similitud con la que Gramsci toma de Romain Rolland: «pesimismo de la razón y optimismo de la voluntad».

Pero como Mariátegui no participa de cualquier crítica de la modernidad y se delimita claramente de las tendencias más decididamente decadentistas, su «voluntarismo» se recortará sobre un trasfondo de racionalidad histórica que contiene la acción consciente de la clase obrera y el mito revolucionario. Contra la burguesía, que se retracta de su pasado afirmativo y racionalista, cayendo en las más variadas formas de misticismo, el proletariado reclama para sí la continuidad de la empresa civilizadora, superando la obra del capitalismo en la sociedad socialista²⁶.

FILOSOFÍA DE LA PRAXIS Y MÉTODO DE INTERPRETACIÓN HISTÓRICA

Uno de los intelectuales que ha trabajado con mayor rigor sobre el universo cultural de Mariátegui interpreta de la siguiente manera las relaciones del marxista peruano con el filósofo idealista Benedetto Croce:

[25]. JCM, «Pesimismo de la realidad y optimismo del ideal», en Obras, Tomo I, op.cit., pgs. 421-424.

[26]. JCM, «Breve epílogo en Veinticinco años de sucesos extranjeros», Obras, Tomo I, op. cit., pg. 317. También en Defensa del marxismo está presente esta problemática.

la influencia de Croce -sin duda es esto lo que hace que resulte tan importante- no se dejará sentir directamente; o, mejor dicho, no lo será siempre como cabría esperar. Mariátegui no será 'crociano', ni se verá simplemente influido por ese idealismo neohegeliano que elabora el pensador napolitano. Más bien se tratará de una influencia mediatizada: ora a través de los pensadores que como Gobetti pertenecen a la corriente crociana, ora merced a ciertos temas sobre los cuales el propio Croce se hace el mediador. (PARIS, 1981).

Este rol de «mediador» que juega Croce en la lectura mariateguiana del marxismo abarca desde la polémica de Antonio Labriola contra Aquiles Loria hasta la reivindicación (sorprendentemente errónea) de las aristas «morales» de la teoría económica de Marx. Pero hay dos aspectos en los que a nuestro entender muestra una influencia decisiva: el análisis historicista de las fuentes filosóficas del marxismo y la definición del marxismo como un método de interpretación histórica, contrapuesta a la visión del marxismo como cosmovisión o al decir de Croce como «filosofía de la historia».

Así como Sorel será el anticuerpo contra el evolucionismo y el positivismo, Croce será de alguna manera el punto de referencia contra aquellos que buscan asimilar el marxismo con el materialismo vulgar. Ahora bien, cuánto ganó y perdió el «marxismo de Mariátegui» en esa empresa es algo que veremos en los párrafos que siguen.

No es cuestionable en sí mismo el hecho de querer establecer un diálogo teórico con corrientes filosóficas ajenas a la tradición del marxismo, pero esta es una problemática que reviste aristas complejas. La primera de ellas: ¿es el marxismo una filosofía, o, mejor dicho, contiene el marxismo una concepción filosófica propia? ¿Cuáles son los alcances de esa concepción? ¿Qué respuestas da Mariátegui a estas preguntas?

Nuestra lectura es que el marxismo no es un sistema filosófico en el sentido tradicional del término, es decir, no es una construcción teórica cerrada y esquemática, sino una teoría en permanente recreación y devenir, al ritmo de los avances y retrocesos del movimiento histórico y social del cual es expresión consciente, pero sí contiene en su cuerpo teórico todos los elementos de una filosofía, vale decir de una concepción del mundo, del hombre y de la historia.

Filosofía de la praxis la definió Antonio Labriola, quien tuviera un importante lugar en la formación ideológica del joven Trotsky. Labriola señalaba la originalidad del marxismo y su independencia respecto del darwinismo y el positivismo e incluso su hostilidad frente a este último, remarcando tres aristas: una concepción del hombre y de la historia, la crítica de la economía política y de la sociedad capitalista y la política revolucionaria para subvertir dicha sociedad. Tres décadas después, Gramsci marcaba la necesidad de seguir el camino trazado por Labriola, afirmando la completa originalidad y autosuficiencia del marxismo como una concepción independiente de todas las vertientes ideológicas burguesas, aunque estableciera diálogos y luchas ideológicas con las mismas.

Mariátegui por su parte, está embarcado en la empresa de conciliar el marxismo con la «concepción heroica y voluntarista de la vida» a la que hacíamos alusión anteriormente ¿Cómo estructurará sus argumentaciones y que posiciones expresará?

Mariátegui es contrario a la idea de que el marxismo está superado junto con el positivismo del siglo XIX. Buscará demostrar que, si bien es cierto que el marxismo es una concepción eminentemente moderna, mantiene una distancia crítica tanto con el positivismo y el cientificismo como con la filosofía de Hegel. En este sentido se apoyará en Benedetto Croce:

El materialismo histórico no es, precisamente, el materialismo metafísico o filosófico, ni es una Filosofía de la Historia, dejada atrás por el progreso científico. Marx no tenía por qué crear más que un método de interpretación histórica de la sociedad actual. Refutando al profesor Stamler, Croce afirma que 'el presupuesto del socialismo no es una Filosofía de la historia, sino una concepción histórica determinada por las condiciones presentes de la sociedad y del modo como esta ha llegado a ellas'. La crítica marxista estudia concretamente la sociedad capitalista. Mientras el capitalismo no haya trasmontado definitivamente, el canon de Marx sigue siendo válido. MARIÁTEGUI, 1985, p. 40-41).

Como vemos, Mariátegui afirma que la vigencia del marxismo responde a la existencia misma del sistema capitalista; ahora bien, en su intento de «despegar» al marxismo de la cosmovisión ochocentista, no sólo cita, sino que repite la interpretación crociana del marxismo como método de interpretación histórica. Pero el planteamiento de Croce no será para reivindicar la vigencia del marxismo, sino para reducirlo en el marco una filosofía idealista de la historia:

[El materialismo histórico] no debe ser una nueva construcción a priori de filosofía de la historia ni un nuevo método del pensamiento histórico, sino simplemente un canon de interpretación histórica [el subrayado es nuestro]. Este canon aconseja prestar atención a lo que se denomina el sustrato económico de las sociedades para mejor comprender sus configuraciones y sus vicisitudes²⁷

[27]. Robert Paris, op. cit., pg. 165, tomado de Benedetto Croce Materialismo histórico y economía marxista, pgs. 106-107, Bs. As., Ed. Imán, 1942.

Esta posición de Croce, contra la que Labriola y luego Gramsci en los Cuadernos discutieran con dureza, es la que toma Mariátegui en su intento de revitalizar al marxismo frente al evolucionismo socialdemócrata y la crítica idealista. No solo toma textualmente la definición «método de interpretación histórica» sino que usa la misma palabra «canon», lo cual hace innegable la presencia de Croce en un problema teórico fundamental. Incluso reivindicará las ideas de Croce acerca de la plusvalía como categoría moral²⁸.

¿Qué resulta de todo esto? Que en su diálogo con Croce Mariátegui pierde más de lo que gana, puesto que adscribe a una lectura sobre el carácter del marxismo que tiende a negar su independencia y originalidad como concepción del mundo y reducirlo a un criterio de interpretación histórica, asimilable en el idealismo neohegeliano.

Este punto del debate es fundamental, porque si el marxismo es únicamente un método de interpretación histórica, las respuestas sobre los problemas filosóficos que trascienden esa interpretación, tales como cuál es la relación del hombre con la naturaleza, cuál es el carácter concreto y diferenciado de la realidad humano-social, cuál es la relación entre determinaciones objetivas y voluntad consciente, por tomar solo algunos (y Mariátegui ha prestado al último en particular una atención enorme) de los que constituyen una pregunta permanente en la cultura occidental desde Homero hasta nuestros días, esas respuestas decíamos, habrá que ir a buscarlas a otras concepciones filosóficas, con lo cual el proletariado resultará dependiente en última instancia de la cosmovisión burguesa. En esto a Mariátegui se le

[28]. Es paradójico que Mariátegui cite a Croce en Defensa del marxismo para fundamentar su polémica con De Man, ya que mientras el peruano intentaba apoyarse en Croce contra De Man, los círculos crocianos y el mismo Croce se apoyaban en De Man contra el marxismo, por lo que se tornaba imposible discutir contra De Man sin discutir contra Croce y menos adecuado intentar apoyarse en Croce contra De Man.

escapó la operación ideológica fundamental de Croce, señalada con toda claridad por Gramsci.

De esta manera la «mediación» de Croce acercará a Mariátegui a todo un espectro de posicionamientos teóricos del filósofo italiano que habían sido refutados por un marxista clásico como Antonio Labriola, casi treinta años antes.

LA ODISEA DE MARIÁTEGUI Y EL MARXISMO QUE QUEREMOS (RE)CONSTRUIR

Posiblemente, “odisea” no sea el término que mejor se ajusta a la vida y obra de Mariátegui. Sería mejor hablar de un aprendizaje. Pero lo cierto es que ambas figuras, la primera previa a la escisión dolorosa de la subjetividad y la segunda, propia del sujeto moderno, nos remiten a la doble enseñanza que nos deja el legado mariateguiano.

Así como en Goethe y Hegel, constructores poéticos y filosóficos de grandes recorridos en los que el sujeto se hace a sí mismo experimentando e interiorizando todas las formas posibles de actividad humana y arribando a la ansiada meta que es a la vez una reformulación del punto de partida; la vida y obra del revolucionario peruano a quien la experiencia europea, que consideraba «su mejor aprendizaje», había instalado en su interior la convicción de «peruanizar el Perú» y «concurrir a la fundación del socialismo peruano», nos remite al sentido de ese mismo obrar humano donde se construye la historia y se realiza la filosofía. Así, cuando Mariátegui decía que su vida era una saeta que tenía que llegar a hacer blanco, intentaba, sin duda, restarle importancia a su figura y realzar el contenido mismo de la acción, estrechando a través de la historia su pensamiento y el de aquellos dos gigantes alemanes.

En ese recorrido, parafraseando la “frase favorita” de Marx, nada de lo humano le fue ajeno. El futurismo, el surrealismo, el grupo Clarté, El Inca Gracilaso, José Vasconcelos, Ricardo Palma, Manuel González Prada, Haya de la Torre, James Joyce, Croce, Gobetti, Sorel, Gorki, Lenin, Trotsky, Lunacharsky, L'Ordine Nuovo, la Revolución Rusa, la Revolución alemana, la política italiana, las luchas anti-coloniales en Turquía y la India, el fascismo y muchos otros temas fueron parte del universo cultural en que Mariátegui se desempeñó y que a su vez contribuyó a constituir en páginas de fina prosa y ardor revolucionario.

Si para Engels el proletariado alemán sería el heredero de la filosofía clásica alemana, la propia acción política de Mariátegui al interior de la clase obrera del Perú apuntaba a hacer del proletariado peruano, no solo un “receptor” de lo mejor de la cultura occidental y de la experiencia revolucionaria internacional, sino un constructor activo de su propia tradición en la lucha por una sociedad sin opresión ni explotación. Decíamos que vida y obra de Mariátegui representan una doble problemática: por un lado, el aprendizaje del intelectual revolucionario latinoamericano, que se sumerge de lleno en el drama humano en busca de la síntesis entre lo más genuino de la tradición nacional y continental y el marxismo como la formación teórica y la fuerza política de clase más avanzada de la arena internacional. Por el otro, la propia odisea del marxismo en sus complejas relaciones con la cultura moderna, con la filosofía, la ciencia, la literatura, el arte y el psicoanálisis, la cual nos plantea con fuerza la pregunta acerca de qué marxismo queremos (re) construir.

Consideramos pertinente esta reflexión porque en los inicios del siglo XXI, remontando largas décadas de reacción política e intelectual, ningún marxista serio puede pensar la reconstrucción del marxismo revolucionario como una mera restauración del

pensamiento de la III Internacional antes de su burocratización. Esto no solo sería una ingenuidad, sino que sería un crimen de lesa historicidad que despojaría al marxismo de su carácter vivo y dialéctico.

Y aquí es dónde el pensamiento de Mariátegui mantiene una profunda vitalidad, poniendo sobre la palestra no solo los nudos centrales de la problemática latinoamericana sino también la convicción de que el desarrollo teórico político e ideológico del marxismo solo es posible en estrecha conexión con la lucha de clases y en diálogos y polémicas con lo más sugerente y avanzado de la filosofía, las ciencias y la cultura mundial.

Este diálogo con el pensamiento de Mariátegui apunta a prefigurar y contribuir a esa reconstrucción revolucionaria y anti-dogmática que será la mejor recreación-realización de su legado.

REFERÊNCIAS

ARICÓ, José. **La Hipótesis de Justo. Escritos sobre el socialismo en América Latina**. Buenos Aires. Ed. Sudamericana, 1999

ARICÓ, José (Org.) **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. 2ª edición corregida y aumentada, México DF, Ed. Pasado y Presente, 1980

Corbière, Emilio. **El marxismo de Enrique del Valle Iberlucea**. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina, 1987.

Gilly, Adolfo. **La Revolución Interrumpida**, México, Ed. Era, 1994, p. 70.

Gramsci, Antonio. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Bs. As., Ed. Nueva Visión, 1984, p. 72 a 80.

Löwy, Michael. **El marxismo en América Latina**. México, Ed. Era, 1982

MARIÁTEGUI, José Carlos. **La Escena contemporánea**. Lima, Ed. Amauta, 1988 p. 92-96.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defensa del Marxismo**. Lima, Ed. Amauta, 1985.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Principios programáticos del Partido Socialista**. Obras, Tomo II. La Habana, Casa de las Américas, 1982. p. 216-220.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Aniversario y Balance**. Obras, Tomo II, La Habana, Casa de las Américas, 1982. p. 240-243.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Arte, Revolución y Decadencia** (1926), versión electrónica.

PARIS, Robert. **La formación ideológica de José Carlos Mariátegui**. México, Ed. Pasado y Presente, 1981.

Trotsky, León. **La Teoría de la Revolución Permanente** (compilación), Buenos Aires. Ed. CEIP León Trotsky, 2000. p. 520-521.

Trotsky, León. **Escritos Latinoamericanos**. Buenos Aires. Ed. CEIP, 1999.

VARGAS, Otto. **El marxismo y la revolución argentina**. Tomo II, Buenos Aires. Ed. Agora, 1999. p. 524 a 535.

FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A DIALÉTICA DAS PECULIARIDADES NACIONAIS

Nivalter Aires¹

INTRODUÇÃO

A dialética como ciência das formas do pensamento tenta alcançar a compreensão de processos mais complexos e profundos, entendendo que as coisas têm existência no tempo e no espaço, e que até mesmo a própria existência é um processo ininterrupto de transformações. Ao contrário do pensamento vulgar, que se contenta com reproduções imóveis de uma realidade dinâmica, o pensamento dialético dá aos conceitos, através de correções e aproximações sucessivas, uma riqueza de conteúdo e de flexibilidade. Por isso não se pode falar em capitalismo em geral, mas em um determinado capita-

[1]. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor substituto do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal de Campina Grande. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS/UFCG).

lismo em um determinado estágio de desenvolvimento (TROTSKY, [1939] 2017b).

Essa exposição de Trotsky sobre a dialética, presente no texto *O ABC do Materialismo Dialético*, de 1939, é fundamental para entendimento do poder explicativo do marxismo em realidades distintas daquela que Marx analisou em *O Capital*. A dialética, enquanto metodologia, nos dá pistas de como proceder diante do objeto de investigação, tomando-o não como algo estático, mas que tem sua existência em movimento, especificamente, o movimento da luta de classes e do próprio desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção capitalista.

Deve-se propor, então, uma análise do movimento histórico da formação econômico-social, uma análise que não desconsidera que este movimento faz parte de uma totalidade histórica concreta e integrada. Nesse sentido, uma investigação teórica sobre formação econômico-social é fundamental, especialmente tendo em vista o interesse de produzir estudos de realidades nacionais na periferia do capitalismo – coloniais, semicoloniais ou dependentes.

Diante disso, objetivamos com este artigo apresentar elementos para a distinção entre os conceitos de formação econômico-social e modo de produção, entendendo que essa diferença permite o estudo do capitalismo não de uma forma genérica ou homogênea, mas respeitando as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo em cada país. Um objetivo secundário, mas de grande importância, é relacionar esse debate com o conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

O método de investigação parte de uma leitura crítica de Karl Marx, principalmente do Prefácio de 1859, que nos dá pistas para elucidar e apontar com clareza a diferença entre ambos os conceitos; utilizamos também sistematizações de quem já se colocou a mesma tarefa. Além disso, avançamos na teorização do concei-

to de desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky, a fim de demonstrar seu potencial para análise de cada realidade específica, fugindo de leituras mecanicistas e/ou deterministas, a fim de subsidiar estratégias com vistas a superar o capitalismo e o colonialismo desses países.

FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E MODO DE PRODUÇÃO

Os conceitos de formação econômico-social e modo de produção são de grande valor, especialmente, para o exame de realidades nacionais na periferia do capitalismo – países coloniais, semicoloniais ou dependentes – ou seja, realidades distintas daquela que Marx examinou em *O Capital*.

Nas obras de Karl Marx, o conceito de formação econômico-social não é amplamente desenvolvido, mas mesmo assim suscitou grandes debates no âmbito do marxismo, particularmente na segunda metade do século XX.² Encontramos, a princípio, no prefácio do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*,³ de 1859, um trecho que, numa leitura apressada, pode-se acabar não percebendo onde está escrito: “Os modos de produção asiático, antigo, feudal, e, modernamente, burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social” (MARX, 2016, p. 40)

Uma primeira observação a ser feita sobre a citação é que formação econômico-social e modo de produção se referem a coisas

[2]. Grande parte dos principais textos deste debate sobre o conceito de formação econômico-social foram agrupados nos *Cuadernos Pasado y Presente*, especificamente, no número 39, de 1982, no qual realizamos leituras sobre a temática, nas abordagens estruturalistas e historicistas de interpretação do marxismo.

[3]. A depender da tradução para o português, como a que se encontra na edição de 2008 deste livro, pela Editora Expressão Popular (MARX, 2008, p. 48), formação econômico-social pode aparecer como formação da sociedade econômica.

distintas, sendo, então, conceitos distintos. Outra, diz respeito a “épocas progressivas”, o que abre margem para uma interpretação de simples sucessão entre os modos de produção de forma linear, seguindo uma tendência mecânica, justamente o que se busca evitar a partir de uma observação dialética.

Diante disso, Eric Hobsbawm ([1964]1985), na introdução que fez ao livro *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, de Karl Marx, diz que não se deve entender que este falava de uma sucessão cronológica ou da simples evolução de um sistema a partir do seu predecessor, mas sim de evolução em uma dimensão mais geral. Seguir em uma análise literal seria simplificar demasiado o pensamento de Marx ao ponto de entender como uma escada em que todas as sociedades humanas pudessem subir.

Emilio Sereni (2013), concordando com Hobsbawm, dá ênfase que formação econômico-social deve ser entendida através de uma concepção extraordinariamente dinâmica do devenir social, contra qualquer leitura estática. E aponta que Marx – nas cartas a Vera Zasulich, de 1881 – rechaça a interpretação de seu trabalho no sentido de uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais e épocas históricas.

Inclusive na introdução ao livro *Luta de Classes na Rússia*, que reúne os esboços e a carta de Karl Marx a Vera Zasulich sobre a comuna rural russa e a possibilidade de transição ao socialismo, Michael Lowy diz enfaticamente que “estes escritos significam uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico” (LOWY, 2013, p. 9), justamente por Marx, apesar de não remeter as cartas, ter pensado e dissertado sobre a possibilidade de a Rússia atingir o socialismo sem necessariamente passar pelo capitalismo, ou seja, pensando as particularidades daquela nação.

No primeiro esboço, Marx (2013, p. 89) diz que, em toda a Europa, a propriedade comum já tinha desaparecido. O que justi-

ficava que as comunas russas resistiam, ainda em escala nacional, uma combinação de circunstância única, e se coloca favorável à ideia de conservação das comunas, uma particularidade do desenvolvimento da Rússia.

Mas essa ideia da possibilidade de transição ao socialismo sem passar diretamente pelo capitalismo não é algo que Marx pensou, mas deixou escondido nos esboços não remetidos a Vera Zasulich. No prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882, um ano depois, Marx (1998, p. 73), acompanhado por Engels, dá uma resposta ainda mais simpática à manutenção da comuna russa, ao dizer que “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, do modo que uma complete a outra, a atual propriedade comum de terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”. O que ainda enfatiza a dimensão permanente⁴ que a revolução deveria tomar.

Superada essa primeira discussão, podemos caminhar no sentido de entender um modo de produção. Como colocam Jainaina Freire dos Santos e Danilla Aguiar (2016), dois são os aspectos indissociáveis para a compreensão deste conceito: as forças produtivas, expressão da relação homem/natureza; e as relações de produção, que expressam a relação entre os homens. Diante disso, “o modo de produção corresponde, em definição, às relações sociais historicamente travadas no processo produtivo, pelos indivíduos entre si, e as forças produtivas correspondentes a esse processo” (SANTOS; AGUIAR, 2016).

[4]. Revolução Permanente, no sentido proposto por Marx e Engels em 1850, em sua Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas: “É nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro” (MARX; ENGELS, 2010, p. 64).

Guy Dhoquois (1982) apresenta como sendo um “abstrato real”, ou seja, uma estrutura presente na realidade que pode ser descoberta cientificamente e que descreve características gerais – se asiático, antigo, feudal ou burguês –, podendo-se indicar quais são as classes dominantes e as dominadas, o desenvolvimento das forças produtivas e a forma de distribuição da riqueza produzida socialmente.

Compreendendo modo de produção dessa forma, um abstrato real, o conceito de formação econômico-social, que é de dimensão teórica, significa uma combinação de modos de produção. Diante disso, “é possível especificar na realidade mostrando sua particularidade histórica e geográfica, sua particularidade ‘regional’” (DHOQUOIS, 1982, p. 187, tradução nossa).⁵

Podemos refinar a análise utilizando Pierre Herzog (1982), ao destacar que formação econômico-social tem relação com a coexistência de um conjunto de formas locais de características pré-capitalistas e capitalistas – não que as formas chamadas pré-capitalistas sejam formas “velhas”, mas sim adquirem um conteúdo novo – não sendo uma simples coexistência de modos de produção, mas um resultado novo, uma síntese.

Nesse sentido, uma formação econômico-social é algo que atravessa várias épocas, várias formas sociais e vários modos de produção em um único processo contínuo de modificação das forças produtivas e das relações de produção (LUPORINI, 1982). Assim o conceito de formação econômico-social deve ser entendido como um conjunto de diferentes relações de produção complexas que se articulam sob a hegemonia de algum dos modos de produção presentes nessa formação (ROJAS, 2006).

[5]. Es posible especificarlo en la realidad mostrando sus variantes históricas y geográficas, sus variantes ‘regionales’. (DHOQUOIS, 1982, p. 187).

Diante do apresentado, entendemos que formação econômico-social é um conceito relacional, que só faz sentido tendo demarcado com clareza o conceito de modo de produção. E não só isso, mas que a dinâmica histórica de cada país não obedece a um ritmo único, tampouco se pode falar em capitalismo em geral sem considerar as particularidades do desenvolvimento histórico de cada país.

É fundamental ter em mente que o processo histórico não se dá somente a partir da relação entre “forças produtivas” e “relações de produção”, mas também pela totalidade da vida material, incluindo a dimensão política, ideológica e cultural, o que permite escapar a uma visão economicista, etapista e linear. Ter claro o conceito de formação econômico-social nos permite observar as especificidades, sem esquecer o panorama que é o modo de produção hegemônico e a relação dialética entre esses conceitos (SANTOS; AGUIAR, 2016).

Isso pode ser observado nos trabalhos de grandes intelectuais do marxismo e suas respectivas análises de formações econômico-sociais: Lenin não se dedicou a teorizar sobre o assunto, no entanto produziu uma investigação sobre a formação econômico-social russa no seu livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* [1899]; o mesmo fez León Trotsky no seu *A História da Revolução Russa* ([1930] 2017a), especialmente no capítulo primeiro, em que apresentou o conceito do desenvolvimento desigual e combinado, sobre o qual falaremos adiante; Antonio Gramsci, em *Cadernos do Cárcere* [1929-1935], dedicou-se à explicação da formação da Itália, com isso propôs um arcabouço teórico analítico de grande importância ao marxismo. Na América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui, em *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* [1928], foi o primeiro a fazer algo do gênero nessas terras, por isso a importância de demarcar sua contribuição; e no Brasil, foi Caio Prado Jr., em sua *Formação do Brasil Contemporâneo* [1942], que

lançou as bases de uma interpretação marxista sobre a nossa formação colonial.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

León Trotsky lança grande contribuição a este debate na sua busca por entender como foi possível realizar a Revolução Comunista na atrasada Rússia de 1917. Apesar de não desenvolver uma análise teórica sobre o conceito de formação econômico-social, desenvolve o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, que fornece uma explicação coerente para as peculiaridades nacionais.

Essa teoria – que é uma das maiores contribuições de Trotsky ao marxismo – mostra que uma estrutura atrasada assimila as conquistas materiais e ideológicas das estruturas adiantadas, e o capitalismo como sistema econômico mundial teve seu progresso marcado pela combinação das formas de produção, resultando num amálgama de formas arcaicas ou tradicionais com modernas.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky tem grande poder explicativo em sociedades em que o capitalismo não se desenvolveu da forma clássica, como na Inglaterra ou França. Ao longo dos últimos séculos, o capitalismo avançou de país a país, em suas sucessivas fases (comercial, industrial, financeira, etc.), com cada nação sendo particularmente demandada na divisão internacional do trabalho no mercado global com diferentes graus de expressão e expansão capitalista, de acordo com os diferentes estágios do seu desenvolvimento.

O primeiro rascunho dessa teoria aparece no livro *1905*, no qual Trotsky produziu uma análise econômica, social e cultural do imenso território da Rússia, deixando claro ser possível encontrar diversos estágios de desenvolvimento da civilização convivendo simultaneamente (LÖWY, 1995).

Mas foi no seu livro *A História da Revolução Russa* ([1930] 2017), especificamente no primeiro capítulo – “Peculiaridades no desenvolvimento da Rússia” – que Trotsky lançou as bases para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, explicando de maneira exemplar o desenvolvimento russo, ou, na verdade, a falta dele.

Visto que o traço essencial e mais constante da história russa seria, justamente, a lentidão do seu desenvolvimento, tomando posse da natureza extensivamente e não em profundidade, obteve-se como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e de baixo nível cultural (TROTSKY, 2017, p. 31).

No que se refere ao desenvolvimento do capitalismo, Trotsky (2017) constata que, na Rússia, aconteceu de maneira desigual em relação à Europa. Enquanto na Europa Ocidental logo se criaram aglomerações econômicas e culturais em função das fronteiras naturais; nas planícies do oriente, tão logo um povo sentia-se comprimido, embrenhava-se nas florestas ou então migravam para a periferia. Como resultado, a Rússia ficou atrasada de muitas formas.

Por um lado, combinou seu atraso com as conquistas mais modernas em termos industriais, conseqüentemente, pulando etapas do desenvolvimento técnico. Por exemplo, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez, merecendo nota que entre a Revolução de 1905 e a Primeira Guerra Mundial a produção industrial da Rússia quase dobrou (TROTSKY, 2017, p. 37). Na conferência proferida em novembro de 1932, em Copenhague, na Dinamarca, *O que foi a revolução de outubro*, Trotsky (2005) aponta que, antes da Revolução de 1917, as empresas “gigantes”, ou seja, aquelas que tinham mais de mil operários, ocupavam, nos Estados Unidos, menos de 18% da totalidade dos operários industriais; enquanto na Rússia, a proporção era de 41%. Ou seja, mesmo que fosse um país marcado pela falta de desenvolvimento, em certos sentidos estava à frente da Europa e dos Estados Unidos.

Desse modo se pode concluir, como aponta Trotsky (2017, p. 33), que “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”.

Vale ressaltar que a obra *A História da Revolução Russa* não propõe um debate teórico de categorias, mas sim a análise de uma formação econômico-social específica, por isso os conceitos não estão formulados, à disposição do leitor. Só através da compreensão do que foi elaborado para explicar a Rússia e por dispor de generalidade para o estudo de outras formações sociais, especialmente da periferia do capitalismo, é que se extrai o conceito e é possível aplicá-lo a uma realidade distinta para a qual ele foi inicialmente proposto, fazendo as devidas mediações.

O mais próximo de uma definição da lei⁶ do desenvolvimento desigual e combinado que encontramos neste texto de Trotsky, diz:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidades nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar a saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história russa, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 2017, p. 34).

[6]. Vale destacar que lei aqui é entendida no sentido tendencial, e não como algo absoluto e definitivo.

O conceito dá conta de explicar, através da dimensão do desenvolvimento desigual, que nem toda sociedade obedece a um ritmo único, inexorável e guiada a um destino preestabelecido. Muito pelo contrário, as sociedades, a partir de suas particularidades, têm desenvolvimentos desiguais, e se o capitalismo se tornou global, não é porque todos os países rumaram para o capitalismo, senão que este foi empurrado de fora para dentro das sociedades.

A dimensão do desenvolvimento combinado explica o que torna cada sociedade, mesmo no âmbito do capitalismo, particular. Dentro da disparidades no desenvolvimento, ocorre uma série de combinações de elemento e tendências pertencentes a diferentes etapas da organização social, criando condições para o surgimento de algo novo, uma síntese. É importante deixar mencionado que o caráter desigual precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos; nesse sentido, o segundo aspecto cresce sobre o primeiro e depende deste.

Este segundo aspecto – o desenvolvimento combinado – parte do reconhecimento da desigualdade nas proporções de desenvolvimento de vários fenômenos das mudanças históricas. As disparidades no desenvolvimento técnico e social e a combinação de elemento e tendências pertencentes a diferentes etapas da organização social criam condições para o surgimento de algo novo (NOVACK, 2005).

Entendemos que as particularidades nacionais e, conseqüentemente, as regionais são resultado de um processo histórico de contradições e combinações concretas de diferentes forças econômicas e políticas. Nesse sentido, as nações e regiões têm seus próprios traços característicos, particularidades que surgem da própria dinâmica das condições materiais e históricas específicas ao longo do processo de acumulação.

Uma grande possibilidade de uso deste conceito para a nossa pesquisa diz respeito à dimensão de que sociedades atrasadas, por assim dizer, incorporam elementos das sociedades mais desenvolvidas, assim o desenvolvimento desigual e combinado é uma mescla particular de elementos atrasados com os mais modernos, produzindo uma combinação original, uma síntese. Dessa forma, chega-se, mesmo que por outro caminho, a um resultado bastante similar ao da discussão sobre formação econômico-social e modo de produção, que fizemos algumas páginas atrás.

O economista Ernest Mandel (1982, p. 14) salienta que a unidade orgânica do sistema mundial capitalista não pode ser plenamente compreendida sem ter em conta as especificidades de cada caso, ou seja, cada país tendo visto a validade da lei do desenvolvimento desigual e combinado. É fundamental considerar que essas particularidades incluem sociedade e economia não capitalistas, ou apenas semicapitalistas interagindo com o conjunto dos países que compõe o todo o sistema global de produção e reprodução do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio por trás deste trabalho é o de encontrar elementos coerentes teórica e metodologicamente no âmbito do marxismo para a formulação da análise de uma determinada formação econômico-social, evitando análises mecanicistas e/ou deterministas, fazendo o esforço de entender a história em processo, sem desconsiderar os elementos internos e externos que produziram como resultado esses processos.

Escapar das teias do mecanicismo ou da homogeneização proposta pela deturpação stalinista do marxismo significa enten-

der que as sociedades não passam por uma sucessão cronológica ou da simples evolução de um sistema a partir do seu predecessor, por isso a importância de se aprofundar no estudo de cada formação econômico-social específica, entendendo que não existe um capitalismo puro ou geral, mas que, em cada realidade nacional, aconteceu como uma síntese entre o modo de produção capitalista e as formas de produção que já se encontravam presentes.

O modo de produção capitalista tornou-se hegemônico no globo, a partir daí pode-se ter uma noção de quais são as classes dominantes e as dominadas, o desenvolvimento das forças produtivas e a forma de distribuição da riqueza produzida socialmente. Mas só a análise profunda da formação econômico-social permite descobrir como esse processo se deu em cada país, com maior ou menor penetração do modo capitalista de produção no campo, por exemplo, ou ainda na capacidade de os países avançarem ou não num processo de industrialização, etc.

Não se pode, dessa forma, separar os conceitos de formação econômico-social e modo de produção, visto que formam um par conceitual. Soma-se a eles o importante conceito de desenvolvimento desigual e combinado, formulado por Trotsky, particularmente no segundo aspecto, visto que o primeiro aspecto já aparece em Lenin e também em Gramsci.

A partir desses conceitos, percebe-se que as sociedades atrasadas assimilam as conquistas materiais e ideológicas das estruturas adiantadas, e o sistema econômico mundial é marcado pela combinação de diversas formas de produção capitalistas e não capitalistas, resultando num amálgama de formas arcaicas com modernas, sob a hegemonia do capitalismo, particularmente após a fase imperialista inaugurada no início do século xx.

REFERÊNCIAS

DHOQUOIS, Guy. La Formación Económico-Social como Combinación de Modos de Producción. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 185-189, 1982.

HERZOG, Pierre. El Punto de Vista de un Economista. **Cuadernos Pasado y Presente**. n. 39, p. 196-200, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução. **In: MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actuel Marx**, Paris, n. 18, p. 73-80, 1995.

LOWY, Michael. Introdução. **In: MARX, Karl. Lutas de Classe na Rússia**. São Paulo, Boitempo, 2013.

LUPORINI, Cesare. Nota a Marx según Marx: La Noción de 'formación económica de la sociedad' y la Introducción de Eric Hobsbawm a las FORMEN. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 162-166, 1982.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardío**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Prefácio ao Livro **Crítica da Economia Política**. **In: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). O Método em Marx**. São Paulo: Edições IRSKA, 2016. p. 37-42.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Lutas de Classe na Rússia**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Prefácio ao Livro Crítica da Economia Política. **In: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). O Método em Marx**. São Paulo: Edições IRSKA, 2016. p. 37-42.

NOVACK, George. A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Marxist.org**. 23 nov. 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm> Acesso em: 19 fev. 2016.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os Socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP/USP.

SANTOS, Janaina Freire dos; AGUIAR, Danilla. O Conceito de Formação Econômico-Social: Uma análise comparativa à luz de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. **In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS**, 40, 2016, Caxambu. **Anais Eletrônicos [...]** Caxambu, ANPOCS, 2016.

Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st22-6/10368-o-conceito-de-formacao-economico-social-uma-analise-comparativa-a-luz-de-caio-prado-jr-e-jose-carlos-mariategui/file> Acesso em: 21 ago. 2019.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: A categoria de “formação econômico-social”. **MERIDIANO - Revista de Geografia**, n. 2, p. 297-346, 2013. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/17> Acesso em 21 fev. 2021.

TROTSKY, León. **A História da Revolução Russa**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2017a.

TROTSKY, León. ABC da dialética materialista [1939]. **Esquerda Diário**. 26 jun. 2017b. Disponível em: <http://www.esquerdadiao.com.br/Leon-Trotsky-ABC-da-dialetica-materialista>. Acesso em: 30 mar. 2018.

TROTSKY, León. O Que Foi a Revolução de Outubro? **Marxist.org**. 17 abr. 2005. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1932/11/27.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

¿EXISTE UN FEMINISMO SOCIALISTA EN LA ACTUALIDAD? APUNTES SOBRE EL MOVIMIENTO DE MUJERES, LA CLASE TRABAJADORA Y EL MARXISMO HOY¹

*Paula Varela*²

INTRODUCCIÓN

El contexto de esta reflexión sobre la relación entre movimiento de mujeres y clase trabajadora es dual. Por un lado, la crisis capitalista que se desató a partir de la crisis financiera de 2008 y que, planes de ajuste neoliberal mediante, ha dado una serie de fenómenos de lucha social que van desde las huelgas generales de 2010 y 2011 en Portugal o Grecia (con fuerte predominancia obrera), hasta los procesos del tipo de

[1]. Artigo publicado originalmente na Revista THEOMAI / THEOMAI Journal Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo, número 39 (primer semestre 2019).

[2]. Licenciada em Ciência Política, Doutora em Ciências Sociais, professora nas áreas de Sociologia Política e Sociologia do Trabalho da Universidad de Buenos Aires (UBA), pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), pesquisadora do Instituto do Pensamiento Socialista – Karl Marx (IPS-KM) e faz parte do comitê editorial da Revista Ideas de Izquierda da Argentina. Entre outras publicações, é autora do livro “La disputa por la dignidad obrera. Sindicalismo de base fabril en la zona norte del Conurbano bonaerense 2003-2014”, publicado em Buenos Aires, pela Editora Imago Mundi no ano de 2015 e organizadora do livro “El gigante fragmentado. Sindicatos, trabajadores e politica durante el kirchnerismo” publicado na Cidade Autónoma de Buenos Aires pela editora Final Abierto, no ano 2016. paula.varela.ips@gmail.com

Occupy Wall Street en EE. UU., la Primavera Árabe y los jóvenes de Plaza Tahrir, los indignados del Estado Español e incluso las protestas del *Passe Livre* en Brasil. Estos últimos tienen como característica que, pese a que su composición social es mayoritariamente de trabajadores y sectores pauperizados, no se presentan como luchas del movimiento obrero (de hecho, en buena parte de los casos son desoídas o negadas por las organizaciones sindicales). Por otro lado, desde 2015 a la actualidad (por poner una fecha “de inicio”) asistimos a la que ya puede ser nominada como una nueva ola feminista a nivel internacional³ y que también es heterogénea: con sus orígenes en Argentina en las masivas movilizaciones por “Ni una menos” y en Polonia donde se desarrolló una lucha en defensa del derecho al aborto, el movimiento se extendió en demandas (como igualdad salarial, contra la violencia machista o para denunciar la carga por trabajo doméstico), y también en geografías (como EE.UU., Irlanda, México, Italia, Chile), volviendo a “las mujeres”⁴ en protagonistas, no sólo de luchas por sus derechos sino de fenómenos políticos como las movilizaciones contra Trump o el *Ele Nao* contra Bolsonaro.

[3]. Existe un debate acerca de si estamos frente a la “tercera ola” feminista o la “cuarta”. Por supuesto, no es un problema de numeración sino del modo en que se conciben los ascensos previos del movimiento feminista. Me inclino a considerar que la actual constituye la Tercera Ola en la medida en que su carácter de masas la emparenta con la Primera Ola de fines del siglo XIX e inicios del XX, y la Segunda Ola de la década del ‘60 y ‘70. Post ‘70 ha habido toda una serie de debates y producción de teorías, como la *Queer*, de suma importancia para la reflexión sobre la opresión de género, pero no han estado acompañados de procesos masivos de movilización de mujeres como en la actualidad, sino que han circulado en ámbitos de la intelectualidad y la militancia feminista.

[4]. Colocamos el término entre comillas para marcar que, lejos de considerar que estamos ante una categoría “dada”, “natural” y/u “homogénea”, la propia aparición de colectivos masivos que reclaman diversos “derechos para las mujeres” ha puesto en discusión la propia noción de mujeres. Un ejemplo de ello en Argentina ha sido el debate al interior del colectivo de organización de la marcha del 8 de marzo de 2019, acerca de la incorporación (o no) de mujeres trans. Debate en el que la posición mayoritaria fue la de su inclusión (posición que comparto). Si bien excede por completo los objetivos y límites de este artículo, es importante señalar que esta nueva ola feminista también presenta una oportunidad para la revisión y reactualización de las teorías que discuten la construcción del género, y para la discusión sobre la relación entre el movimiento feminista y los colectivos LGTB.

La pregunta acerca de cuál es la relación entre estos dos movimientos es obligada. ¿Por qué ahora una nueva ola feminista? ¿Qué es lo que pone sobre la mesa esta emergencia? De allí que aparezcan, no sólo en el terreno de la academia sino también en el de militancia, las discusiones acerca de la relación entre capitalismo y patriarcado, entre clase y género y, de su mano, el retorno de la discusión entre marxismo y feminismo. Como dice Cinzia Arruzza (2010) el vínculo entre estas dos tradiciones no ha estado exento de conflicto y tensiones, sino que, más bien, ha constituido una suerte de “relaciones peligrosas” que atravesaron momentos de acercamiento y divorcio signados por los escenarios de las luchas sociales y las estrategias políticas (y elaboraciones teóricas) que tuvieron prevalencia en cada uno de ellos⁵.

Una de las mayores complejidades de esta discusión (y que vuelve a aparecer en la actualidad) es la tendencia intuitiva a considerar al capitalismo y al patriarcado como dos sistemas de opresión diferenciados, tendencia reforzada por el argumento de “la anterioridad histórica de la opresión de las mujeres”. Ese ha sido uno de los principales ejes (sino el principal) de los debates de la izquierda en la Segunda Ola feminista en la década del ‘70. El problema que presenta las que se llamaron “teorías del sistema dual” podría resumirse de este modo: si el patriarcado y el capitalismo son dos sistemas independientes, ¿cuál determina las relaciones sociales: ¿el género o la clase? ¿Cuál constituye el “enemigo principal”? ¿Cómo luchar contra ellos: de forma también independiente o subsumiendo uno en el otro a riesgo de negar la especificidad

[5]. El recorrido histórico sobre estas *Dangerous Liaisons* que realiza Arruzza tiene la virtud de prestar especial atención a las diferencias al interior del marxismo, destacando el papel central que jugó la estalinización de los partidos comunistas en el “divorcio” entre movimiento obrero y movimiento de mujeres, entre marxismo y feminismo, a diferencia de otras corrientes como el trotskismo que configuraron intentos por establecer puentes entre ambos. Para una lectura del libro de Arruzza con relación al actual movimiento de mujeres, véase Rossi (2018).

del subsumido? Como dice Iris Young (1992), en su ácida crítica al artículo de Heidi Hartmann “El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progresista”⁶:

Yo plantearé, sin embargo, que la teoría del sistema dual no puede reparar el infeliz matrimonio del marxismo y el feminismo. Hay buenas razones para creer que la situación de la mujer no está condicionada por dos sistemas distintos de relaciones sociales que tienen estructuras, dinámicas e historias distintas. Es más, el marxismo feminista no puede contentarse con un mero “matrimonio” de dos teorías -marxismo y feminismo- que reflejan dos sistemas: el capitalismo y el patriarcado. Por el contrario, el proyecto del feminismo socialista debe ser el desarrollar una teoría única, aprovechando lo mejor del marxismo y del feminismo radical, para comprender el patriarcado capitalista como un sistema en el cual la opresión de la mujer es un atributo central⁷. (YOUNG, 1992)

Un intento de teoría unitaria es el que desarrolla Lise Vogel, en *Marxismo y Opresión de la Mujer*⁸, sentando las bases de un desarrollo marxista de la Teoría de la Reproducción Social. No está

[6]. El artículo fue publicado en inglés en 1979 y en español en 1983 en la revista *Teoría y Práctica*, N°12-13.

[7]. Véase Young (1992). Otro elemento interesante es la diferenciación que Young realiza entre teorías del sistema dual materialistas e idealistas: “Todas las versiones de la teoría del sistema dual empiezan con la premisa de que las relaciones patriarcales designan un sistema de relaciones distinto e independiente de las relaciones de producción descritas por el marxismo tradicional. La descripción de cómo el patriarcado existe separado del sistema económico de las relaciones de producción, puede tomar dos orientaciones posibles. Por un lado, se puede retener el concepto feminista radical del patriarcado como una estructura psicológica e ideológica. En este caso, la teoría del sistema dual se esforzará por dar una explicación de la interacción de estas estructuras ideológicas y psicológicas con las relaciones materiales de la sociedad. Por otro lado, se puede desarrollar una explicación del patriarcado mismo como un sistema de relaciones sociales materiales que existen independiente e interrelacionándose con las relaciones materiales de producción” (op.cit).

[8]. Originalmente publicado en 1983, fue reeditado por *Historical Materialism-Brill* en 2013, con un prólogo de Susan Ferguson y David McNally en el que realizan un muy buen recorrido sobre este debate en la década del '60 y '70. Los autores critican también el tipo de teoría unificada que propone Iris Young, posicionándose a favor de la propuesta de Vogel.

demás decir, que los esfuerzos por pensar la especificidad de la opresión de las mujeres *en el* capitalismo no implican negar el carácter previo (históricamente hablando) de la opresión de género⁹, sino comprender las modificaciones sustanciales que ésta sufre bajo el capitalismo a los fines de no combatir contra una dominación que, por “ancestral”, se vuelva abstracta (el patriarcado sin más) y construya un enemigo también abstracto y escurridizo. Pero, además, sin el análisis de esta especificidad, la idea que sostenemos las marxistas de que no hay liberación de las mujeres sin destrucción del capitalismo, también se vuelve abstracta y, por ende, arbitraria. En síntesis, dada la importancia del asunto, la importancia de mirar con atención a quienes intentan desarrollar esta teoría unitaria desde el campo del marxismo.

LA RELACIÓN ENTRE PRODUCCIÓN Y REPRODUCCIÓN, O EL CAPITALISMO COMO UNIDAD DIFERENCIADA

Quisiera plantear aquí, a modo de apertura de la discusión, algunos puntos por los cuales considero que es importante poner a debate la apropiación marxista de la Teoría de la Reproducción Social en tanto desarrollo de una teoría unitaria sobre la relación entre género y clase en la actualidad y, por ende, en tanto entrada analítica que permite pensar qué sería un feminismo socialista hoy. Señalo expresamente que me refiero a la visión marxista de la Teoría de la Reproducción Social (en adelante TRS) porque ésta es (y ha sido históricamente) una teoría en disputa¹⁰. Otros intentos

[9]. Al respecto, recomendamos la lectura de los trabajos clásicos de Meillasoux (1999) publicado originalmente en 1975, y de Rubin (1986), también del '75.

[10]. El propio concepto de Reproducción Social ha sido terreno de discusión entre las feministas de la segunda ola en la década del '70. Uno de los puntos de debate más importantes fue acerca de si el trabajo doméstico, en las sociedades capitalistas, produce o no produce valor. Entre las que sostienen que sí produce valor se

de teorizar el ámbito de la reproducción social bajo el capitalismo es el de las feministas autonomistas, una de cuyas exponentes más importantes es Silvia Federici. Habiendo un punto de partida común consistente en destacar la importancia del trabajo de reproducción social, particularmente de reproducción de la fuerza de trabajo, las diferencias teóricas podrían situarse en tres aspectos: a) la forma de definir a qué se le llama Reproducción Social (su alcance, su *locus*, el sujeto que la lleva adelante); b) el modo de establecer y la importancia que se le otorga a la relación entre el ámbito de producción de mercancías y el de la reproducción de la fuerza de trabajo (y, a través de esa relación, la forma de caracterizar la sociedad capitalista en su conjunto); y c) las consecuencias estratégicas que estas diferencias teóricas implican para el movimiento feminista, pero también en relación a los caminos para el cambio social, la emancipación o, para decirlo con todas las letras, la revolución social.

En ese sentido, la visión marxista de la TRS a la que quiero referirme en este texto se introduce en un debate a “varias bandas” que recupera componentes que vienen de la década del ‘70, pero que los actualiza a la luz de las modificaciones sufridas en las sociedades capitalistas desde los ‘80 en adelante y los sitúa en un debate actual (y podríamos decir, urgente) que se expande en el movimiento feminista internacional.

El primer punto de la visión marxista de la TRS en el que quiero detenerme es que permite analizar la especificidad de la opresión de las mujeres sin negar a la clase trabajadora como sujeto central del capitalismo y, por ende, como sujeto potencialmen-

encuentran Dalla Costa y James (1975) y Federici (1975). Una posición diferenciada es la de Seccombe (1974) quien considera que el trabajo doméstico produce “indirectamente valor”. Entre quienes sostienen que no produce valor está Vogel (1983), véase la reedición reciente de Brill en 2013; Smith (1978). Esta discusión teórica tiene consecuencias en el terreno de las estrategias políticas dentro del movimiento feminista. Por ejemplo, en 1972 un sector del movimiento feminista comenzó una campaña conocida como “Salario para el trabajo doméstico” (*Wages for Housework*) como exigencia surgida de la concepción del trabajo doméstico como productor de valor.

te revolucionario. Así lo define Tithi Bhattacharya en su introducción a *Social Reproduction Theory: Remapping class, Recentring Oppression*:

estoy proponiendo aquí tres cosas: a) una reafirmación teórica sobre la clase trabajadora como sujeto revolucionario; b) una más amplia definición sobre la clase trabajadora que aquella que se refiere a los asalariados; c) una reconsideración de la lucha de clases que incluya a las luchas más allá de los salarios y las condiciones laborales. (Bhattacharya, 2017, p. 86)¹¹.

Esta propuesta no es poca cosa no sólo porque, como dijimos, la historia entre marxismo y feminismo no ha sido una historia exenta de problemas y tensiones. También porque obliga a pensar el actual ascenso del movimiento de mujeres a nivel internacional bajo la pregunta de en qué medida puede inscribirse en (o, por qué no, impulsar) el ascenso de un movimiento que exceda al feminismo. Es decir, implica dejar de pensarlo como un movimiento corporativo o sectorial y comenzar a pensarlo como parte de un movimiento más amplio, ¿lucha de clases?

Para hacerlo, la visión marxista de la TRS se postula, no como una teoría feminista, sino como una contribución crítica a la comprensión de las relaciones sociales capitalistas que, partiendo de Marx, pretende desarrollar y profundizar aspectos que están inscriptos en su teoría, pero no fueron desarrollados. El punto de partida teórico es el concepto de *fuerza de trabajo* y su reconocimiento en tanto mercancía única que produce valor y, a través de dicha producción, garantiza la reproducción de la sociedad capitalista como un todo. Hasta aquí nada nuevo. El problema empieza *antes* del momento en que la mercancía fuerza de trabajo llega al espacio

[11]. Todas las citas de este libro son traducciones propias.

productivo para producir valor (y plusvalor). La pregunta original que está en el centro de la TRS es cómo llega esa mercancía al espacio de la producción o, más precisamente, cómo se produce y se reproduce esa mercancía para que pueda llevar adelante el proceso de creación de valor. Esa es la pregunta central y allí reside uno de sus primeros hallazgos: el carácter especial de la mercancía fuerza de trabajo no está dado solamente porque es la única que produce valor sino también porque es la única mercancía que *se produce por fuera del circuito de producción de mercancías*, es decir, en un *segundo circuito*: el circuito de la producción y reproducción de la fuerza de trabajo. Es específicamente a ese circuito (que, como veremos, está subordinado al primero) a lo que se llama el de la Reproducción Social. Vale aquí, entonces, una primera precisión: la Reproducción Social no refiere al proceso de reproducción de la sociedad capitalista como un todo, sino que refiere específicamente al proceso de creación y reproducción de la fuerza de trabajo, sin el cual la reproducción de la sociedad capitalista como un todo se vuelve imposible. Esta noción de Reproducción Social en términos de *reproducción generacional* de la fuerza de trabajo envuelve dos aspectos¹². El primero, la reproducción biológica dependiente de las mujeres y los cuerpos gestantes a través del parto. El segundo, toda la serie de trabajos necesarios para que esa fuerza de trabajo llegue al “punto de la producción”, los cuales van desde las llamadas tareas del cuidado¹³, el trabajo doméstico (cocinar,

[12]. Hay también una reproducción no generacional de la fuerza de trabajo que tiene hoy un mecanismo privilegiado: la inmigración (como lo fue, previamente, la esclavitud). Muchos estudios que toman el marco teórico de la TRS se centran en el análisis de los procesos migratorios y, particularmente, de la migración de mujeres y su inserción en el mercado de trabajo de tareas reproductivas.

[13]. Es interesante señalar que, aunque no lo abordemos en este texto, Fraser realiza una crítica a la noción de “crisis del cuidado” y propone discutir la noción de “contradicciones socio-reproductivas del capitalismo” como base sobre la que puede explicarse la llamada “crisis del cuidado”, no como algo aleatorio (y mucho menos cultural), sino como parte de la tendencia de las sociedades capitalistas a producir crisis de reproducción social que asumen características diferenciadas en cada forma histórica de sociedad capitalista. Véase, Fraser (2016).

limpiar, hacer las compras, etc.) y también el trabajo que se lleva a cabo por fuera del ámbito doméstico (sistema de educación, de salud, de cuidado de adultos mayores, etc.). He aquí una segunda precisión: el trabajo de reproducción de la fuerza de trabajo *no se reduce a lo que sucede en el hogar, sino que lo excede hacia redes en la comunidad y también hacia todas las formas de socialización de esas tareas que el propio capitalismo ha generado*, ya sea como servicios públicos o como servicios privados a los que se accede a través del mercado: colegios, clínicas, jardines materno-parentales, geriátricos. Como profundizaremos más adelante, desde esta perspectiva marxista, *hablar de Reproducción Social no es lo mismo que hablar de lo que sucede en el “hogar” ni de una teoría de las “amas de casa”*, es hablar de un trabajo *necesario*, una parte del cual es impago y otra parte del cual está asalariado. Es sobre toda esa serie de tareas que la TRS pone el foco. Johanna Brenner y Barbara Laslett lo definen así:

las actividades y aptitudes, comportamientos y emociones, y responsabilidades y relaciones directamente involucradas en el mantenimiento de la vida, en términos cotidianos e intergeneracionales. Envuelve varios tipos de trabajo socialmente necesario –mental, físico y emocional- dirigido a proveer histórica y socialmente, del mismo modo que biológicamente, de los bienes necesarios para el mantenimiento y reproducción de la población. Entre otras cosas, la reproducción social incluye el modo en que la comida, la ropa y vivienda se vuelven accesibles para el consumo, el modo en que el mantenimiento y la socialización de los niños se lleva a cabo, el modo en que el cuidado de los adultos mayores y a los enfermos es provisto, y el modo en que la sexualidad es construida (citado en Bhattacharya, 2017, p. 8).

El común denominador de este trabajo de reproducción de la fuerza de trabajo (el impago y el asalariado) es que es llevado a

cabo, en una abrumadora mayoría, por mujeres. El otro común denominador es que son trabajos “devaluados” en un doble sentido: para la porción que no está asalariado, la devaluación consiste en su invisibilización (no sólo en las estadísticas sobre “horas de trabajo” sino también en el seno de las relaciones familiares y de género); para la porción que se realiza a cambio de un salario, la devaluación consiste en su bajo precio asociado, la mayor parte de las veces, a la consideración de que son trabajos de “baja calificación”¹⁴. En resumen: estamos hablando de los trabajos indispensables para que la fuerza de trabajo esté en condiciones de producir valor (y plusvalor), que son mayoritariamente llevados a cabo por mujeres y que están doblemente devaluados (en el ámbito privado y en el mercado de trabajo). Esas son las características centrales del trabajo reproductivo.

Primera conclusión: la necesidad de poner la lupa en la reproducción social deviene de que consiste en toda una serie de trabajos variados que se llevan a cabo por *fuera del ámbito de la producción de mercancías, pero que son necesarios para que este ámbito funcione*. Y, justamente, porque este trabajo reproductivo está puesto en función de hacer llegar a la fuerza de trabajo al “punto de la producción”, *lo que sucede en el ámbito de la reproducción social está subordinado al ámbito de la producción de mercancías. La visión marxista de la TRS es una teoría de la relación entre producción y reproducción social y, como tal, se opone a la idea de esferas separadas e independientes o de sistemas paralelos de opresión que se cruzan o intersectan*¹⁵ en algún

[14]. Danielle Kergoat analiza los mecanismos de desconocimiento de las calificaciones que las mujeres ponemos en juego en nuestros trabajos, como parte de lo que ella denomina “relaciones sociales de sexo” (Kergoat, 2003)

[15]. Como señala Lise Vogel, la visión marxista de la Teoría de la Reproducción Social ha sido tomada, en varias oportunidades, como antagónica a la de la Interseccionalidad. En sentido opuesto, la autora considera que la TRS toma productivamente las fortalezas de la perspectiva de la Interseccionalidad (y sus muy buenos desarrollos descriptivos e históricos de las diversas categorías de diferencia social), evitando considerar que estas diferencias responden a sistemas de opresión separados o independientes (Vogel, 2018).

punto o algún momento. Lejos de dotar de autonomía al ámbito de la reproducción para entenderlo como un sistema propio de dominación (¿patriarcado?) o como un territorio con lógica de lucha propia (¿revolución de los hogares?), la visión marxista de la TRS lo entiende en tanto circuito fundamental para la reproducción de la sociedad capitalista en su conjunto cuyas especificidades son comprensibles en tanto y en cuanto estén puestas en relación con el circuito de producción de mercancías. He allí una cuestión central: “las teóricas de la reproducción social perciben la relación entre el trabajo dispensado en la producción de mercancías y el trabajo dispensado en la producción de personas como parte de la totalidad sistémica del capitalismo” (Bhattacharya, 2017: 1). Este esfuerzo por desarrollar una teoría que concibe al capitalismo como un sistema unitario que integra, de manera desigual, la esfera de la producción y de la reproducción presenta, a mi juicio, tres virtudes. La más evidente es la de mantener una idea de totalidad y la voluntad de explicarla, cuestión que se pierde en las teorías del sistema dual que tienen la virtud de poner de relevancia la multiplicidad de opresiones sociales en las sociedades contemporáneas, pero dejan sin resolución la pregunta por su articulación sistémica. La segunda es que esta voluntad holista no es en absoluto una voluntad homogenizante u homogenizadora (como puede observarse en ciertos intentos de subsumir mecánicamente el género –o la raza, la sexualidad, etc.- a la clase) como si la pura evidencia de que la explotación de clase estructura el sistema social alcanzara para comprender las características específicas del resto de opresiones contantes y sonantes. Hay que señalar que el trabajo asalariado (como relación social) infunde su lógica en la esfera reproductiva no es lo mismo que decir que hay correspondencia entre un espacio y el otro (el espacio reproductivo no se rige, de hecho, por el tiempo de trabajo socialmente necesario para la realización de x tarea). Esa diferenciación entre un ámbito

y el otro, como veremos más adelante, tiene consecuencias a la hora de pensar escenarios de lucha de clases. La tercera es que al ser una teoría de la relación entre producción y reproducción pone la mirada en la *frontera* entre estas dos esferas y, al hacerlo, dispara contra una dicotomización naturalizada tanto en el campo de los estudios académicos como en el campo de los propios movimientos sociales: la dicotomía entre “mundo del trabajo” y “movimientos sociales”, entre “la fábrica” y “el barrio”, “la clase obrera” y “las multiplicidades de sujetos sociales”. Esta dicotomía, que he criticado en otro trabajo (Varela, 2015) es objeto de debate en la TRS, inscribiendo a esta teoría en un campo que excede al feminismo y se sumerge en las reflexiones acerca de las formas en que se expresan hoy las luchas sociales.

VOLVER A MARX, O LA CLASE TRABAJADORA NO SE REDUCE AL ASALARIADO

Ahora bien, este planteo que pone la luz sobre el ámbito de la reproducción de la fuerza de trabajo *en relación* con el de la producción de mercancías abre, al menos, dos discusiones al interior del propio marxismo sobre las que tuve la oportunidad de charlar con Tithi Bhattacharya en una entrevista hace unos meses¹⁶. La primera refiere a la propia definición de clase trabajadora y el peso que asume en ella el trabajo o la relación asalariados ¿Hablar de trabajador o trabajadora es lo mismo que hablar de asalariado o asalariada? La respuesta a esa pregunta es central para saber de qué sujeto hablamos cuando miramos toda una serie de trabajo reproductivo que es llevado a cabo por fuera del mercado de trabajo (el doméstico y comunitario), y para saber cómo caracterizar

[16]. Varela (2018).

al nuevo movimiento de mujeres. En términos de Bhattacharya, su postulación de la necesidad de “una definición más amplia de clase obrera” no aparece como una discusión con Marx (como sí lo es en otras teorías que intentan en la actualidad reconceptualizar la noción de clase¹⁷) sino como una discusión que, de la mano de Marx, combate con reduccionismos posteriores en los que la noción de clase fue quedando progresivamente acotada a la de asalariado e, incluso, asalariado industrial¹⁸. Des-amalgamar la noción de clase de la de trabajador asalariado (e industrial) no remite a un problema clasificatorio sino al corazón de la definición teórica acerca de la *relación social* a la que denominamos clase trabajadora. En términos de Daniel Bensaïd y su oposición a pensar la clase obrera de manera esencialista, los modos en los que la clase está determinada por las relaciones sociales capitalistas en la teoría de Marx son mucho más complejos que una concepción economicista. De ahí que se proponga reconstruir la posición de Marx mediante la crítica de la “razón sociológica” dominante en las últimas décadas del siglo XX:

Sería en vano buscar una definición simple de las clases en Marx, o un cuadro estadístico de las categorías socio-profesionales. Es decir que, para Marx, las clases aparecen en una relación de antagonismo mutuo, recíproco. Y se definen en y por sus luchas. Dicho de otro modo: la lucha de clases

[17]. Un ejemplo de este tipo es la teorización de Marcel Van der Linden en *Workers of the World* (de pronta salida en español en la Colección Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda). Para un debate con la posición de van Der Linden, véase Varela, 2015b.

[18]. De hecho, el ámbito de la reproducción de la fuerza de trabajo aparece en la teoría de Marx en el mismo momento de definir el valor de la fuerza de trabajo, valor que no es “fijo” sino que tiene un componente “histórico moral” que surge de la lucha de clases y sus resultados. Esta inclusión del ámbito de la reproducción social en la teoría marxista se encuentra también en Engels, como ha sido destacado (y criticado) por distintas autoras feministas. Pero decir que la dimensión de la reproducción de la fuerza de trabajo está inscrita en la teoría de Marx y Engels no es lo mismo que decir que está teorizado en su particularidad. A eso se refieren las teóricas de la TRS cuando se proponen desarrollarlo. En ese sentido, la TRS es una profundización de la teoría marxista.

es una noción más estratégica que sociológica (Bensaïd, 2003, p. 159)¹⁹.

La posición metodológica de Bensaïd (que reconstruye la de Marx), es que la realidad concreta de la clase social no es un dato empírico auto-evidente (rastreado por ingresos, intereses individuales, u otro indicador), sino una construcción conceptual: la clase está definida por sus relaciones con el capital y mediante el conflicto social que la opone al mismo. Esta doble determinación se imbrica, a su vez, en distintos niveles en que el conflicto social se despliega. En *El Capital* comienza por la lucha incesante en el ámbito de producción (en torno a la extracción de plusvalía) lo que determina las clases en primera instancia (Tomo I); el proceso de circulación (Tomo II) las determina sobre el ángulo del contrato entre el asalariado vendedor de su fuerza de trabajo y el comprador capitalista (estableciendo una negociación conflictiva de la fuerza de trabajo como mercancía); finalmente en el proceso de reproducción en su conjunto (Tomo III) las clases son determinadas por la combinación concreta de nivel de extracción de plusvalía, de la organización del trabajo, de la distribución de los ingresos, de la reproducción de la fuerza de trabajo en todas las esferas de la vida social²⁰. La complejidad de este proceso, que Marx analiza en los tres tomos de *El Capital*, supone entender que no sólo son formas distintas en las que aparecen las relaciones entre capital y trabajo (extracción de plusvalía, salario, tasa media de ganancia), sino que son también formas distintas del conflicto

[19]. Reponer esta noción estratégica supone polemizar, de un lado contra la deconstrucción posmoderna de las clases, en donde los colectivos sociales se disuelven en masas signadas por una movilidad aleatoria (ya sea desde un punto de vista optimista, como las multitudes de Antonio Negri; o de uno resignado, como el de los “nuevos filósofos” posmodernos André Glücksmann o Jean-Francois Lyotard); del otro contra el individualismo metodológico que se hizo sentido común en las ciencias sociales desde los ‘80.

[20]. Ver Cambiasso, Mariela (2018).

social, porque es la lucha la que define las condiciones precisas de esta reproducción. La relación asalariada, cuyo *locus* de lucha de clases es el ámbito de la producción en la medida en que allí se disputa el tiempo de trabajo necesario y el plustrabajo (a través de la lucha por el tiempo y condiciones de trabajo), *es una determinación necesaria, pero no es suficiente*. El otro conjunto de determinaciones (que Bensaïd organiza en torno al Tomo II y III de *El Capital*) están atadas a esta primera determinación (es decir que sin ella pierden sentido) pero la complejizan. Esta concepción de diversas determinaciones de la relación social “clase trabajadora” es compatible, a mi juicio, con la relación que la visión marxista de la TRS presenta entre el circuito de la producción de mercancías y el de la reproducción como circuito subordinado.

La segunda discusión (que está directamente relacionada con la anterior) refiere al peso relativo que tiene el ámbito de la producción y el de la reproducción en esta teoría: ¿Decir que el ámbito de la reproducción social es *necesario* para el de la producción es lo mismo que decir que son ámbitos equivalentes? Este interrogante reviste gran importancia porque otro peligro posible en el intento de articular clase y género es el de considerar que “toda lucha es lucha de clases” (sin distinguir jerarquías o importancias relativas) bajo la ilusión de que, al nominar las luchas sociales como luchas de clases, el “componente común” entre ellas se hace presente y la potencia de su unificación, también. De la misma manera que al discutir el concepto de clase trabajadora es necesario reconstruir (y repensar) las distintas determinaciones (no solo la estrictamente económica en el lugar de la producción), al discutir los territorios de lucha de la clase trabajadora es necesario establecer las especificidades de cada uno de ellos y, por decirlo de un modo bélico, su poder de fuego. ¿Cuál es la relación entre estos dos territorios de lucha de clases (producción y reproducción) desde el punto de vista de la TRS? ¿Es lo mismo una huelga

en una fábrica que una huelga de amas de casa? Podríamos decir que la respuesta de Bhattacharya a esta pregunta es contundente:

Como marxista, creo que el mayor poder de la clase trabajadora está en el lugar de trabajo. Es ahí donde el colectivo de clase es más fuerte y es ahí donde tiene la capacidad de dañar o colapsar este sistema. Y es así porque, en el lugar de trabajo, si el trabajador deja de trabajar, está parando el motor del sistema que es la extracción de la plusvalía. Todo el resto existe para que el sistema extraiga plusvalía. Si detiene esta extracción de plusvalía, el sistema debe cerrarse. Entonces, sí, creo que la importancia estratégica del lugar de trabajo es diferente y es mucho más poderosa que las luchas no laborales. Eso en términos de lo que es más perjudicial para el sistema en su conjunto” (Bhattacharya en Varela, 2018, p.18).

Sin embargo, establecer el carácter estratégico del “punto de la producción” (si bien es sustancial en términos teóricos) no resuelve el problema, de hecho, sólo ayuda a plantearlo más claramente. El problema recién comienza: si el ámbito de la producción es estratégicamente más “poderoso” para la clase trabajadora que el de la reproducción, ¿cómo establecer la relación entre ambos de modo tal que allí se golpee en reclamo de demandas tanto de la producción (salario, condiciones de trabajo, condiciones de contratación, etc.) como de la reproducción (trabajo doméstico impago, vivienda, salud, educación, cuidado de niños y adultos mayores, recreación, sexualidad, derechos reproductivos)? ¿Cómo articular las luchas en un territorio y en el otro, entendidas ambas como luchas de clase y no como lo que Lise Vogel llamó “movimientos paralelos”? Estas preguntas, que se derivan del marco teórico de la TRS no pueden resolverse en el estricto ámbito de la teoría. Es necesario recurrir al terreno del análisis concreto para

mirar las características específicas del modo en que se constituye la clase trabajadora en la actualidad y sus territorios de lucha. En el apartado que sigue analizaremos elementos de esta relación bajo el capitalismo neoliberal.

LA CRISIS DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL Y LAS MUJERES COMO PUENTE

El segundo elemento que queremos poner a discusión es que la visión marxista de la TRS es una teoría que permite entender la relación entre ascenso del movimiento de mujeres con su heterogeneidad (Polonia, la Huelga Internacional de Mujeres en EE. UU., el *Ni una menos* y la lucha por la legalización del aborto en Argentina, Irlanda) y la crisis capitalista que se desarrolla de 2008 en adelante. Esta relación podemos resumirla en lo que Nancy Fraser llama una crisis de la reproducción social²¹. Tomaremos esta idea de crisis de la reproducción social para pensar la relación entre las modificaciones que el capitalismo neoliberal produjo en el ámbito de la producción y en la morfología de la clase trabajadora, y el ascenso del movimiento de mujeres a nivel internacional. Nos concentraremos en los elementos que consideramos fundamentales, a sabiendas de que no son los únicos.

Habitualmente la metamorfosis del “mundo del trabajo” se ha analizado desde el punto de vista del ámbito de la producción, y la referencia nostálgica ha sido el “mundo del trabajo de la posguerra”. Desindustrialización relativa, fortalecimiento de los sectores de servicios, precarización laboral, caída del salario real, tercerización, flexibilización, desocupación masiva, han sido

[21]. Fraser analiza las crisis de reproducción social como crisis sistémicas en las sociedades capitalistas y los diversos modos en los que se han manifestado en el siglo xx. Véase, Fraser (2014).

los vocablos asociados a este análisis. Las respuestas teóricas a esta serie de cambios fueron, esquematizando un poco, dos: a) la que supuso que la clase trabajadora (asimilada a la dominante en la posguerra en los países centrales) ya no podía pensarse como sujeto central del “capitalismo postindustrial” y mucho menos como sujeto potencialmente revolucionario²²; b) la que, en minoría, siguió pensando que esa profunda metamorfosis no negaba la centralidad del trabajo ni tampoco la de la clase trabajadora como sujeto con potencia revolucionaria e intentó, con más o menos creatividad, explicar esos cambios y las alternativas que ellos abrían. Como parte de este segundo punto de vista, quiero reparar en tres características específicas por considerar que, de ese modo, puede establecerse una relación entre ese proceso y la nueva ola feminista.

La primera y más obvia es la *feminización de la fuerza de trabajo*. Esta característica que fue señalada hace más de diez años por Ricardo Antunes (2005) como uno de los componentes centrales de la nueva morfología del trabajo, es hoy un hecho incontestable. Desde la década del ‘80 se observa un crecimiento de la participación de las mujeres en el mercado de trabajo que la llevó alrededor del 40% a nivel mundial. Esto introduce una serie de diferencias importantes con relación a la década del ‘70, momento de la segunda ola feminista, cuando las distintas nociones de “reproducción social” y sus consecuencias estratégicas se colocaron en el centro del debate. Una de ellas es que la mayor asalarización de las mujeres modifica las condiciones de posibilidad del trabajo de reproducción de la fuerza de trabajo que se lleva adelante en el hogar, obligando a cambios en las relaciones intra-hogar para

[22]. De aquí derivan distintas teorías que también pueden dividirse en dos: los que sostienen que el cambio social aún es posible pero que hay que buscar otros sujetos –movimientos sociales, multitudes, sujetos contingentes–; los que sostienen que el cambio social ya no es posible ni deseable y proponen “fortalecer la democracia” o “llevarla hasta el final” –políticas identitarias, social-liberalismo, capitalismo humano–.

el cumplimiento de dichas tareas y haciendo que la categoría de “ama de casa” se reduzca cada vez más, rompiendo la identificación entre las mujeres que llevan adelante el “trabajo reproductivo” y las “amas de casa”. Pero, además, esta participación masiva de las mujeres en el mercado de trabajo (que presenta particularidades según país) tiene, sin embargo, un común denominador a nivel internacional: la mayor incorporación de mujeres se da en los “nichos” que señalábamos antes como aquellos en que se desarrollan tareas de reproducción social asalarizada: escuelas, hospitales, geriátricos, guarderías, limpieza²³. Esto hace que la *condición de “trabajadora asalariada de la reproducción social” sea una condición obrera cada vez con más peso*, la cual combina dos tipos de elementos diferenciados: a) aquellos propios del “trabajo asalarado”: un lugar de trabajo donde se concentran trabajadores, posibilidad de negociación colectiva y sindicalización, identificación de un patrón a quien presentarle las demandas laborales, relaciones con otros sectores de asalariados, etc.; b) con aquellos propios de la reproducción social: no sólo por la naturaleza de las tareas sino también por la relación que se establece con los territorios de la reproducción social: hogares, barrios, pueblos. Esta especificidad del “trabajo asalarado de la reproducción social” que es llevado a cabo muy mayoritariamente por mujeres es importante a la hora de pensar a *las mujeres de la clase trabajadora como puentes entre producción y reproducción*.

La segunda característica del capitalismo neoliberal que quiero destacar es la *precarización laboral entendida como mecanismos de progresiva reducción del denominado “salario familiar”* y, por ende, como crisis de la capacidad de reproducción de la fuerza de trabajo que tiene el salario obrero. Los distintos modos de

[23]. Esto no quita que haya avances de las mujeres trabajadoras en otros empleos como los industriales o de servicios no reproductivos.

precarización laboral han sido uno de los temas más discutidos en el campo de los estudios del trabajo. Aunque lo presentemos aquí de modo esquemático, es importante diferenciar tres dimensiones: la que hace al mercado de trabajo (contratos precarios, pasantías, tercerización laboral, subcontratación); la que hace al consumo productivo de la fuerza de trabajo (modificaciones en las condiciones de trabajo: extensión, intensidad y distribución de la jornada laboral, organización del proceso de trabajo, etc.); y la que hace a la organización sindical (ataque a la organización en el lugar de trabajo, cláusulas de des-sindicalización, procesos de independización de los recursos sindicales de su base de afiliación, el predominio del sindicalismo de servicios y el surgimiento del llamado “sindicalismo empresario”). Estas tres dimensiones han tenido, como consecuencia común, la caída del salario real y relativo²⁴ de la clase trabajadora. Mirado desde el punto de vista de la reproducción social esto ha implicado el pasaje del “salario familiar” (es decir la concepción de que el salario del trabajador debía cubrir las necesidades de reproducción social de la familia obrera) al modelo de “familia de dos ingresos” o “familia de un pull de ingresos” en la que el ingreso por hogar se constituye con los aportes de todos aquellos que estén en condiciones de vender su fuerza de trabajo (con las modificaciones en el campo de las relaciones familiares y habitacionales que esto implica).

Por último, hay un elemento que parece externo al de las modificaciones en el “mundo del trabajo”, pero no lo es: *la reducción presupuestaria y la tendencia a la privatización de los servicios públicos*,

[24]. Como cita Paula Bach en su trabajo sobre salario relativo en Argentina, Marx define el concepto de la siguiente forma “cuando hablamos del alza o de la baja del salario, no debemos fijarnos solamente en el precio en dinero del trabajo, en el salario nominal [...] ni el salario nominal, es decir, la suma de dinero por la que el obrero se vende al capitalista, ni el salario real, o sea la cantidad de mercancías que puede comprar con este dinero, agotan las relaciones que se contienen en el salario. El salario se halla determinado, además y sobre todo, por su relación con la ganancia, con el beneficio obtenido por el capitalista: es un salario relativo, proporcional” (Bach, 2008: 69).

particularmente la Educación y la Salud. ¿Por qué considerar este elemento como parte de la discusión? Porque es un ataque directo al nivel de vida de la clase trabajadora en el ámbito de su reproducción social y, por ende, un ataque directo a las mujeres trabajadoras por una doble vía: para aquellas que son las que sostienen esos servicios con su trabajo asalariado, porque las somete a condiciones laborales cada vez más imposibles (muchos usuarios, pocos recursos); para todas las mujeres trabajadoras, porque dificulta el trabajo de reproducción en la medida en que disponen de cada vez menos y peores escuelas, guarderías, hospitales, transporte, instituciones para el cuidado de adultos mayores. Es decir, todos esos “servicios” que el Estado presta cada vez menos y peor, implica más trabajo para las mujeres de la clase obrera que son (muy mayoritariamente) quienes se ocupan de las llamadas “tareas del cuidado”.

Para resumir, la metamorfosis del “mundo del trabajo” de la que estamos hablando, implica la combinación entre *cada vez más mujeres en el mercado de trabajo, cada vez peores salarios para atender las necesidades de la familia obrera a través del mercado, y cada vez menos presupuesto estatal para atender dichas necesidades a través de los servicios públicos*. Implica, en síntesis, una **crisis de la reproducción de la fuerza de trabajo** y, con ella, de la reproducción social en su conjunto. Y esta crisis tiene un género específico: *las mujeres trabajadoras*.

Sin lugar a dudas, esto coloca a las mujeres en un lugar diferencial respecto de los varones de su propia clase, el cual ha sido (y es cada vez más) documentado en las estadísticas sobre brecha salarial, doble jornada, precarización laboral, pobreza, etc. Pero también las coloca (nos coloca) en lo que voy a señalar como *una ubicación privilegiada respecto de la separación entre el ámbito de la producción y el de la reproducción*. Como señala Fraser, la división entre el ámbito de la producción y el de la reproducción constituye una de las fronteras fundantes de la sociedad capitalista. Es decir, no

es una frontera contingente en el capitalismo, es su “alma permanente” porque de allí se derivan las dislocaciones (y la apariencia de independencia) entre la esfera de lo económico y lo político, lo privado y lo público, el trabajador y el ciudadano. Por ende, el análisis de los modos en que esa frontera se perfora es central. Y las mujeres trabajadoras juegan allí un rol que no juegan los varones de su clase. Su papel cada vez más protagónico en el mercado de trabajo en conjunto con su total protagonismo en la reproducción social, las coloca en una *ubicación anfibia entre la producción y la reproducción social*, es decir en el plexo de las relaciones entre la fábrica y el barrio como metáforas del ámbito de la producción y el de la reproducción.

Esta *ubicación anfibia* puede pensarse como *potencial fuerza* en la medida en que permite perforar la frontera entre estos dos ámbitos que se presentan (y suelen naturalizarse) como ámbitos diferenciados e independientes, frontera que opera disociando las llamadas demandas laborales de la clase obrera de aquellas que exceden lo “laboral” y que, aunque son parte central de su condición obrera, se presentan como opresiones desclasadas. A esa posición específica de las trabajadoras me refiero con la idea de *las mujeres como puente*: entre producción y reproducción, entre “fábrica” y “barrio”, entre demandas “corporativas” de los trabajadores y demandas “comunes” al conjunto de los trabajadores, como por ejemplo las que hacen al género.

PALABRAS FINALES

Este papel de las mujeres de la clase trabajadora como puente no es nuevo. Si una recorre la historia de la lucha de clases a nivel internacional, encuentra que siempre que las condiciones de vida de la clase obrera fueron atacadas a gran escala provocando

procesos huelguísticos e incluso revolucionarios, las mujeres tuvieron un rol protagónico, justamente porque son las garantes de la reproducción de la fuerza de trabajo. Uno de los ejemplos más y mejor documentado es el proceso huelguístico cuya derrota se toma como “inicio” del neoliberalismo: el de los mineros ingleses contra el ataque del gobierno de Margaret Thatcher. En esos 9 meses de lucha, las mujeres de la clase obrera inglesa tuvieron un protagonismo tal que llegaron a conformar una organización propia a nivel nacional “Mujeres contra el cierre de las minas” (*women Against Pit Closures – WAPC*) que operaba en los puntos neurálgicos de la lucha, con asambleas diferenciadas y la discusión de sus propias políticas. Una de sus principales tareas era “llevar la lucha minera a la comunidad”, establecer los lazos entre los obreros mineros y el resto de los trabajadores, buscar la solidaridad en las ciudades y pueblos, tejer alianzas. Este papel de *puente* puede encontrarse, con mayor o menor organización e impacto, en centenas de luchas obreras en la historia del sxx: la mujer de la clase trabajadora como representante de la “familia obrera” y, en tanto tal, como capaz de dirigirse al conjunto de la clase trabajadora más allá de las divisiones corporativas. Sin embargo, como surge de los muy buenos análisis de historiadoras y militantes del proceso en Inglaterra en la década del ‘80, este rol (que no tienen nada de “natural” sino que está directamente asociado al papel de las mujeres en la reproducción social de la fuerza de trabajo) presenta siempre una tensión. Como señalan Sheila Rowbotham y Jean McCrindle (1986), uno de los puntos centrales de debate en WAPC era el modo en que las mujeres se definían a sí mismas: ¿obreras y, en tanto tales, pares de los obreros en la lucha y en los perjuicios que traía el cierre de las minas, o como esposas de dichos obreros y, en tanto tales, “acompañantes”, “apoyo”, “soporte” de los obreros que detentan el papel de protagonistas? Esa tensión, que suele resolverse hacia la segunda definición, ha

tendido a reforzar a las mujeres trabajadoras en un lugar que, incluso cuando es valorado, adopta un carácter de “acompañante”.

Las modificaciones en el “mundo del trabajo” y en la morfología de la clase trabajadora que hemos descripto antes permiten repensar este lugar de las mujeres trabajadoras sobre nuevas bases objetivas: la mayor feminización de la fuerza de trabajo en el marco de una crisis de reproducción social no solo fortalece este carácter de *punte*, sino que coloca a las mujeres en un papel de *protagonistas*. Las mujeres trabajadoras están en *el centro de la crisis* y eso abre la posibilidad a que estén, también, en el centro de la *respuesta a la crisis*. Un ejemplo reciente de este doble papel protagónico es la llamada “Primavera Docente” (*Teacher’s Spring*) en EE. UU. en la que, en el cielo sereno de la lucha de clases norteamericana, las maestras sorprendieron a propios y ajenos con una oleada de huelgas que obligó a la izquierda norteamericana a volver a hablar de clase obrera, de sindicatos y de paros (afectando incluso el escenario electoral de medio término). ¿Cuál es la especificidad de las huelgas docentes norteamericanas? Que fueron medidas de lucha dirigidas por las mujeres (abrumadora mayoría en ese sector de la reproducción social) pero que, especialmente en el caso de West Virginia, involucraron a un sector de comunidad trabajadora local poniendo sobre la mesa el problema de la calidad de vida, una calidad de vida que no se mide solo en salario sino, también, en elementos centrales para la reproducción de la fuerza de trabajo: servicio educativo, servicio de pensiones, servicio de salud (todos tópicos que estuvieron en las demandas de las huelgas docentes)²⁵.

[25]. Por supuesto, que la construcción de la “*Teacher’s Spring*” no puede explicarse únicamente por esta ubicación objetiva de las mujeres trabajadoras. Existieron orientaciones políticas que hicieron posible la constitución de dichas alianzas al interior de la comunidad de clase. Pero sería un error leer esas orientaciones en el vacío, en lugar de inscribirlas en sus condiciones objetivas específicas: la posición anfibia de las mujeres como protagonistas de la producción y la reproducción social.

Esto introduce el último punto al que quisiera referirme: las consecuencias de esta perspectiva teórica, que pone el foco en la relación entre producción y reproducción social para las prácticas y programas tanto de las organizaciones obreras como de los movimientos de mujeres. Me referiré a esas consecuencias como la necesidad de *descorporativizar las prácticas y programas y, por ende, las luchas sociales*²⁶.

En el terreno de las organizaciones sindicales, la reducción de las demandas a lo estrictamente salarial correspondiente al sector o rama²⁷ (o, en el mejor de los casos, a las condiciones de trabajo en las paritarias) no sólo ha sido un modo de naturalizar la profunda fragmentación entre distintos sectores de trabajadores (formales/informales, de planta/tercerizados, estables/bajo contrato, etc.), sino un modo de invisibilizar el trabajo reproductivo y el protagonismo de las mujeres de la clase obrera en él y, de este modo, reforzar el lugar subordinado de las mujeres y endurecer las barreras entre las luchas “laborales” y las de “género”.

En el terreno de las organizaciones de mujeres, la reducción de las demandas a un “feminismo corporativo”²⁸, centrado en la

[26]. Es interesante observar que esta posibilidad de descorporativización de las luchas obreras para la que encontramos nuevas bases objetivas, no es una novedad en la historia de la lucha de clases. Como señalan Salar Mohandesi y Emma Teitelman (2017) uno de los elementos notorios de las huelgas del “punto del consumo” (“point of consumption”) de inicios del siglo xx en Estados Unidos tenían como característica que articulaban distintos sectores de asalariados. El caso de la Huelga de las Lavadoras de 1881 por mayores salarios y control sobre su trabajo es ejemplo de eso. Comenzando en Atlanta, Georgia, por parte de una veintena de mujeres negras, *basándose en el carácter comunal del trabajo de lavado*, comenzaron a pedir la solidaridad de la comunidad, logrando que la huelga se amplíe. A las tres semanas, la *Washing Society* había crecido a 3000 huelguistas y simpatizantes, incluso incluyendo algunas lavadoras blancas (en plena época de la segregación racial). La huelga no sólo enfrentó una dura política de represión policial, sino que se expandió a otras industrias del trabajo reproductivo: enfermeras, cocineras, mucamas comenzaron a agitar por mejores salarios e incluso trabajadores varones de otras industrias de los servicios entraron en huelga.

[27]. El problema del corporativismo ha formado parte de los debates sobre la “revitalización sindical” como propuesta de superar la crisis de los sindicatos hacia fines de los noventa, hace ya 20 años. Para una recuperación crítica de esos debates, véase Varela, 2016.

[28]. Sobre la idea de “feminismo corporativo” véase Fraser (2018) y Brenner, Johanna y Fraser, Nancy (2017).

idea de “empoderamiento de las mujeres” con predominancia de una mirada liberal, operó elitizando el movimiento y, como dice Bhattacharya, evitando la pregunta acerca de quién es la que se empodera y para qué fines, lo que de facto se transformó

en la idea de éxito de un sector muy pequeño de todo el mundo: éxito como políticas, éxito como mujeres de negocios, éxito como CEOs, etc. Cuando las mujeres escalan estas posiciones y tienen éxito, eso es considerado un éxito para el feminismo. Mientras que el verdadero problema es que, para la gran mayoría de las mujeres en todo el mundo, el neoliberalismo significó un empobrecimiento absoluto de las condiciones de vida y las condiciones de trabajo. (Bhattacharya en Varela, 2018, p.17).

Ahora bien, pero esta descorporativización no puede ser una apelación moral, sino que tiene que estar basada en un análisis de los modos concretos en que la opresión de género (que no solo refiere a las mujeres CIS sino a todas las personas que se identifican como mujer) forma parte de la configuración de la clase obrera, de sus debilidades, pero también de sus potencialidades. La discusión sobre la visión marxista de la Teoría de la Reproducción Social aporta, a mi juicio, a ese análisis y con él a la posibilidad de un feminismo no corporativo que se piense como parte integrante y *protagonista* de un movimiento contra el capitalismo que restituya un horizonte de socialismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo: **Los sentidos del trabajo**. TEL/Herramienta ediciones, Buenos Aires, 2005.

BACH, Paula: “El salario *relativo* en la Argentina de la devaluación” en **Lucha de clases, revista marxista de teoría y política** N°8, junio, Ediciones IPS, Buenos Aires, 2008.

ARRUZZA, Cinzia: **Las sin parte. Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo**, Madrid, Crítica & Alternativa, 2010.

BRENNER, Johanna y FRASER, Nancy: “Debate feminista sobre el ‘neoliberalismo progresista’ en **SinPermiso**, 2017.

BENSAÏD, Daniel: **Marx Intempestivo. Grandezas y miserias de una aventura crítica**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta. 2003.

BHATTACHARYA, Tithi (ed.): **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. Londres, Pluto Press, 2017.

CAMBIASSO, Mariela: “Marx, las clases sociales y la necesidad de volver a la teoría”, en revista **Ideas de Izquierda** N° 43, Buenos Aires, 2018.

DALLA COSTA, Mariarosa y JAMES, Selma: **The Power of Women and Subversion of the Community** Bristol, UK: Falling Wall Press, 1975)

FEDERICI, Silvia: **Wages against Housework**. Bristol, UK: Falling Wall Press, 1975.

FRASER, Nancy: “Neoliberalismo y crisis de reproducción social” entrevista realizada y traducida por Cristina González en

ConCienciaSocial, Revista Digital de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

FRASER, Nancy: “Contradictions of Capital and Care” en **New Left Review** N°100, Jul-Aug, 2016.

FRASER, Nancy: “Behind Marx Hidden Abode” en **New Left Review** N°64, Mar-April, 2014.

HARTMAN, Heidi “El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progresista” en la revista **Teoría y Práctica**, N°12-13, 1983.

KERGOAT, Danielle: “De la relación social de sexo al sujeto sexuado” en **Revista Mexicana de Sociología**, Año 65, N°4. Oct-dic, México, 2003.

MEILLASOUX, Claude. **Mujeres, graneros y capitales. Economía doméstica y capitalismo**, Buenos Aires, Siglo XXI, 1999.

MOHANDESI, Salar y TEITELMEN, Emma: “Without Reserves” en **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression** de Tithi Bhattacharya (ed.). Londres, Pluto Press, 2017.

ROWBOTHAM, Sheila Y McCRINDLE, Jean: “More Than Just a Memory: Some Political Implications of Women’s Involvement in the Miners’ Strike, 1984-85” en **Feminist Review**, No. 23, Socialist-Feminism: Out of the Blue, Summer, 1986.

ROSSI, Tina: “Para tirar el patriarcado. Leyendo desde la coyuntura *Las sin parte. Matrimonios y divorcios entre feminismo y mar-*

xismo de Cinzia Arruzza” en **Revista Ideas de Izquierda**, N°44, agosto-septiembre. Buenos Aires, 2018.

RUBIN, Gayle “El tráfico de las mujeres. Notas sobre la “economía política” del sexo” en **Revista Nueva Antropología**, Universidad Autónoma de México, Distrito Federal, noviembre, año/vol VIII, N°30, 1986.

SMITH, Paul: “Domestic Labour and Marx’s Theory of Value” en **Feminism and Materialism** de Annette Kuhn y AnnMarie Wolpe. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1978.

THEOMAI / THEOMAI Journal Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo, número 39 (primer semestre 2019).

VARELA, Paula: “La clase obrera en debate” en **Revista Ideas de Izquierda**, N°15, noviembre. Buenos Aires, 2015.

VARELA, Paula: “Los límites del territorio” en **La disputa por la dignidad obrera. Sindicalismo de base fabril en la Zona Norte del Conurbano bonaerense 2003-2014** de Paula Varela, Buenos Aires, Imago Mundi, 2015.

VARELA, Paula: “Revitalización sindical sin debate de estrategias?” en **El gigante fragmentado. Sindicatos y trabajadores durante el kirchnerismo** de Paula Varela, Buenos Aires, Final Abierto, 2016.

VARELA, Paula: “Sobre género y clase. Entrevista a Tithi Bhattacharya” en **Revista Ideas de Izquierda** N°44, agosto, Buenos Aires, 2018.

VOGEL, Lise: “*Beyond Intersectionality*” en **Science & Society**: v. 82, No. 2, p. 275-287, 2018.

VOGEL, Lise: **Marxism and the Oppression of Women. Toward a Unitary Theory**. Historical Materialism-Brill, Londres, 2013.

YOUNG, Iris: “Marxismo y Feminismo: más allá del ‘matrimonio infeliz’ (una crítica al sistema dual)”, en **El Cielo por Asalto**, Año II, N°4, Ot/Inv. Buenos Aires, 1992.

PARTE II
Estado, crise orgânica e luta de classes: Brasil,
Bolívia e Argentina

A FRAÇÃO RENTISTA DO CAPITAL E A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA NOS GOVERNOS FHC E LULA

Laudicéia Araújo Santana¹

A financeirização atravessa uma etapa em que, segundo Sabadini (2012), o entrelaçamento entre a produção e as finanças está cada vez mais forte e os movimentos especulativos internacionais interferem cada vez mais na economia e na política dos países. Esse processo rentista vai ser alimentado de maneira permanente pelo sistema da dívida pública, como definido por Fattorelli (2012), uma engrenagem legal, política, financeira e econômica cujo objetivo é garantir a prioridade absoluta aos pagamentos financeiros da dívida pública e que submete os países às regras de funcionamento impostas pelo capital financeiro, que ora atua diretamente nesses países impondo as suas exigências, por exemplo, através da fuga de capitais, ora atua através dos organismos bilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que impõem condicionais a esses países para arbitrar as renegociações da dívida.

Concomitante à hegemonia do capital financeiro e como parte de suas estratégias de sobrevivência, tem-se a adoção da agenda neoliberal, que diminuiu o poder do Estado, privatizou

[1]. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS/UFCG).

o patrimônio público dentro da lógica de livre mercado e de concentração e centralização do capital, além do ataque aos direitos da classe trabalhadora, contribuindo para a reestruturação não só do Estado, mas também das relações interclasses.

No Brasil, especificamente, esse movimento de financeirização tem sua gênese no pós Segunda Guerra como parte da expansão do capital em busca de novos territórios para a aplicação dos “petrodólares” e “eurodólares”. Esses capitais que deixam o circuito londrino e passam a buscar formas de reprodução nos países periféricos encontram um locus privilegiado de reprodução, ora apoiados em governos desenvolvimentistas que, na ausência de poupança interna para realizarem os investimentos, apoiam-se na entrada massiva de capital externo, ora em ditaduras que se colocam a serviço do capital financeiro internacional (PAULANI, 2009).

Cabe ressaltar que o período da ditadura no Brasil (1964-1985) se caracterizou, do ponto de vista do sistema da dívida, como um momento fundamental para a expansão da dívida externa e para alterações legais que criaram um arcabouço privilegiado para as condições de reprodução desse sistema, a despeito da redemocratização e dos governos democráticos nos períodos seguintes. O mecanismo utilizado para reprodução do capital teve como base, do ponto de vista internacional, a utilização de taxa de juros flutuante (Libor e Prime), que oscilava entre 4% e 6%, e em 1979, atingiu 20,5%, fazendo com que a dívida externa brasileira aumentasse apenas por mecanismos financeiros e gerasse, segundo dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, realizada em 2010, um dano ao patrimônio público da ordem de US\$ 223 bilhões.

Os países periféricos, então, passaram nos anos 80 de recebedores de capital para exportadores – quando da crise da dívida externa, que teve seu início com a crise capitalista do final dos anos 70 em decorrência dos dois choques do petróleo (1973/1979)

e com a moratória do México em 1982 – e foram submetidos a um sistema de renegociações que impôs condições e limites à atuação dos governos locais, em termos de implementação de políticas macroeconômicas, sejam estas de estabilização em decorrência de processos de hiperinflação ou desenvolvimentistas.

O objetivo dos governos deve ser, então, o de assegurar o pagamento dos serviços da dívida, e, a despeito de posicionamentos contrários,² esse sistema segue impondo condicionantes, inclusive através de leis que são aprovadas e cujo conteúdo reforça a prioridade para a manutenção desses pagamentos.

Nos anos 80, como resultado da elevação das taxas de juros internacionais, os países endividados entraram em crise e, para evitar o que tinha acontecido nos anos 30 (a suspensão do pagamento de parte dos empréstimos realizados não apenas nos países periféricos, mas também em alguns países centrais), a estratégia utilizada pelos credores foi a renegociação de maneira individualizada com os governos de cada país, impondo a partir de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, condicionalidades que resultaram na transformação de parte da dívida externa em dívida interna, através da colocação à venda de títulos de dívida passada para a aquisição de recursos a fim de fazer frente às novas obrigações que surgiam com as renegociações. Esse processo mergulhou os países periféricos em uma crise econômica profunda, em que, aos graves problemas internos como a inflação e o desemprego, somou-se a crise da dívida externa.

Os anos 90 caracterizaram-se pela adoção da agenda neoliberal, tendo início com o governo Collor, em 1990; e ampliando-se

[2]. Como o Movimento de Cartagena, que, em 1984 (TOUSSAINT, 2003), a partir de uma reunião com chanceleres e ministros da Fazenda de países da América Latina, criou uma instância especial para discutir os problemas da dívida externa. Do Poder Legislativo, como as Comissões Especiais ou Comissões Parlamentares de Inquérito; ou de movimentos como a Auditoria Cidadã da Dívida Pública, criada aqui no Brasil, em 2000, como resultado das mobilizações para o plebiscito não oficial da dívida pública realizado naquele ano.

nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (1994-2002). Nesse momento histórico, as políticas neoliberais implantadas concorreram de maneira decisiva para criar as bases legais, tais como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para exemplificar as mais relevantes, que geram as condições materiais para a reprodução do sistema da dívida e comprometem a atuação dos governos seguintes.

O nosso objetivo é, portanto, analisar a atuação do sistema da dívida nos governos FHC (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) para demonstrar que efetivamente existe um sistema que determina a forma e o conteúdo das políticas que são implementadas nos países devedores. A atuação desse sistema se dá de maneira diferenciada, dependendo do país em que atua e das suas condições de desenvolvimento, mas existe um *modus operandi* que se manifesta e vai se moldando ao momento histórico específico de cada país, ora atuando de maneira mais incisiva, quando ocorre um arrefecimento da luta de classe ou a ascensão ao poder de governos mais liberais, caso de FHC, ora permitindo que ocorram políticas compensatórias que visem a uma conciliação de classe, como foi o caso dos governos Lula.

Esse momento histórico no Brasil é esclarecedor desse *modus operandi*, dadas as diferenças ideológicas e programáticas dos partidos aos quais estes governos estavam vinculados. No primeiro caso, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) foi o partido liberal que assumiu a presidência do Brasil em 1995 com a incumbência de dar continuidade à agenda neoliberal iniciada em 1990 pelo governo Collor, governo do qual o presidente FHC foi ministro da Fazenda e colocou em prática mecanismos que ainda permanecem em uso atualmente, como a DRU. De um governo como este, não havia nenhuma expectativa quanto a questionamento do sistema da dívida, mas sim o seu aprofundamento.

O contrário aconteceu com as expectativas surgidas com a eleição do presidente Lula em 2002, visto que, ao longo de sua trajetória política, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou-se como crítico ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro cuja base, desde os anos 60, repousa sobre os mecanismos de atendimento aos interesses do capital financeiro, tendo como eixo central o endividamento público.

O que se pretende demonstrar é que, na prática, houve uma linha de continuidade na atuação do sistema da dívida nos dois governos, ocorrendo inclusive um aprofundamento de mecanismos financeiros no governo Lula que não puderam ser implementados, segundo Marques e Mendes (2004), no governo FHC em função da oposição do PT como, por exemplo, a reforma da previdência, que empurrou os funcionários públicos para a previdência privada, os fundos de pensão, num claro movimento de ampliação das formas de reprodução do capital fictício.

Sendo crítico a esse sistema, havia uma expectativa de que, chegando ao governo, o PT realizasse o que determina o artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 - a auditoria da dívida pública - para, a partir dela, conhecer a origem dos contratos, o destino dado aos recursos, os credores e, com base nas provas e nos documentos oficiais, produzir relatórios que embasassem ações nas esferas judiciais, políticas e sociais, como a que ocorreu em 2008, no Equador, durante o governo de Rafael Correa;³ além disso, como apontam os programas de governo do PT nas campanhas eleitorais de 1989 e 1994, bem como nas resoluções finais dos Congressos do Partido de 1991 e 1999, o questionamento dos acordos com os organismos multilaterais e

[3]. O governo realizou uma auditoria cidadã e, de posse das comprovações das irregularidades no processo de endividamento daquele país, recomprou os títulos que estavam no mercado por 30% de seu valor de face, o que representou uma diminuição de 70% no endividamento, fazendo com que, segundo a Auditoria Cidadã (2011), fossem investidos na recuperação do sistema público de saúde e na infraestrutura.

a renegociação das condicionalidades impostas por estes órgãos. Esperava-se assim a interrupção dos mecanismos de atuação do capital financeiro no país.

Demonstrar a forma como o sistema da dívida atuou nos governos FHC e Lula é o objetivo das seções seguintes.

A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA NOS GOVERNOS

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

De acordo com Filgueiras (2006), no Brasil, o projeto neoliberal foi implementado a partir de três etapas distintas: a primeira (governo Collor) foi a que sofreu mais resistências, pois rompeu com o modelo de substituição de importações e implantou as primeiras medidas neoliberais concretas; a segunda (primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso - FHC) foi de ampliação e consolidação da agenda neoliberal; e a terceira fase (segundo mandato FHC e governo Lula) foi de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, no qual se amplia e se consolida a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante.

O primeiro mandato de FHC (1995/98) centrou-se nos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial que deram suporte ao Plano Real,⁴ cuja base foi o aumento acelerado das importações dentro do marco das políticas de liberalização do mercado, a utilização da âncora cambial, que levou à ocorrência de déficits crescentes na conta corrente e à manutenção de juros altos como forma de atrair o capital estrangeiro e impedir a sua fuga frente a choques cambiais externos, o que vai se efetivar a partir de 1998 com a ocorrência das crises no México, na Ásia e na Rússia (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

[4]. Lançado em 1º de julho de 1994, quando FHC era ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco.

A tônica de controle inflacionário estava centrada no diagnóstico de que uma das principais causas da inflação decorria dos desajustes das contas públicas. Por esta razão, fazia-se necessário adotar medidas que visassem alcançar esse equilíbrio. Entre as principais medidas adotadas estão o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE).

O PAI atuava através de seis frentes: corte e maior eficiência do uso dos recursos públicos, recuperação da receita tributária,⁵ negociação das dívidas de Estados e Municípios com a União, controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais, saneamento dos bancos federais e privatização, ou seja, eram todas medidas que tinham como base o receituário neoliberal e o atendimento dos interesses do capital financeiro internacional, Giambiagi (2002) vai denominar essas medidas de reforma financeira.

Já o FSE tinha como um dos principais objetivos a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permitia ao governo a desvinculação de 20% das receitas para outros fins. Esse mecanismo foi utilizado principalmente para desvincular receitas com vistas ao pagamento dos serviços da dívida pública, como afirma Fattorelli (2016, grifo da autora):⁶ “A instituição da **Desvinculação das Receitas da União - DRU**, denominada anteriormente como **FSE** e **FEF**, permite a retirada de até 20% de importantes contribuições da Seguridade Social, para gerar caixa para o pagamento da dívida pública”.

Em 1996, ainda no bojo das mudanças implementadas pelo governo FHC de alinhamento aos interesses do capital estrangeiro, foi feita uma modificação na Lei n. 4.131, de 1962 (Lei do Capital

[5]. Uma das medidas adotadas foi a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação financeira (IPMF), com alíquota de 0,25%.

[6]. Essa afirmação foi feita por Fattorelli em entrevista à revista do Instituto Humanitas Unisinos a IHU On-line, na edição 480, de 7 de março de 2016, com o título: “A contrarreforma da Previdência”.

Estrangeiro), que criou as contas exclusivas para não residentes no país, as chamadas CC5.

O Banco Central, utilizando esse expediente, promoveu uma abertura financeira do país que, segundo Paulani (2008), levou a duas significativas mudanças: a primeira foi a ampliação do conceito de não residentes, incluindo não só pessoas físicas e jurídicas que estivessem em trânsito pelo país, mas também as contas livres de instituições financeiras do exterior que não tinham autorização de funcionar no país; e a segunda, as CC5 passaram a poder enviar livremente para o exterior não apenas os saldos em moeda doméstica resultados da conversão da moeda estrangeira com a qual os estrangeiros tivessem entrado no país, como era feito anteriormente, mas quaisquer saldos. “Essas mudanças produziram a forma e a substância de inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas” (PAULANI, 2008, p. 42).

Esse conjunto de medidas teve como resultado o controle inflacionário, mas ocasionou um aumento da dívida externa em função das altas taxas de juros praticadas no período e o seu direcionamento para o aumento do lançamento de títulos de rendimento pós-fixado. Esse aumento do déficit primário concomitante com o aumento das despesas com os serviços da dívida, decorrente do aumento da taxa de juros, gerou uma situação fiscal insustentável.

Nesse cenário, a alternativa para o governo FHC, no marco da política neoliberal adotada, seria a aprovação da reforma previdenciária e a adoção de medidas de reestruturação administrativa e de privatizações, com vistas a reduzir o tamanho do Estado. A reforma da previdência não foi aprovada da forma como governo propôs, em parte, devido à atuação do PT, que inviabilizou tal proposta. Mesmo assim, a Emenda à Constituição 20/1998 alterou para os dois regimes (Geral e Regime Próprio dos Servidores Públicos) o critério de aposentadoria, que passou a ser o tempo de

contribuição em substituição ao tempo de serviço, impondo aos servidores públicos uma idade mínima e o cumprimento de um período de carência no serviço público. Acabou com a aposentadoria proporcional. A mudança mais significativa e que atendeu aos interesses da fração rentista do capital foi a criação do regime de previdência complementar, o que abriu um promissor mercado para os fundos de pensão (ARAÚJO, 2009).

Não conseguindo aprovar essas mudanças constitucionais e infraconstitucionais que a situação de crescente déficit requeria, “o ritmo de acumulação da dívida pública e do passivo externo mostrou-se insustentável, caracterizando o primeiro mandato FHC como um período de estabilização com desequilíbrio” (OLIVEIRA; TURROLA, 2003, p. 197).

No segundo mandato, o governo FHC implementou medidas que representaram um passo ainda mais significativo de alinhamento aos anseios do capital financeiro, inclusive com alterações legislativas importantes, como a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que institucionaliza a prioridade ao pagamento dos serviços da dívida em detrimento de qualquer outra despesa pública, através da utilização de um discurso de austeridade fiscal e respeito ao trato com a coisa pública, que soa aparentemente como um avanço em termos de uso dos recursos públicos, mas que, na prática, encobre uma exigência do capital financeiro internacional de hierarquizar, a seu favor, o uso desses recursos.

Essas mudanças no arcabouço legal fazem parte da lógica de criação de mecanismos que consolidem os países periféricos - já que essas mudanças não ocorrem apenas no Brasil, são parte do movimento do capitalismo financeiro mundial - como plataforma de valorização financeira e passam a ser usadas como escudo, como uma “necessidade” de cumprir o que a lei determina, como se não houvesse alternativa de revogação, posteriormente, pelo

governo Lula, como parte do discurso de respeito à legislação em vigor e aos contratos.

Além disso, o governo estabeleceu as metas inflacionárias (1999) que demandaram não apenas do seu governo, mas dos governos seguintes, na lógica da TINA (*There is Not Alternative*) um esforço do ponto de vista monetário, com a manutenção de altas taxas de juros como forma de manutenção das metas inflacionárias estabelecidas, ou seja, mudanças que reforçam a hegemonia da fração rentista do capital.

Acrescente-se a essas medidas a adoção do regime de flutuação suja,⁷ no qual o Banco Central manteve a venda esporádica de divisas externas e a oferta de títulos públicos atrelados à taxa de câmbio. Para tornar a economia brasileira ainda mais alinhada ao sistema financeiro rentista internacional, o governo adotou um superávit primário elevado para, segundo Oliveira e Turrola (2003), produzir a estabilidade da razão entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB).

A adoção de um superávit primário mais elevado foi uma das exigências do acordo firmado com o FMI em março de 1999, que modificou o acordo anterior de dezembro de 1998 de U\$S 41,5 bilhões, que previa a manutenção do câmbio fixo e a realização de superávits primários pelos próximos três anos.

Em decorrência da fuga de capitais estrangeiros, motivada pelos choques externos (Ásia, 1997 e Rússia, 1998), e da moratória do Estado de Minas Gerais, o governo adotou em janeiro de 1999 o câmbio flutuante, o que gerou a necessidade desse novo acordo,

[7]. Pode-se identificar a existência de dois regimes cambiais: o regime cambial fixo, em que o governo através do Banco Central define a taxa de câmbio; uma taxa de câmbio flexível, em que a taxa de câmbio é definida pelo próprio mercado pela lei da oferta e demanda e uma variação desse regime, que é a flutuação suja, em que o governo realiza esporadicamente intervenções de compra e venda de divisas no mercado quando ocorrem oscilações significativas na taxa de câmbio, mesmo quando o regime cambial é flutuante, ou seja, por definição, não deveria haver interferência do Banco Central no mercado de câmbio.

que definiu metas de superávits primários mais elevadas para os próximos três anos: 3,10% do PIB para 1999, 3,25% para 2000 e de 3,35% para 2001.

No que se refere às repercussões da implantação da agenda neoliberal nas relações intercapitalistas no Brasil, Filgueiras (2006) ressalta que as mudanças ocorreram em várias direções. O processo de financeirização através da dívida pública se expandiu a todas as frações de capital, predominando a lógica financeira no interior dos processos de decisão de investimentos. “Esse processo foi, ao mesmo tempo, causa e consequência (*sic*) do fortalecimento econômico e político dos grandes grupos financeiros, nacionais e internacionais, levando também grandes grupos econômicos, de origem não financeira, a criarem suas próprias instituições financeiras” (FILGUEIRAS, 2006, p. 190).

Além disso, as privatizações serviram para alimentar o sistema da dívida pública, na medida em que títulos foram utilizados como moeda de compra para as empresas privatizadas. Privatização passou a ser a palavra de ordem no Brasil nos anos 90. Como ressaltam Lesbaupin e Mineiro (2002), os defensores do neoliberalismo advogaram a necessidade de um Estado mínimo e ressaltaram a ineficiência e obsolescência das empresas estatais, devido ao fato de ser um monopólio e não estarem submetidas às leis do mercado e da concorrência.

Além disso, a argumentação de que o Estado estava falido e necessitava de fundos para honrar os compromissos junto ao FMI foi amplamente utilizada pelo governo com o apoio irrestrito dos meios de comunicação de massa, com o intuito de assegurar o apoio da opinião pública para os processos de privatização. Paralelo à ampla campanha de disseminação das ideias que assegurassem a aceitação das privatizações como solução para a crise em curso, o governo promoveu sistematicamente o aumento do preço das tarifas públicas, como por exemplo, na energia elétrica,

o aumento foi de 150%; e na telefonia, de 500% a partir de novembro de 1995.

Segundo Biondi (2003), esses aumentos cumpriram dois objetivos: garantir os futuros lucros dos grupos econômicos sem que estes tivessem de aumentar o preço das tarifas quando adquirissem as empresas privatizadas, já que isso poderia causar insatisfação nos consumidores e colocar em xeque a eficiência tão propalada do mercado, e por outro lado, ajudar a desgastar as empresas públicas com a disseminação da ideia de que os serviços eram caros e ineficientes.

Biondi vai apresentar ainda, no livro *Brasil privatizado*, dados que demonstram como o patrimônio público foi repassado para o capital privado depois de ter sido saneado pelo Estado, numa clara demonstração de atendimento aos interesses do capital, como por exemplo, no caso da privatização do setor telefônico: “Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma ‘entrada’ de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da “entrada” para grupos brasileiros” (BIONDI, 2003, p. 7).

Além disso, foram utilizados de maneira sistemática os bônus do Tesouro como parte do pagamento das estatais privatizadas, e o governo ainda os aceitou com 50% do valor pelo qual eles haviam sido adquiridos, por isso esses bônus ficaram conhecidos como moedas podres. Biondi exemplifica o uso desse mecanismo no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi leiloada por R\$ 1,05 bilhão do qual R\$ 1,01 bilhão foi pago com moedas podres, o que significa que o governo recebeu em moeda apenas R\$ 38 milhões.

Essas moedas podres eram disponibilizadas pelo próprio governo através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que as colocava à venda financiada em até doze

anos e com juros menores do que os praticados no mercado, como resume adequadamente Biondi:

Em resumo, o governo está vendendo empresas a prestação, fornecendo “metade” da “entrada” nos leilões, financiando até a “compra” de “moedas podres” ... Mas não se contenta com isso. Os felizes “compradores” das estatais brasileiras têm ainda novos presentes à sua espera: o BNDES lhes oferece empréstimos bilionários, depois que eles tomam posse das empresas, para executarem – com dinheiro do banco estatal, logo nosso – os “investimentos” que se comprometeram a fazer. ((BIONDI, 2003, p. 19).

Esse mecanismo foi amplamente utilizado pelo governo em outras privatizações e visava atender aos interesses do capital financeiro nacional e internacional. Nesse momento, estes capitais associados ao capital financeiro nacional, este último como sócio menor, necessitavam de mecanismos que possibilitassem a transformação, pelo menos em parte, do capital fictício em capital real, e as privatizações vão desempenhar esse papel: transformar parte do capital fictício em patrimônio real, num movimento de espoliação dos trabalhadores desses países, primeiro porque estas empresas estatais são fruto dos tributos pagos, de maneira central, pelos trabalhadores⁸ e serviram como base para a implan-

[8]. Para Nakatani (2006), a tributação, via de regra, é a forma como parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores é apropriada pelo Estado e redistribuída para as diferentes frações do capital e para uma parcela da população, evidentemente, a maior parcela é destinada para as frações do capital. Com a adoção da agenda neoliberal, há uma tendência de aumentar a carga tributária para os trabalhadores e diminuir para o capital. Dessa forma, para o autor, o Estado preserva a parte da mais valia apropriada pelo capital e aumenta ainda mais a exploração do trabalhador, ao reduzir o seu salário real. A complexidade do sistema tributário ajuda a encobrir esse processo de elevação da taxa de exploração através da carga tributária. Outro fator que torna esse sistema ainda mais benéfico para o capital é a carga tributária regressiva, base da arrecadação no Brasil, na qual a incidência maior de impostos é de maneira indireta, que é cobrada no preço final dos bens e serviços. Isso significa que quando da compra de um bem ou utilização de um serviço, não se diferencia a renda de quem está fazendo a compra, todos, independentemente da sua renda, pagam a mesma alíquota,

tação do capitalismo tardio⁹ aqui no Brasil; e foram criadas para atender aos interesses do capital produtivo quando do Modelo de Substituição de Importações, no qual a fração produtiva do capital era hegemônica.

Nos anos 90, quando a fração rentista assume a hegemonia, de novo esse patrimônio, vai atender aos interesses da agora fração hegemônica, o capital financeiro, na medida em que permite que parte dele seja utilizado para o pagamento das empresas estatais que estão sendo privatizadas.

Em função da própria política de ajuste imposta pelo FMI, que promoveu recessão e queda do crescimento, o Brasil não estava mais em condições de continuar exportando o mesmo volume de capitais para os países centrais, já que os recursos do Tesouro não eram suficientes para fazer frente à manutenção do pagamento dos serviços da dívida, portanto, era necessário buscar outras fontes de financiamento; e neste caso, as privatizações com a utilização dos bônus aparecem como saída para essa incapacidade. Diante disso, esses rentistas passam a utilizar os bônus da dívida pública para aquisição de patrimônio público, cujo valor adquirido com os leilões era destinado pelo governo para o pagamento desses serviços, ou seja, estes absorviam todo o patrimônio construído com recursos públicos, já que ficavam com as empresas e ainda recebiam de volta o pouco dinheiro – como

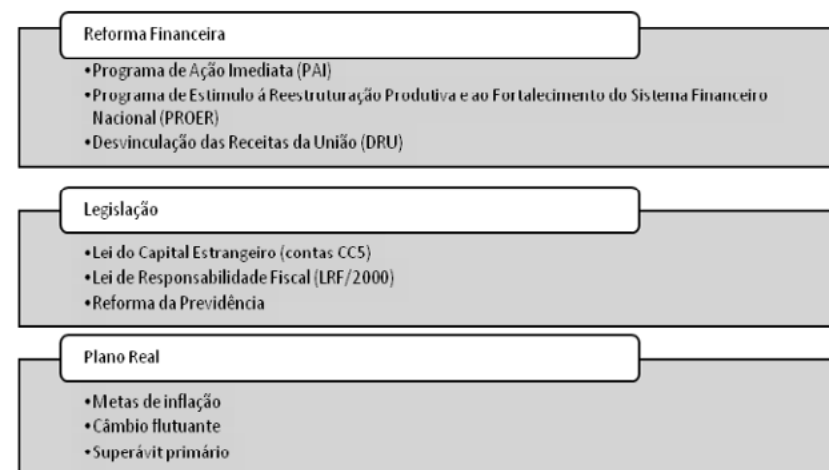
e como todo o salário do trabalhador se destina ao consumo, toda a sua renda é tributada. Diferentemente quando o país tem uma carga tributária progressiva, a maior incidência está sobre o patrimônio e a renda, o que onera mais quem possui uma maior renda ou maior patrimônio. Para maiores detalhes, consultar o site do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

[9]. A interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil como capitalismo tardio é fruto da tese de doutoramento (que posteriormente foi publicada como livro) de João Manuel Cardoso de Melo, na qual, ao fazer uma crítica às análises da CEPAL o autor considera que a economia brasileira não “ingressa” no capitalismo em 1930 com o processo de Substituição de Importações, mas sim quando, em 1888, o trabalho escravo passa a ser proibido e substituído pelo trabalho assalariado. Para maiores detalhes, consultar: *O capitalismo tardio*. João Manuel Cardoso de Melo. 9. edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

exemplificado anteriormente no caso da CSN – que efetivamente desembolsavam para a compra das estatais, colocando em prática o que Harvey denomina de acumulação flexível.

A utilização desses bônus estava amparada no Programa Nacional de Desestatização e na legislação que lhe dava suporte, como a Resolução 2.203/95 e a Circular 2.623/95, ambas do Conselho Monetário Nacional. A Fig. 1 apresenta a síntese da atuação do sistema da dívida no governo FHC.

FIGURA 1 – SÍNTESE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA NO GOVERNO FHC (1995-2001)



Fonte: Autoria Própria.

A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA NOS GOVERNOS LULA (2003-2010)

O sistema da dívida começa a atuar durante a campanha eleitoral em 2002, através do que Paulani (2008) nomeia como “terro-

rismo eleitoral”, que se materializou na fuga de capitais voláteis; no aumento do risco país, que chegou a quase 2000 pontos; na alta do dólar, que bateu recorde, chegando a ser cotado a quase R\$ 4,00. Todas essas foram manifestações da capacidade que essa fração do capital tem de modificar as condições macroeconômicas dos países com o objetivo de impor aos governos políticas que atendam aos seus interesses.

Paralelo e aliado a esse cenário, o PT também já dava sinais de que estava atento às condições impostas pelo capital financeiro e que não estava disposto a mudar a correlação de forças que atuava no Brasil, de maneira sistemática, desde os anos 60. Essa sinalização se materializou com a Carta aos Brasileiros, lançada em junho de 2002, a qual, entre outros assuntos, garantia o respeito aos contratos e às obrigações do país com os credores internacionais, numa clara demonstração de que não haveria modificações em relação ao pagamento dos serviços da dívida pública, tema sobre o qual PT sempre foi enfático quanto à necessidade de uma revisão dos contratos e da forma de pagamento, apoiando inclusive o Plebiscito Popular sobre a dívida externa, realizado em 2000, sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Ainda durante a campanha eleitoral em 2002, no mês de setembro, o PT deu anuência à renovação do acordo do governo FHC com o FMI, adotando a mesma postura do PSDB com o candidato a presidência José Serra. Outra forma de atuação do sistema da dívida se deu através do financiamento da campanha eleitoral pelos bancos privados. O PT já havia recebido doação do Unibanco na campanha eleitoral para presidente da República em 1994 (GARCIA, 2008 *apud* VIEIRA, 2012), mas na campanha eleitoral de 2002, o setor financeiro foi responsável por 10% do volume total de recursos recebidos de empresas (ALMEIDA, 2007).

Esse cenário já apontava que não teríamos modificações na política neoliberal adotada pelos dois governos anteriores (collor

e FHC) no governo Lula. O que não se esperava era o aprofundamento dessa política, que se deu através do aumento do superávit primário de 3,75% para 4,25%, dos juros, que chegaram ao patamar de 26,5%, e da aprovação da contrarreforma da previdência social, feita de forma rápida, sem discussões e com impacto inclusive dentro do PT, com a saída de militantes históricos do partido¹⁰ e com a expulsão de parlamentares¹¹ que não votaram favoravelmente à proposta do governo.

Era um momento de afirmação, para o mercado, de que a continuidade estava assegurada em patamares mais elevados e de que o partido estava disposto a romper qualquer compromisso que houvesse assumido anteriormente com a classe trabalhadora, em nome da governabilidade e de sua aceitação pelo mercado. Essas transformações que ocorreram com o PT não se deram a partir de 2002, mas começaram a surgir, para alguns analistas, desde a derrota eleitoral em 1989.¹²

Mas ainda havia espaço para consolidar o país como plataforma de valorização financeira tendo a dívida pública como instrumento central. A antecipação do pagamento ao FMI, que ocorreu em 2005, cumpriu com essa tarefa. Com essa antecipação, o governo Lula realizou uma manobra só comparável ao que ocorreu durante a ditadura militar com a estatização da dívida externa, uma troca de títulos que estavam com uma taxa de juros em torno de 4% e foram pagos com uma taxa que variou entre 8% e 12%. Além disso, a transformação de parte da dívida externa em dívida interna significava que os seus serviços, a partir de então,

[10]. Como o sociólogo Chico de Oliveira.

[11]. Os deputados Babá (Pará), Luciana Genro (Rio Grande do Sul) e João Fontes (Sergipe) foram expulsos por indisciplina e infidelidade partidária, além da senadora Heloisa Helena (Alagoas).

[12]. Para aprofundamento consultar: DEMIER, Felipe (org). As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil. Rio de Janeiro: Bom tempo. 2003

seriam pagos tendo como base uma das taxas de juros mais altas do mundo, o que assegurou aos credores uma parcela ainda maior do fundo público, transformando a dívida externa em dívida interna, como demonstrado por Fattorelli (2012).

Essa atuação representou uma sangria de recursos públicos para a fração rentista do capital financeiro nacional e internacional significativa. Segundo Valente (2010), a dívida interna aumentou em torno de R\$ 1 trilhão no período. Em dezembro de 2002, o seu valor era de R\$ 687,3 bilhões, alcançando, em dezembro de 2010, o valor de R\$1.682 bilhão.

Tão grave quanto o volume de recursos destinados para a fração rentista do capital foi a omissão do governo em colocar em prática mecanismos capazes de reverter esse quadro, como, por exemplo, a realização da auditoria da dívida pública, prevista no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que permitiria produzir relatórios que identificassem efetivamente a origem, o estoque da dívida e os mecanismos (anatocismo, aumento da taxa de juro *libor* e *prime*, estatização de dívida privada, transformação de dívida externa em interna) que alimentam o aumento da dívida e a tornam impagável.

Os trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, em 2010, foram sistematizados no Relatório Final da CPI e cumpriram um papel importante na identificação de parte desses mecanismos, mas em função de sua limitação jurídica e da própria dificuldade de acesso a documentos - que foram ou negados pelo Banco Central ou não tiveram entre os membros da Comissão uma maioria que permitisse a sua solicitação aos órgãos competentes, ou ainda a quantidade suficiente de assinaturas entre os membros da CPI para convidar autoridades responsáveis pelo gerenciamento da dívida durante os governos FHC e Lula (SANTANA, 2018) – não conseguiu alcançar

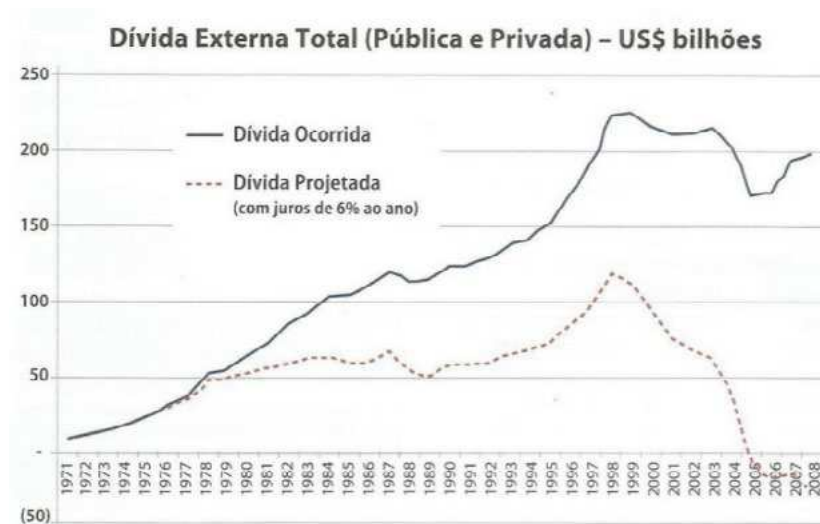
os resultados esperados, que seria a responsabilização dos envolvidos no sistema da dívida e a sua efetiva punição.

Essa ausência de comprometimento com as investigações sobre a dívida teve a anuência de parlamentares do PT, em conjunto com partidos como o Democratas (DEM) e o PSDB.¹³ Essas manobras fizeram com que muitos desses mecanismos ficassem apenas como indícios e não pudessem ser comprovados, o que aumentaria as chances de questionamento futuro do processo de endividamento brasileiro.

A despeito dessas limitações, os resultados da CPI poderiam ter sido utilizados pelo governo Lula para questionar esse sistema em Convenções Internacionais, por exemplo, como apontado por Fattorelli (2011), a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados no seu artigo 62, que assegura a qualquer país questionar um contrato, caso as condições vigentes quando de sua assinatura sofram alterações significativas. Nesse aspecto, pode-se exemplificar com o aumento vertiginoso da dívida externa ocorrida quando do aumento das taxas de juros *Libor* e *Prime*, como pode ser visto no Gráfico 1, em que a linha tracejada representa a dívida efetivamente contratada a taxas de juros vigente nos anos 70, e a linha completa representa a dívida consolidada após o aumento da taxa de juros ocorrida no final dos anos 70, o que demonstra a atuação de mecanismos meramente financeiros (aumento da taxa de juros) sem que tenha havido nenhuma contrapartida real (entrada de recursos). Segundo Fattorelli (2011), esse fato encontraria respaldo legal e poderia ser questionado, abrindo um campo para a revisão dos serviços que são pagos pelo governo brasileiro a credores internacionais.

[13]. Pronunciamento do deputado Ivan Valente (PSOL) no Plenário da Câmara dos Deputados, em 31 de março de 2010. Disponível em: www.parlatube.com.br.

GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE A DÍVIDA PROJETADA E A DÍVIDA OCORRIDA ENTRE 1971-2008



Fonte: Fattorelli (2012, p. 35).

Outro aspecto que precisa ser examinado em relação à atuação do sistema da dívida durante os governos Lula é a respeito da contrarreforma da Previdência. Opositor da contrarreforma da Previdência no governo FHC e responsável por obstaculizar as votações da proposta do então presidente, o PT quando chegou ao governo realizou uma contrarreforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional 40/2003 - PEC-40) ainda nos oito primeiros meses do seu governo. Tal proposta precisa ser compreendida não apenas dentro da lógica de avanço do neoliberalismo, com a flexibilização de direitos dos trabalhadores, mas sobretudo dentro da lógica do movimento do capital financeiro, que busca se apropriar de uma fatia de capital que até então estava sob a tutela do Estado, através da previdência privada.

Essa contrarreforma que transfere uma parte significativa de recursos para a forma rentista do capital funciona como uma

forma complementar de entrada no circuito do capital financeiro internacional. Segundo Paulani (2008), esse capital tanto nacional como internacional vinha há duas décadas sendo cobijado por este setor, já que os fundos de pensão funcionam como braço auxiliar da dívida pública, atuando como um mecanismo de extração da renda real da economia para alimentar o capital financeiro.

Os argumentos utilizados para a contrarreforma do governo Lula, como apontado por Araújo (2009), são os mesmos utilizados pelo governo FHC, quais sejam: déficit da previdência; combate a privilégios; envelhecimento da população; e necessidade de aumento da competitividade externa das empresas através da redução do peso das contribuições sociais.

A contrarreforma aprovada pelo governo causou impacto não apenas pelo conteúdo: 1) fim da aposentadoria integral para servidores públicos; 2) criação de um teto máximo de vencimento de R\$ 2.400,00, (valores de 2003) os servidores para terem um vencimento maior teriam que contribuir para os fundos de previdência complementar; e 3) cobrança de contribuição previdenciária de 11% para os servidores aposentados, mas também pela forma apressada, sem discussão, e pelas práticas que foram adotadas para acelerar o processo de discussão e votação, como sintetizam Marques e Mendes (2004):

Além do conteúdo da reforma proposta pelo governo Lula, particularmente chamou a atenção o uso de práticas passadas, sendo evidente o desprezo aos princípios da doutrina previdenciária, a argumentação falaciosa e a truculência com que o “debate” foi administrado e a rapidez com que a reforma foi aprovada: a “toque de caixa”. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 3).

As medidas adotadas pela contrarreforma da previdência, especialmente a fixação de um teto para a aposentadoria, esti-

mularam a adesão dos servidores públicos aos fundos de pensão, para não terem uma redução significativa na sua renda quando da aposentadoria. Outro aspecto relevante do incentivo à criação dos fundos de pensão, por parte do capital financeiro, é que estes, ao contrário das empresas estatais que foram amplamente privatizadas nos anos 90 e que também serviram como base para a materialização de parte do capital financeiro, através da utilização de títulos da dívida como moeda de troca para compra das empresas privatizadas, a previdência privada tem uma característica peculiar: ela recebe aporte de recursos de maneira permanente, já que os seus pagamentos são feitos mensalmente pelos contratantes e, como afirma Grafmann, “[...] mais além, de operarem prioritariamente como capitais especulativos, aprofundam dramaticamente a alienação do trabalho quando pretendem os sindicatos (e os sindicalistas) empenhados na gestão deste negócio capitalista” (GRAFMANN, 2003, p. 121).

Marques e Mendes (2004) reforçam esse entendimento do papel que os fundos de pensão irão realizar a serviço do capital financeiro, enfatizando que o Brasil era o único país que ainda resistia a essa investida do capital financeiro nesse segmento e que agora acaba consolidando esse espaço paradoxalmente no governo do PT, que ajudou a derrotar pelo menos parcialmente essas investidas do capital financeiro em momentos anteriores, como na reforma proposta por FHC. O trecho a seguir ilustra essa afirmação:

[...] O Brasil, o único que até então havia resistido em abrir as portas para a criação e o desenvolvimento dos fundos de pensão por meio de reforma de seu sistema previdenciário, agora o faz a partir dos servidores públicos e mediante mudanças na legislação que permitirão aos sindicatos e centrais de trabalhadores organizarem fundos de pensão. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 11).

Este último ponto chama a atenção para o que efetivamente aconteceu durante o governo Lula com parte significativa de sin-

dicalistas, que passaram a operar os fundos de pensão de algumas categorias, que, segundo Oliveira (2006), “a financeirização de par com a privatização das estatais deu lugar a uma nova classe criada para gerir os fundos de pensão que são – pasme-se! – de propriedade dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2006, p. 286).

Outra forma de atuação do sistema da dívida durante o governo Lula deu-se através da autonomia operacional do Banco Central (BC). Discutir a autonomia ou não do Banco Central significa colocar em pauta a definição sobre regular ou não a atuação do mercado, de maneira especial o mercado financeiro, o que não é uma questão menor. Significa, na prática, definir qual o papel e a abrangência que a atuação do governo deve ter na economia e qual a sua capacidade de alterar a política macroeconômica quando houver necessidade de ampliar o emprego, ou os investimentos públicos, ou manter uma política monetária que atenda aos interesses do mercado financeiro.

Em função disso, estabelecer a autonomia do Banco Central significa abrir mão da prerrogativa de definir o redirecionamento, quando necessário, sobre a política monetária e cambial, permitindo que os interesses rentistas do capital financeiro se sobreponham aos interesses do país.

O governo Lula, embora não tenha formalizado a autonomia do Banco Central,¹⁴ de maneira indireta atribuiu-lhe autonomia operacional para a manutenção do tripé macroeconômico que deu sustentação à política econômica do governo FHC durante

[14]. O governo conseguiu aprovar no Congresso a PEC 21/1999, que alterou o artigo 162 da Constituição de 1988. Essa proposta havia sido apresentada pelo então senador José Serra (PSDB) e foi aprovada em abril de 2003, sendo transformada na Emenda Constitucional 40/2003. A principal modificação na redação do artigo 162 CF/88 foi no que se refere à regulamentação do sistema financeiro nacional. Este artigo remetia para uma lei complementar à regulamentação, e a emenda 40/2003 altera para Leis Complementares, o que abre o caminho para que o governo possa apresentar uma proposta de autonomia do Banco Central, o que gerou uma série de debates acerca dessa medida, principalmente pelo fato de o Partido dos Trabalhadores ter sido um defensor da não autonomia enquanto oposição.

os seus dois mandatos: a manutenção das metas inflacionárias adotadas a partir de 1999, a geração de superávits primários e o câmbio flutuante.

O governo Lula também refutou qualquer possibilidade de alteração da política implementada até então ao nomear Henrique Meireles¹⁵ como presidente do Banco Central e mantê-lo durante os seus oito anos de governo com status de ministro, evidenciando o papel que o Bacen teria. Pelo passado do PT, vinculado a organizações e movimentos populares, a incerteza quanto a sua capacidade de atender aos interesses do mercado, parece-nos, fez com que as medidas adotadas pelo governo Lula fossem até mais radicais do que as adotadas pelo seu antecessor, já que, para o mercado, nem o partido e nem o presidente inspiravam confiança de que iriam efetivamente cumprir o que estava prometendo.

Nesse sentido, ainda durante a campanha, o PT fez questão de anunciar a autonomia do Banco Central como uma estratégia para se aproximar do mercado financeiro. Matéria publicada no jornal *A Folha de São Paulo*, em 19 de outubro de 2002, ilustra adequadamente essa postura: “A promessa de autonomia, medida que agrada ao mercado e vem sendo mencionada com ênfase por petistas nos últimos dias, integra o esforço do partido para passar a ideia de que está maduro para comandar a economia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002, Caderno Brasil).

Mesmo sendo uma autonomia operacional, essa medida do governo Lula representou na prática mais uma demonstração de sua “opção preferencial” por ampliar a inserção subordinada do Brasil na etapa de financeirização do capital, ao repassar, mesmo indiretamente através do seu presidente, para as mãos da fração

rentista do capital - os bancos e os grandes investidores internacionais - as decisões sobre a política monetária, cambial e de crédito a serem adotadas.

A adoção da Cláusula de Ação Coletiva (CAC) também é uma forma de atuação do sistema da dívida, desta feita, através do aspecto legal. A CAC passou a ser inserida nos contratos de venda de títulos da dívida externa brasileira a partir de 29 de abril de 2003, ou seja, logo nos primeiros 100 dias do governo Lula. A sua adoção não foi objeto de aprovação no Congresso Nacional, como determina o artigo 52 da Constituição de 1988 e o Regimento Interno do Senado nos seus artigos 389 a 392, que estabelece as regras para a apreciação dos pedidos de autorização de quaisquer operações de natureza financeira (FATTORELLI, 2014).

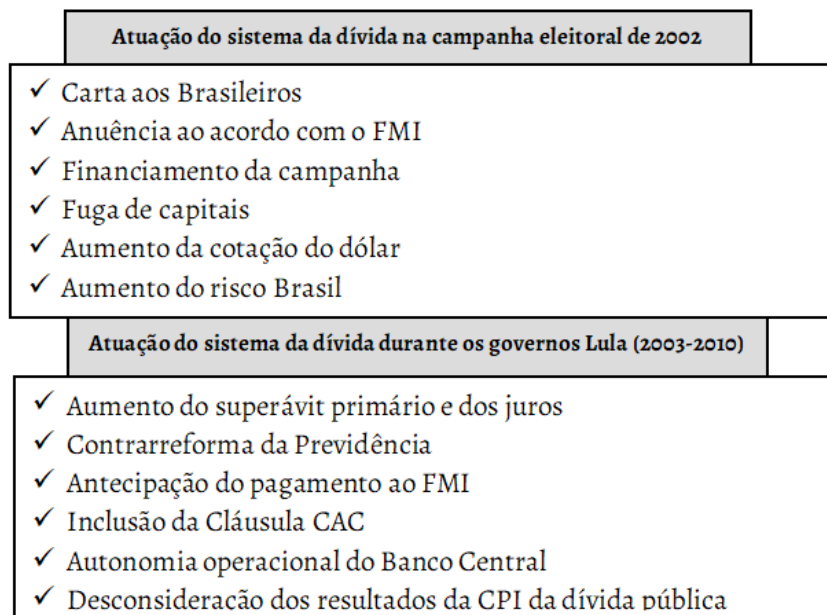
A adoção dessa cláusula traz uma importante modificação em termos de autonomia e soberania dos países devedores, visto que elege como loro as Leis de Nova York para dirimir qualquer dúvida sobre os contratos, o que significa uma renúncia de soberania dos países frente aos credores. Ela ainda determina que, para que sejam feitas modificações nos contratos, além de o país devedor e o agente fiscal responsável (o banco que negocia os títulos) estarem de acordo, 85% dos detentores do valor da dívida devem também concordar com as alterações.

A CAC faz parte dos mecanismos definidos pelo FMI, cujo objetivo efetivo é aumentar o poder dos credores sobre os países devedores. Essa é uma estratégia utilizada pelo Fundo para todos os países devedores; nessa época, a pressão se deu sobre o Brasil e o México, com visitas técnicas, entrevistas aos meios de comunicação desses países enfatizando a vantagem para estes, caso implementassem tal cláusula. No Brasil, esse “convencimento” também foi precedido de visita de representante do Tesouro dos Estados Unidos.

[15]. Eleito deputado federal pelo estado de Goiás pelo PSDB nas eleições de 2002, renunciou ao mandato para assumir a presidência do Banco Central, onde permaneceu durante todo o governo Lula. Originário do sistema bancário internacional, atuou como executivo no *FleetBoston* até 2002.

A Fig. 2 apresenta a síntese da atuação do sistema da dívida durante a campanha eleitoral para presidente em 2002 e os dois mandatos do presidente Lula (2003-2010).

FIGURA 2- SÍNTESE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA NA CAMPANHA ELEITORAL 2002 E NOS DOIS MANDATOS DO PRESIDENTE LULA (2003-2010)



Fonte: Autoria Própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual etapa do capitalismo, caracterizada pela hegemonia da fração rentista do capital, impõe uma lógica de financeirização, cujo lócus principal tem sido, desde os anos 60, a dívida pública. Esse processo, conceituado por Fattorelli (2012) como sistema da

dívida, atua impondo condicionalidades e políticas macroeconômicas aos países da periferia do sistema capitalista.

No Brasil, desde os anos 60, esse sistema atua impondo aos sucessivos governos a adoção de medidas cujos resultados têm sido o aumento das desigualdades sociais com a priorização dos pagamentos dos serviços da dívida pública em detrimento de investimentos em áreas sociais. No governo FHC, foram dados passos significativos para que esse sistema atuasse, desde a política macroeconômica com vistas ao controle inflacionário, a criação da DRU, a implantação do PROER, até as substanciais modificações na legislação, como a Lei do Capital Financeiro e a LRF.

Havia uma expectativa que, com a eleição em 2002 de um presidente do Partido dos Trabalhadores, esse quadro fosse revertido, dadas as forças progressistas que foram responsáveis pelo surgimento do partido e das suas definições programáticas, de maneira especial nos I e II Congresso do Partido e nos Planos de Governo apresentados para as eleições em 1989 e 1994. Chegando à Presidência da República, não rompeu com as amarras que foram impostas ao longo dos anos pelo sistema da dívida, ao contrário, aprofundou esses mecanismos, inserindo de vez o Brasil no circuito de valorização fictícia do capital.

Ainda durante a campanha eleitoral de 2002, tanto o mercado quanto o PT agiram no sentido de garantir as condições para a manutenção do sistema da dívida. O primeiro através do que foi denominado por Paulani (2008) de terrorismo eleitoral: aumento da cotação do dólar, do risco Brasil, e a fuga de capitais. O segundo pela divulgação da Carta aos Brasileiros, em que assegurava a manutenção dos contratos e acordos com os organismos multilaterais, com a anuência à renovação de acordo com o FMI pelo governo FHC e a divulgação na imprensa da intenção de dar autonomia ao Banco Central.

Ao mesmo tempo, a política macroeconômica implementada pelo governo FHC não apenas foi mantida, mas ampliada, com o aumento da meta de superávit primário de 3,75% para 4,25%, aumento da taxa de juros SELIC, que atinge um percentual de 26,5%. Como continuidade da atuação do sistema da dívida, o governo ainda realizou a contrarreforma da previdência num claro estímulo à previdência privada e aos fundos de pensão; adotou a Cláusula de Ação Coletiva para os contratos da dívida, antecipou pagamento ao FMI com uma taxa de juros entre 8% a 12%, quando nos contratos a taxa era de 6%, o que significou aumentar a rentabilidade da fração rentista do capital e transformar parte da dívida externa em dívida interna, remunerada à taxa de juro maior do mundo; desconsiderou os resultados da CPI da dívida pública, que apontou fortes indícios de irregularidades que poderiam ser questionadas, tendo como base resoluções de Tratados Internacionais; e não realizou a auditoria da dívida pública, como determina a Constituição de 1988.

Para gerir o capitalismo em sua etapa financeirizada, tanto FHC quanto Lula submeteram-se as suas exigências de reprodução, tanto no aspecto da criação de formas que assegurassem a sua reprodução (reformas) quanto na manutenção das condições já existentes (política macroeconômica), o que manteve o sistema da dívida pública atuando de maneira sistemática em detrimento dos gastos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo de. Dos interesses. **Revista Insight Inteli-gência**, ano IX, n. 36. 1. trimestre, março 2007. Disponível em: <http://www.insightinteligencia.com.br>. Acesso em: 06 maio 2018.

ARAUJO, Elizeu Serra de. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. **Revista Políticas Públicas**, São Luis, v. 13 n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da CPI da Dívida Pública**. Brasília, maio 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 abr. 2018.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **A dívida pública em debate**. Brasília: Inove Gráfica e Editora. 2012.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Mais poder para os bancos com a Cláusula CAC**. 2014. Disponível em: <http://www.auditoriacida.org.br>. Acesso em: 06 jun. 2018.

FATTORELLI, Maria Lúcia. Contrarreforma da Previdência. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos IHU On-line**, edição 480, 07 mar. 2016. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Especulação e crise financeira, integração regional e Auditoria da Dívida Pública**. Seminário conjunto promovido pelas Comissões de Direitos Humanos, Finanças e Tributação e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brasília, 06 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **In:** BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 18 mar. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Nova classe social comanda governo Lula, diz sociólogo. **Caderno Brasil**. Entrevista do 2^a. 22 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. PT estuda a “autonomia do Banco Central”. **Caderno Brasil**. São Paulo. 19 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GIAMBIAGI, Fabio. **Do déficit de metas às metas de déficit:** a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso - 1995/2002. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. 51 p. (Textos para discussão n° 93).

GRANFMANN, Sara. A reforma da Previdência do governo Lula: argumentos e perspectiva de classe. **Revista Outubro**. n° 9, 2003. p. 117 a 124. Disponível em: <http://www.outubrorevista.com.br>. Acesso em: 09 abr. 2018.

LESBAUPIN, Ivo. MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 03-15, jul./set. 2004.

NAKATANI. P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. **In:** PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE DEUDA PUBLICA, AUDITORIA POPULAR Y ALTERNATIVAS DE AHORRO Y INVERSION PARA LOS PUEBLOS DE AMERICA LATINA. Caracas, Venezuela. 22 a 24 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.tiagosousa.org/wp-content/uploads/2012/01/Nakatani_Paulo.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

OLIVEIRA. Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. **In:** BASUALDO, Eduardo M; ARCEO, Enrique (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso libros, 2006, p. 265-292. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/Co8DeOliveira.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, Gesner. TURROLA, Frederico A. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Revista Tempo Social**. USP. nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congresso. **In:** 1º CONGRESSO DO PT. 1991. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 14 set. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 14 set. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 1990.** Brasil urgente. Lula Presidente. Economia. 1989. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 14 set. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 1994.** Bases do Programa de Governo Lula Presidente uma Nova Revolução Democrática no Brasil. 1993. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 14 set. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. **In:** 2º CONGRESSO DO PT. 1999. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 14 set. 2016.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados.** v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 13 out. 2013.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência econômica. São Paulo: Boitempo, 2008.

SABADINI, Maurício de Souza. Sobre o conceito de capital financeiro. **In:** XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 5 a 8 junho 2012. Disponível em: <http://www.sep.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SANTANA, Laudicéia Araújo. **O transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no Governo Lula (2003-2010).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de

Campina Grande, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/55?offset=20>. Acesso em: 12 ago. 2019.

TOUSSAINT, Eric. **La Crisis de la deuda externa de America Latina em los siglos XIX y XX. Mayo 2003.** Disponível em: <http://www.cadtm.org>. Acesso em: 24 maio 2018.

VALENTE, Ivan. **Pronunciamento no Plenário da Câmara dos Deputados.** 31 mar. 2010. Disponível em: <http://www.parlatube.com.br>.

VIEIRA, Rafaela. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Memória. **Revista digital de historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano.** Ano 9, nº 17, Barranquilla, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CONSTRUÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: POTENCIALIDADES E LIMITES DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL E DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA POPULAR¹

Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Ronaldo Laurentino de Sales Júnior³

As ideias em torno da construção de uma saúde pública e universal se constituíram no Brasil através do movimento de reforma sanitária, a partir da década de 1970. A vocalização das necessidades enfrentadas pela parcela da população sem acesso aos serviços de saúde ofertados pelo Estado brasileiro formaram o caldo popular para a formulação de ações que viessem a constituir o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Contudo, mesmo dentro de um quadro institucional inscrito a partir da Constituição Federal de 1988, há pontos de

[1]. Este artigo é fruto da Dissertação de mestrado: Discurso e prática Gerencialista na Estratégia Saúde da Família: O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Questão. Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, com financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001** e sob a orientação de Ronaldo Laurentino de Sales Júnior.

[2]. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS/UFCCG).

[3]. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCCG). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS/UFCCG).

inflexão entre a promoção de um acesso à saúde de fato universal e a própria formação econômico-social brasileira, redundando assim no que poderíamos denominar de uma universalidade pela metade, ou no “SUS possível”.

Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo realizar uma reflexão acerca das ideias de democracia como valor universal com base nos apontamentos do cientista político brasileiro Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), bem como o uso dessa noção para a conformação de uma estratégia política para a construção de um modelo de saúde pública universal, consubstanciada na década de 1990 com a criação do SUS.

O retorno a esse debate é de fundamental importância para que possamos lançar luz sobre o período atual em que o Brasil se encontra, com a ascensão da extrema-direita na administração do aparelho estatal brasileiro na figura do presidente Jair Bolsonaro. Em um período marcado por fortes ataques contra a própria institucionalidade construída com a Constituição Federal de 1988 e aos direitos mais fundamentais representados pela Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência, entendemos que o debate precisa ser examinado a partir de uma perspectiva crítica, de modo a não repetirmos a “história como farsa” (MARX, [1851] 2011).

Nesse sentido, as ideias em torno da democracia como valor universal e a própria conformação de uma lógica de infiltração por dentro do Estado como estratégia para uma democratização do aparelho Estatal nos levam a refletir sobre os elementos teóricos apontados por Carlos Nelson Coutinho no ensaio *A democracia como valor universal*, de 1979, e sua associação com setores da esquerda política brasileira vinculados a ideais progressistas em torno do direito à saúde, que passaram a enxergar possibilidades de ação dentro da ordem burguesa. Com base nesses elementos, lançamos mão de uma crítica à própria forma como o SUS foi

normatizado, através de dispositivos gerenciais que, em nossa interpretação, marcaram de forma clara uma burocratização do sistema, além de demonstrar de forma concreta a resignação da esquerda brasileira sobre a ideia de uma revolução brasileira, tornando assim o SUS um sinônimo de reforma sanitária e um fim em si mesmo.

De um modo geral, pautamos a necessidade de um pensar concreto, que leve em consideração a própria crítica quanto aos instrumentos institucionais burgueses e sua associação com a constituição do SUS, que, apesar de ser considerado como um importante meio de acesso aos serviços de saúde pela maioria dos brasileiros, enfrenta grandes desafios para a sua existência, como a ausência de recursos necessários para o seu pleno funcionamento.

A IDEIA EM TORNO DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

No campo político da esquerda brasileira, mais especificamente em 1975, o cientista político baiano Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) realizava em plano teórico um debate com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de ter sido membro desse partido durante os anos de 1961 até 1982. Com o PCB em crise desde o ano de 1964, frente à ascensão do regime empresarial-militar, muitos de seus quadros foram exilados e perseguidos, o que fazia da questão democrática um ponto de inflexão política na conjuntura do período. Em meio à lei de anistia promulgada em 1979, ainda no governo de João Batista Figueiredo (1918-1999), houve o retorno de lideranças políticas desse partido, bem como da ala eurocomunista, da qual Carlos Nelson Coutinho era integrante. No ano de 1979, o cientista político baiano lançou um conhecido

ensaio intitulado: *Democracia como valor universal*, que se tornou essencial para entendermos a ação estratégica em torno da construção de uma saúde pública universal (DANTAS, 2017).

Ao tecer considerações acerca da democracia como um valor universal, Coutinho (1979) promove uma reflexão sobre a rejeição entre os marxistas ocidentais a propósito do modelo soviético de revolução. Ao entender que a universalização da democracia não estaria reduzida a determinado artifício teórico, esse cientista político retoma o eurocomunismo como uma vertente teórica e política, ao entender que se tratava de um “modo dialeticamente novo” de conceber a relação entre socialismo e democracia. Ao dialogar com autores clássicos do marxismo, a exemplo de Lênin (1870-1924), Carlos Nelson procurou entender de que forma a teoria marxista concebe a noção de democracia. Nesse diálogo, é curioso observarmos que a reflexão sobre a democracia surge como um valor quase que cristalizado, no qual o autor utiliza a argumentação associada à suposta interpretação que Marx esboça sobre a arte:

[...] para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade, Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica. (COUTINHO, 1979, p. 36).

Essa interpretação serviria de aporte teórico para o entendimento de que, no socialismo, continuariam a existir divergências políticas, uma vez que o processo de extinção das classes sociais representaria unidade e não homogeneização dos elementos políticos e ideológicos. Os mais variados sujeitos políticos, os movimen-

tos de massa, a formação da hegemonia pelo consenso continuaria a ter valor no socialismo. A democracia assumiria desde então, para Carlos Nelson, um valor estratégico permanente, tendo em vista que seria condição para a conformação de uma nova sociedade, sem necessariamente haver a destruição do aparelho estatal.

Para Barbieri (2019), a ideia equivocada em torno da manutenção do Estado capitalista implicou uma redução da teoria marxista. Ao defender a noção de uma ampliação da democracia no interior do marco capitalista, Carlos Nelson parece desconsiderar todas as experiências históricas e dialéticas existentes e expressas pelo marxismo clássico. Na interpretação de Carlos Nelson Coutinho, o próprio capitalismo induziria a uma socialização da política, o que deveria também representar a própria socialização do governo e da vida social. O socialismo seria a junção democrática entre a socialização dos meios de governar com a socialização dos meios de produção. Como antítese a uma democracia burguesa, a democracia socialista seria de massas com a hegemonia dos trabalhadores.

Ao trazer essa reflexão para o Brasil, o cientista político baiano procurou sintetizar a importância da democracia demonstrando que, para além da tarefa de destruição do regime militar naquela época, haveria a necessidade de superação da tendência autoritária do Brasil de realização de mudanças de “cima para baixo”, ou, como o autor denominava, por “via prussiana” na promoção de transformações políticas, econômicas e sociais de forma verticalizada. Essa superação se daria através da construção de uma hegemonia pelos trabalhadores brasileiros. Contudo, a ideia de hegemonia em Coutinho (1979) implica o aprofundamento cultural dos trabalhadores e o crescimento da visão política destes. Essa interpretação estaria associada à cosmovisão empreendida pelo Partido Comunista Italiano (PCI), na figura do dirigente Enri-

co Berliquer (1922-1984), para o qual a hegemonia estava associada à “obtenção do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais, ou seja, a capacidade de atender aos interesses de todas as classes sociais ao mesmo tempo” (BARBIERI, 2019, p. 101).

Para a superação da “via prussiana”, haveria então a luta pela inversão dessa lógica através de uma renovação democrática a ser realizada pela construção, conservação e elevação em um nível superior das conquistas liberais burguesas. Essa estratégia estaria fundamentada na base de formação da socialização da política e no aprofundamento da democracia pela via da ampliação, organização e articulação de sujeitos políticos coletivos na conformação de um bloco democrático popular. Em uma leitura particular do comunista italiano Antonio Gramsci (1891–1937), Carlos Nelson Coutinho incorpora a estratégia de conquista gradual de posições firmes na sociedade civil através do método da guerra de posições para que seja possível evitar a tentativa de golpe por setores da esquerda, reproduzindo, na interpretação do cientista político, mecanismo semelhante ao utilizado pelas frações burguesas, ou seja, a conformação de alianças pelo alto da superestrutura política. Nesse ínterim, a democracia como valor universal deveria ser mantida para que as regras do jogo democrático pudessem dar à classe trabalhadora condições de, através do ganho de posições, implantar de baixo para cima a hegemonia proletária e, conseqüentemente, o socialismo.

Contudo, refletimos que essa concepção e leitura particular esboçada por Carlos Nelson trouxe implicações concretas para uma estratégia revolucionária brasileira, em especial porque, nessa chave de interpretação, segundo Barbieri (2019), Carlos Nelson parece desconsiderar a produção intelectual dos fundadores do socialismo científico – Marx e Engels – no tocante ao fato da emancipação dos trabalhadores frente à ordem burguesa. Pode-

mos ver claramente esses ensinamentos, por exemplo, já em 1871, na obra *A guerra civil na França*, por meio da qual Marx faz uma explanação acerca da experiência da Comuna de Paris, da necessidade de destruição do aparelho Estatal burguês e da conseqüente frágil e falsa de democracia. De um modo geral, vamos observar que, para o campo de lutas em torno da saúde pública, as noções refletidas por Carlos Nelson tiveram um impacto considerável, a começar pela estratégia democrática empreendida por intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores e a grupos coletivos da saúde coletiva no processo de engajamento da reforma sanitária brasileira.

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA POPULAR NA FORMAÇÃO DE UMA SAÚDE PÚBLICA

De acordo com Dantas (2017), as reflexões realizadas por Carlos Nelson Coutinho foram o combustível para a sedimentação de uma estratégia democrática popular liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Na sua origem, essa estratégia entenderia que o Estado assumiria um papel central para o processo de acumulação de forças em sentido à promoção do socialismo. Conforme a ideia de democracia como valor universal e a centralidade estratégica concedida à conquista do aparelho estatal ganhavam corpo, o campo da saúde coletiva representado por intelectuais afinados com ideias progressistas também absorveram tais noções para a fundamentação da reforma sanitária⁴ brasileira. A esse modo, essas concepções abriram espaço para que as demandas populares em torno da saúde pública fossem

[4]. O movimento da Reforma Sanitária nasceu dentro da perspectiva da luta contra a ditadura, da frente democrática, de realizar trabalhos onde existiam espaços institucionais. Cf. Arouca, 2012.

sistematizadas por coletivos orgânicos, a exemplo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (cebes).

Ao passo que tais formulações eram realizadas no campo da esquerda brasileira, a ditadura militar criava, em 1975, o Sistema Nacional de Saúde, como uma forma de centralizar as ações em saúde em um único órgão. Segundo Teixeira e Paiva (2018), a direção dos serviços de saúde ficou sob a tutela do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) – criado em 1974. Institucionalmente essa ação fortaleceu a clivagem entre uma saúde pública e a medicina previdenciária assistencial de caráter privado.

Contudo, a necessidade de quadros técnicos no campo da saúde foi um ponto-chave para que profissionais ligados à ideia de construção de um movimento de reforma adentrassem as estruturas estatais, ganhando posição para a realização de transformações mais significativas. A perspectiva de infiltração desses quadros juntamente com a criação de coletivos orgânicos, conforme já mencionamos o caso do Cebes, criado em 1976, e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletivas (Abrasco), em 1979, forneciam as bases teóricas para a realização dessa reforma no campo da saúde brasileira.

A conjugação entre o florescimento de um movimento sanitário com as ideias de uma estratégia democrática popular de alcance de posições por dentro do Estado, junto à luta de base, aprofundaria e radicalizaria a democracia, incompatível na leitura de Carlos Nelson com o movimento do capital em um país dependente como o Brasil, promovendo assim um rumo ao socialismo de forma não violenta. O próprio processo de abertura política dentro da ordem no governo de João Batista Figueiredo (1918-1999), com a revogação do Ato Institucional nº cinco, em 1978; e a própria lei de Anistia, em 1979, sinalizavam nessa chave interpretativa uma recomposição classista no Brasil e a perda da

direção política do regime militar. O crescimento da dívida externa e o aumento das taxas de juros entre 1973 e 1979 deixaram o Brasil preso aos credores internacionais, necessitando assim, segundo Teixeira e Paiva (2018), que o regime militar recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição que, a partir de 1983, passou a impor a política econômica do país.

Em paralelo a esses acontecimentos, no ano de 1979, ocorreu na cidade de Brasília a VII Conferência Nacional de Saúde, com o tema central da “Extensão das ações de saúde através dos serviços básicos” – é nesse íterim que, segundo Teixeira e Paiva (2018), há a junção dos interesses dos sanitaristas com o governo, tendo em vista que este passava a adotar a defesa da atenção primária à saúde – uma recomendação clara da Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde – como forma de ampliar as ações de saúde para a população mais pobre.

Em meio a esses processos, a pressão popular e também de setores da burguesia insatisfeitos com a condução do aparelho estatal influenciou na promoção do movimento Diretas Já entre 1983 e 1984, tendo como reivindicação a abertura de votação direta para a escolha do presidente da República. Conforme Zenaide Neto Aguiar (2011) lembra, essa insatisfação se materializou no campo da saúde através da denúncia da estrutura precária da saúde pública, da luta por melhores condições de vida e por melhores serviços de saúde. Essas reivindicações tiveram como um dos principais representantes o Movimento Popular pela Saúde – que tem seu surgimento associado aos militantes da igreja católica romana e de organizações de esquerda.

Ademais, a lógica de ocupação por dentro do Estado de posições prefigurava, em grande medida, as correntes hegemônicas do movimento sanitário brasileiro. Isso se expressa, por exemplo, na ocupação de cargos no Ministério da Previdência e Assistên-

cia Social por intelectuais associados a essa reforma. A ocupação desses cargos implicava a leitura estratégica dessa corrente do movimento sanitário na promoção de alterações por dentro da própria lógica estatal. Diante de uma crise no setor da saúde pública, passou-se a introduzir a ideia da criação de um sistema de saúde público baseado no aumento dos gastos estatais, sem necessariamente ocorrer expropriação da propriedade privada da medicina hegemônica (TEIXEIRA; PAIVA, 2018).

Em conjunto ao processo de retomada democrática dentro da ordem burguesa, conforme pontuamos, e em meio à última eleição indireta para presidente, que elegeu Tancredo Neves (1910–1985) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1985, impossibilitado de assumir cargo devido ao seu falecimento neste mesmo ano, toma posse o então vice-presidente José Sarney, também do MDB na época. Em conjunto ao processo de “redemocratização”, em 1986, ocorre, segundo Teixeira e Paiva (2018), a VIII Conferência Nacional de Saúde, a qual aprovou algumas reivindicações do movimento sanitário brasileiro, a exemplo do fortalecimento da participação estatal na saúde e da extensão da cobertura a todos os cidadãos, através de um sistema unificado, pautado na descentralização e hierarquização, como pontuaremos a seguir.

CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: A UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE EM QUESTÃO

A ocupação de posições dentro do aparelho estatal como tática para sua transformação figurou, de fato, como um dos elementos estratégicos não apenas do movimento sanitário, mas do próprio Partido dos Trabalhadores (PT). Enxergamos essa concep-

ção como caudatária da ideia de democracia como valor universal trabalhada por Carlos Nelson Coutinho na década de 1970.

Embora o movimento sanitário brasileiro não tenha como característica ser um bloco homogêneo, é importante o fato de visualizarmos as ações concretas ou, pelo menos, a posição de maior destaque que efetivamente materializou as premissas da concentração do SUS como um sistema universal. Não excluimos aqui, cabe a ressalva, as opiniões diferentes e os fatores subjetivos em torno do movimento sanitário, mas focalizamos a práxis concreta, ou seja, como se conformou o movimento sanitário que redundou na criação do SUS.

De fato, consideramos que a construção de um sistema da envergadura do SUS significou uma conquista para a classe trabalhadora, com isso, não excluimos, como iremos apontar, que esse seja o sistema ideal e muito menos que a sua gestão seja democrática. Os próprios embates internos em torno da reforma sanitária já sinalizavam para algumas contradições e pontos de inflexão de uma estratégia democrática popular baseada no ganho de posições por dentro do Estado e na conseqüente transformação e aprofundamento da democracia, conforme estamos debatendo.

Todavia, o ponto nodal dessa questão entra em acordo com a leitura que Dantas (2017) faz do processo sanitário e da sua crítica à estratégia democrática popular utilizada pelo PT, bem como por intelectuais da reforma sanitária. Alguns desses intelectuais possuíam posições radicais quanto ao lugar da saúde em um projeto de sociedade emancipatória, que lograsse ao ser humano o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Em outros casos, enxergamos um determinado viés reformista e perda do ideário revolucionário pelo uso da democracia como valor universal a ser perseguido no horizonte, como podemos observar na síntese a seguir.

QUADRO 1 - POSIÇÕES DOS PRINCIPAIS INTELLECTUAIS DO MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Intelectual	Principais pontos acerca da reforma sanitária
Jaime de Oliveira	Defende, a partir de 1968, que a reforma sanitária fosse um projeto político baseado na luta pela democratização do Estado brasileiro. A formação do SUS marcaria a ruptura com o regime militar.
Gastão Wagner	A reforma sanitária seria fruto de iniciativas de uma elite intelectual identificada com o ideário progressista que assumiram posições estratégicas no aparelho estatal.
Jairnilson Paim	Diferencia a reforma sanitária do SUS, defende a noção de que a reforma possui diversos níveis que devem ser analisados especificamente. Avalia que o movimento não conseguiu transformar a sociedade, mas serviu como marco para a difusão da noção do direito à saúde.
Sônia Maria Fleury Teixeira	Faz um balanço entre o instituinte e o instituído, defendendo a ideia na qual a reforma não foi capaz de construir um novo patamar civilizatório. A reforma sanitária seria, então, um projeto inconcluso, sendo necessário, portanto, a sua retomada.
Sarah Escorel	Visualiza o movimento como nascente da intelectualidade universitária brasileira, especificamente dos departamentos de medicina preventiva e social nas universidades, escolas de saúde pública, programas de pós-graduação em saúde comunitária e movimento estudantil dos cursos de Medicina.
Silvia Gerschman	A reforma sanitária seria um evento decorrente da transição democrática, estando restrita às limitações conjunturais da época, o que teria derivado o seu caráter inconcluso.

Fonte: Teixeira e Paiva (2018).

De um modo geral, conforme é possível observarmos no quadro acima, esses intelectuais são uníssomos quanto à ideia de que a reforma sanitária pode ser avaliada como uma conquista democrática quando comparada à trajetória de exclusão social vivenciada no período militar no Brasil. Contudo, se o SUS serve muitas vezes como sinônimo de reforma sanitária, tal conjugação expressa, segundo Dantas (2017), a falência de um projeto de maior envergadura e implica a atrofiação do movimento num processo de institucionalização. Apesar da significância do SUS, é preciso que a realidade nos forneça as categorias imprescindíveis para

uma análise mais rigorosa a respeito dessa questão, de modo a não romantizarmos a saúde pública no Brasil.

Segundo o Partido Operário Revolucionário (POR)⁵ numa coletânea de ensaios publicada em 2015, o movimento sanitário teve em grande medida a priorização de um sistema de saúde sem a consequente expropriação dos serviços médicos de saúde privados. A estratégia de uma “frente de luta democrática de todas as classes populares” implicava desconsiderar a luta de classes no Brasil. Nessa chave interpretativa, o SUS seria um sistema gerido pela burguesia, mas agora com participação de setores populares. Como assevera o sanitarista brasileiro Jairnilson Paim (2012), os elementos da reforma sanitária expressos na 8ª Conferência Nacional de saúde (CNS) verbalizavam a ideia de uma mudança para além de uma reforma administrativa e financeira. Ao passo que instituições coletivas como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) procuravam pulverizar essas ideias, o governo, através da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS),⁶ buscava burocratizar o movimento sanitário, entendendo que o necessário para a saúde pública brasileira seria apenas uma mudança pela via institucionalista, com a criação de um grande sistema de saúde. Conforme esse autor pontua, como contraponto a essa reforma “burocratizada”, o então presidente da 8ª CNS, Sérgio Arouca⁷ (1941-2003), delineava a noção de totalidade da reforma sanitária, dividida didaticamente em quatro principais núcleos: uma primeira dimensão específica, que tinha como foco a dinâmica entre o processo de saúde/doença expresso em indicadores sanitários; uma segunda dimensão institucional, associada ao conjunto de

[5]. Cf. POR, 2015 e o sítio eletrônico: <http://www.pormassas.org/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

[6]. Cf. <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/comissao-nacional-de-reforma-sanitaria>. Acesso em: 17 jul. 2019.

[7]. Cf. <https://portal.fiocruz.br/sergio-arouca>. Acesso em: 17 jul. 2019.

quadros coletivos – públicos, privados e filantrópicos – que atuam no setor da saúde; a terceira dimensão de fundo ideológico, a qual comporta o corpo de ideias em torno de uma dada situação sanitária; e por último, a dimensão das relações, que englobaria as próprias relações sociais de produção na dinâmica do fenômeno saúde/doença.

Ainda segundo Jairnilson Paim (2012), essas dimensões representaram a necessidade de a reforma sanitária brasileira ser pensada de forma total e articulada, de modo a correlacionar “questão sanitária, expressa nas condições de saúde, ao sistema de saúde, à ideologia e à estrutura econômica da sociedade” (PAIM, 2012, p. 13). Desse modo, discutir sobre um sistema de saúde só faria sentido dentro de uma totalidade, não desvinculado das relações sociais de produção e do próprio questionamento quanto aos limites impostos pelo capitalismo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e subjetivas do ser humano.

Contudo, se o SUS se tornou sinônimo de reforma sanitária, a década de 1990 e as políticas neoliberais foram um banho de água fria para a concepção ingênua de mudanças dentro da ordem burguesa. A influência das reformas estatais como via para o processo de adequação à globalização e mundialização do capital expressava os limites ao qual o próprio movimento sanitário passou a enfrentar com relação aos desafios de um Estado que passa a se modificar através de uma institucionalização “democrática”. Nesse panorama, a perspectiva revolucionária, que já não aparecia com grande relevo nas concepções táticas do movimento, passa ainda mais a tomar um lugar periférico, sendo paulatinamente esquecida e substituída pela defesa de instrumentos burocráticos dentro do marco do capitalismo.

Esse estreitamente teórico implicou a perda da noção do SUS como parte de um projeto socialista, minando assim as próprias bases desse sistema, uma vez que, desde o seu nascimento, o SUS

passou a conviver com um sistema privado de saúde que, apesar de ser considerado de caráter suplementar, possui um grau de autonomia considerável dentro dos mais variados governos desde a década de 1990. Além desse fato, fatores como a constante luta pelo financiamento da saúde pública também provam o grau de perda estratégica e a cooptação da reforma sanitária pela ideia de democracia como valor universal. De acordo com Dantas (2017), o que ocorreu foi justamente essa perda do ideário revolucionário no movimento sanitário e a focalização eminente na esfera das reformas institucionalistas por dentro do Estado na esperança de que a burguesia “respeitasse” o jogo democrático. Esses elementos lograram assim uma burocratização e sistematização de inúmeras normas, que formam uma verdadeira colcha de retalhos institucional no SUS como uma forma de tentar garantir o direito à saúde em meio à burocracia estatal.

SISTEMATIZAÇÃO NORMATIVA DO SUS: UM SISTEMA DEMOCRÁTICO OU BUROCRÁTICO?

Devido a esse contexto mais amplo, ainda no início da década de 1990, inúmeras normas e leis são criadas através do Ministério da Saúde como uma forma de normatizar a saúde pública brasileira através de dispositivos legais, sobretudo, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo à frente do Ministério da Saúde o economista José Serra (AROUCA, 2002).

Muitas dessas normas possuem como objetivo cristalizar direitos e formas de gerenciar o SUS, de modo a fornecer instrumentos de gestão para que a burocracia estatal desenvolva ações no sentido de viabilizar as ações e serviços de saúde nos respectivos territórios. Dessa maneira, como uma forma de organizar melhor as principais normas que formam a espinha dorsal do Sistema

Único de Saúde brasileiro, elaboramos um quadro em que é possível visualizar atos normativos criados tanto na administração do PSDB quando nas administrações do PT:

QUADRO 2 - PRINCIPAIS ELEMENTOS NORMATIVOS PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DO SUS

Dispositivo	Presidente da República	Ministro da saúde	Especificação
Lei nº 8.080/1990	Fernando Collor <i>Partido da Reconstrução Nacional (PRN)</i>	Alceni Guerra	Lei Orgânica da Saúde. Estabelece diretrizes e fundamentos do SUS. Insere a organização, a direção e o controle do SUS em âmbito da União, Estados e Municípios.
Lei nº 8.142/1990			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
Norma Operacional Básica nº 91			Fornecer instruções aos responsáveis pela implantação e operacionalização do Sistema Único de Saúde.
Norma Operacional Básica nº 93	Itamar Franco <i>Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)</i>	Jamil Haddad	Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde.
Norma Operacional Básica nº 96	Fernando Henrique Cardoso <i>Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)</i>	Adib Jatene	Consolida a função de gestão da Atenção Básica nos municípios e no Distrito Federal por meio da redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS.
Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS)		José Serra	Insere diretrizes para o avanço do processo de descentralização em saúde, com base na regionalização, visando garantir o acesso de todos os cidadãos brasileiros a ações de saúde resolutivas e de boa qualidade em todos os níveis de atenção.
Pacto pela Saúde - Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006	Luiz Inácio Lula da Silva <i>Partido dos Trabalhadores (PT)</i>	José Agenor Álvares da Silva	Reformas institucionais no SUS para a União, Estados e Municípios. Promove inovações nos processos e instrumentos de gestão para uma maior eficiência e qualidade dos serviços e ações em saúde. Composto pelo Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão.
Decreto nº 7.508/11	Dilma Rousseff <i>Partido dos Trabalhadores (PT)</i>	Alexandre Padilha	Regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Fonte: Adaptado de Nogueira (2017).

Nesse sentido, concordamos com Arouca (2002) na sua interpretação acerca da burocratização do SUS e do distanciamento do próprio movimento de reforma sanitária em seu ideal revolucionário. As leis e normas emitidas se enquadram em uma tônica institucionalista que procura, dentro da ordem burguesa, criar um nível de organização coerente para as ações em saúde por parte do Estado.

Nesse mote, observamos que, através da Lei nº 8.080/1990, é que de fato o SUS é organizado institucionalmente. Essa lei é caracterizada como a “lei orgânica da saúde”, nela está contida a ideia da saúde como direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Na lei, também estão os objetivos do SUS, princípios, diretrizes, direção, organização, gestão do sistema e especificações das funções da União, Estados e Municípios. Ainda em 1990, através da Lei nº 8.142/1990, é institucionalizada a criação de instâncias colegiadas para participação da comunidade na gestão do SUS. Instâncias como Conferência Nacional de Saúde e os Conselhos de Saúde são criadas no intuito de permitir uma gestão mais “democrática” do sistema. Segundo o Ministério da Saúde (1990), a Conferência de Saúde acontece a cada quatro anos para avaliar e propor encaminhamentos sobre a formulação de políticas de saúde. Os Conselhos de Saúde são órgãos que atuam no controle da política de saúde na União, Estados e Municípios. Convém destacar que essa lei também deliberou sobre a formação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

Em 1991, com a Norma Operacional Básica nº 91, o SUS passa a ter diretrizes relacionadas ao funcionamento da cobertura ambulatorial, ao estabelecimento da criação dos fundos de saúde para Estados e Municípios, requisitos básicos para as transferências automáticas e diretas de recursos de custeio para os Municípios,

bem como deliberações a respeito de consórcios intermunicipais em saúde. Embora haja no ano de 1993, através da Norma Operacional Básica nº 93, o processo de descentralização das ações e serviços de saúde, a descentralização é entendida como a redistribuição de poder e redefinição de papéis no estabelecimento de novas relações entre as três esferas de governo. Esse processo de descentralização envolve dimensões políticas, sociais e culturais, e sua efetivação pressupõe a pactuação entre os atores que vão constituir a base de legitimação das decisões. Dessa forma, a descentralização do SUS é a completa reformulação do modelo assistencial, por caracterizar os municípios como atores importantes na gestão do sistema (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993; AGUIAR, 2011).

O fato de as atividades executivas serem descentralizadas incute uma ideia de “desconcentração” no aparelho estatal. Conforme aponta Zenaide Neto Aguiar (2011), os entes municipais dentro da lógica da descentralização possuem responsabilidades que devem ser planejadas e organizadas de modo a conferir um maior grau de resolubilidade aos problemas de saúde da população. Para essa autora, a esfera federal encarregou-se de normatizar e coordenar o sistema em âmbito nacional, desenvolvendo ações com participação dos Estados e municípios. Os Estados ficariam responsáveis pelo planejamento estadual e desenvolvimento de cooperação técnica e financeira com os municípios. Por outro lado, os municípios realizariam a gestão do SUS no âmbito municipal, promovendo o planejamento, gerenciamento e execução de serviços públicos de saúde, regulando prestadores privados de serviços e sendo responsável pela melhoria das ações de saúde em âmbito local, devido à proximidade e ao conhecimento das prioridades da população. Contudo, é apenas no ano de 1996 que a descentralização é, de fato, consolidada através da Norma Operacional Básica nº 96, com destaque para a atuação dos municípios. De acordo com o Ministério da Saúde (1996), o município é o res-

ponsável imediato pelo atendimento das necessidades e demandas de saúde em seu território. Essa mesma norma estabeleceu o conceito de gerência e gestão do sistema municipal de saúde, por entender que a gerência seria a administração de uma unidade ou órgão de saúde (ambulatório, hospital, instituto, fundação etc.), que se caracteriza como prestador de serviços ao sistema. A gestão seria mais ampla que a gerência, por ser caracterizada como a atividade de dirigir um sistema de saúde (municipal, estadual ou federal) mediante o exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Ainda conforme essa norma, os municípios podem habilitar-se em duas categorias de gestão: a) gestão plena da atenção básica; e b) gestão plena do sistema municipal.

De acordo com o Ministério da Saúde (1996), na gestão plena da atenção básica, o município responsabiliza-se por elaborar a programação de serviços básicos, gerenciar unidades ambulatoriais próprias, prestar serviços relacionados à política de atenção básica etc. Na gestão plena do sistema municipal, o município assume, além da atenção básica, a responsabilidade na elaboração do plano municipal de saúde, a integração e articulação do município na rede estadual e a gestão de todo o sistema municipal, incluindo a gestão sobre os prestadores de serviços de saúde vinculados ao SUS.

Não obstante, o aumento da densidade demográfica no território brasileiro e a complexificação dos problemas de saúde numa lógica intra e inter-regional fizeram com que o Ministério da Saúde, no ano de 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, emitisse a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-2001) com o objetivo de trabalhar a questão da regionalização em saúde como parte constituinte da gestão do SUS. Para o Ministério da Saúde (2001), a regionalização torna-se parte importante para a promoção da saúde, tendo em vista que a or-

ganização e a prestação dos serviços de saúde passam a transpor limites territoriais e administrativos.

Todavia com a entrada do Partido dos Trabalhadores, em 2002, na administração do aparelho estatal brasileiro, alguns elementos administrativos são modificados, não em sua totalidade, tendo em vista que muitos dos elementos instituídos pela administração petista tiveram como arcabouço normativo as leis e os instrumentos de gestão já fincados na administração de Fernando Henrique Cardoso. Chamamos atenção, neste caso, para o Pacto pela Vida, lançado em 2006, cujo objetivo seria promover inovações em processos e instrumentos de gestão para uma maior eficiência do sistema. Segundo o Ministério da Saúde, o Pacto pela Saúde é formado por três eixos: a) Pacto pela Vida; b) Pacto em Defesa do SUS; e c) Pacto de Gestão do SUS.

O Pacto pela Vida está constituído por um conjunto de compromissos sanitários, expressos em objetivos de processos e resultados e derivados da análise da situação de saúde do país e das prioridades definidas pelos governos federal, estaduais e municipais. [...] O Pacto em Defesa do SUS envolve ações concretas e articuladas pelas três instâncias federativas no sentido de reforçar o SUS como política de Estado, mais do que política de governos; e de defender, vigorosamente, os princípios basilares dessa política pública, inscritos na Constituição Federal. [...] O Pacto de Gestão estabelece as responsabilidades claras de cada ente federado de forma a diminuir as competências concorrentes e a tornar mais claro quem deve fazer o quê, contribuindo, assim, para o fortalecimento da gestão compartilhada e solidária do SUS. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 02).

Entendemos que a intenção do governo com esse Pacto era considerar o SUS como uma política estatal, superior a projetos

políticos partidários. Dentro de uma lógica neodesenvolvimentista, o Estado expressaria a gestão na saúde em longo prazo, através do planejamento e da aposta na tecnocracia existente no Ministério da Saúde.

Passados cinco anos, em 2011, já na administração da ex-presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Saúde lança o Decreto nº 7.508/2011, cujo objetivo era regulamentar a Lei Orgânica de Saúde. Esse decreto reafirma a importância de premissas como: contrato organizativo da ação pública da saúde, portas de entrada ao sistema de saúde, comissões intergestores, mapa da saúde, rede de atenção à saúde, protocolo clínico e diretriz terapêutica. Como fator preponderante para a gestão do sistema, o decreto considera que as portas de entrada às ações e aos serviços de saúde nas redes de atenção à saúde são: a) atenção primária – serviços de baixa complexidade, oferecidos através da Estratégia Saúde da Família; b) atenção de urgência e emergência - c) atenção psicossocial; e d) especiais de acesso aberto. Esse decreto também estipula que o planejamento na saúde pública será realizado em caráter ascendente, ou seja, das instâncias locais até o Ministério da Saúde, através dos respectivos Conselhos de Saúde.

De um modo geral, o que queremos pontuar a partir da exemplificação dessas normas e leis é o fato de que a luta da reforma sanitária acabou enveredando por uma lógica institucionalista. Ou seja, a lógica de ação partiu do diagnóstico que, uma vez vencida a ditadura militar, a democracia deveria ser um bem universal a ser preservado a todo custo, o que abriu margem para o ganho de posições por dentro do Estado para a implementação de dispositivos jurídicos que garantissem direitos e organizassem o SUS tal como o conhecemos.

Além desses elementos, o não questionamento quanto à existência de serviços privados de saúde em concomitância à prestação de serviços públicos e até mesmo a contratação por parte do

Estado brasileiro de entidades privadas para a prestação desses serviços demonstram o resultado de uma estratégia fundada no aprofundamento e na radicalização de uma noção de democracia que abandona a práxis da ditadura do proletariado e a perspectiva revolucionária. Nesse mote, quanto mais há apostas pela via de conciliação dentro dos marcos do capitalismo, as conquistas dos trabalhadores são constantemente ameaçadas pela própria institucionalidade burguesa, a aposta no direito formal apenas implica a ilusão de que, no capitalismo, há democracia e que a burguesia segue regras democráticas de um Estado de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria noção de democracia como um valor universal e as estratégias utilizadas para a promoção de reformas no setor da saúde pública brasileira implicaram a perda de uma perspectiva revolucionária e a visão estreita e reducionista sobre a promoção de uma saúde de fato universal. A desconsideração dessa perspectiva custou caro aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras, em meio aos constantes ataques que sofrem pela burguesia. No campo da saúde pública em específico, o binômio burocracia e institucionalidade burguesa marcou de forma central a constituição do SUS, o que promoveu desde o seu surgimento a convivência com as constantes investidas do Estado ao colocar a saúde como ponto periférico de suas ações.

A chave interpretativa na qual Carlos Nelson Coutinho se inseriu para tentar promover, no campo teórico, um abandono à perspectiva revolucionária se choca com a própria experiência e análise teórico-prática empreendida por Marx e Engels, assim como pelo marxismo clássico nas figuras de Lênin, Rosa Luxemb-

burgo e Trotsky. Observamos, através dos ensinamentos desses intelectuais, que o aprofundamento da democracia nos marcos do capitalismo e na promoção de reformas por dentro do Estado burguês historicamente é um processo natimorto, beirando a um devaneio sem fundamento concreto.

Contudo, a dialética que existe no movimento concreto das categorias históricas sempre é didática ao demonstrar os limites dessas abordagens não revolucionárias. O fracasso de uma concepção conciliatória e até mesmo de uma estratégia pautada na tentativa de administração do capital é expresso, por exemplo, no processo de *impeachment* ao qual a ex-presidente Dilma Rousseff foi submetida, sem falarmos nos casos explícitos de abusos por parte do judiciário brasileiro, com a operação Lava-jato na prisão do ex-presidente Lula. O que queremos refletir, nesse ponto em específico, é se, para além do campo institucional, há alguma possibilidade de emancipação humana, incluindo nela o acesso universal aos serviços de saúde. No caso brasileiro, não bastam uma romantização do SUS e a censura de autocríticas que coloquem em evidência a contradição da estruturação da saúde pública brasileira. Esse debate passa indubitavelmente pela necessidade de um retorno não apenas à reforma sanitária como ferramenta teórica e política, mas pelo próprio desvelamento quanto aos limites da institucionalidade burguesa travestida de interesses gerais da sociedade.

Enquanto houver classes e exploração na sociedade, não poderemos falar em acesso universal à saúde pública e muito menos em direito à saúde. Se entendermos que a saúde engloba para além das enfermidades patológicas associadas ao corpo, à exploração e à produção de mais-valia, conforme nos ensinam Marx e Engels ([1848] 2005), passaremos a compreender que esse cenário é incompatível com a ideia de universalização e equidade

na prestação dos serviços de saúde. Esses elementos tornam-se mais concretos com a ascensão da extrema-direita no Brasil, na figura de Jair Bolsonaro e no aprofundamento dos ataques aos trabalhadores: reforma da previdência, ataque ao meio ambiente e à educação pública, e a restrição de gastos públicos, que afeta de maneira direta a saúde pública.

A esse modo, ao retomarmos o fio condutor dessa discussão, a noção de democracia como valor universal nos parece entrar em contradição com o próprio movimento dialético da história brasileira, especialmente com o cenário de crise política, econômica e social o qual o país vivencia. Mesmo que a interpretação de Carlos Nelson tenha se dado em direção de uma crítica aos limites e às contradições da democracia burguesa, e na possível transcendência da democracia como um valor que ultrapassa os limites históricos do capitalismo, avaliamos que só a construção de uma democracia socialista, com autonomia de classe, é que poderá de fato promover uma saúde universal, uma vez que saúde, sociedade e política não podem ser analisadas de forma fragmentada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Zenaide Neto. Antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde (SUS) - breve história da política de saúde no Brasil. In: AGUIAR, Zenaide Neto (org.). **SUS**: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. v. 1. São Paulo: Martinari, 2011. p. 15-40.

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. RADIS ENTREVISTA: Sérgio Arouca, o eterno guru da Reforma Sanitária. **Radis 3**, out. 2002. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/33499>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil**: o PT, o Estado e o golpe institucional. 2019. 207 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Encontros com a civilização brasileira. v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 33-47. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%2BDemocracia%2Bcomo%2BValor%2BUniversal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DANTAS, André Viana. **Do socialismo à democracia**: tática e estratégia na reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Estado e revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, [1917] 2007. 144p.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, (1900) 2015.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, [1851] 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993**: Estabelece normas e procedimentos reguladores do

processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica – SUS 01/93, 1993. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prto545_20_05_1993.html. Acesso em: 19 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Assistência à Saúde. Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: **Norma Operacional da Assistência à Saúde**: NOAS-SUS 01/01 e Portaria MS/GM n. 95, de 26 de janeiro de 2001, e regulamentação complementar. Brasília: MS, 2001. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prto095_26_01_2001.html. Acesso em: 18 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei nº 8.143, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências inter-governamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de**

Saúde/NOB-SUS 96. Brasília: MS, 1997. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html. Acesso em: 19 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006**. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Dispo-

nível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prto399_22_02_2006.html. Acesso em: 31 ago. 2019.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Administração política da saúde**: uma análise das ações em saúde no ano de 2016 na cidade de Campina Grande, Paraíba. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18909>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/11/E-Book-1-A-Reforma-Sanit%C3%A1ria-Brasileira-e-o-CEBES.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (orgs.) **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2018. p. 430-464.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Saúde e reforma sanitária entre o autoritarismo e a democracia. **In**: TEIXEIRA, Luiz Antônio;

“(NEO)DESENVOLVIMENTISMO” NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)?

Eduardo Martins de Brito¹

INTRODUÇÃO

As implicações das atividades econômicas do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS, na microrregião de Suape, será o ponto de partida para a compreensão de alguns elementos da reconfiguração socioeconômica e político-cultural das classes sociais no Brasil, procurando destacar as particularidades e generalizações de mutações em algumas esferas da vida social, a partir da observação da cidade de Cabo de Santo Agostinho e eventualmente territórios adjacentes, durante a última década (2008-2018), com destaque para esse megaprojeto econômico.

O Complexo está situado na Nucleação Sul da Região Metropolitana do Recife, distante cerca de 40 quilômetros da capital do estado, localizando-se, mais precisamente, entre os municípios

[1]. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (Práxis). Email: eduardocotia@hotmail.com

de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com acesso a partir da BR-101 e da PE-60. A articulação política para a criação do Complexo começou efetivamente no final do governo estadual de Eraldo Gueiros Leite (1971-1975). Três anos depois, sob o governo de Moura Cavalcanti (1975-1979), foi sancionada a Lei nº 7.763/78, criando a Empresa Suape Complexo Industrial e Portuário (CIPS), uma empresa pública de direito privado. Foram desapropriados 13.500 hectares de terras do município de Ipojuca para a sua construção.

No contexto de desaceleração econômica, aumento do endividamento externo e fracasso do Plano Cruzado em 1987, o governo de José Sarney (1985-1990) decreta moratória.² Com o país quebrado, o Estado de Pernambuco se vê obrigado a seguir marcando o passo com o porto de Suape e, sem conseguir atrair os investimentos necessários para cativar os grandes empreendimentos estruturadores, recorre a empréstimos estrangeiros de US\$ 50 milhões para completar algumas obras básicas de infraestrutura (ALVES, 2011, p. 120).

Com o processo de desmonte estatal dos anos 1990, devido aos ajustes macroeconômicos exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e à estagnação econômica, o país promoveu mudanças na sua forma de participação na divisão internacional do trabalho, sucumbindo às pressões e acelerando a abertura econômica para o capital externo. Esse novo padrão de acumulação, cuja reconfiguração mundial vinha se processando desde os anos 1970, implicou alterações importantes no quadro institucional portuário brasileiro.

De acordo com este rearranjo do sistema internacional, em 1991, Suape adquire o status de porto concentrador de cargas de

[2]. Brasil decreta moratória. Com o Brasil quebrado, Sarney rompe com os credores. *O Globo*, 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414>. Acesso em: 05 set. 2018.

uso público, capacitando-se, assim, a receber da União Federal recursos para investimentos em infraestrutura. No mesmo ano, é inaugurado o Cais de Múltiplos Usos (terminal marítimo para calado de 15m, cais com 340m de comprimento por 39m de largura, com uma área de 13.260 m², ponte de acesso ao cais e terminal *roll-on-roll-off*), “destinado a movimentar contêineres e granéis sólidos, diversificando o desembarque de outros tipos de cargas” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 70).

No ano seguinte, é superado o impasse legal existente entre Pernambuco e a União, de modo que, através da Portaria nº 57/92, do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários – DNTA/SNT, o governo estadual é autorizado a realizar novas obras para o aparelhamento adicional e a exploração comercial do Porto de SUAPE.³

Em seguida, a Lei de Modernização dos Portos (nº 8.630/93) é promulgada, comparecendo oficialmente como o mecanismo legal mais adequado para a melhoria da competitividade dos portos brasileiros e para agilizar e reduzir os custos das atividades portuárias. Antes, todavia, a Lei dos Portos respondeu a duas determinações de ordem política e econômica e não apenas aos desafios técnicos e logísticos colocados pela “globalização”, como poderia se supor, quando as justificativas para mudança de todo um setor são apresentadas sob os imprecisos conceitos de “melhorar”, “agilizar” e “reduzir”.

A primeira determinação foi da conjuntura econômica mundial dos anos 1990, mais fortemente integrada e sob a égide estadunidense, cujas transnacionais pressionaram por maior acesso às riquezas naturais do Brasil (agrícolas, minerais e animais), bem como por deter maior controle do processo produtivo e extrativista das cadeias produtivas mundiais. Em perfeita sintonia com

[3]. BRASIL. Decreto nº 15.750, de 8 de agosto de 1992.

esta, comparecem os elementos internos, em que, com o esgotamento do regime militar precedente, gestaram-se as condições políticas para uma investida privatizante mais agressiva, resultando em maior apropriação da mais-valia pelo capital, logicamente em detrimento do trabalho assalariado. A investida não conseguiu, embora fosse está a aspiração, ferir de morte o Estado varguista e a política portuária até então em vigor, cujos fundamentos remontam às décadas de 1930/40. Ainda assim foi um passo significativo, todavia incompleto, para o desmonte almejado.

A conjuntura econômica mundial dos anos 1990 diz respeito ao processo de restauração capitalista no Leste europeu, à consolidação do dólar e dos EUA como árbitros mundiais e ao aumento da exploração e da demanda petrolífera. Esse cenário reforçou a contradição, sempre presente no capitalismo, entre o caráter internacional das forças produtivas – à frente os monopólios e oligopólios – e as fronteiras nacionais brasileiras, resultando na espoliação dos recursos do país e na deterioração do setor produtivo nacional, dada a ação avassaladora dos conglomerados internacionais, sediados nos países centrais e responsáveis pela dominação imperialista.

A abertura para o mercado externo ampliou a participação de empresas privadas nas atividades portuárias, revigorando o setor e contribuindo para o saldo positivo da balança comercial ao impulsionar as exportações, todavia às custas de desemprego e degradação das condições de trabalho da categoria. A privatização do setor siderúrgico – desmonte da *holding* Siderbrás – por intermédio do Programa Nacional de Desestatização (PND), golpeou a economia pernambucana, haja vista que o estado ficou em desvantagem com a liberalização econômica, e sua indústria metal mecânica foi prejudicada pela concorrência com outros estados, como Bahia e os estados do Sudeste, assim como pela ampliação da presença de empresas multinacionais.

Com relação ao sistema de transporte brasileiro dos anos 90, destaca-se o modal rodoviário, responsável por mais de 60% de tudo que era transportado no país naquela década, pois havia passado por uma expansão singular, saindo de 8.675 km de extensão em 1960 para 47.487 km em 1980, estabilizando-se, em 2000, em 56.097 km. Como parte do processo mais geral de desinvestimento em infraestrutura, o sistema deixa de ter a atenção orçamentária que marcou a rápida extroversão verificada, com verbas insuficientes à sua manutenção e garantia de eficiência (IPEA, 2010).

Diante desse quadro, são adotadas concessões à iniciativa privada e delegação da administração a estados. Esse processo de renúncia do controle federal das rodovias limitou-se às regiões Sul e Sudeste do país, não sendo adotado nas regiões Norte e Nordeste (salvo exceções), pois a taxa de retorno não tendia a ser atrativa aos investidores privados. Já as ferrovias, ao longo da década de 1990, foram todas privatizadas; e os portos, parcialmente. Somente os aeroportos mantiveram-se sob a gestão da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), uma empresa pública nacional (MONTES; REIS, 2011).

Com a crise fiscal do Estado, os recursos da Portobrás – estatal responsável pelo investimento nos portos brasileiros, criada em 1975 e extinta em 1990 – são cortados, inviabilizando sua inversão ao recém-criado Porto de Suape e frustrando a expectativa de Pernambuco, que esperava que a política de descentralização econômica e redução dos desníveis regionais, anunciados no II PND, viessem ao encontro da iniciativa estadual de criação de seu novo porto, ocorrendo sua estagnação no momento mesmo de criação.

Corroborando essa afirmação, inclusive, podemos notar que sua estreia, efetivamente, data somente de novembro de 1982, com a atracação do navio Araxá (CUNHA; LUCENA, 2006) e, definitivamente, no ano seguinte, quando começam a operação do

PGL-1 (Pier de Granéis Líquidos) e a movimentação de álcool pela Petrobras, “ao que se sucederam, após a transferência das empresas de combustíveis do Porto do Recife para lá, a BR Distribuidora, a Shell e a Texaco (...) formando o ‘Pool de Derivados de Petróleo’” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 70). Os recursos foram, naquele momento, provenientes unicamente de Pernambuco.

Por mais uma década, a construção e as atividades do Porto de Suape seguiram-se de forma precária, todavia o Governo do Estado de Pernambuco conseguiu atrair grandes empresas para realizar algumas parcerias de peso. De acordo com Alves (2011), após a alteração do Plano Diretor original, em 1988, Suape contava com os seguintes empreendimentos:

O parque de tancagem de graneis líquidos (shell, Esso, Atlantic, Texaco e Petrobras Distribuidora) realocado do Porto de Recife; Diamar, fábrica de embarcações de fibra; Tequimar, produtos químicos; a Norte Gás Butano, a Novogas e a Norgas, distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP e, logo em seguida, a Pande, beneficiamento de arroz e envasamento de óleo comestível; e a Sanbra (atual Bunge), refinação de óleos vegetais. (ALVES, 2011, p. 133).

A infraestrutura, porém, estava aquém das possibilidades da área e não se traduziu em avanços para o desenvolvimento regional outrora almejado, embora tenha sido, em relação ao passado, um passo significativo na busca pela desconcentração produtiva e integração do mercado interno. Estagnado e endividado, o sonho de transformar o país em potência desmoronara, juntamente com a infraestrutura criada nas décadas precedentes.

Três anos após a edição da Lei de Modernização dos Portos, isto é, em 1996, o Decreto Presidencial nº 9.277 permitiu novas alterações regulamentares na gestão portuária, visto que o referido

decreto transferia aos estados e municípios a competência da administração de estradas, ferrovias, portos e aeroportos federais,⁴ permitindo que os entes federados repassassem o patrimônio público à iniciativa privada. No mesmo ano, o Porto de Suape foi incluído no Programa Brasil em Ação,⁵ recebendo investimentos federais, o que viabilizou a construção do seu porto interno, cuja primeira etapa concluiu-se em 1999; e a segunda foi iniciada em 2001,⁶ estendendo o canal de navegação em mais de 450 metros (SUAPE, 2017).

As esperanças de desenvolvimento regional serão retomadas pelo governo Lula. Seu primeiro mandato não foi tão relevante no que diz respeito ao Porto de Suape, porém as medidas adotadas em seguida foram cruciais, de modo que a mobilização de forças econômicas e intelectuais realizadas se converteram no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 28 de janeiro de 2007, prevendo investimentos de 503,9 bilhões de reais até o ano de 2010, com destaque para as políticas sociais, que compõem como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento industrial propriamente dito, além da questão imanente de justiça social.

O poder público divide o território pernambucano em doze mesorregiões, a partir das quais se elaboram as Regiões de Desenvolvimento (RDS)⁷ Econômico do estado. Para ficarmos apenas na Zona da Mata, destacamos a importância, além de Suape, do

[4]. BRASIL. Decreto nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

[5]. “Lançado em agosto de 1996, o Brasil em Ação agrupa 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infraestrutura. Todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população” (BRASIL, 1998).

[6]. Em 2001, é inaugurado o PGL-2 de Suape e as obras de ampliação do porto interno, atingindo quatro cais, dois deles arrendados neste mesmo ano para a empresa Tecon Suape.

[7]. Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do Itaparica, Sertão do Pajeú, Sertão do Moxotó, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Mata Sul, Mata Norte e Metropolitana.

Polo de Desenvolvimento Norte-Goiana (farmacoquímico e automotivo) e do Polo de Desenvolvimento Oeste-Vitória (bebidas, alimentos e metal), com grande presença do capital estrangeiro.⁸

É o início de um período de mudanças qualitativas na microrregião de Suape, dado o impacto sobre a população local, com remoções de comunidades inteiras, destruição de casas e igrejas, impactos nas atividades econômicas – principalmente a pesqueira – e elevação explosiva de sua densidade demográfica, devido às migrações de trabalhadores – há quem diga se tratar da maior migração de trabalhadores registrada na história brasileira, depois das obras de construção da cidade de Brasília.

CRISE E RETOMADA DA ECONOMIA PERNAMBUCANA

Relembrando a conjuntura político-econômica de então, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), encaminhado ao Congresso em 1971 e aprovado para o ano seguinte e vigente até 1974, traduzia o aspecto nacionalista da política das Forças Armadas, com seu intuito de transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, quiçá uma potência, direcionando vultosos capitais (em forma de investimento estatal direto e incentivos fiscais e financeiros a empreendimentos privados) para os setores de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia e mineração, e condicionando avanços no processo de substituição de importações (MATOS, 2002, p. 47).

A eclosão da crise do petróleo (primeiro choque em 1973) não alterou imediatamente as prioridades econômicas do governo Médici (1969-1974), de modo que o crescimento econômico tam-

[8]. O conglomerado multinacional Mondelēz International, Inc. (confeitos, alimentos e bebidas) é estadunidense; já o Grupo Roca (louças e metal), espanhol.

bém foi a marca daquele governo, ao lado da censura à imprensa e da grande repressão ao movimento sindical e estudantil. Entretanto, é preciso considerar o caráter precário do nacionalismo da ditadura militar brasileira, quando entendemos que o celebrado aumento do Produto Interno Bruto, que de fato foi considerável, esteve profundamente marcado pelo avanço da penetração de capitais estrangeiros na economia nacional durante o período.

O crescimento industrial interno, sustentado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e na poupança externa, foi uma combinação virtuosa de início, registrando crescimento extraordinário (entre 1967 e 1973, o PIB aumentou 10,2% ao ano, em média), mas com consequências desastrosas para o governo autoritário, baseado na associação entre capital nacional (público e privado) e estrangeiro; ou, em termos políticos, na aliança entre as frações oligárquicas nacionais (alta burocracia civil e militar, ruralistas e grandes empresários urbanos) com a oligarquia financeira internacional.

O II PND (1975-1979) manteve o planejamento estratégico com vistas ao crescimento nacional, mediante o fortalecimento da indústria (estatal e privada) e da agricultura, o aumento das exportações e a manutenção das taxas de crescimento em torno de 10% ao ano. Entretanto, não logrou êxito na tentativa de reverter a retração econômica, a despeito das grandes obras e investimentos. Pelo contrário, fez crescer o endividamento externo – chegando a US\$ 90 bilhões, pagos com recursos das exportações – assim como também ampliou a concentração de renda, e o crescimento do período não superou os 6,5% e a inflação chegou a 94,7% ao ano (CHIAVENATO, 1997).

O segundo choque do petróleo, em 1979, culminou na impossibilidade de seguir adiante com a política econômica nacionalista das Forças Armadas, em conciliação com o endividamento externo e o aumento da dependência. Este é o contexto econômico

nacional mais geral no momento da criação do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Na esfera estadual, tínhamos a crise canavieira que se seguiu em Pernambuco; o legado econômico da Sudene, principalmente no incentivo às lavouras permanentes, de produção irrigada no Agreste e no incentivo ao setor terciário no litoral; e, finalmente, os impactos locais do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Antes de ser ultrapassada por São Paulo na metade do século passado, a cultura canavieira de Pernambuco era a maior do país. Mesmo perdendo essa posição, a lavoura pernambucana foi bastante próspera ao longo da década de 1960, apresentando crescimento médio de 3,8%⁹ ao ano e respondendo por mais de 70% do valor agregado do setor agropecuário. Na década de 1970, a modernização das usinas aumentou a capacidade produtiva, contida em 1974 a partir da queda nos preços do açúcar no mercado internacional. A oligarquia açucareira exigiu subsídios estatais e, somando-se à elevação do preço internacional do petróleo, o governo instituiu o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 14 de novembro de 1975.

O aporte financeiro promovido pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool),¹⁰ os repasses de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as facilidades junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – seguidos pela seca de 1982/83, que levou à falência muitas usinas e destilarias ao longo da década –, assim como a expansão das fronteiras agrícolas (com a participação também do setor de fruticultura emergente) levaram à concentração de capital e de terras, ao aumento da pobreza

[9]. Embora não fosse o item exclusivo da produção agrícola do estado, a cana-de-açúcar se sobressaía no cômputo geral.

[10]. O programa foi encerrado em 1990 como parte da política de desregulamentação do setor promovida pelo governo Collor.

e do desemprego no campo, elevando a importância relativa da pecuária em detrimento da cana-de-açúcar e nutrindo os movimentos pela Reforma Agrária ao longo dos anos 1990.¹¹

Na década de 2000, fenômenos multiescalares, como o maior envolvimento da agropecuária pernambucana com o mercado internacional de *commodities*, a estabilização econômica do Plano Real e a ação estadual por melhor situação na economia nacional, lançando mão de recursos políticos e fiscais, desencadearam uma nova fase da economia pernambucana.

CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO DE SUAPE (INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA)

O sistema portuário do país é dividido entre Portos Públicos e Terminais de Uso Privativo (TUP), e o perfil das cargas transportadas é dividido entre granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral. Já os principais produtos movimentados pelos portos brasileiros são minério de ferro, combustíveis e óleos minerais, contêineres, soja, bauxita, fertilizantes/adubos, milho, açúcar e carvão mineral.

A forma predominante para navegação é a de Longo Curso (LC), com 741,5 milhões de toneladas transportadas (quase que inteiramente destinadas à exportação), que corresponde a 79% do total das movimentações, seguida pela forma de transporte via Cabotagem (21%). No caso de Suape, suas características de porto concentrador fazem da cabotagem uma forma de transporte bastante requisitada, forma esta que ganhou impulso ao longo

[11]. Por exemplo, em 1989, havia ocorrido apenas três ocupações rurais no estado, mobilizando quinhentas famílias. Já em 1997, foram 51 ocupações com a participação de 8.550 famílias, conseguindo a instituição até aquele ano de 16 assentamentos. (MST *apud* ANDRADE, p. 279, 2001).

da última década, passando de 2,8 milhões de toneladas em 2005 para 15,4 milhões de movimentadas via cabotagem em 2016.¹²

Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ, 2017), a participação regional brasileira na movimentação portuária (embarque e desembarque), em 2016, se distribuiu da seguinte maneira. região Sudeste: 50%; região Nordeste: 27%; região Sul: 14%; região Norte: 9%.¹³

Sobre movimentação de contêineres, destacado produto na movimentação do Porto de Suape,¹⁴ o país registrou crescimento médio anual de 6,4% de 2010 a 2015. Em 2009, o BNDES constatou que a movimentação total dos portos nacionais foi de 733 milhões de toneladas. Deste montante, 35% (260 milhões de toneladas) passaram pelos portos públicos e 65% (473 milhões de toneladas) foram movimentados via terminais particulares (Terminais de Uso Privativo – TUP).

A distribuição das atividades logísticas entre setor público e privado na esfera do transporte portuário manteve-se estável em 2009. No comparativo da movimentação portuária em 2016, os portos públicos movimentaram 34% (343 toneladas), e os TUP 66% (655 toneladas), mantendo a média. Atualmente, são 30 portos públicos em operação, sendo que o de Santos-SP destaca-se como o primeiro na movimentação de cargas, enquanto Suape ocupa a quinta posição.

Os dez principais portos representaram o movimento de cerca de 85,3% da movimentação total dos 30 portos organizados,

[12]. “As operações de desembarque de mercadorias para os centros de distribuição da Bosch e da Bic, instalados na região neste ano, contribuíram para esse resultado. Os principais estados de origem foram Bahia, São Paulo e Rio Grande do Norte. Como destino, os principais estados foram Ceará e Amazonas” (SUAPE, 2017).

[13]. Em alguns gráficos, a região Centro-Oeste aparece com 3,7 em 2016, contra 4,5 em 2015. Porém, isso implicaria mudança no percentual das outras regiões. Informação que não consegui compreender ainda.

[14]. “4º lugar no ranking de movimentação de contêiner, atrás dos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS)” (SUAPE, 2017).

que transportaram aproximadamente 80,7 milhões de toneladas de carga bruta durante o primeiro trimestre de 2017, um recuo de 2,4% em relação ao mesmo período de 2016. O mais recente levantamento realizado pela ANTAQ indica diminuição dos fluxos de minério (-9,3), combustíveis minerais (-4%) e cereais (-55,2%). O Porto de Suape apresentou crescimento de 12,1% na movimentação de cargas, com destaque para granéis líquidos rumo à Refinaria Abreu e Lima, oriundo do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santos, transportados via cabotagem (ANTAQ, 2017, p. 07).

Enquanto o escoamento da mineração teve queda recente entre os portos públicos, os terminais privados elevaram a movimentação de minério em 12%, no começo de 2017, assim como elevou-se o percentual de movimentação de sementes e grãos em 63,2% e de fertilizantes em 30,02%. Por outro lado, também foram registradas quedas na movimentação de produtos químicos inorgânicos (-4,1%), madeira e carvão vegetal (-22,2%) e produtos químicos orgânicos (-15,5%). O minério de ferro é o principal produto movimentado entre os mais ativos portos privados (ANTAQ, 2017, p. 09).

Os incentivos fiscais por parte do governo do estado também foram decisivos para impulsionar a instalação de empresas na região, principalmente por meio do Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe) e do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). Do ponto de vista da economia pernambucana, o “(neo)desenvolvimentismo” proporcionou ao estado maior diversificação do seu parque industrial, ampliando sua cadeia produtiva com a criação de novos setores, como de gás, petróleo, *offshore* e naval (FROTA; LIMA, 2014, p. 68).

Os programas citados atuaram para recuperação, expansão e modernização das instalações das cadeias produtivas locais, con-

tando com investimentos estatais diretos, via BNDES, ou em maior ou menor grau em associação com capitais estrangeiros, como estadunidenses, chineses, coreanos e europeus. Durante a última década, foi planejada e desenvolvida na região, de forma coordenada, uma das maiores e mais ousadas medidas econômicas de investimento produtivo do período recente, que seus entusiastas classificaram como a retomada do desenvolvimentismo.

INVESTIMENTOS DO PAC E AMPLIAÇÃO DO CIPS

O quadro de desinvestimento estatal é essencialmente alterado entre 2007 e 2014. A partir do final do primeiro governo Lula (2003-2006), medidas econômicas são tomadas no sentido de descentralizar os polos navais brasileiros, produtores de plataformas e embarcações, historicamente concentradas no Rio de Janeiro. Em 2007, é criada a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR (Medida Provisória nº 369/07 e posterior Lei nº 11.518) com o intento de formular políticas para o setor e promover programas e projetos de desenvolvimento em infraestrutura portuária.

Entre 2007 e 2010, foram investidos R\$ 2 bilhões nos portos nacionais via BNDES, aumentando a produtividade e o volume das exportações dos portos e terminais brasileiros. Em Suape, somados os investimentos públicos e privados em infraestrutura e gestão, o montante atingiu R\$ 7 bilhões neste mesmo período e a força de trabalho empregada diretamente no porto saltou de oito para dezoito mil trabalhadores.¹⁵

[15]. Disponível no site: www.estadao.com.br/noticias/geral,melhor-porto--suape-teve-investimento-de-r-7-bilhoes,507487. *Estadão*. 06/02/2010. Acesso em: 09 ago. 2015.

Outra política setorial de desconcentração produtiva aplicada pelo governo Lula, particularmente em seu segundo mandato, foi o incentivo à indústria naval, com implicações para a cadeia produtiva e a composição social da região de Suape e do estado de Pernambuco, que registrou crescimento considerável na composição nacional da força de trabalho naval (cerca de 78 mil operários), saltando de 0,04% em 2004 para 13,22% em 2010, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 63,44% (DIEESE, 2012, p. 70).

Como no passado, por realização da Sudene na última década, Pernambuco compareceu como um dos estados mais importantes para a economia nordestina, embora tenha ocorrido, de fato, um enfraquecimento relativo de sua força econômica no Nordeste desde os anos 1970. Ainda assim, novamente o estado foi protagonista de políticas econômicas para o desenvolvimento regional, aplicadas pelo Governo Federal e reforçadas pelas medidas estaduais adotadas. Em novo momento histórico, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – com seu slogan informal de transformar o Brasil em “um verdadeiro canteiro de obras”¹⁶ – possibilitou à Região Metropolitana de Recife, mais precisamente aos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape (TES), converter-se em uma das principais frentes de investimento do Programa (MEDEIROS; GODOY, 2015, p. 77).

O Território Estratégico de Suape é composto por todos os municípios que, de uma forma ou outra, estão vinculados às atividades econômicas do CIPS, congregando outros, além dos municípios do Complexo, e o plano original foi que estes se tornassem distritos satélites do Porto, como Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão e Sirinhaém, estes dois últimos incorporados posteriormente. Em 2007, sua população era de 1.047.690 de

[16]. Disponível no site: www.politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-que-vai-transformar-o-brasil-em-um-canteiro-de-obras,30188. *Estadão*. 06/08/2007. Acesso em: 09 ago. 2015.

peças e, em 2018, atingiu 1.173,527 habitantes,¹⁷ dentro de um movimento de deslocamento interno e afluxos externos rumo às proximidades do Porto de Suape e da mobilização extraordinária de mão de obra.¹⁸

O quadro de aquecimento econômico fez com que a região entrasse em um abrangente processo de reestruturação econômica e territorial (THEODORO, 2015, p. 07), seguindo as determinações impostas pelo atual padrão de acumulação capitalista, baseado na flexibilização trabalhista (HARVEY, 2008), em incentivos fiscais por parte do Estado e na forte presença do capital privado e direcionado para o mercado externo. De acordo com Ana Paula Theodoro Bianchi, os investimentos feitos em Suape na última década diferem daqueles típicos do período nacional-desenvolvimentista (1955-1980), pois não buscaram maior integração econômica e territorial local com padrões nacionais de desenvolvimento, mas tão somente teve por finalidade submeter a economia local aos círculos de valorização do capital, oriundos de outras regiões e países (THEODORO, 2015).

De fato, o aporte de capitais a partir de 2007 expressou a retomada do investimento na região, com o planejamento para uma importante infraestrutura com capacidade de impulsionar a cadeia produtiva de toda a região. Contudo, devido à prevalência dos consórcios dominados pelo capital estrangeiro, assim como

[17]. Com exceção de Ribeirão, cujo registro estatístico de sua população de 2007 não se encontra nos órgãos estatísticos oficiais. Mas para dimensionar, esse município tinha população de 41.765 habitantes em 2006, diminuindo para 39.317 em 2009, para em seguida crescer para 44.728 em 2012, e finalmente, 47.209 habitantes em 2018. Para mais informações, consultar a Base de Dados do Estado de Pernambuco, disponível no site: www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=288&Cod=3, e os arquivos estatísticos do IBGE, disponíveis em: www.ibge.gov.br/.

[18]. Os grandes investimentos realizados atraíram mais de 100 empresas para a região do Complexo à época, assim como uma massa de operários – operários de outros estados e agricultores e assalariados da indústria canavieira de toda a região da Mata Sul pernambucana, que migraram para o referido município, chegando a atingir a cifra de 58 mil trabalhadores em 2011.

o fato de que as operações portuárias tendem a priorizar as exportações, a reestruturação não foi capaz de converter em desenvolvimento regional essa movimentação econômica colocada em marcha. Ao contrário, os investimentos na região têm acarretado conflitos com a população local e as alterações socioeconômicas não têm beneficiado o estado como esperado.

O CIPS está localizado entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com 61% e 39% de suas instalações nestes municípios, respectivamente. Suas atividades industriais são variadas, com destaque para os estaleiros construtores de grandes embarcações, refino de petróleo (desde 2014), infraestrutura portuária para importação e exportação de mercadorias, além de se ligar a uma rede de cadeias produtivas relacionadas com exportação mineral e construção naval. A vitalidade de seu porto encontra-se em suas capacidades logísticas, projetado para estar em completa sintonia com o mercado mundial.

O Porto de Suape é constituído pela sua parte externa e interna. O Porto Externo abrange dois Píeres de Granéis Líquidos (PLG-1 e PLG-2), com a destinação operacional para óleo bruto e derivados de petróleo e álcool; e o Cais de Múltiplo Uso (CMU), que aloja carga geral. Por sua vez, o Porto Interno possui 1.600 metros de cais e cinco berços de atração, conta com um terminal de contêineres especializado (TECON) e três cais públicos de uso múltiplo (ANTAQ, 2017). O Porto também dispõe de 4 armazéns¹⁹ e 5 pátios.²⁰

[19]. “Um alfandegado, de área de armazenagem de 3.200 m², localizado no Terminal de Contêineres; outro situado no terminal da empresa Suata Serviços e Logística Ltda., com 10.000 m² de área destinada à estocagem de contêineres; um terceiro localizado no terminal da empresa Atlântico Sul, com 1.800 m²; e um último, situado no terminal da empresa Windmore, com 5.000 m².” (ANTAQ, 2107).

[20]. “Há um pátio de armazenagem localizado na retaguarda do Cais 1 com capacidade total de 245.000 para minérios. Outro situado no terminal de contêineres (TECON-Suape) ocupa uma área de 280.000 m². Um terceiro pátio, de área de 55.000 m², é destinado somente para contêineres vazios. Por fim, o pátio da Suata tem 41.000 m² e o pátio da Atlântico Sul tem 30.000 m², ambos para contêineres.” (ANTAQ, 2107).

PRINCIPAIS GRUPOS PRIVADOS

A construção do Estaleiro Atlântico Sul (EAS) começou em 2005, realizada por 4 mil operários contratados pelo consórcio composto, inicialmente, pelos grupos empresariais Camargo Correia, Queiroz Galvão, Samsung Heavy Industries e PJMR (COSTA, 2015, p. 34). A área da empresa EAS abrange 160 hectares e atualmente seus sócios são Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e um grupo de empresas japonesas encabeçadas pelas IHI Corporation e Japan Marine United.

Trata-se de um estaleiro para construção de navios cargueiros (petroleiros, contêineres, graneleiros e de cargas gerais), navios de perfuração, barcos de apoio e plataformas *offshore*, com capacidade de produzir embarcações de 500 mil toneladas. Entrou em operação em 2008 e, em 2010, concluiu sua primeira embarcação petroleira.

Ao lado do EAS, estaria hoje o estaleiro do consórcio Schahin-Tomé (shahin Engenharia & Tomé Engenharia Óleo e Gás), contratado pela empresa japonesa Mitsui Ocean Development & Engineering Co. (Modec), fornecedora da Petrobras. O consórcio foi contemplado pelo governo do estado com 40 hectares de terras concedidos na área destinada à indústria naval de Suape, além de incentivos fiscais generosos, por intermédio dos programas estaduais de fomento, como o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodepe) e o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe).²¹

Contudo, o grupo Schahin-Tomé não parecia satisfeito e abriu conversações para mudança do local e do conteúdo de suas

[21]. Prodepe: 75% de crédito presumido do ICMS por 12 anos, podendo ser renovado por igual período. Prodinpe: isenção do ICMS, diferimento do recolhimento do tributo e dispensa de cobrança antecipada do imposto na aquisição de mercadorias, bens e serviços por estaleiros.

instalações, declinando da intenção original de implantar uma fábrica de navios, substituindo pela construção de um “canteiro naval” “onde peças e componentes do navio-plataforma viriam prontos da China e [seriam] montados em uma área de 69 mil metros quadrados no Cais 2” (KINCAID, 2011).²² Por fim, a japonesa Modec resolveu unilateralmente que não tinha mais interesse pela região.

O estaleiro Vard Promar, abrangendo uma área de 800 hectares na ilha de Itatuoca, zona rural de Ipojuca, foi a segunda instalação do tipo de propriedade do grupo italiano Fincantieri, somando-se ao estaleiro localizado no Rio de Janeiro, à época. Também foi o segundo estaleiro de Suape viabilizado pelo Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef), inaugurado no final de 2012. Dedicou-se à construção de embarcações do tipo *offshore*, para exploração e produção de petróleo e gás, como também navios de pesca, gaseiros, guarda-costa e quebra-gelos (PORTAL NAVAL).²³ As obras de construção de sua estrutura começaram em 2011 e se estenderam até 2013, mobilizando cerca de 1.500 trabalhadores. Depois de um início promissor, as atividades do empreendimento enfraqueceram e o posterior fechamento do estaleiro carioca acabou por concentrar a produção em Suape.

A empresa de construção civil Construcap, sediada em São Paulo, anunciou sua entrada no setor naval em 2009, com investimentos de R\$ 200 milhões na construção de um estaleiro em Suape, voltado para produção de *topsides*, estruturas que são instaladas sobre os cascos das unidades flutuantes FPSO,²⁴ onde se

[22]. KINCAID, Mendes Vianna Advogados. *Schahin transfere projeto para o Rio de Janeiro*. . 2011. Disponível em: <http://www.kincaid.com.br/clipping/6896/schahin-transfere-projeto-para-o-rio-de-janeiro.html>.

[23]. Disponível em: <http://www.portalnaval.com.br/estaleiros/estaleiros-brasil-regiao-estaleiro/ward-promarpernambuco/>

[24]. Em inglês, *Floating Production Storage and Offloading*.

produz e processa petróleo bruto e gás antes de serem armazenados no casco das plataformas produtoras.

Em 2012, anunciou-se a criação do empreendimento Construção e Montagem Offshore – CMO, voltado à exploração do pré-sal. O empreendimento contava com a participação da empresa Orteng Engenharia e Sistemas, sediada em Minas Gerais e especializada no fornecimento de instalações elétricas, e da norte-americana McDermott, gigante na área de Engenharia, Suprimento, Construção e Instalação (EPCI). Em 2015, a multinacional Vinci Energies, do grupo francês Vinci (concessões, construção, rodovias e energia) comprou a Orteng. A Costrucap também realizou atividades consorciadas com a Construtora Ferreira Guedes, do grupo Agis.

Outro consórcio de peso firmou-se entre Alusa Engenharia (proprietária do investimento) e Galvão Engenharia, com a participação das coreanas Komac (design) e Samgdog (gerenciamento). A previsão de investimento inicial foi de US\$ 500 milhões. O capital coreano também está presente na região através das gigantes STX e Samsung C&T. Já o capital português comparece por intermédio da empresa MPG Shipyards. As investigações e prisões desencadeadas no âmbito da Operação Lava-Jato, da Polícia e do Ministério Público Federal, além de atingir a Alusa, que mudou seu nome para Alumini Engenharia SA, abalou as atividades de todas as empresas ligadas ao grande capital nacional em atividade em Suape.

EMPRESAS PÚBLICAS

Há, na literatura especializada e no sistema de leis e regulamentos vigentes no Brasil, uma delimitação muito bem marcada entre as diferentes formas operacionais e finalidades das empre-

sas públicas (seja em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal), que podem ser estatais (governamentais) ou de capital misto, ambas vinculadas à União. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atua sobre as empresas de que a União detém a maioria do capital social.

O Estado como acionista em setores estratégicos é pressuposto para sua política, e a aceitação ou não desse pressuposto, assim como a maneira mais ou menos “flexível” de atuação governamental sobre o mercado, é tema de debates políticos e acadêmicos. As empresas estatais do ramo portuário (longo curso, de cabotagem e vias internas) abarcam 5% do total das empresas federais. Apesar da prevalência quantitativa de empresas do setor produtivo, o setor financeiro (13%) possui 75,7% dos ativos, representa 69,7% do lucro líquido e concentração do quadro de pessoal (41%). Em 2013, o sistema estatal brasileiro detinha 141 empresas, 18 no setor financeiro (bancos e agências de fomento) e 123 compondo o setor produtivo. No ano seguinte, houve redução desse quadro, fechando 2014 com a marca de 135 empresas, pois houve redução do setor produtivo para 117 empresas.

Destaca-se, nesse processo de redução do controle estatal e consequente avanço de empresas privadas em áreas estratégicas, como o setor elétrico, que por ter sido enfraquecido politicamente em decorrência das investigações da Polícia Federal, converteu-se no setor mais vulnerável às grandes investidas do capital internacional, por intermédio, por exemplo, dos investidores de *private equity*.²⁵

Além do ramo energético, o setor produtivo é composto por petróleo e gás, produção de bens de alta tecnologia, saúde, abastecimento, comunicação, transporte urbano, administração de

[25]. Investimentos estrangeiros de longo prazo.

infraestrutura de transporte (portos, aeroportos e ferrovias) e hídrica, telecomunicações, tecnologia da informação, correios e pesquisa. Com relação à força de trabalho que compõe as empresas estatais, em 2009, seu quadro de pessoal próprio era de 481.775 mil trabalhadores. De acordo com o DEST, entre 2010 e 2014, teve aumento de 11,2%, alcançando a marca de 553 mil empregados. O percentual de trabalhadores portuários desse universo era de 1% em 2014 (DEST, 2015, p. 19).

REFINARIA DO NORDESTE S/A

Em 2007, tiveram início as obras de construção da Refinaria do Nordeste S/A – REFINE (Abreu e Lima), pensada originalmente como um empreendimento binacional (de responsabilidade da Petrobras e da venezuelana PDVSA). A desistência do governo venezuelano fez com que o Brasil a assumisse inteiramente. Foi idealizada para ser a maior e mais moderna refinaria do país, com a utilização de 100% de tecnologia nacional. Atualmente seu funcionamento é parcial, mas já demonstra grande capacidade produtiva, pois, de acordo com a Petrobras, em agosto de 2016, a refinaria alcançou a marca de 3,09 milhões de barris de petróleo, o que corresponde a 99,77 mil barris por dia (PETROBRAS, 2016). Orçada originalmente em US\$ 2,5 bilhões, seus custos já ultrapassam os US\$ 18,5 bilhões. Sua conclusão é imprevista.

Em agosto de 2010, o Polo Químico entrou em funcionamento. Além da Refinaria Abreu e Lima, esse polo é composto pelas empresas chamadas estruturadoras, com importância para a cadeia produtiva da região, são elas a empresa PQP – formada pela junção da Petroquímica Suape com a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – e a M&G Polímeros. São produtoras de preforma PET, resina plástica ácido tereftálico purificado (PTA) e

filamentos de poliéster, abastecendo seis empresas do Complexo Industrial (SUAPE, 2017). No final de 2016, a Petrobras anunciou a venda do Polo Químico-Têxtil para a mexicana Alpek (uma das líderes mundiais na produção de plástico e poliéster) por apenas US\$385 milhões (aproximadamente R\$ 1,250 bilhão), valor cerca de oito vezes inferior aos R\$9 bilhões já investidos.

SETE BRASIL

A empresa Sete Brasil S.A encontra-se em recuperação judicial. Foi criada em 2010 por sete sócios investidores (Petrobras, Funcef, Previ, Valia, BTG Pactual, Santander, Bradesco), que entraram com R\$1,9 bilhão. Aos sócios originais, somaram-se a Luce Brasil (criada exclusivamente para investir na Sete Brasil), com aporte de R\$300 milhões, e a companhia de investimento norte-americana EIG, com R\$500 milhões. Seu objetivo declarado foi estimular a indústria do petróleo do país, preparando-a para os novos desafios da exploração dos enormes blocos de óleo e gás do pré-sal, empreitada que demanda a construção de equipamentos de extração adequados, inclusive modernas sondas, capazes de operar em águas ultraprofundas.

Para o planejamento original de construção de 30 navios-sondas, a Sete Brasil estimou investimento na ordem de 27 bilhões de dólares, a serem geridos pela Caixa Econômica Federal. Em acordo com a política de conteúdo local, 50% desses recursos (US\$13,5 bilhões) foram investidos pelo BNDES, aproximadamente 25% (US\$6,5 bilhões) seriam capital da Sete Brasil, isto é, de seus sócios operadores, e o restante do financiamento de agências de crédito e bancos comerciais.

A licitação para a fabricação das sete primeiras unidades de perfuração marítima, encomendadas pela Petrobras via Sete Bra-

sil, foi vencida pelo Estaleiro Atlântico Sul (EAS). O preço final foi de US\$ 4,6 bilhões (em torno de US\$ 662 milhões por sonda). O EAS, pela sua alta capacidade produtiva e condição de construir diversas formas de embarcações, no auge de suas atividades, acumulou as encomendas das referidas sondas com os contratos firmados com a Transpetro para a construção de 22 navios petroleiros (14 do tipo Suezmax e 8 Aframax), além da construção do casco da Plataforma P-55, também encomendado pela Petrobras. Assim, foi o estaleiro que obteve o maior montante dos recursos do Promef.

SUAPE, PAC E A NOVA COLONIZAÇÃO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL POR ESPOLIAÇÃO

Impulsionada pelos investimentos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a infraestrutura do CIPS avançou sobre 27 comunidades tradicionais da região de Suape, entre moradores de engenhos, pescadores e remanescentes quilombolas, que antes de 2009 totalizavam uma população de 25 mil pessoas.²⁶ Sob a gestão do Governo do Estado, a empresa Suape estava determinada a retirar quase toda essa população (de forma mais ou menos paciente, dependendo do local e complexidade do caso).

Essa postura política gerou e continua gerando inúmeros conflitos, devido à expropriação de suas terras, poluição dos rios Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe, construção de barragens, estação de tratamento de esgoto, destruição e contaminação dos mangues, fatores que implicam a devastação do modo de vida dos grupos sociais ali estabelecidos.

[26]. GUARDA, Adriana. Crescimento e conflito no Porto de Suape. Derrubada de casas é alvo de denúncias contra a diretoria do complexo. *UOL*, 05 maio 2012. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/05/05/crescimento-e-conflito-no-porto-de-suape-41167.php>. Acesso em: 03 set. 2019.

Originalmente (antes da existência do Porto de Suape), a faixa litorânea do Cabo era constituída pelas vilas de pescadores de Tapuama, Paiva, Pedra do Xaréu, Enseada dos Corais, Gaibu, Calhetas, Nazaré e Suape. As famílias dessas vilas baseavam-se na pesca, mas adotavam a agricultura de forma complementar, principalmente durante o inverno, quando as atividades marítimas eram mais difíceis, então se dedicavam ao plantio de raízes, como a batata e a macaxeira, e de frutas como abacaxi, abacate, manga, coco, caju, pitanga, acerola e mangaba.

Já as faixas de terra adjacentes eram constituídas pelas comunidades caracterizadas pela dupla atividade (pesca e agricultura) com maior ênfase na agricultura, como era o caso dos nativos de Tiriri, Algodoais, Serraria, Ilha de Mercês (quilombola) e Massangana. Outras comunidades atingidas foram Jurissaca (maior parte das desapropriações), Engenho Ilha (conflito imobiliário com a reserva do Paiva, da família Brennand), Pau d'Alho, Usina Bom Jesus, Usina Salgado, Ilhas de Tatuoca e Cocaia.

O caso do Complexo de Suape é elucidativo ao nos permitir acompanhar a materialização de uma tendência que esteve vigente nos últimos anos, não somente no Brasil, mas em outros países da América Latina, a saber, a tentativa de conciliação de lógicas econômicas e sociais opostas, como conciliar políticas estatais de desenvolvimento econômico interno com a intensificação da precarização do trabalho, o avanço do domínio do setor privado e a manutenção da alta dependência econômica externa.

Por outro lado, a realização de megaempreendimentos econômicos sobre territórios tradicionais, amparados na retórica do crescimento sustentável com distribuição de renda, tem se mostrado falaciosa. Os limites de tais políticas sugerem que o crescimento econômico observado não tem logrado superar o atraso e as disparidades regionais. A crise econômica mundial e o acirramento das disputas políticas e sociais em torno do destino da nação

tornam premente a compreensão dos limites e das possibilidades socioeconômicas dos modelos adotados nas últimas décadas.

O dramático desenvolvimento assimétrico urbano, sem as condições elementares de sobrevivência para a maioria social, assim como a relação com o espaço rural, na lógica de submissão do campo à cidade,²⁷ próprio das leis de reprodução capitalistas (MARX; ENGELS, 2007), tem colocado à luz do dia as contradições da expansão das relações capitalistas de produção em Suape, notadamente sob a égide do modelo de acumulação flexível, que age de forma avassaladora sobre as antigas relações.

Ao criar a infraestrutura necessária para o aporte de capitais, o Estado desconsiderou sua população tradicional em sua diversidade, bem como as implicações urbanas e socioculturais que o megaempreendimento exerceria. Sintomáticas são as expulsões de mais de 15 mil famílias nativas (COSTA, 2015 p. 37), inseridas em atividades pesqueiras e na agricultura. O desmatamento, a desapropriação de terras de pequenos agricultores, o aterro de mangues e a contaminação dos rios, a partir da construção dos portos e estaleiros também têm sido fatores de mudanças da composição social na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposta de intelectuais ligados aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) de que enfim as políticas distributivas e econômicas do Partido dos Trabalhadores (PT) inaugurariam um novo modelo de acumulação,

[27]. Trata-se da seguinte passagem: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

“pós-neoliberal” (SADER, 2013) ou “social-desenvolvimentista” (POCHMANN, 2010), rompendo com a predominância do capital financeiro, demonstrou-se infundada. O caso é que, segundo nos parece, o governo Lula marcou um rearranjo na partilha do poder do Estado entre os grupos e as frações capitalistas, ou no interior do bloco no poder, em termos poulantzianos, de modo que a fração representante dos interesses da burguesia financeira internacional (destacadamente dos Estados Unidos) perdeu algumas posições, conjunturalmente, sem, contudo, deixar de exercer sua hegemonia sobre os rumos gerais da economia nacional.

A eclosão da crise econômica alijou novamente a burguesia nacional das posições conquistadas e o sonho pseudonacionalista do PT foi interrompido pela imposição das finanças mundiais (do imperialismo!), que novamente exige mais flexibilização trabalhista, cancelamento dos investimentos estatais em grandes obras e recuo das pretensões internacionais da burguesia brasileira, com vistas a garantir a estabilização macroeconômica (controle da inflação e dos gastos públicos) e a continuidade da espoliação. Esses condicionamentos vão atingir em cheio as obras do PAC realizadas em SUAPE, permitindo acompanhar, ali, o declínio das medidas industrializantes do último período e a situação de “terra arrasada” para a população que encarnou essa reconfiguração produtivo-territorial.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Luiz. *Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANDRADE, Manuel C. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 267-280. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300020. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHIAVENATO, Júlio José. A Política Econômica do Regime Militar - os choques do petróleo e dos juros. In: CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar*. Coleção Polêmica. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

COSTA, Hector Scalabrini. Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape na Região Metropolitana de Recife. In: BARROS, Joana *et al.* (org.). *Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro*. Cadernos de debates 3. Rio de Janeiro: FASE-Solidariedade e Educação, 2015.

CUNHA, Paulo Gustavo de Araújo; LUCENA, Vinicius Guerreiro de. *Do sonho à realidade*. Rio de Janeiro: Negócio Editora Ltda/ Elsevier, 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Diagnósticos Complementares, com base no diálogo social, das demandas com atores para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, em especial a da qualificação formal*. SUBPROJETO I Desenvolvimento de metodologia de análise de mercado de trabalho municipal e qualificação social para apoio à gestão de políticas públicas de emprego, trabalho e renda. São Paulo, 2012.

FROTA, Isabelle Leitão Neves; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Os incentivos fiscais do governo estadual de Pernambuco para

atração de empresas: um caso de sucesso? *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 67-82, out./dez., 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1488. Acesso em: 29 mar. 2018.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Dissertação - USP, Piracicaba, 2002.

MEDEIROS, Rogério de Souza; GODOY, José Henrique Artigas de. Desenvolvimento, Território e Políticas Públicas. *Revista Pós Ciências Sociais*, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 12, n. 24, São Luís: EDUFMA, 2015.

MONTES, G. C.; REIS, A. F. Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 167-194, 2011.

PETROBRAS. *Refinaria Abreu e Lima bate novo recorde mensal de processamento de petróleo*. Fatos e Dados. Set. 2016. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-abreu-e-lima-bate-novo-recorde-mensal-de-processamento-de-petroleo.htm>. Consultado em 11/03/2017. Acesso em: 11 mar. 2017.

SUAPE. Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros. *Polo de Desenvolvimento do Complexo*. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios>. Acesso: 11 mar. 2017.

THEODORO, Ana Paula. *Condicionantes e articulações dos investimentos no Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE*. Campinas, SP: UNICAMP, 2015.

CULTURA, ESTADO E POLÍTICA: O USO DA CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE

José Ferreira Junior¹

*T*em sido recorrente o investimento feito no campo cultural, sendo protagonistas desse agir sujeitos diversificados e pertencentes à esfera pública e privada. A prática citada se dá sob o discurso justificador da manutenção e/ou resgate de práticas culturais, dando a entender, pelo menos imediatamente, que existe, por parte desses investidores, um agir divorciado de qualquer interesse outro.

Mas o que existe subjacente a esse agir? O que leva à existência de constantes investimentos no campo da cultura? Este texto se propõe a discutir essa prática, promovendo uma tentativa de mergulho na essência dessas ações, que se revelam recorrentes no Brasil e no mundo.

A REALIDADE DA CULTURA HOJE OU O “NOVO USO DA CULTURA”

Com o advento da redemocratização, ou seja, a partir de 1985, tem se observado no Brasil um novo uso da cultura, ou seja, a cultura tem vivenciado papel que, quando examinado mais deti-

[1]. Doutor em Ciências Sociais.

damente, revela-se diferenciado daquele que lhe confere a discussão antropológica e que vivenciou durante significativo espaço de tempo: a de se restringir à promoção da diferenciação, elemento que lhe faculta promover aos grupos humanos uma identificação singular.

Ainda que não se negue totalmente a possibilidade de se verificar o elemento acima, segundo Yúdice (2004), percebe-se a cultura experimentando um esvaziamento dele e, na atualidade, verifica-se o seu uso como recurso, que se propõe à promoção de melhoria sociopolítica e econômica. Explicitando o “novo uso da cultura”, Yúdice (2004) pondera:

A desmaterialização característica de várias fontes de crescimento econômico – por exemplo, os direitos de propriedade intelectual segundo a definição do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e da OMC (Organização Mundial do Comércio) – e a maior distribuição de bens simbólicos no comércio mundial (filmes, programas de televisão, música, turismo etc.) deram à esfera cultural um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da história da modernidade. **Pode-se dizer que a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico** [...] todos esses fatores têm operado uma transformação naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome. (YÚDICE, 2004, p. 25-26, grifos nossos).

Diante do exposto acima, pode-se concluir que se verifica na contemporaneidade uma reconfiguração do papel exercido pela cultura em significativo espaço de tempo na narrativa histórica, ou seja, de veículo de manifestação humana e social, que refletia os desejos de uma sociedade específica (identidade), temporal-

mente falando, e que agora se revela “independente” em relação aos homens e, por isso, é tida como uma cultura desumanizada.

Em outras palavras, que não decorre de um produzir voluntário humano, mas de um agir previamente pensado e executado, fato que se constata na verificação da iniciativa privada, de organizações não governamentais, de entidades internacionais e do setor financeiro,² fato que demonstra uma transformação no caráter essencial da cultura.

Na busca de explicitar o uso da cultura como pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico, tomam-se como justificativa as modificações ocorridas na própria estrutura do sistema econômico capitalista, havendo, nesse momento, significativo entrelaçamento da esfera econômica com as demais esferas da sociedade (política, social, cultural, etc.), gerando um funcionamento social assemelhado ao de uma engrenagem, fato que culminou em um controle social referente ao individual e ao coletivo. Isso é o que se convencionou chamar de mundo administrado, abaixo analisado por Marcuse (1999):

Com a racionalização do mecanismo produtivo, com a multiplicação de funções, toda dominação assume a forma de administração. No seu auge, a concentração do poder econômico parece conver-

[2]. Enxergamos o interesse do setor privado nacional e internacional no financiamento da cultura como um fenômeno que reflete o movimento concreto e, ao mesmo tempo, contraditório do capital em direção a sua valorização (seja na forma comercial e industrial, seja na forma de dinheiro). Trata-se de um movimento que encontra relação direta com as formulações de Lênin (2011), ou seja, a ação do capital, em sua fase de imperialismo, em que “capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo” (LÊNIN, 2011, p. 186), e a cultura tem sido uma importante área para essa realização, que ocorre sob a face discursiva de “responsabilidade social”, “desenvolvimento humano”, quando, na realidade, investir em cultura tem a função (vantajoso negócio) de reprodução do capital. Aqui, temos desse modo, um aspecto importante desse momento do capital em sua relação com a cultura, pois, este espaço, de “estritamente superestrutural”, de reproduzidor ideológico do capital, estaria vivenciando um papel novo, no qual se materializa a reprodução do capital.

ter-se em anonimato; todos, mesmo os que se situam nas posições supremas, parecem impotentes ante os movimentos e leis da própria engrenagem. O controle é normalmente administrado por escritórios em que os controlados são os empregadores e empregados. Os patrões já não desempenham uma função individual. Os chefes sádicos, os exploradores capitalistas, foram transformados em membros assalariados de uma burocracia, com quem os seus subordinados se encontram, como membros de outra burocracia. (MARCUSE, 1999, p. 98).

Em sua ação, mesmo proferindo um discurso liberal e contrariando a máxima liberal da autonomia do indivíduo,³ o capitalismo passou a dificultar essa prática e isso não ocorreu apenas pelo controle exercido econômica e socialmente, mas também pelo fato da existência de grandes monopólios exercidos no campo da cultura, reduzindo, dessa forma, de maneira contundente, a possibilidade de concorrência entre as empresas e, por tabela, a dita liberdade de escolha dos consumidores (CROCCO, 2009).

A ADMINISTRAÇÃO DA CULTURA

A realidade produzida pelas transformações ocorridas na estrutura do capitalismo é o cenário de surgimento daquilo que Theodor Adorno e Max Horkheimer nomenclaturam de Indústria Cultural. Essa terminologia aponta para a intencionalidade dos teóricos frankfurtianos citados em estabelecer diferenciação entre os termos “cultura de massas” e “cultura popular” ou produzida espontaneamente pelas massas.

[3]. Convém lembrar que, de acordo com Perry Anderson (1995), em cada formação econômico-social, o liberalismo em sua tentativa de recomposição (no caso, em sua faceta neoliberal), assume uma forma específica, ou mesmo, tomando as palavras de Immanuel Wallerstein (1999), “trata-se de um termo confuso e que confunde”.

Assim, a Indústria Cultural, quando conceituada, revela não se tratar de uma cultura produzida pela massa, “mas uma cultura sob a égide do capital, industrialmente produzida para o consumo em massa” (CROCCO, 2009, p. 4), que apresentaria “vínculo de dependência com setores mais poderosos da grande indústria, tais como o eletroeletrônico, o siderúrgico e o petroquímico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1997, p. 115).

Desse modo, passa a existir uma espécie de cultura administrada, uma vez que há uma racionalidade técnica presente na produção de bens culturais, visto que tais bens “circunscrevem-se no mesmo esquematismo da produção em geral e, como os demais, transformam-se em valor de uso para o consumidor e valor de troca para o produtor” (EVANGELISTA, 2003, p. 96). Instala-se a perda da autonomia, por parte das massas, no referente à produção e ao consumo de bens culturais, gerando, dessa forma, “o enfraquecimento da individualidade e a subjugação do indivíduo às coletividades abstratas, promovendo a aceleração do processo de massificação” (CROCCO, 2009, p. 05).

Cumprindo sua função econômica na cultura administrada, que ocorre mediante a reprodutividade mecânica de bens culturais padronizados, a racionalidade técnica “vai costurando, mediante diversos setores – rádio, cinema, revistas –, a coesão e a unidade do sistema” (EVANGELISTA, 2003, p. 97). Assim, afirmando atender o gosto do consumidor, o grande capital vai promovendo o nivelamento, a normalização e a padronização da sociedade, “pelo controle da consciência individual [...], a necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 114).

A Indústria Cultural administra a cultura, absorve o consumidor e o faz elemento do sistema administrado, quantificando-o e classificando-o por níveis, aos quais são distribuídos os produtos culturais aparentemente diferenciados, destinados, de fato,

a promover a conformidade de cada um com o nível em que foi classificado (CROCCO, 2009).

Esse nível, por sua vez, é definido através de pesquisas de mercado e de poder de consumo da população, pois, por meio de um “aparato quantitativo de produção, a indústria cultural toma os indivíduos como meros consumidores, estes são enquadrados e subdivididos pelas estatísticas de determinados institutos de pesquisa, tais como IBGE, IBOPE, ABIPEME, IPEA, etc.” (CROCCO, 2009, p. 7).

Dessa maneira, o público consumidor passa a vivenciar, em relação ao consumo, uma estratificação e, por isso, a adquirir bens culturais que são produzidos e destinados às chamadas classes A, B, C, etc., ou seja, o consumo se efetua conforme o poder aquisitivo, previamente determinado por pesquisas, de cada uma das classes citadas, pois “cada qual deve se comportar, como que espontaneamente em conformidade com seu *level*, e escolher as categorias dos produtos de massa fabricada para seu tipo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116).

Todavia, a distinção dos produtos trata-se, na verdade, de uma pseudodistinção, visto que, segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 116), “os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa” e, dessa maneira, democratizando-se o consumo, este e a produção dos bens culturais se perpetuam. Para os teóricos frankfurtianos citados, tende a haver redução entre os preços dos produtos justapondo-se essa redução à uniformização crescente dos meios técnicos, que nos seus dias é exemplificada pela ação da televisão, que, segundo eles, promovia a síntese do rádio e do cinema.

Na atualidade, o denunciado por Adorno e Horkheimer é verificado quando “os mais distintos meios, como a internet, e o celular, procuram cada vez mais unir e sintetizar os meios técnicos

com a finalidade de movimentar o consumo, através da identidade entre estes produtos tecnológicos e os produtos da indústria cultural” (CROCCO, 2009, p. 7).

Assim, colocando a imitação como algo absoluto, a produção como algo circular e a ideologia como negócio, a indústria cultural reproduz a sociedade vigente (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Aqui se revela o caráter acultural na chamada Indústria Cultural, uma vez que, representante do mundo dos negócios, essa indústria, naquilo que produz, contraria “qualquer aspecto formativo ou emancipatório que outrora poderíamos chamar de cultura [...] seu objetivo é provocar o consumo em massa por meio de seus bens tecnologicamente produzidos e vinculados pelos meios de comunicação” (CROCCO, 2009, p. 7).

O LUGAR DO INÉDITO NA CULTURA ADMINISTRADA

Pode-se, dessa forma, argumentar que a Indústria Cultural dita aos homens o que devem consumir, produzindo, dirigindo e disciplinando as necessidades deles, uma vez que, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 110), ela “os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido”. O controle sobre o consumidor decorre do despertamento que a Indústria Cultural lhe promove sobre os produtos produzidos por ela.

Desse modo, nessa cultura administrada, os homens são meros produtos, são reduzidos à condição de mercadoria, uma vez que “a indústria só se interessa pelos homens como clientes e empregados e, de fato, reduziu a humanidade inteira, bem como cada um de seus elementos, a essa forma exaustiva” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 121). Embasando-se em interesse merca-

dológico e, conseqüentemente, envolvendo o trabalho artístico em um marketing empresarial, a Indústria Cultural exerce domínio na criatividade da produção cultural.

O inédito, ou seja, aquilo que surja da criatividade humana, por sua vez, representante que é de risco às intenções da referida indústria, é eliminado nesse contexto de cultura administrada, uma vez que, em tal contexto, segundo Evangelista (2003, p. 98), “nada surge que não tenha sido previsto, nada resta a ser classificado pelo consumidor que é então reproduzido tal qual fora produzido pela sociedade industrial”. Assim, a indústria cultural “exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 143).

Em síntese, verifica-se que aquilo que fugir da racionalização e instrumentalização da produção e padronização da mercadoria cultural fada-se ao fracasso. Revela-se, dessa forma, a estratégia de autoperpetuação da sociedade burguesa, “baseada, numa caricatura cultural cujas obras artísticas são neutralizadas em seus aspectos críticos, obras que giram em falso sem sair do lugar e que consistem na reprodução do sempre igual” (CROCCO, 2007, p. 7). Assim, na chamada cultura de massa, o que se revela novo é a exclusão do novo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 126).

CULTURA ADMINISTRADA NO BRASIL: AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO QUE REFLETEM A IDEOLOGIA DA INDÚSTRIA CULTURAL

O recorte temporal aqui definido é o que comporta o espaço entre os governos José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, de 1985 a 2010. Nesse período, buscaremos mostrar como agiram esses governos, no referente às ações voltadas para o campo cultural.

JOSÉ SARNEY

O advento da chamada Nova República, que se principia com o governo de José Sarney (1985-1989), encontra em ação as chamadas agência de fomento cultural, que, segundo Machado (1984), eram decorrentes de uma dupla realidade: ausência de política cultural estatal e significativa hierarquização na estrutura organizacional.

Essas agências, em decorrência da realidade citada, gozavam de considerável autonomia e tinham no clientelismo e no assistencialismo suas áreas de atuação. A prática clientelista objetivava o atendimento às demandas, quase sempre financeiras, da classe artística. Por sua vez, a faceta assistencialista se concretizava no apoio dado às atividades culturais vivenciadoras de dificuldades de sobrevivência no mercado. O rol de atividades culturais alvo desse clientelismo era composto, de acordo com Machado (1984), pelas seguintes expressões artísticas: folclore, teatro, ópera, dança, circo, música de concerto e algumas manifestações das artes plásticas.

A criação do Ministério da Cultura se dá em março de 1985 e uma de suas primeiras realizações foi a criação da Lei Sarney, em 03 de outubro de 1986, quando Celso Furtado era ministro da pasta em discussão.⁴ A criação da pasta ministerial da cultura foi recebida de maneira positiva pelos diversos segmentos artísticos. Aos elogios pela criação, mesclava-se a esperança de que “o status de ministério pudesse propiciar mais apoios e fomentos à cultura brasileira” (SANTOS, 2009, p. 11).

Porém, o agir governamental de José Sarney recebeu duras críticas de outros setores sociais, que consideraram errado o seu

[4]. Em 1972, ainda no regime ditatorial, quando ainda era senador, José Sarney tentou criar uma lei de incentivos fiscais para investimento em cultura. Esta, porém, somente veio a existir em 1986, quando seu idealizador presidia o país.

agir, uma vez que, segundo Durand (2001, p. 67), “não havia recursos e quadros técnicos que ao menos mantivessem a qualidade alcançada nas gestões imediatamente anteriores”. Verificava-se o experimento de desgaste da área cultural quando da criação do Ministério da Cultura e tal fato, de acordo com Durand (2001), viria a ser elemento discursivo justificador para a extinção da pasta no governo vindouro de Fernando Collor de Melo.

FERNANDO COLLOR DE MELO

Fernando Collor de Melo sucede a José Sarney na presidência da República e, em março de 1990, extingue todas as instituições e órgãos culturais. Somente em dezembro do ano citado, criou o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), que abarcava a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). O órgão criado, o IBAC, estava vinculado à Secretaria de Cultura, que, por sua vez, subordinava-se diretamente à Presidência da República.

A ação de Collor em extinguir o Ministério da Cultura trouxe-lhe desgaste de imagem junto aos artistas e, verificando a necessidade de recuperá-la, convidou o embaixador Sérgio Paulo Rouanet para o cargo de secretário de Cultura. Este, por sua vez, criou a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que estabelecia as políticas públicas para a cultura nacional.

A esta lei que reformulou a Lei Sarney (1986), deu-se também o nome de Lei Rouanet, em homenagem ao seu criador. Em seus primeiros artigos, encontram-se as diretrizes para a cultura nacional, tendo como base o exercício dos direitos culturais e o livre

acesso às fontes de cultura, havendo ênfase à promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais. Este dispositivo legal continua em vigor nos dias atuais e prevê incentivos fiscais para as empresas que invistam em atividades artística e culturais.⁵

No ano de 1992, em 19 de novembro, Collor recriou o Ministério da Cultura e entregou a pasta a Antônio Houaiss. Em 1993, quando já governava o país Itamar Franco, foi criada a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93), que, à semelhança da Lei Rouanet, também prevê benefícios fiscais às empresas fomentadoras de projetos específicos na área audiovisual (SANTOS, 2009).⁶

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso tomou posse e, como ministro da Cultura, empossou Francisco Weffort, cuja gestão, segundo Arruda (2003), foi caracterizada por dar continuidade ao processo de recuperação da cultura que se principiou no governo Itamar Franco e cujo traço marcante foi privilegiar as leis de incentivo. Esta ação, segundo Santos (2009, p. 16), “permitiu a profissionalização da figura do intermediário e também estimulou a integração de setores, como artes, patrimônio e cultura popular, com o mercado cultural”.

Verifica-se, no governo Fernando Henrique Cardoso, a quase que total ausência de intervenção estatal na área cultural, gerando dessa forma, mediante ênfase dada às leis de incentivo à cultura, a

[5]. O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais, que possibilita a empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicarem uma parte do IR (imposto de renda) devido em ações culturais. O percentual disponível é de 6% do IRPF para pessoas físicas e de 4% de IRPJ para pessoas jurídicas.

[6]. A Lei do Audiovisual é um mecanismo de apoio indireto a projetos audiovisuais. É um “apoio indireto” porque se dá através de incentivo fiscal. Ou seja, permite que contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) tenham abatimento ou isenção de tributos, desde que direcionem recursos a projetos audiovisuais aprovados na Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

diversificação de fontes de apoio e o aumento do número de projetos culturais provenientes da iniciativa privada, principalmente. Este quadro, todavia, nas palavras de Durand (2000, p. 30), era perpassado por dois riscos: primeiro, imaginar que “a política de financiamento via incentivos fiscais possa substituir o apoio governamental a projetos; e, segundo permitir que a celebração dessa nova ‘parceria’ ajude na dissimulação de uma intervenção casuística do governo federal no plano da cultura”.

A presença de prática caracterizadora da ideologia da Indústria Cultural na política de cultura do governo FHC se verifica quando se entende o funcionamento do mecanismo relacionado ao uso das leis de incentivo à cultura, visto abaixo, citado por Brant (2003 *apud* SANTOS, 2009, p. 12):

Caberia ao governo o papel de planejar, regular e fiscalizar a política e, em seguimento, listar os projetos considerados de interesse público [...] Os papéis seriam assim distribuídos: ao governo, caberia a tarefa de aprovar projetos sem qualquer critério. Ao setor cultural, a condição de “esmoleiro incompetente”, já que, apenas 20% dos projetos aprovados conseguem patrocínio. Às empresas, caberia o melhor papel, uma vez que, além de reaver 100% do “investimento”, ainda podem conseguir uma dedução de até 25% desse “investimento”. E ao contribuinte, resta o papel de comprar ingressos ou produtos a preços extorsivos. Ou seja, um espetáculo promovido com o dinheiro público.

Percebe-se a desresponsabilização do Estado quando a si atribui somente a função de aprovar os projetos, ou seja, definir aqueles que estariam aptos a receber patrocínio empresarial. Às empresas, cabe ocupar lugar confortável no jogo, visto que somente patrocinam o que lhes convém e, além disso, têm como certo o retorno do que investem, podem deduzir em seu impos-

to de renda até ¼ do montante investido e, ainda como benesse, gozam de visibilidade social, sem que não se esqueça que o viés ideológico defendido venha a ser reforçado.

Aos produtores culturais, cabe depender da boa vontade empresarial para a cessão de patrocínio. Por fim, na ponta final do processo, quem leva a desvantagem é o público consumidor daquilo que foi preparado para que consuma, antes, previamente pesquisado: experimentar extorsão, quando paga preços abusivos em espetáculos e/ou produtos culturais que, quando verificados, foram construídos com dinheiro público.

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Ao tomar posse, em janeiro de 2003, Lula nomeou, como ministro da Cultura, Gilberto Gil, que permaneceu no cargo até meados de 2008. A gestão de Gilberto Gil foi promotora de significativas contribuições para o campo cultural. Além de promover avanços no referente à participação no orçamento da União (de 0,14% para 0,9%), também promoveu o primeiro concurso público para o ingresso de servidores para o Ministério e, somado a isso, “promoveu uma integração maior com o Ministério das Relações Exteriores, buscando a difusão da cultura brasileira em outros países, como no caso do Ano do Brasil na França, em 2005” (SANTOS, 2009, p. 13).

Através da Portaria Ministerial 156/2004, Gilberto Gil criou o Programa Cultura Viva, tido por muitos como o grande destaque de sua gestão. Esse Programa previa a implantação dos chamados Pontos de Cultura, cuja existência partia do reconhecimento da presença de forte traço de diversidade na população brasileira. Segundo Santos (2009, p. 14), “até março de 2009, existiam aproximadamente 824 Pontos de Cultura, concentrados principalmente

nas regiões Sudeste e Nordeste, e cada um deles recebeu até R\$ 185 mil reais para melhorar suas instalações e recursos e também para aumentar a capacidade de atendimento”.

Não obstante o estímulo financeiro, outro aspecto significativo presente no programa Cultura Viva foi a não exigência de registro formal para que grupos culturais pleiteassem a implantação de um ponto de cultura. Esse fato aponta para o reconhecimento da existência de uma prática cultural sem que haja uma comprovação oficial. Se por um lado essa inexistência de comprovação oficial sinaliza benesse (porque reconhece tradições, práticas e, conseqüentemente, identidades previamente existentes), por outro, afirma Santos (2009, p. 13), “representa uma política cuja participação das esferas estadual e municipal é muito pequena, fazendo com que a relação seja feita diretamente entre o MinC e as organizações culturais”.

Se por um lado, o trato direto entre as organizações culturais e o Ministério da Cultura promove agilidade na captação de recursos (porque é diminuta a burocracia) e impossibilita a ação de atravessadores (gestões estadual e municipal), que em não poucos casos se revela nociva; por outro, a ausência das instâncias municipais e estaduais no processo pode funcionar como elemento estimulador da prática da corrupção por parte de produtores culturais, uma vez que tais sujeitos se sentem livres para administrar os recursos que lhes chegam.

Justaposto ao Programa Cultura Viva, a gestão Gilberto Gil manteve em funcionamento as duas leis federais de incentivo à cultura, assim como instituições possuidoras de relevante tradição histórica, a saber, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). Ademais, a gestão Gilberto Gil direcionou um olhar holístico no trato com a cultura, promovendo a interação em meio à diver-

sidade (RUBIM, 2007). Críticas há, porém, no referente à política cultural do governo Lula, verificada na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, uma vez que não se estabeleceu ruptura com o financiamento privado das ações culturais, através das leis de incentivo fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões podem vir à tona diante do que foi exposto neste breve texto. Fica claro que pensar a cultura somente como resultado do ato espontâneo de grupos humanos, gerando-lhes identidade e singularidade, não se sustenta, caso a discussão saia do campo antropológico e se embrenhe no campo da política.

Percebe-se no discurso que apregoa “conservar” e/ou “resgatar” práticas culturais, existente por parte de empresas e ou fundações, interesses subjacentes que vão desde a visibilidade que a ação promove ao praticante, passando pelo espalhar da ideologia que defende, até e, principalmente, ao benefício financeiro que pode lograr.

A cultura deixa de ser instância presente na superestrutura em que meramente atua como elemento reprodutor da estrutura econômica e passa a ser espaço onde o capital se reproduz.

Essa discussão se reverbera no Brasil quando é feito, como ocorreu no texto, mesmo de maneira breve, uma retrospectiva histórica das políticas culturais brasileiras, tendo como recorte o espaço de tempo da chamada Nova República e, nele, o que comporta do governo de José Sarney ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, dando-se ênfase aos governos de Fernando Henrique Cardoso, com as ações dos respectivos ministros da Cultura, Francisco Weffort e Gilberto Gil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIM, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDERSON, Perry. Balanço do liberalismo. **In:** SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARRUDA, Maria A do N. **A política cultural: regulação estatal e mecenato privado**. São Paulo: Tempo Social – USP, nov. 2003.

BRANT, Leonardo. Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social. **In:** BRANT, Leonardo (org.). **Políticas Culturais**. Barueri, SP: Manole, 2003.

CROCCO, Fábio L. T. Indústria cultural: ideologia, consumo e semiformação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** (www.eptic.com.br), v. XI, n. 1, enero-abril / 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/148>. Acesso em: 01 set. 2019.

DURAND, José C. G. Cultura como Objeto de Política Pública. **In:** Cultura: Vida e Política. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.

EVANGELISTA, Ely G. dos S. Razão instrumental e indústria cultural. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 28 (1): 83-101, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>. Acesso em: 04 set. 2019.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Textos escolhidos: traduções**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LENINE, Vladimir. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, 2011.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre Política Cultural no Brasil. **In:** MICELI, Sergio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética**. Portugal: Ed. 70, 1999.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **In:** III ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador: Facom/UFBa, 2007.

SANTOS, Fernando B. P. Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais. **In:** XXXIII ENCONTRO DA ANPAD. 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3105.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. A ruína do capitalismo. **Folha de São Paulo**, entrevista concedida em 17 out.1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1710199912.htm>. Acesso em: 05 set. 2019.

FIM DA OPRESSÃO SOBRE AS NACIONALIDADES INDÍGENAS SOB O CAPITALISMO? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BOLÍVIA NO GOVERNO DE EVO MORALES¹

*Soraia de Carvalho*²

Assim como os demais países latino-americanos, a Bolívia vivenciou a colonização, a independência sem a conquista de uma efetiva soberania nacional e a constituição de uma democracia formal, frágil e instável. Nos anos 1990, viu seu partido nacionalista – o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – ser o condutor das políticas neoliberais e, ante a crise política das classes dominantes, assistiu à ascensão do dirigente sindical cocaleiro Evo Morales à presidência em 2006. A eleição do presidente indígena fez parte de uma resposta mais ampla aos ataques dos governos neoliberais que saíram de cena, seja via eleições ou após levantes de massas.

Foram vários os presidentes que se elegeram com base na retórica antineoliberal a partir de 1998: Hugo Chávez, na Venezuela; Ricardo Lagos, no Chile; Lula, no Brasil; Nestor Kirchner, na Ar-

[1]. Este capítulo foi publicado, como artigo, em inglês, em julho de 2020 na revista *Latin American Perspectives* (CARVALHO, 2020). Copyright © 2020 por Latin American Perspectives. Todos os direitos reservados. Consideramos importante socializá-lo também em português. Sua escrita foi concluída antes da renúncia de Evo Morales, em 10 de outubro de 2019.

[2]. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

gentina; Tabaré Vasquez, no Uruguai; Rafael Correa, no Equador; Fernando Lugo, no Paraguai; entre outros. Governos que promoveram democratização do Estado, inclusão social, combate à desigualdade social e desenvolvimento sustentável. Os efeitos da crise econômica mundial desnudaram que permaneceram, na divisão internacional do trabalho, como países produtores de matérias-primas. Paralelamente à queda no preço das *commodities* e ante as dificuldades em centralizar as frações das classes dominantes, vemos esses governos serem removidos, seja por meio de eleições ou de golpes institucionais. Em seu lugar, surgem governos abertamente pró-imperialistas, acompanhando uma onda geral de direitização da política burguesa, com alas que manifestam tendências fascistas.

Evo Morales também tem enfrentado dificuldades. Em fevereiro de 2016, o plebiscito para que pudesse concorrer a um quarto mandato teve como resultado o “não”, mas o Tribunal Constitucional Plurinacional o autorizou a disputar as eleições de 2019. Apesar das similaridades, há inúmeras particularidades que decorrem da formação social boliviana. Se a forte presença indígena e a baixa industrialização ainda guardam paralelos com outros países andinos, a alta politização do proletariado mineiro é um traço distintivo, demonstrado em acontecimentos desde 1946, com a aprovação das Teses de Pulacayo – um documento sindical que enuncia a estratégia revolucionária para o país, aprovado no Congresso da Federação Sindical de Mineiros da Bolívia.

A tendência à direitização também se manifesta na Bolívia. O próprio governo do Movimento ao Socialismo (MAS) a encarna, decretando restrições à organização sindical (Decreto Supremo 2.348/2015), garantindo “segurança jurídica” para investidores estrangeiros e colaborando com os governos de extrema direita no Brasil e Itália ao negar asilo, prender e entregar o perseguido político Cesare Battisti em janeiro de 2019.

Ante as medidas antipopulares de Evo, crescem as manifestações, sobretudo dos operários fabris, mas também de indígenas, cooperativistas mineiros e outras categorias. Os partidos orgânicos da burguesia se movimentam para voltar ao poder, mas estão profundamente desmoralizados perante as massas. E há frações significativas das classes dominantes que, até o momento, têm preferido se expressar por meio do governo do MAS. O governo se direitiza para se apresentar como a melhor opção para garantir a contenção da luta de classes. Diferentemente dos demais países, a atual crise do governo Evo traz a possibilidade de organização independente das massas, que mostram que estão se desprendendo das grandes ilusões que acompanharam a trajetória do MAS. Sinal disto são as várias formas de ação direta que os movimentos têm em seu repertório e agora adotam contra Evo. Bloqueios, marchas, ocupações, greves e, até mesmo, o uso de dinamites em resposta à repressão policial. Como aporte para a compreensão dos desafios dos movimentos sociais sob o governo do MAS, partiremos da realidade socioeconômica da Bolívia para apreender as contradições do processo constituinte e seus desdobramentos mais recentes.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BOLIVIANA

A Bolívia é um país semicolonial, em que convivem formas de produção capitalistas (concentradas em alguns ramos) e pré-capitalistas (as relações servis foram formalmente abolidas apenas na metade do século XX). Apesar de ter havido uma revolução nacional em 1952, as conquistas democrático-burguesas não foram plenamente atingidas ou conservadas.

A realidade político-social boliviana é parte do sistema econômico mundial. Para abordá-la, é necessário considerar a in-

ter-relação entre a Bolívia e os demais países latino-americanos em seu vínculo com as potências imperialistas, em especial, os Estados Unidos. Este é um ponto de partida importante para a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, sistematizada por Leon Trotsky, em que, pela relação dialética entre miséria e riqueza, o desenvolvimento de determinado ramo da economia mundial ou nacional é condicionado pela manutenção de outros ramos e regiões ao atraso, impossibilitando um desenvolvimento harmônico. Tal conceito é parte da tese da revolução permanente (TROTSKY, 2011, p. 311), que se contrapõe às concepções etapistas, as quais consideram que os países semicoloniais devem realizar sua revolução democrática, sob a direção de uma ala progressista da burguesia, como condição para realizar a revolução socialista.

No debate sobre a realidade boliviana, a obra do trotskista Guillermo Lora desenvolve esta abordagem, enquanto o sociólogo eclético René Zavaleta Mercado apresenta a caracterização de “sociedade abigarrada”, em que reconhece os distintos modos de produção, porém considera que estes permanecem como camadas estanques, o que explicaria a instabilidade política no país.

Se se diz que Bolívia é uma formação abigarrada é porque nela não só se sobrepuseram as épocas econômicas (as de uso taxonômico comum) sem se combinarem demasiadamente, como se o feudalismo pertencesse a uma cultura e o capitalismo a outra e ocorressem no mesmo cenário [...] Temos, por exemplo, um estrato, o nevrálgico, que é o que provém da construção da agricultura andina, ou seja, da formação do espaço; [...] verdadeiras densidades temporais mescladas não obstante não só entre si de modo mais variado, mas também com o particularismo de cada região porque aqui cada vale é uma pátria, em um composto no qual cada povo veste, canta, come e produz de um modo particular e fala línguas e sotaques diferentes, sem

que nem uns e nem outros possam evocar por um instante a língua universal de todos. (ZAVALETA MERCADO, 1983, p. 16, tradução nossa).

Tal leitura orientou a produção do Grupo Comuna, que teve entre seus quadros o sociólogo e atual vice-presidente Álvaro García Linera, que caracteriza a Bolívia como uma sociedade multicivilizatória. Luis Tapia, que integrou o grupo Comuna e se dedicou a estudar o pensamento de Zavaleta, inclui nesta noção zavaletiana o seu componente de preservação do autogoverno comunal-indígena. Assim, o abigarramento levaria a que:

[...] no espaço que se reclama ser um estado-nação, não apenas existem as estruturas do Estado mais ou menos republicano e moderno, mas também existe uma diversidade de outras formas políticas de autogoverno, estruturas de autoridade que são a principal forma em que se relativiza, se reduz ou se cancela a ideia e a fatualidade do monopólio da política. (TAPIA, 2010, p. 101, tradução nossa)³

A escolha de conceitos e perspectivas de análise trazem consequências políticas. O “abigarramento” será utilizado para fundamentar a necessidade de fundar um Estado plurinacional, a partir da Assembleia Constituinte de 2006-2009. A categoria de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado serve à compreensão da formação social boliviana como uma unidade contraditória. Na política boliviana, sua adoção levou a outra consequência política expressa na experiência da Assembleia Popular de 1971, uma experiência de duplo poder, em que se colocava em questão a frente única anti-imperialista para criar as condições para a revolução proletária.

[3]. Para uma mesma obra, mencionaremos apenas na primeira aparição a indicação da tradução nossa.

Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011a), analisa como as classes sociais se apresentam na cena política. A autonomia relativa do político se revela quando a classe dominante abre mão do exercício direto do poder político para continuar a garantir as condições gerais da reprodução do capital, o que caracteriza o bonapartismo. Tal conclusão é de fundamental importância para a análise do caso boliviano, em que a debilidade da burguesia autóctone fez com que as classes dominantes se deixassem representar pelo exército, em inúmeras ocasiões, ou por um governante oriundo dos movimentos sociais, como Evo Morales.

Constatamos que a Assembleia Constituinte expressou uma saída, em última instância, burguesa para a crise de legitimidade e de hegemonia estabelecida a partir das insurreições populares de 2000 e 2003. Canalizou as lutas sociais para a reconstituição das instituições democráticas do Estado burguês, reacomodando os interesses de frações burguesas, que tiveram que aceitar, não sem resistências, a condução do processo na cena política por parte de um partido oriundo do movimento camponês/indígena.

A forma de desenvolvimento do capitalismo no país marcou a formação de suas classes sociais. A burguesia, quase que inteiramente comercial, vinculou-se aos interesses oligárquicos e do imperialismo. O proletariado mineiro vivia concentrado em grandes acampamentos. As influências anarquistas e reformistas não chegaram a eles, tiveram contato primeiramente com os trotskistas. O proletariado urbano estava disperso em pequenas fábricas e, junto com as camadas de artesãos, acabavam seguindo as frações da classe dominante, liberais ou conservadoras, a quem cabia o protagonismo das lutas sociais.

Em 1952, diante do não reconhecimento da vitória eleitoral do MNR, o que seria um contragolpe desembocou em uma insurreição popular, que destruiu o exército e deu início a uma Revolução Nacional. É neste contexto que surge a Central Operária

Boliviana (COB), que, nas palavras de René Zavaleta Mercado, “era sem dúvida um órgão estatal, um soviete” (1977, p. 85, tradução nossa). As clivagens táticas que atravessavam este momento, segundo o historiador Everaldo Andrade, desenvolveram-se “entre a estratégia da revolução com conteúdo de reforma democrática e nacional (MNR) – e a revolução socialista que incorporava as medidas democráticas – a revolução permanente do Partido Operário Revolucionário (POR)” (2007, p. 18).

Segundo Aldo Durán Gil, a criação da COB marca um ponto alto da conquista de autonomia política do movimento operário. Para o autor:

O sindicalismo boliviano representado pela COB se configurou como um sindicalismo que combinou a luta reivindicatória e a luta revolucionária, cuja oscilação se manifesta de acordo com as determinações do processo político boliviano (...). Vale dizer, se o proletariado boliviano constituiu-se na classe “revolucionária por excelência”, como afirma a maioria dos autores, é porque ela encarnou a luta pelas transformações democrático-burguesas na ausência de uma “burguesia nacional” e diante da incapacidade da pequena burguesia de realizar tal revolução. A combinação da luta pela democracia burguesa e pelo socialismo, tal como aparece na Tese de Pulacayo (...) (DURÁN GIL, 2003, p. 74).

O golpe de 1971 interrompeu a experiência mais avançada do proletariado boliviano, a Assembleia Popular, que, a partir do balanço sobre o cogoverno COB-MNR, em 1952, defendia a construção de um poder próprio da classe operária, capaz de dirigir a maioria nacional oprimida e realizar uma revolução socialista no altiplano.

A ascensão da hegemonia política do grande capital monopolista norte-americano manifesta-se na Bolívia a partir dos golpes

militares de 1964 e 1971. Na história política boliviana – da independência, em 1825, ao final da última ditadura militar, em 1982 –, houve 193 golpes de Estado, cifra que também inclui as tentativas frustradas. Em *Causas de la inestabilidad política y la crisis de las Fuerzas Armadas* (1983), Guillermo Lora aponta que a instabilidade e o caudilhismo se assentam no fraco desenvolvimento capitalista e na ausência de democracia burguesa. Já Zavaleta Mercado considera a instabilidade como elemento constitutivo do Estado boliviano. O que ele chama de “Estado aparente” (ZAVALETA MERCADO, 2009, p. 334) não abarca todos os setores da sociedade, nem mesmo para organizar a exploração sobre eles.

As lutas indígenas e camponesas foram constantes na história boliviana, desde a colonização. Em alguns momentos, houve interrupções decorrentes de pactos entre militares e camponeses (incluídos setores indigenistas). Desde a década de 1960, houve uma retomada do movimento camponês e indígena, fortalecida com os intelectuais que fundam a corrente katarista,⁴ processo que ganha força no final da década de 1970, com rupturas de setores significativos com o pacto militar-camponês. Esta influência se acentuou após 1986, quando o fechamento das minas estatais golpeou o núcleo da classe operária no país, os mineiros.

Na década de 1990, serão os camponeses indígenas que se destacarão na resistência às políticas de erradicação do plantio de coca. Este processo de “(re)etnização identitária”, segundo Pablo Stefanoni (2010, p. 11), misturará um conteúdo instrumental com desejos genuínos de superar o “colonialismo”. O cenário internacional também era favorável, com a aprovação do Convênio 169 da OIT/1989, que instituía autoidentidade indígena/tribal para definição dos povos e mecanismos de consulta e participação dos po-

[4]. Corrente político-ideológica de valorização étnico-cultural, que levou ao fortalecimento de novas lideranças do sindicalismo camponês/indígena e à atuação nos grandes centros urbanos. O nome refere-se a Tupac Katari, que liderou rebelião contra os colonizadores espanhóis no final do século XVIII.

vos na definição de medidas que afetem suas terras, instituições e crenças (OIT, 2011, p. 18-19).

ANTECEDENTES DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

O governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (MNR), conhecido como Goni, de 1993 a 1997, aprofundou as medidas neoliberais iniciadas por Paz Estensoro (MNR), outrora símbolo da revolução nacional de 1952. Os setores de gás e petróleo foram privatizados e desnacionalizados. No plano político, a lei de participação popular descentralizou as decisões federais para regiões e municípios, o que favoreceu o surgimento dos partidos indígenas. Seu vice era Víctor Hugo Cárdenas, do Movimento Revolucionário Tupac Katari de Liberação (MRTKL).

Posteriormente, o governo eleito do ex-ditador Hugo Banzer (1997-2000) decretou o programa Coca Zero como parte da guerra às drogas, comandada pela Casa Branca. Foi o disparador do movimento cocaleiro. Generalizaram-se greves, bloqueios e grandes manifestações. O choque com as medidas neoliberais assumiu formas insurrecionais na Guerra da Água, em 2000, e na Guerra do Gás, em 2003, que combateram a mercantilização e desnacionalização dos recursos naturais. As potencialidades mostradas nestas lutas são de grande importância para compreendermos o papel da Assembleia Constituinte.

Nas eleições presidenciais de 2002, Goni foi reeleito para a presidência da Bolívia, com apenas 1,5% de votos a mais que Evo Morales, do MAS. Na Guerra do Gás, os moradores do altiplano cercaram La Paz, exigindo que o gás fosse industrializado no próprio país, por meio do Estado. O saldo foi de mais de 70 mortos, 400 feridos e vários desaparecidos. Goni renunciou e seu vice, Carlos Mesa, assumiu prometendo ouvir as demandas da Agen-

da de Outubro. Ante as críticas à institucionalidade burguesa, o MAS manifestou seu apoio ao Congresso. Mesa desencadeou um referendo sobre os hidrocarbonetos. Algumas organizações, como a COB e a CSUTCB, chamaram o boicote, queimando urnas e bloqueando ruas. Evo defendeu a participação, arrastando consigo grande parte do movimento indígena e camponês.

Quando as marchas e os bloqueios voltaram a acontecer, em março de 2005, exigindo a nacionalização real, Mesa renunciou. Ao mesmo tempo, no oriente boliviano, intensificava-se a ação da direita autonomista da *medialuna*. O Congresso não aceitou a renúncia de Mesa. De maio a junho, os bloqueios se intensificaram, houve momentos em que 90% das estradas do país foram bloqueadas simultaneamente (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 75). Em 6 de junho, o presidente renunciou definitivamente ante as demandas de convocatória da Assembleia Constituinte e do Referendo das Autonomias.

Enquanto as massas indígenas e operárias se chocavam com a democracia liberal, o MAS defendia a estabilização do regime e a garantia de eleições presidenciais para o fim de 2005. Luis Tapia (2004, p. 171) considera que o MAS foi um elemento de sustentação da democracia existente na Bolívia com a promessa de renovação a partir da inclusão de indígenas, camponeses e trabalhadores. Em meio a uma situação pré-revolucionária, foi fundamental a atuação do MAS de defender a possibilidade de democratização do Estado.

BREVE CARACTERIZAÇÃO IDEOPOLÍTICA DO MAS

O MAS surgiu em 1995 como instrumento político da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Segundo Vladimir Mendonza (2012, p. 12), a ideologia

do MAS caracteriza-se pelos seguintes pontos: a) convivência recíproca de contrários: grande, média e pequena propriedade em harmonia com a propriedade comunitária; respeito mútuo entre classes sociais antagônicas; coexistência entre nações opressoras e oprimidas e inclusão das nacionalidades nativas à dinâmica do Estado burguês; b) subjetivismo, em que o eixo constitutivo da realidade é a linguagem, assim a descolonização é mental e não material; c) reedição caricata do nacionalismo burguês, com promessa de desenvolver as forças produtivas em um país economicamente atrasado, nos marcos do capitalismo; e d) repúdio a “meta-relatos”.

Evo Morales foi eleito com 53,7% dos votos, derrotando o candidato oriundo das oligarquias. Em 1 de maio, aprovou o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos. Porém, era uma nacionalização pela metade, com a comercialização do gás por parte do Estado, melhorando seus preços. O mote de Evo era que queria que as empresas multinacionais fossem sócias do Estado boliviano e não patroas. Com o nome de “revolução agrária”, foi aprovada a política de compra de terras, financiada por empréstimos do Banco Mundial, assim como uma delimitação constitucional do tamanho das propriedades.

As medidas do governo do MAS já mostravam as contradições derivadas da defesa de “todos tipos de propriedade”. No caso da mineração, a proposta de “convivência” entre diversos tipos de propriedade levou à tentativa de entregar as minas a cooperativas, em vez de manter a propriedade estatal. As cooperativas, submetidas às leis de funcionamento do capitalismo, levaram à consolidação de pequenos e médios proprietários, que, por meio de arrendamentos e empregos precários, superexploram operários mineiros. Em vez da harmonia, emergiram conflitos letais entre os mineiros, que reivindicavam a propriedade coletiva das minas e os cooperativistas.

Por mais que abundassem em decretos, pronunciamentos e cerimônias as palavras mudança, revolução e até mesmo socialismo, a proposta do partido nascido no seio do campesinato era realizar reformas preservando a base do sistema econômico, alterar decisivamente a distribuição das riquezas sem transformar as relações de produção capitalista, como se isto fosse possível. Assim, Evo se dedicou a realizar medidas de enfrentamento à pobreza extrema por meio de programas de transferência de renda, o que inclusive já era orientação do Banco Mundial desde que o neoliberalismo “puro” passou a enfrentar protestos e passou a ser necessário dar uma “face humana” à chamada globalização.

Pablo Stefanoni define o capitalismo andino, teorizado por Linera, como:

[...] algumas propostas vinculadas a uma articulação entre as formas modernas (capitalistas) e tradicionais da economia (comunitário-microempresariais), com o Estado como artífice da potencialidade destas últimas, mediante a transferência de tecnologia e recursos. (STEFANONI, 2010, p. 22).

A modernização almejada retomaria o desenvolvimentismo da década de 1950, com o controle estatal dos hidrocarbonetos, mas seria pluralista e não mais homogeneizante. A proposta era de uma revolução democrática e descolonizadora (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA; STEFANONI, 2007). Linera considera que, a partir do governo, tendo como horizonte o comunismo, caberia ao Estado apoiar ao máximo as “capacidades organizativas autônomas da sociedade”. Seria a possibilidade de contribuição de um “Estado revolucionário”. Com a proposta da criação de um “quarto poder”, o “Poder Social”, o governo MAS parte da doutrina liberal de separação de poderes e idealiza a possibilidade de o Estado capitalista criar um poder paralelo que o enfraqueça.

Para o vice-presidente, o Referendo aprovatório da nova Constituição, em 2008, mudou a história política da Bolívia, derrotando as antigas classes dominantes e consolidando “um novo bloco de poder estatal integral” (2010, p. 14). Segundo Linera:

[...] É evidente que houve, na Bolívia, uma modificação das classes sociais e de suas identidades étnicas culturais, as quais assumiram, primeiro, o controle do governo e, gradualmente, a modificação do poder político, o controle do excedente econômico e da estrutura do Estado (GARCÍA LINERA, 2010, p. 16, tradução nossa).

Tal fenômeno seria verificável a partir da “origem social, trajetória laboral e educativa, e estrutura dos capitais (econômicos, culturais e simbólicos) dos atuais governantes [...]” (GARCÍA LINERA, 2010, p. 16-17). O novo bloco no poder, segundo Linera, teria como base material a pequena produção mercantil (agrária e urbana), em bloco com os camponeses indígenas das terras baixas e dos *ayllus* andinos, assim como pequenos produtores urbanos e um “empresariado de origem popular” (2010, p. 18). A este primeiro círculo de decisão, agrega-se uma “nova *intelligentsia* urbana” (2010, p. 18), profissionais resultantes da democratização da universidade, na década de 1960, e intelectuais indianistas. Em seu entorno, ainda se articulariam forças operárias submetidas à precarização trabalhista e um segmento empresarial industrial tradicional, vinculado ao mercado interno. E ainda cabe, neste novo bloco no poder, a nova burocracia estatal.

A presença majoritária de operários, camponeses e indígenas na Assembleia Legislativa Plurinacional, segundo Linera, levou à indianização e plebeização das estruturas estatais. “Esta presença de indígenas na condução do Estado é a revolução política mais importante do país e do continente nos últimos séculos” (GARCÍA

LINERA, 2011, p. 122-123, *tradução nossa*). Alejandro Almaraz, vice-ministro de Terras (2006-2010) do governo, MAS, denuncia, porém, que as decisões importantes do governo eram tomadas junto aos “profissionais do poder”, vindos inclusive de postos chave nos governos anteriores, apenas legitimados pelos “rostos indígenas e populares” dos que se mantiveram na “periferia do poder” (ALMARAZ, 2011, p. 16, *tradução nossa*).

Um aspecto importante a ser analisado é a relação do governo Evo com as Forças Armadas. A grande mudança, na concepção de Linera, seria que as Forças Armadas não mais agiriam sob a tutela estatal, mas sim sob a “liderança moral e intelectual de setores indígenas populares” (2010, p. 25). Veremos adiante que, com esta análise, fica difícil explicar a repressão por parte do exército e da polícia de manifestações indígenas, como a marcha contra a construção de uma rodovia no Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS).

A aparente contradição se acentua quando se observa como a filosofia indígena do “viver bem” foi adotada nos discursos do governo, sobretudo em momentos rituais e predominantemente em atuações voltadas ao exterior. Como se vê no documento do governo boliviano apresentado à ONU, caberia às nações indígenas, no caso representadas pelo governo boliviano, mostrar ao mundo a solução para a crise e as mudanças climáticas e para recuperar a saúde da Mãe Terra (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, p. 132-133). Segundo Salvador Schalvezon:

O “Viver Bem” na Bolívia, o “Bom viver” no Equador, Suma Qamaña em *aymara*, e Sumak Kawsay em *quechua*, é um termo incorporado recentemente na linguagem política dos povos e do Estado, que faz referência a uma cosmovisão onde o homem se integra a seu entorno, com a Pachamama e outros seres não humanos a partir da reciprocidade, a complementaridade, e não a competição típica

do capitalismo, resumida na fórmula de [buscar] “Viver Melhor”. (2012, p. 45, *tradução nossa*).

Ainda no documento à ONU, o governo boliviano anuncia que garantiria a realização de consultas prévias e vinculantes aos povos originários (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, p. 170). A “cidadanização” da Pachamama esteve presente nos debates que resultaram no texto da nova Constituição e na Lei de Direitos da Mãe Terra, de dezembro de 2010.

TENSÕES E PACTOS NA ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL

A Assembleia Constituinte, instalada em 06 de agosto de 2006, teve como objetivo redigir uma nova Constituição, que deveria dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (ASAMBLEA, 2008, p. 2). As contradições internas da Constituinte já apareceram na definição de sua natureza: fundacional/originária ou derivada e na forma de aprovação dos artigos. Por maioria absoluta, o que favorecia o governo, ou por dois terços, o que forçava as negociações com a direita opositora. Diante do impasse, tanto o governo como a *medialuna* recorreram à pressão social nas ruas. Por meio dos comitês cívicos, de seus partidos e dos meios de comunicação, a oposição de direita conquistou o critério de votação por dois terços dos votos.

A Assembleia Constituinte foi composta por 255 assembleístas, com grande representação indígena. O MAS foi o partido hegemônico, com 137 membros. Os agrupamentos favoráveis ao “processo de mudança” totalizaram 64% das cadeiras. A Assembleia Consti-

tuinte foi palco das disputas entre os masistas e a direita separatista. Salvador Schavelzon etnografou a Assembleia Constituinte e, mesmo reconhecendo os limites do texto final, defende que, por meio da eleição de Evo Morales e da aprovação da Constituinte, os indígenas e camponeses – e, metaforicamente até mesmo a Pachamama – chegaram ao Estado (SCHAVELZON, 2012, p. 47).

Desde 2004, as organizações indígenas e camponesas iniciaram a preparação para a Assembleia Constituinte, formando o Pacto de Unidade. Adolfo Mendonza (*apud* IAMAMOTO, 2011, p. 112), senador pelo, MAS, foi assessor do Pacto de Unidade e afirma que esta frente era a verdadeira força dirigente do processo. O constituinte Raúl Prada Alcoreza afirma que o Pacto de Unidade guiou a Assembleia, mas que o aprofundamento dos debates foi inviabilizado pela tensão sob a qual o processo se desenvolveu, impedindo a discussão de novas propostas trazidas pelos constituintes. Foi constante a atuação da Representação Presidencial para a Assembleia Constituinte (REPAC). Organizou fóruns, oficinas e seminários ao longo do país. Forneceu “apoio técnico” para a Constituinte, produzindo informes e jornais que os constituintes levavam para suas bases (IAMAMOTO, 2011, p. 113).

Depois de muitos conflitos, a Constituição Plurinacional foi aprovada em 2008. O texto constitucional, promulgado em 2009, após um referendo, abarcava: o reconhecimento das nacionalidades indígenas, da autonomia e organização territorial, do uso das línguas e práticas religiosas; a proteção da coca como patrimônio cultural; o limite aos latifúndios; a contemplação de novos direitos em questões de gênero, direitos humanos e sociais; a restrição às privatizações; e que os recursos naturais deveriam passar às mãos do Estado.

O governo pactuou com a direita autonomista para garantir a aprovação do texto. O vice-presidente chegou a ameaçar que a direita seria responsabilizada historicamente, caso não aceitasse

o pacto com o MAS, por ter asfixiado esse cenário e ter provocado a emergência de forças sociais que questionarão de maneira radical o latifúndio, a propriedade da terra e as riquezas” (*apud* SCHALVEZON, 2012, p. 278, tradução nossa). Apesar da disposição de conciliação do MAS, a direita continuou sabotando a Constituinte. Depois de demonstrações de racismo e violência política, a Assembleia passou a funcionar no Liceu Militar La Glorieta, com participação praticamente exclusiva do MAS.

A maioria que se trasladou para ali aprovou o texto “em geral” e contra o relógio, sem poder sequer lê-lo porque, de fora, a oposição sucrense continuava os fustigando. Já de noite, os constituintes escaparam por sendas e voltaram a se reunir, desta vez em Oruro, para fazer a aprovação “em detalhe” e lendo o texto em outra sessão também maratônica, mas em território amigo, e apoiados por mineiros e camponeses acampados nos arredores. (ALBÓ, 2012, p. 225-226, tradução nossa).

Mesmo com a ausência física dos partidos de direita na votação, sua política foi encampada pelos próprios masistas, com a justificativa de evitar futuras impugnações (SCHALVEZON, 2012, p. 329-340). Linera indica claramente que esta era uma das opções oferecidas pela conjuntura:

Era possível outra rota de aprovação da Constituição pela via da força de mobilização? Obviamente!!! Mas requeria uma sublevação, uma insurreição que passasse por cima de todos os outros contrapoderes do velho Estado ainda presentes. (2011. p. 141, tradução nossa).

Em meio aos confrontos com o governo, a *medialuna* foi convulsionada com bloqueios de estrada, ocupação de prédios

públicos, saques, mortes e tortura de indígenas. A direita autonomista criticava a lei que limitava o tamanho dos latifúndios. Reivindicava a manutenção das receitas do petróleo para os departamentos produtores e exigia autonomia para controlar o lucro com as exportações das riquezas minerais, concentradas em seus territórios. Além disso, propagandeava que a Constituição instauraria o “socialismo indigenista”, que afrontava a propriedade privada. Tal alarde não correspondia ao texto constitucional, que iniciava defendendo justamente todas as formas e tamanhos de propriedade. Não havia nenhum artigo ou lei que impusesse a expropriação da propriedade privada ou dos latifúndios. Porém, as oligarquias agrárias do Oriente não aceitavam nenhum limite a seus negócios. A recém-criada União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) passou a mediar o conflito entre o MAS e a oposição.

Após quase dois meses, o acordo entre Evo e a direita materializou-se na modificação de 100 dos 411 artigos do projeto de Constituição. Segundo Xavier Albó, nesta fase final, os movimentos sociais e até mesmo os constituintes, sobretudo os de extração social mais popular, estiveram praticamente ausentes. Albó afirma que, em alguns casos, foram apenas questões formais. “Porém, em outros, foram feitas concessões que, se os setores populares tivessem participado, seguramente não teriam aceitado” (ALBÓ, 2012, p. 228, tradução nossa). O texto constitucional, promulgado em 2009, após um referendo, traz demandas da Agenda de Outubro, porém com ambiguidades que atenuam as reivindicações ou até mesmo as negam.

Evo aceitou a exigência da *medialuna* de maior autonomia “como espaço de planejamento e gestão” aos departamentos. Evo concordou que poderia se candidatar apenas para as eleições de 2009, não tendo direito a ser candidato em 2014.⁵

[5]. Evo conseguiu se eleger para um terceiro mandato, em 2014, inclusive com apoio de setores da *medialuna*

Em relação à questão indígena, o Pacto de Unidade, de agosto de 2006, estabelecia a consulta prévia e obrigatória às organizações sociais do local para avaliar a extração de recursos naturais, sendo das nações indígenas e camponesas o domínio dos recursos não renováveis. A propriedade seria compartilhada com o Estado. Evo recusou tanto a proposta de propriedade como a de uso exclusivo dos recursos renováveis. Após concessões das organizações indígenas, os constituintes do MAS aprovaram um acordo em que se reconhecia:

A integralidade do território indígena originário e das comunidades, que inclui o direito à terra, ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis nas condições determinadas por Lei, a consulta prévia e informada e a participação nos benefícios pela exploração dos recursos naturais não renováveis que se encontram em seus territórios; a faculdade de aplicar suas normas próprias, administrados por suas estruturas de representação, e definir seu desenvolvimento de acordo com seus critérios culturais e princípios de convivência harmônica com a natureza. (*apud* SCHAPELSON, 2012, p. 188, tradução nossa).

Esta seria a base do artigo 403 da Constituição. Mas, nos acordos de 2008 com a direita, agregou-se a frase “sem prejuízo dos direitos legitimamente adquiridos por terceiros”. Este elemento de anterioridade foi recorrente e acabou protegendo interesses de transnacionais, latifundiários e outros setores das classes proprietárias, no que diz respeito aos recursos naturais e à reforma agrária.

No caso da Justiça Indígena, destacamos a questão da formação do Tribunal Constitucional Plurinacional, ao qual cabe dirimir possíveis apelações de “constitucionalidade” em pleitos entre a jurisdição indígena originária camponesa (IOC) e a ordinária. Na

versão aprovada pelos constituintes em 2007, determinava-se uma *representación* paritária entre o sistema ordinário e o sistema IOC (*apud* SCHALVEZON, 2012, p. 489). Após a negociação com a oposição, eliminou-se a paridade no artigo 199 da Constituição.

Em nome da segurança jurídica, sobretudo aos investidores estrangeiros, foi retirada a caracterização de que a propriedade deveria ter uma função social. A privatização da água, segundo as cooperativas, deveria ser enfrentada com a expropriação das empresas, mas no texto constitucional substituiu-se o nome de concessão por licença. Na revisão do Congresso, definiu-se que o controle e a direção sobre exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais valeriam apenas para recursos naturais ditos estratégicos. O exemplo mais contundente dos limites do processo constituinte, porém, se deu com algo que estava garantido pela nova Constituição, mas não foi cumprido pelo governo. A tentativa de construção da rodovia no TIPNIS, por parte do governo de Evo Morales, sem consulta às comunidades indígenas, violou a nova Constituição e trouxe questionamentos ao processo de “descolonização”, pois o governo reprimiu os protestos e as marchas multitudinárias. A justificativa do governo é que as críticas à construção se deviam à influência das organizações não governamentais (ONGs) a mando de transnacionais que queriam impedir o desenvolvimento do país (GARCÍA LINERA, 2011, p. 158-166).

Outros conflitos se deram entre o autodenominado governo dos Movimentos Sociais e o movimento indígena. O Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ) decidiu, em 2011, retirar-se do Pacto de Unidade e afirmar sua independência política perante o governo. No final de 2013, o governo cercou a sede da entidade. Em resposta, os *ayllus* protagonizaram um piquete de greve de fome em frente a sua sede, exigindo que o governo a devolvesse (ERBOL, 2013).

Na resistência para manter o controle territorial, as comunidades originárias recorreram à justiça indígena, que, em geral, sempre foi a forma de administrar o acesso à terra. Porém, os governos dos Estados ditos plurinacionais, o que inclui o Equador, rapidamente declararam estas comunidades como inimigas do desenvolvimento. Como analisa Boaventura de Sousa Santos:

[...] a justiça indígena é concebida como um obstáculo para o desenvolvimento. Sua neutralização se faz indispensável para abrir as comunidades ao progresso (obviamente definido em termos eurocêtricos). Para isto, o Estado recorre a várias medidas: definir o território indígena como superfície territorial, excluindo o subsolo; reduzir a jurisdição territorial ou material da justiça indígena a fim de convertê-la em inofensiva; atribuir a outras instituições, controladas pelo Estado, o controle do acesso à terra; etcétera. (SOUSA SANTOS, 2012, p. 31).

Há outros exemplos de criminalização do uso da justiça comunitária e repressões, como nas manifestações da Assembleia do Povo Guarani (APG), em agosto de 2015, contra a exploração hidrocarbonífera em áreas protegidas. O governo também retaliou economicamente, excluindo as organizações críticas do Fundo de Desenvolvimento Indígena (VARGAS, 2015).

Muitas das críticas que expusemos até aqui são compartilhadas por intelectuais e militantes que, até muito pouco tempo, apoiavam Evo, ou seja, são críticas à condução do chamado *proceso de cambio*, e não ao processo em si. Partem de um pressuposto de que é possível atender às reivindicações indígenas, bloquear a ação predatória das transnacionais e fazer da Bolívia um laboratório de um novo tipo de Estado, tudo sem uma ruptura revolucionária. O que nos parece importante questionar, porém, é: a manutenção e defesa da propriedade privada capitalista é compa-

tível com uma prática de soberania nacional, proteção à natureza e às comunidades indígenas? Em oposição ao governo Evo ou ao capitalismo, é a defesa do “bem viver” que deve ser levantada?

LIMITES INERENTES AO “PROCESSO DE MUDANÇA”

O marxista peruano José Carlos Mariátegui afirma que tratar o problema indígena o ignorando como problema econômico-social é mero exercício teórico condenado ao descrédito (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53). Mariátegui também é taxativo ao dizer que o problema do índio deve ser procurado no problema da terra (2010, p. 61) e que deve ter uma solução social (2010, p. 64). Assim como há um vínculo indissolúvel entre a questão do índio e da terra, a questão agrária e a questão nacional estão relacionadas, pois são tarefas democráticas não resolvidas. Para enfrentar a opressão que ainda recai sobre as nacionalidades indígenas, Lora (1992) defende a autodeterminação, em seu sentido leninista, o que pressupõe o direito de se estruturar em Estados soberanos, separando-se do atual Estado boliviano, ainda que possam federar-se posteriormente. Esta autodeterminação deveria ser conquistada via ação direta, o ordenamento jurídico correspondente seria elaborado posteriormente, consagrando a vitória dos explorados.

Segundo o teórico e militante trotskista, um aspecto muito importante da independência política é que as classes dominadas compreendam o caráter de classe do Estado, tarefa que é obscurida pelos partidos indigenistas, kataristas e, agora, pelo MAS:

[...] a deformação mais monstruosa da emancipação nacional é aquela que demanda que *aymaras*, *quechuas*, etc. conquistem a representação legal, sua incorporação formal ao aparato estatal dos *K'aras* [elite branca], seu ingresso às câmaras par-

lamentares. Esta monstruosa distorção do objetivo da libertação nacional não pode menos que concluir levando à sobrevivência de um Estado cimentado na opressão das nações nativas. (LORA, 1992, p. 20, tradução nossa).

Lora conclui que, sob o capitalismo em sua fase imperialista, o proletariado para se libertar se vê obrigado a expressar politicamente interesses de outras classes oprimidas, incorporando, por exemplo, a defesa da efetivação da autodeterminação nacional (LORA, 1992, p. 25); isto, porém, não exclui o papel ativo dos povos originários, que historicamente deram várias demonstrações de persistência e combatividade na luta por sua libertação.

A partir da definição de classe no marxismo, como posição que determinado grupo social ocupa nas relações de produção, é necessário identificar qual a posição ocupada pelas nacionalidades indígenas. Por sua baixa diferenciação social, Lora as considerava como nações-classe. Camponeses e índios estão em confronto com a grande propriedade privada agrária, mas, ao buscarem se apropriar dela, não o fazem para torná-la propriedade social, mas sim para que possam aumentar o tamanho de suas diminutas parcelas. Assim, a liberação das nacionalidades nativas e oprimidas, que constituem a maioria da população boliviana, depende de uma resposta radical ao problema da terra, que é parte da transformação revolucionária da sociedade (LORA, 1992, p. 36).

Guillermo Lora aponta que a reconquista das terras por parte dos povos originários adquire caráter anticapitalista, embora seja uma reivindicação de caráter democrático. Governo, partidos burgueses, reformismo e burocracia sindical se negam a defender a recuperação de toda a terra para as massas indígenas, oferecendo no máximo a política de reservas territoriais, desrespeitada quando convém à classe dominante, como vimos no exemplo do TIPNIS.

Mariátegui (2010) analisava a necessidade dos processos revolucionários partirem da maioria nacional, o que obrigava os socialistas, nos países andinos, a se voltarem para os povos originários. Ante a persistência das comunidades indígenas, a propriedade comunal poderia ser um impulso para a coletivização da agricultura e o estabelecimento da aliança operário-camponesa. No momento em que Mariátegui divulgou suas ideias sobre a possibilidade da base comunal para o socialismo, os *Grundrisse* ainda não eram conhecidos. Neles, encontramos notas de Marx sobre as formações sociais pré-capitalistas e formas de transição e coexistência entre distintos modos de produção (MARX, 2011b, p. 388-408). Na carta a Vera Zasulich, de 1881, Marx afirma que, a depender do ambiente histórico, o dualismo intrínseco da comuna russa – cuja base é a propriedade comum, mas em transição para a propriedade privada – poderia levar a uma trajetória de conclusão desta transição ou de reforço do seu elemento coletivo (MARX, 2013b, p. 111). Porém, para que a segunda hipótese se realizasse, seria necessária uma revolução russa (MARX, 2013a, p. 102).

García Linera, por mais que tente identificar sua posição com a de Mariátegui e Marx, tem como diferença fundamental o fato de que elabora sua proposta nos marcos de um programa democratizante. Assim, coloca que a expansão da comunidade seria necessária para frear a expansão ampliada da acumulação capitalista.

É bastante distinto considerar a possibilidade da transição ao comunismo apoiando-se também na propriedade comunal, como parte da aliança operário-camponesa (como se viu na Rússia), nos marcos da formulação de Marx e Lênin sobre a natureza de classe do Estado, sobre a via insurrecional para a revolução e sobre as formas que a ditadura de classe da burguesia pode assumir, entre elas a república parlamentar, da via democratizante de estimular o crescimento das comunidades sem romper com a grande pro-

priedade privada dos meios de produção, em uma convivência pretensamente harmônica entre todos os tipos de propriedade: comunal, pequena, média e grande, nacional e estrangeira. No fundo, a elaboração do Estado plurinacional como nova forma de transição pós-capitalista é confessadamente a rejeição à tese que penetrou na história do movimento operário desde as Teses de Pulacayo, aprovada pelos mineiros em 1946.

Os intelectuais oriundos do Grupo Comuna, com o desenrolar do governo, fizeram duras críticas aos rumos do governo, pelo código de mineração destruidor da natureza; pseudonacionalizações que mantêm o domínio das transnacionais; desrespeito à justiça indígena; submissão às empreiteiras e governo brasileiros; novas alianças com as oligarquias agroindustriais de Santa Cruz; autoritarismo e mais uma série de medidas que sustentam suas caracterizações e queixas. Porém, tal crítica fica nos marcos da moral, do desvio, da traição. Consideramos que o problema não está na condução deste processo, mas sim em sua perspectiva programática mais geral, que encarna a estratégia de democratização do Estado para incluir as nacionalidades indígenas.

DE VOLTA ÀS LUTAS OPERÁRIAS

A partir das contribuições de Mariátegui e Lora, compreendemos que não há uma atualização da luta de classes com a substituição da classe operária como classe antagônica à burguesia, mesmo em um país de baixa industrialização, em que esta classe é minoritária, nem mesmo uma mera justaposição de lutas e sujeitos sociais. Compreender o problema indígena nos marcos de uma sociedade capitalista implica retomá-lo como tarefa de uma revolução socialista, o que traz a necessidade de compreen-

der como se configura a classe operária boliviana e como tem se expressado politicamente na conjuntura atual.

Como já mencionamos, a ditadura de Banzer, iniciada em 1971, interrompeu um ciclo de ascenso revolucionário do proletariado mineiro, rompeu o elo entre a vanguarda e a classe. Mas as medidas neoliberais foram um golpe ainda mais profundo. Com o Decreto Supremo 21.060/1985, houve o fechamento de minas e, dos 48 mil mineiros existentes em 1980, restaram 18 mil em 1986. Na mineração estatal, a queda foi de 27 mil para 7.500. Em 2000, sobraram apenas 117 mineiros estatais (OCMAL, 2011).

A partir de 2006, com as nacionalizações, o proletariado mineiro volta a crescer e, em 2008, já se chega a 4.950 mineiros estatais, crescimento após os conflitos entre operários e cooperativistas (privados) e a imposição da nacionalização de jazimentos em Huanuni. Considerando a mineração privada, chega-se a cerca de 12 mil operários mineiros (OCMAL, 2011).

O setor agrega cerca de 1% da força de trabalho boliviana, embora as indústrias extrativas sejam responsáveis por 76% das exportações e 12% do PIB (LO/FTF, 2018, p. 9-10). A direção sindical da COB ainda evoca discursivamente as Teses de Pulacayo e as Teses Socialistas da COB, mas como mecanismo para apresentar sua adesão ao “processo de mudança” como derivação destas ideias (COB, 2018).

Os operários fabris, em sua maioria concentrados em pequenas indústrias, lidam com uma burguesia que compensa a baixa produtividade e a estreiteza do mercado interno com a negação de direitos elementares, o rebaixamento de salários e a aplicação de multas. Os fabris, a partir da luta contra o Decreto Supremo 2.765/2016, que levou à demissão de centenas de trabalhadores da Empresa Nacional Têxtil (ENATEX), coordenaram uma luta unitária contra o governo Evo, com marchas, bloqueios, paralisações e ocupações. Desde então, novas greves e mobilizações têm

ocorrido e há fábricas ocupadas que se mantiveram produzindo sob controle operário. Algumas federações, como a de La Paz, já expressam uma política classista de independência perante o governo (FEDERACIÓN..., 2017).

A radicalidade da classe operária boliviana continua a se manifestar nas ações políticas nas ruas. Em 2013, houve uma greve geral multitudinária contra a lei de pensões de Evo Morales, denunciada como continuidade da reforma neoliberal da previdência. O grande desafio dos oprimidos bolivianos é que a classe operária consiga reatar seus laços com as ideias revolucionárias e seja capaz de estabelecer alianças com a maioria nacional, composta de trabalhadores informais, camponeses e nacionalidades indígenas. Nesta via, reside a possibilidade de a Bolívia apontar outro caminho em uma América Latina atravessada por uma tendência mais geral de direitização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assembleia Constituinte organizou-se como um parlamento baseado na legalidade burguesa. Assim, apresentava-se como a expressão de todos os bolivianos, inclusive como uma expressão mais fiel da composição social da Bolívia, ao incluir os representantes das massas indígenas e camponeses, outrora marginalizados pelas instituições estatais. Teve grande presença da pequena-burguesia, compartilhada com uma minoria significativa que correspondia aos partidos oligárquicos e ao nacionalismo já convertido ao neoliberalismo. Como a Assembleia Constituinte foi parte da canalização dos protestos e levantes de 2000 a 2005 para a via eleitoral, guarda íntima relação com a eleição de Evo Morales, do MAS. A promulgação da nova Carta se deu com a modificação de 100 artigos, fruto da negociação do governo com

a oposição direitista e autonomista. A Assembleia Constituinte, mesmo com sua composição predominantemente popular, não expressou, portanto, independência política perante as classes dominantes e seu Estado.

Esse processo levou ao fortalecimento das ilusões democráticas. Ou seja, da concepção de que é possível resolver os problemas dos explorados por meio dos instrumentos da democracia burguesa, pela via jurídico-parlamentar, nos marcos das relações capitalistas de produção. A ascensão de um presidente indígena, dirigente do movimento cocaleiro, que provocava o ódio do embaixador dos Estados Unidos e das oligarquias racistas do Oriente boliviano, despertou grandes esperanças nas massas, sobretudo nos setores indígenas e camponeses.

A composição predominantemente indígena e camponesa da Assembleia Constituinte e a presença das suas organizações no processo traziam para o centro do debate a solução da questão agrária e o reconhecimento das nacionalidades indígenas. A relação com os recursos naturais sofreu várias alterações, com uma limitação cada vez maior, sobretudo com a inserção do critério de anterioridade, mantendo intocados os interesses empresariais já garantidos até a data. O direito à consulta prévia e informada em relação à exploração de recursos naturais em seus territórios, mesmo com a garantia constitucional, continuou a ser violado. O reconhecimento da justiça indígena deu lugar à criminalização da aplicação da justiça comunitária quando está se contrapôs ao governo de Evo Morales.

A Assembleia Constituinte tinha como estratégia a construção do Estado Plurinacional. Alguns setores, como o, MAS, em determinados momentos afirmavam que isso seria um passo para constituir um capitalismo andino e, depois, um socialismo comunitário. Havia, porém, uma grande heterogeneidade de perspectivas de desdobramentos futuros deste processo. O

combate ao colonialismo e neoliberalismo foi sintetizado na estratégia de democratização do Estado, com a cidadanização das massas indígenas e camponesas; o reconhecimento da justiça indígena; a formação da burocracia estatal e o direcionamento das forças armadas para “servir ao bem geral”; e a combinação de mecanismos da democracia representativa com a democracia direta. Parte desta democratização era a formação de um Quarto Poder, o Poder Social, que controlaria os demais. Em resposta ao radicalizado movimento de reivindicação de nacionalização dos hidrocarbonetos, a política desenvolvida foi a de converter o Estado boliviano em sócio majoritário das transnacionais, apenas no caso dos recursos naturais ditos estratégicos.

Esta experiência não modificou e nem poderia modificar a natureza de classe do Estado. Ou seja, constituiu-se como uma saída burguesa para a crise de legitimidade das instituições estatais, profundamente abaladas pelos efeitos da aplicação das políticas neoliberais que levaram o país a uma situação pré-revolucionária, com os levantes batizados como Guerra da Água, em 2000, e Guerra do Gás, em 2003. Os confrontos com a oposição da *medialuna* foram seguidos pela pactuação do governo com a direita separatista, sob a mediação da UNASUL, iniciada em 2008. A conciliação continuou a se desenvolver ao longo do governo de Evo Morales, revelando que as disputas existentes não eram uma expressão de luta entre classes antagônicas.

As desilusões com o governo Evo Morales, a partir do balanço dos limites da Constituinte e da política de conciliação de classes, somada à persistência dos trabalhadores, camponeses e indígenas em recorrer a seus métodos próprios da ação direta, indicam a possibilidade de retomarem a via da ruptura revolucionária. Caso voltem a trilhar este caminho, não começarão do zero. As inúmeras lutas anteriores das nacionalidades indígenas, dos camponeses, dos operários e da juventude, e em especial os

avanços organizativos e programáticos plasmados na experiência da Assembleia Popular de 1971, trarão lições, não para serem copiadas, mas sim como antecedentes das novas obras da luta coletiva das massas bolivianas.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Justicia indígena em la Bolivia plurinacional. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). **Justicia indígena plurinacional e interculturalidad en Bolivia**. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012. p. 201-248.

ALMARAZ, Alejandro. **La MAScarada del poder**. Respuesta a Álvaro García Linera, 2011. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/Mascarada00.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA. **Nueva Constitución Política del Estado**. 2008. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011.

CARVALHO, Soraia de. The End of the Oppression of Indigenous Peoples under Capitalism? Bolivia under the Morales Government. **Latin American Perspectives**, v. 47, p. 58-75, 2020.

COB. Tesis Política. **Bocamina**, n. 64, La Paz, 2018, p. 3-12.

DURÁN GIL, Aldo. **Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

ERBOL. **Indígenas en huelga, piden a Gobierno devolverles su sede** (dez. 2013). Disponível em: http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/13122013/indigenas_en_huelga_piden_gobierno_devolverles_su_sede. Acesso em: 12 out. 2015.

FEDERACIÓN DEPARTAMENTAL DE FABRILES DE LA PAZ. **Tesis Política de la XLIV Conferencia de la Federación Departamental de Fabriles de La Paz**. La Paz: Ediciones Masas, 2017.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: GARCÍA LINERA, Álvaro et al. **El Estado. Campo de lucha**. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO, 2010. p. 9-40.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **El “oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/133285.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

GOBIERNO DE BOLIVIA. **El Vivir Bien como respuesta a la Crisis Global**. 2009. Disponível em: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20oby%20Govt%20of%20Bolivia%20\(Spanish\).pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20oby%20Govt%20of%20Bolivia%20(Spanish).pdf). Acesso em: 29 mar. 2013.

IAMAMOTO, Sue. **O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade**: revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009). Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LO/FTF COUNCIL ANALYTICAL UNIT. **Perfil del Mercado Laboral**. Bolívia, 2018.

LORA, Guillermo. **Causas de la inestabilidad política y la crisis de las Fuerzas Armadas**. La Paz: Ediciones Masas, 1983.

LORA, Guillermo. **Liberación de las naciones oprimidas**. La Paz: Ediciones La Colmena, 1992.

MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

MARX, Karl. Primeiro esboço. **In**: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. Michael Löwy (org.). São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 88-102.

MARX, Karl. Terceiro esboço. **In**: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. Michael Löwy (org.). São Paulo: Boitempo, 2013b. p.107-113.

MENDONZA, Vladimir. **El postmodernismo indigenista del MAS**. La Paz: Ediciones Masas, 2012.

OCMAL. **Bolivia**: Situación de la clase obrera minera. 2011. Disponível em: <https://www.ocmal.org/bolivia-situacion-de-la-clase-obrera-minera/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

PRADA ALCOREZA, Raul. **Miseria de la geopolítica**. Crítica a la geopolítica extractivista. 2012. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/157961.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. **Intelectuais em movimento**: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

SCHAVELZON, Salvador. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia**: etnografía de una Asamblea Constituyente. La Paz: Clacso, 2012. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/coediciones20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. **In**: SOUSA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). **Justicia indígena plurinacional e interculturalidad en Bolivia**. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012. p. 11-48.

STEFANONI, Pablo. Prefácio. **In:** GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia:** ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11-24.

SVAMPA, Maristela; STEFANONI, Pablo. Entrevista a Álvaro García Linera: “Evo simboliza el quiebre de um imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas”. **OSAL** setembro, n. 22. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 143-164. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2013.

TAPIA, Luis. El estado en condiciones de abigarramiento. **In:** GARCÍA LINERA, Álvaro **et al.** **El Estado.** Campo de lucha. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO, 2010. p. 95-125.

TAPIA, Luis. Izquierdas y movimiento social. **In:** TAPIA, Luis; GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA ALCOREZA, Raúl. **Memorias de octubre.** La Paz: Muela del Diablo, 2004. p.137-179.

TROTSKY, Leon. **A teoria da Revolução Permanente.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VARGAS, Natalí. Cuatro organizaciones quedan fuera del nuevo Fondo Indígena. **Página Siete**, ago. 2015. Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/nacional/2015/8/30/cuatro-organizaciones-quedan-fuera-nuevo-fondo-indigena-68353.html>. Acesso em: 14 jan. 2016.

ZAVALETA MERCADO, René. **El Poder Dual.** Siglo XXI Editores: México, 1977.

ZAVALETA MERCADO, René. Las masas en noviembre. **In:** ZAVALETA MERCADO, René. **Bolivia Hoy.** México: Siglo XXI, 1983. p. 11-59.

ZAVALETA MERCADO, René. El Estado en América Latina. **In:** ZAVALETA MERCADO, René. **La autodeterminación de las masas.** Bogotá: Clacso, 2009. p. 321-355.

LAS CAUSAS DE LA DECADENCIA NACIONAL Y LAS FALACIAS NEOLIBERALES

Christian Carlos Hernán Castillo¹
Esteban Mercatante²

INTRODUCCIÓN

Como señaló tempranamente Marx, los economistas liberales proceden como teólogos de una suerte de religión laica cuyos principios buscan, ante todo, naturalizar la desigualdad social generada por el orden capitalista. En *Miseria de la Filosofía* señalaba:

Los economistas tienen una manera singular de proceder. Para ellos no hay más que dos tipos de instituciones, las artificiales y las naturales (...) En esto se parecen a los teólogos, que, también ellos, establecen dos tipos de religiones. Cualquier religión que no es la suya es una invención de los

[1]. Sociólogo, profesor de Sociología en Universidad de Buenos Aires (UBA) e de Economía en Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Autor do livro *La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista* (2011). Pesquisador do Instituto del Pensamiento Socialista – Karl Marx (IPS-KM). chcastillo2002@yahoo.com.ar

[2]. Economista. Autor dos livros *La economía argentina en su laberinto. Lo que dejan doce años de Kirchnerismo*. (2015) e *Salir del fondo. La economía argentina en estado de emergencia y las alternativas ante la crisis*. (2019). Pesquisador do Instituto del Pensamiento Socialista – Karl Marx (IPS-KM) e faz parte do comité editorial da Revista *Ideas de Izquierda* da Argentina. esteban1870@gmail.com

hombres (...) Al decir que las relaciones actuales –las relaciones de la producción burguesa– son naturales, los economistas dan a entender que se trata de las relaciones en las cuales se crea la riqueza y se desarrollan las fuerzas productivas con arreglo a las leyes de la naturaleza. En consecuencia, esas relaciones son a su vez leyes naturales independientes de la influencia del tiempo. Se trata de leyes eternas que siempre deben regir la sociedad. (MARX, 1987, p. 77).

El liberalismo del siglo XVIII consideraba al individuo atomizado como punto de partida para explicar la sociedad. Esta visión, que era consecuencia a la vez de la disolución de las formas feudales y del desarrollo de las nuevas fuerzas productivas desde el siglo XVI, ponía al individuo como comienzo de la historia y no como un producto de su desenlace. Sin embargo, como señala Marx,

la época que asistió al nacimiento de esta concepción, esta idea del individuo en singular, es precisamente aquella en que las relaciones sociales (...) alcanzaron su mayor desarrollo. El hombre es (...) no solo un animal social, sino un animal que no puede individualizarse sino en la sociedad. La idea de una producción realizada por un individuo aislado, que viva fuera de la sociedad –hecho raro que bien puede ocurrir a un hombre civilizado, extraviado por azar en una comarca salvaje y que virtualmente posea las fuerzas de la sociedad– no es menos absurda que la de un desarrollo del lenguaje sin hombres que vivan y hablen juntos. (MARX, 1989, p. 33- 34).

Lo insólito es que en pleno siglo XXI los liberales se siguen basando en esta visión del individuo atomista como punto de partida de la historia y la sociedad, una concepción superada no solo

por el marxismo sino por las más variadas corrientes dentro de la teoría social de los siglos XIX y XX. Recordemos que aún una teoría tan propia del capitalismo estadounidense del siglo pasado como el estructural funcionalismo de Talcott Parsons se desarrolló a partir de lo que consideraba la necesidad de superar la concepción del utilitarismo de la acción humana propia del liberalismo decimonónico, a la que juzgaba completamente unilateral e ingenua. Sin embargo, los economistas liberales de hoy, haciendo caso omiso a toda crítica, continúan apoyando una concepción del “*homo economicus*” que no resiste el menor análisis ni histórico ni sociológico.

Pero no este el único dogma que sostienen. Con el auge del neoliberalismo construyeron toda una serie de *clichés* mediante los cuales, con la intervención destacada de los organismos financieros internacionales, favorecieron la aplicación de medidas económicas (como las desregulaciones financieras, la baja de impuestos a las empresas y múltiples formas de precarización laboral) que incrementaron a niveles inéditos los negocios especulativos del capital, la desigualdad social y el poderío de las grandes empresas multinacionales.

Este repertorio de planteos sacralizados sin base empírica lo estamos escuchando hoy ante el hartazgo para dar cuenta de la decadencia de la economía nacional y sus crisis recurrentes.

Las usinas del pensamiento liberal y sus voceros políticos repiten una y otra vez que la crisis de la economía argentina es producto de que “gastamos más de lo que generamos” y que el “equilibrio de las cuentas fiscales” y el “déficit cero” son los objetivos a partir de los cuales comenzaría un ciclo de crecimiento económico persistente.

Tomemos al azar uno de los tantos discursos donde Mauricio Macri recurre a este planteo: “Cuando prometemos que vamos a

achicar el problema del déficit, que los mercados lo discuten, les decimos sí, lo vamos a hacer (...) Si resolvemos eso, el crecimiento es ilimitado, es infinito porque nuestra capacidad, talento, creatividad son enormes”³.

El Fondo Monetario Internacional, en un texto que detalla los objetivos del Acuerdo *Stand-by* firmado en el mes de junio de 2018 con nuestro país, plantea la misma lógica:

Un objetivo central es reducir el déficit fiscal. ¿Cómo lo logrará el Gobierno? Sí, la meta del Gobierno es lograr un balance primario equilibrado, es decir, un balance de ingresos y gastos a nivel federal que no incluya el pago de intereses, para el año 2020. Eso es un año antes de lo anunciado originalmente por el Gobierno y se basa en medidas que apuntan a reducir el gasto del Gobierno federal. Estas medidas incluyen, por ejemplo, nuevos recortes en los subsidios energéticos, **un gasto salarial menor** (resaltado nuestro) y una reducción de las transferencias tanto a las provincias como a las empresas estatales. También hay algunas medidas fiscales —en particular, la suspensión de los recortes fiscales que se habían anunciado anteriormente—, pero solo representan una pequeña parte del reequilibrio fiscal. (Fondo Monetario Internacional, 2018).

La falta de equilibrio fiscal sería la razón para una emisión monetaria sin control (la “maquinita”) y esto a la vez la causa de la alta inflación. Incluso recientemente el macrismo ha incorporado a su relato que “que la crisis viene desde hace 70 años”, como si la misma fuera producto de los derechos sociales que los trabajadores conquistaron bajo el primer peronismo. Sin aguinado, sin

[3]. *Macri: “Cumpliremos esta vez en reducir el déficit”*, La Nación, 30-06-2018. Disponible en <https://www.lanacion.com.ar/2148930-macri-cumpliremos-esta-vez-en-reducir-el-deficit>

vacaciones, sin sindicalización masiva, sin acceso a la vivienda, seguro que estábamos bárbaro...

El ordenamiento de la política económica alrededor de terminar con el déficit fiscal primario se transformó en una suerte de “principio” de la mano de los avances del neoliberalismo. Desde el FMI, el Banco Mundial y otros organismos internacionales se elaboraron miles de documentos sosteniendo este planteo, que vale para todos los países... menos para los Estados Unidos, el país con mayor déficit fiscal del mundo (que ronda el billón de dólares) sin que este hecho influya en sus niveles inflacionarios⁴. El objetivo real de aplicar este criterio no es el “crecimiento económico sobre bases sustentables” sino que la prioridad de toda la política económica sea el pago de deuda, reasignando a ese fin partidas que podrían estar destinadas a otras áreas (salud, educación, obra pública, vivienda popular, etc.). Es decir, salvaguardar ante todo el interés de los bancos y los especuladores. Esto se expresa aún en la forma en que se muestran las cuentas nacionales, donde el “resultado fiscal primario” se calcula excluyendo los pagos de intereses de la deuda pública. Por ejemplo, el proyectado “déficit cero” para 2019 por parte del Ministerio de Hacienda argentino, que reduce las partidas en todos los rubros sociales y en obra pública, consagra a la vez un crecimiento del 47% en los recursos destinados al pago de intereses de la deuda pública, hasta alrededor de \$ 500.000 millones, un 3,2% del PBI. Al mismo tiempo, las “reformas estructurales” que también son parte inseparable de los programas del FMI apuntan a reducir el “costo del Estado” para la clase capitalista: reducción de impuestos al capital y la riqueza acompañados de redobladas exigencias de baja del gasto, reformas previsionales que reducen aportes patronales y extienden

[4]. El caso estadounidense, nada menos que la primera economía del planeta alcanzaría para desmentir la relación mecánica que establecen los monetaristas entre déficit fiscal, emisión monetaria e inflación.

la edad jubilatoria, privatizaciones que abren negocios al capital privado, etc., junto con reformas laborales precarizadoras.

Como es sabido, las políticas neoliberales fueron implementadas inicialmente en el Chile de Pinochet y en la ciudad de Nueva York en los Estados Unidos, de la cual los bancos tomaron directamente el control a mediados de los '70. Luego, con la llegada de Reagan y Thatcher al poder el neoliberalismo se generalizó yendo, en una suerte de inversión del planteo maoísta, del centro a la periferia.

En los Estados Unidos el comienzo de las políticas neoliberales tuvo un punto de partida con el cambio de política monetaria implementado por la Reserva Federal, aun estando James Carter en la presidencia. David Harvey señala:

En octubre de 1979, el presidente de la Reserva Federal de los Estados Unidos durante el mandato del presidente Carter, Paul Volcker, maquinó una transformación de la política monetaria estadounidense. El antiguo compromiso del Estado liberal democrático estadounidense con los principios del New Deal, que en términos generales implicaba políticas fiscales y monetarias keynesianas que tenían el pleno empleo como objetivo primordial, fue abandonado para ceder el paso a una política concebida para sofocar la inflación con independencia de las consecuencias que pudiera tener sobre el empleo. El tipo de interés real, que a menudo había sido negativo durante la cresta inflacionaria de dos dígitos de la década del '70, se tornó positivo por orden de la Reserva Federal. El tipo de interés nominal subió de un día para el otro y, tras oscilaciones benignas, en julio de 1981 se mantuvo en torno al 20%. De este modo, comenzó una larga y profunda recesión que vaciaría las fábricas y resquebrajaría los sindicatos en Estados Unidos y llevaría al borde la insolvencia a los países deudores, iniciándose la larga era del ajuste estructural. (HARVEY, 2007, p. 29-30).

Pero el shock recesivo de Volcker era condición necesaria pero no suficiente para la implementación de las políticas neoliberales. Su accionar se vio complementado con la llegada a la presidencia de Ronald Reagan en 1980, cuyos consejeros estaban convencidos que el camino iniciado por Volcker, a quien el ex gobernador de California confirmó en su puesto, era el correcto. Reagan impulsó la desregulación económica, la rebaja de impuestos, recortes presupuestarios y atacó el poder de los sindicatos. En una década, el salario mínimo federal, que se mantenía cercano al nivel de pobreza en 1980 descendió un 30% por debajo de esa línea para 1990, comenzando de conjunto un proceso de descenso prolongado del salario real. A la vez aumentó fuertemente los gastos militares, combinando el neoliberalismo más rancio con lo que algunos han denominado como “keynesianismo militar”.

En la expansión internacional de las políticas neoliberales tuvo un papel relevante la asociación entre el Departamento del Tesoro de Estados Unidos con el FMI para imponer la reestructuración de las deudas de los países periféricos luego de la crisis de la deuda mexicana en 1982. Junto con el Banco Mundial, el FMI fue un activo promotor y ejecutor de las políticas de “fundamentalismo de libre mercado” y de la “ortodoxia neoliberal”. Las deudas eran reprogramadas a cambio de reformas institucionales que incluían el recorte del gasto social, flexibilización del mercado de trabajo y privatizaciones.

El salto en la introducción de las políticas neoliberales en nuestro país está directamente ligado con esos procesos. La dictadura militar impuso una política económica que favoreció la depresión de los salarios y un festival de negocios especulativos para el capital (con el auge de la llamada “patria financiera”) y de endeudamiento externo. En los siete años de dictadura, la deuda externa aumentó de USD 8.000 millones a USD 45.000 millones. Este incremento se debió en gran medida a la estatización de la

deuda privada de los grupos económicos locales y extranjeros, entre ellos el Grupo Macri, implementada al final de esta por Domingo Cavallo, que estaba al frente del Banco Central de la República Argentina. Entre los bancos que otorgaron créditos en estos años se cuentan el Lloyd's Bank International Ltd., el Citibank N.A., el Morgan Guaranty Trust Co., el Manufacturers Hannover Trust Co., el Chase Manhattan Bank N.A., el European Banking Co. Ltd., el Bank of Tokyo, el Libra Bank Ltd. Y el Bank of Montreal⁵. El juez Ballesteros detectó al menos 477 operaciones ilegales ocurridas en este proceso de endeudamiento, según consta en la causa emblemática iniciada a partir la denuncia presentada por Alejandro Olmos. A pesar de ello, ninguna consecuencia sufrió los grupos económicos beneficiados con tales medidas ilegales.

Señalar este punto de inflexión en los niveles de endeudamiento externo en la Argentina reciente es central porque desmantela el argumento de los economistas liberales de que la deuda es producto del “exceso de gasto público”. Por el contrario, el ciclo de endeudamiento permanente, en el que todavía estamos, surgió “socializando” la deuda de los grupos económicos, para solventar sus ingresos y los de los bancos acreedores, así como la fuga de capitales al exterior.

Por ello sostendremos, a contrapelo de los “teólogos” liberales, que las causas de la decadencia nacional no están en lo que se pagan en jubilaciones o en salarios del sector público ni lo que se destina a salud, educación, obra pública o vivienda sino que deben buscarse en la continuidad del pago de una deuda pública ilegal y fraudulenta, en la fuga persistente de capitales, en la apropiación de la renta y el capital agrario por un puñado de grandes propietarios y corporaciones exportadoras, y en la entrega al capital pri-

[5]. Juan Pablo Bohoslavsky, “Complicidad de los prestamistas”, en Horacio Verbitsky y Juan Pablo Bohoslavsky, *Cuentas Pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura*, Siglo XXI editores, 2013, Buenos Aires, Argentina, pág. 121.

vado de recursos económicos estratégicos como los hidrocarbúricos y las empresas de servicios públicos privatizadas en los '90.

Partamos del hecho que la decadencia nacional es innegable. En 1950 Argentina ocupaba el puesto 8° a nivel mundial en cuanto al PBI per cápita. Era de USD 4.987 frente a USD 9.561 de los Estados Unidos, que estaba en el primer puesto de la escala. Para 2010 había descendido al lugar 59°, con un PBI per cápita de USD 9.124 frente a uno de USD 47.153 de los EE. UU. (tercero en la tabla). En el mismo período Brasil pasó de un PBI per cápita de USD 1.672 a uno de USD 10.710. Y esto no es para embellecer a la burguesía del país vecino, tan corrupta y presta a entregarse al capital imperialista como la nuestra, sino para graficar la profundidad del retroceso, que se ha acelerado desde la imposición de la dictadura genocida a nuestros días. Para 2016 el PBI per cápita, de acuerdo con el FMI, era de unos USD 12.502, cifra hoy en caída por la fuerte devaluación sufrida por el peso desde entonces.

De acuerdo con estimaciones sobre la evolución de largo plazo del poder adquisitivo del salario, el mismo es hoy poco más de la mitad del que llegó a tener en 1974. La desocupación entonces era de solo un 2,7 % cuando hoy supera el 9 %. El trabajo no registrado se ha elevado hasta un 35 % de la fuerza de trabajo ocupada (en 1974 abarcaba solo a un 20 % de los asalariados y a un 15 % del total de los empleados), y las diversas formas de trabajo precario (incluyendo la del empleo formal) engloban a más de un 60 % de los trabajadores. La población en situación de pobreza (medida en términos de ingresos para acceder a una canasta básica) llega al menos a un 25,7 % (cuando en 1974 no llegaba al 4 %) y la que se encuentra en situación de indigencia al 4,5 %. En los niños y jóvenes la pobreza llega a un alarmante 39,7 %. Si se mide en términos cualitativos (agua corriente, red de gas, desagües pluviales, cloacas y calles pavimentadas) el porcentaje es muy superior. Y estas cifras son antes de medir los efectos de las medidas de ajuste de este año.

Consideremos entonces cuáles son desde nuestro punto de vista aspectos centrales que explican la decadencia nacional: una deuda pública impagable; la fuga sistemática de capitales; el control privado oligopólico del comercio exterior y el acaparamiento de la renta y la ganancia agraria por un puñado de grandes propietarios y productores agrarios y las exportadoras. A estas cuestiones debemos agregar el control de los recursos energéticos por monopolios nacionales y extranjeros, así como la continuidad en manos privadas de empresas de servicios públicos esenciales, como el gas y la energía eléctrica, puntos que no desarrollaremos por una cuestión de espacio.

LA DEUDA PÚBLICA: MEMORIA DEL SAQUEO

El pensamiento económico burgués se limita a tratar la deuda pública como una de las opciones que tiene el tesoro para cubrir sus gastos. En vez de aumentar impuestos hoy, puede tomar deuda y pagarlo con la recaudación de mañana. Aunque el enfoque fiscalista de la ortodoxia dominante apunta a un presupuesto público “austero” y preferentemente superavitario, limitando todo gasto “social”, no establece una diferencia significativa entre una u otra forma de cubrir el gasto.

Pero esta noción vela el hecho de que, por la “magia” del interés compuesto, la deuda se convierte en una carga perpetua por la cual los tenedores de bonos de deuda reciben una riqueza formidable de manos del Estado muy superior al monto del crédito inicial.

No sólo esto; la deuda pública en los países dependientes es además un mecanismo por el cual unos pocos centros financieros localizados en las potencias imperialistas expolían a todo el planeta. Es cierto que todas las naciones, incluyendo las imperialistas,

emiten deuda para solventar el desenvolvimiento del Estado, y también que las crisis de deuda suelen ocurrir en todas partes, ya que son resultado del espiral de crecimiento de la deuda por el efecto de los intereses que multiplica el valor de los pasivos hasta volverlos insostenibles, para enriquecimiento de los acreedores (que por regla general cuando sobreviene un default se cobraron con creces el capital adelantado, lo que no obsta que realicen rapaces reclamos por resarcimiento a causa del impago). Pero para tener alguna idea de las diferencias, el default con el FMI en el que cayó Grecia hace unos años fue el primero de un país europeo con el organismo, así como el único de un país europeo registrado desde finalizada la Segunda Guerra Mundial (hubo default de ciudades como Nueva York, pero no de Estados nacionales imperialistas). Como se ve, un desempeño muy distinto del de las economías dependientes como la nuestra. En los países semicoloniales y dependientes, en cambio, la deuda externa (es decir, con acreedores extranjeros y en moneda de reserva internacional como el dólar, euro, o yen) ha conducido a crisis agudas y recurrentes en el mismo período.

A diferencia de economías dominantes con importante deuda pública, como EE. UU., que acumulan pasivos en su propia moneda, los países dependientes dependen del financiamiento en moneda extranjera, por las debilidades de su estructura económica que convierte su moneda en intrínsecamente frágil, el peso del capital extranjero y el desarrollo limitado del sistema de crédito. Esto convierte al capital dinerario que circula internacionalmente en una fuente de financiamiento privilegiada. La deuda externa no solo financia al tesoro, sino que compensa los desbalances externos, es decir, el déficit en divisas ocasionado por un comercio exterior deficitario o por la sangría de las remesas al exterior de empresas extranjeras o de sectores de la burguesía local. El crédito sostiene el drenaje de divisas por estas múltiples vías y con-

tribuye al mismo, por el peso de los intereses, hasta que termina transformándose en un peso insoportable sobre la economía.

La deuda es tanto resultado de la condición dependiente de una formación capitalista como la argentina, como mecanismo de su perpetuación. La deuda reemerge una y otra vez como problema porque sus raíces están en las condiciones de valorización de capital en el país y en las relaciones que de ahí surgen entre la burguesía local y el capital financiero internacional.

Como señalamos, el salto en calidad de la deuda pública argentina se remonta al golpe genocida de 1976. En el crecimiento del endeudamiento público y externo iniciado entonces convergieron los intereses de la banca internacional, que tenía abundante liquidez gracias a los “petrodólares”, y los de los grandes grupos económicos locales que solventaron así la bicicleta financiera que permitió una formidable creación de riqueza ficticia (que se transformó en quebrantos bien reales que fueron socializados) y la fuga de activos. Durante la dictadura creció el endeudamiento privado, que alcanzó los USD 17.000 millones en 1981 y luego se transformaría en público gracias al Banco Central. En paralelo, la dictadura emitía deuda para crear una bonanza ficticia manteniendo sobrevaluada la moneda local. A comienzos de los años ochenta la suba de tasas de interés en EE. UU. cortó la liquidez y disparó el costo de la deuda en todo el mundo. La política de peso fuerte de la dictadura se derrumbó y sobrevino una fuerte devaluación. Poco antes, cuando ya se avizoraba esta dinámica el Ministro de Economía de entonces, Lorenzo Sigaut, había pronunciado una de esas frases que quedan grabadas en la memoria nacional: “el que apuesta al dólar pierde”. El Banco Central comandado por Domingo Cavallo, otorgó “seguros de cambio” retroactivos a las deudas privadas, que se estatizaron. La deuda pública, que en 1976 era de USD 8.000 millones, para 1982 era de USD 45.000 millones.

Desde entonces la Argentina atravesó tres crisis de deuda pública que terminaron en reestructuraciones: con el plan Baker en 1985, surgido como respuesta a las crisis de deuda de toda América Latina; el plan Brady ante la nueva crisis regional disparada en 1989; y el default de 2001, con la posterior renegociación en 2005 y 2010. En todos los casos las crisis se dieron en varios países América Latina en simultáneo, pero cada país negoció separadamente con los acreedores. Alfonsín coqueteó inicialmente con impulsar un club de deudores, pero retrocedió finalmente cediendo en toda la línea a la presión del imperialismo y del *establishment* local.

Las renegociaciones en todos los casos incluyeron compromisos de apertura económica, liberalización de los flujos de capitales, y venta de empresas estatales a consorcios de capitales privados con peso dominante de empresas multinacionales. Además, permitieron jugosos negocios a los intermediarios, grandes bancos internacionales. Desde el plan Brady hasta el Canje de 2010, pasando por el “megacanje” realizado por Cavallo en 2001, todos están plagados de denuncias por las ganancias fraudulentas de los intervinientes.

Que la deuda contraída y acrecentada desde 1983 es resultado de la deuda del período 76-83 es algo admitido incluso por funcionarios del gobierno de Menem como Jorge Rodríguez, entonces director del Departamento de Deuda Externa del Banco Central.

Desde 1976 hasta hoy, la Argentina lleva pagados, haciendo una suma simple, unos USD 546 mil millones en capital e intereses (el primero en realidad fue mayormente refinanciado), que si actualizáramos a los precios de hoy sería mucho más. Estos se distribuyen de la siguiente manera: durante el “proceso”, se saldaron USD 30 mil millones, durante el gobierno de Alfonsín USD 35 mil millones, durante los dos mandatos de Menem USD 116 mil millones, bajo el gobierno de la Alianza USD 44 mil millones, durante la presidencia interina de Duhalde USD 17 mil millones,

en los años de Néstor y Cristina Kirchner USD 200 mil millones, y en lo que va del gobierno de Macri USD 104 mil millones. A pesar de esto, la deuda es actualmente, tras el acuerdo con el FMI, de alrededor de USD 400 mil millones. Es decir que se multiplicó por 50 desde 1976.

Néstor Kirchner encaró en 2005 la renegociación de la deuda en default desde diciembre de 2001, dando la espalda a los extendidos reclamos por la investigación y nulidad de dicha deuda fraudulenta y usuraria, lo cual había sido incluso avalado en 2000 por el mencionado fallo judicial del Juez Ballesteros en la causa iniciada por Alejandro Olmos. La reestructuración de los pasivos fue presentada por el gobierno como el resultado de una firme postura soberana, por haber negociado una elevada quita nominal, que era según el gobierno del 75 % sobre el valor nominal de los títulos impagos. En verdad era de alrededor del 54 %, similar a la que había pactado Rusia en 1999 (53 %). Pero esta quita nominal ocultaba el hecho de que los cupones sumaban una deuda flotante de hasta 30 mil millones de dólares, por cupones atados al crecimiento del PBI. Integrando esto en la ecuación, la quita efectiva fue casi nula.

La meta de volver “soberanamente” a los requerimientos del capital financiero internacional era y es una contradicción en los términos. Tanto como lo fue la pretensión de que es un acto soberano “desendeudarse”, término pomposo para decir que la clave era saldar deuda con dinero contante y sonante (pesos o dólares) para reducir la carga de los pasivos, pagando “serialmente”. Una noción que poco tiene que envidiarle a la promesa de Nicolás Avellaneda en 1877 de honrar las deudas de aquel entonces “con el sudor y la sed de los argentinos”. Durante los gobiernos kirchneristas se transfirieron decenas de miles de millones de dólares (USD 200 mil según afirmó Cristina Fernández en más de una

oportunidad) a los acreedores, restando recursos del presupuesto para otros fines más urgentes y drenando las arcas del Banco Central de reservas, lo cual contribuyó a la escasez de dólares que empujó al cepo cambiario entre 2012 y 2015.

Si en los primeros tiempos kirchneristas de superávit externo la Argentina se desendeudaba, con el fin del sobrante de dólares por exportaciones volvió con todo el recurso al endeudamiento en dólares de la mano de Macri. Este giro no es una novedad. Este mismo movimiento pendular lo ha recorrido la clase dominante argentina en varias oportunidades de acuerdo con los vaivenes del saldo exportador y de la liquidez circulante en los mercados financieros globales. Como ayer, el país no se endeuda sólo para cerrar la brecha comercial, sino para cubrir el peso del endeudamiento previo, y solventar la sangría de dólares de los capitales locales y extranjeros que fugan sus ganancias. Según cálculos recientes, tras la devaluación de agosto/septiembre la deuda pública ya sería de un 82% del PBI. En la región esta proporción solo es superada por Brasil (83%), mientras que para México es de un 53%, para Colombia de un 49% y para Bolivia de un 42%.

En el primer trimestre de este año la deuda pública, quitando los montos que continúan en litigio, era de USD 328.577 millones, lo que marca un crecimiento de 106 mil millones desde que asumió Macri (en diciembre de 2015 la deuda “*performing*” o regularizada estaba en U\$S 222.703 millones), un incremento de 48 %. Pero desde entonces se ampliaron las emisiones de deuda privada por varias decenas de millones de dólares, y se acudió al FMI, que prestará al menos USD 50 mil millones (que podrían ampliarse a USD 65 mil millones). El 80 % de la deuda emitida desde que asumió Macri es en dólares y con acreedores extranjeros. Lo que significa que sólo puede saldarse consiguiendo dólares, de los cuáles hoy el país tiene déficit.

La deuda crece en relación con el PBI y lo seguirá haciendo en los próximos años. Cada vez más recursos son necesarios para pagar los intereses que la misma genera. De acuerdo con un memo del presentado por el Ministerio de Hacienda, los intereses crecerán del 2,9 % del PBI en 2018 a 3,2 % en 2019, unos \$ 593.000 millones.

Ya el propio hecho de haber tenido que acudir al FMI implica la existencia de un riesgo de “default”, expresado también en el rápido fracaso (menos de tres meses de firmado) del primer programa acordado con el Fondo y el crecimiento del “riesgo país”, que al momento que cerramos este trabajo está en 620 puntos.

Para tener una idea de cuánto significa el pago de la deuda, bajo el gobierno de Macri los acreedores recibieron el equivalente a 28 presupuestos universitarios. Es evidente que con la succión de recursos permanente que significa el pago de esta deuda es imposible la superación del atraso nacional. Insistimos, de una deuda cuyo salto se produjo para favorecer los negocios de los grupos económicos y no para compensar un supuesto “exceso de gasto público”, como dicen sin ningún fundamento empírico los economistas liberales.

LA FUGA DE CAPITALS Y EL PAPEL DE LA BANCA PRIVADA

La fisonomía del sistema financiero de cada país está determinada por las características que adquiere la acumulación capitalista nacional. No sorprende entonces que el sistema financiero argentino sea raquítico, considerando la fuerte dolarización de activos por parte de la gran burguesía, que alcanza niveles que superan ampliamente los promedios de otros países, incluso dependientes y atrasados. A esto se agrega que está fuertemente enfocado en la financiación del Estado y del Banco Central. El

crédito al sector privado ronda el 14 % del PBI, cuando en Uruguay llega a 28 %, en México a 35 % y en Brasil a 62 % (en EE. UU. el nivel es de 193 %).

Desde la reforma de entidades financieras implementada en 1977 por la dictadura militar, se apuntó a la desregulación del sistema como vía supuestamente para incentivar su desarrollo. Las tres patas de los profundos cambios fueron la desregulación de la tasa de interés para aumentar la oferta de crédito; el incentivo a la entrada a un mayor número de instituciones financieras en el mercado para volverlo “competitivo”, y la liberalización de la cuenta capital permitiendo la libre entrada y salida de capitales.

Como muestra el nivel de créditos en relación con el PBI, ningún desarrollo surgió de estas iniciativas. En cambio, sí se logró un hiper concentración del sistema. Hoy los 10 bancos privados más grandes, de los cuales 6 son extranjeros, concentran el 45 % de los depósitos del sistema financiero. Incluyendo a los tres bancos públicos más grandes (BNA, Provincia de Buenos Aires, y Ciudad de Buenos Aires) se llega al 83 % de los depósitos. Los 6 bancos extranjeros más grandes administran el 70 % de los depósitos y poseen el 55 % de los activos que totalizan las 10 principales entidades privadas.

En la Argentina, como en todo el mundo, el sistema financiero se moldeó en las últimas décadas jerarquizando la vehiculización de ganancias rápidas tanto del capital productivo como, especialmente, del abocado a operaciones financieras. También fue una pata fundamental para la estrategia de colocación de fondos en activos a resguardo de los vaivenes de la economía local, es decir la fuga de capitales. Los bancos globales, muchos de los cuales cuentan con una importante presencia en el país, operan activamente para favorecer la evasión impositiva y el resguardo de los patrimonios del fisco, a través del sector de “banca privada”. También son partícipes en maniobras de lavado de dinero.

Las entidades financieras cumplen un papel clave en la transferencia hacia “guaridas fiscales” de los activos financieros no declarados ante las autoridades fiscales de personas ricas y grandes empresas, a la vez que manteniendo en completa confidencialidad su origen, los valores implicados, su circulación y titularidad. El secreto bancario es la excusa para la promoción y utilización de las “guaridas fiscales”.

La Comisión Especial Investigadora de la Fuga de Divisas en Argentina en el año 2001 de la Cámara de Diputados, que funcionó desde febrero de 2002, documentó el rol jugado por el sistema financiero en la fuga de capitales durante la crisis de 2001. Durante ese año se registraron transferencias de divisas al exterior (del Sector Privado No Financiero y sin contemplar las operaciones de comercio exterior) por U\$D 30 mil millones de dólares. El 85 % de las transferencias fueron realizadas por empresas y el resto por personas físicas. La banca privada extranjera concretó el 75 % de los montos transferidos al exterior durante el año 2001. Los tres bancos extranjeros más activos fueron el HSBC, Citibank y Río. La cúpula empresarial explica casi la mitad de los fondos fugados, y eso es solo considerando las operaciones en las que intervinieron estas tres entidades, con lo cual el alcance de los grandes empresarios como protagonistas de la fuga puede inferirse que es mucho mayor. Los mismos bancos que contribuyeron con su accionar al quebranto del sistema financiero en diciembre de 2001, recibirían sin embargo durante 2002 compensaciones por más de U\$D 20 mil millones ante la “pesificación asimétrica” implementada por Duhalde, que premió a los grupos capitalistas locales estableciendo el valor de las deudas contraídas antes de la devaluación a 1 peso por cada dólar.

La información brindada en 2014 por el ingeniero en informática ítalo-francés Hervé Falciani que se desempeñaba en el HSBC, la autodenuncia del ex ejecutivo del JP Morgan Chase de

Nueva York Hernán Arbizu sobre su rol jugado en la evasión fiscal y fuga de capitales a través de operaciones de “banca privada” durante los años 2000, así como el descubrimiento en 2009 de una operatoria similar sin declarar por parte del BNP Paribas, son algunas muestras que un accionar que ha sido permanente por parte de la banca.

No sólo las maniobras ilegales gangrenan la economía, el vaciamiento de recursos orquestado por el sistema financiero durante las últimas décadas fue en buena parte visible y costó cientos de miles de millones de dólares. Los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner también toleraron este vaciamiento hasta que se quedaron sin dólares suficientes del comercio exterior para pagar la deuda. Recién entonces implementaron, junto al cepo, un escrutinio mayor de las maniobras de los bancos. Pero ni esto, ni los intentos de mayor regulación del sistema a través de la modificación de la Carta Orgánica del BCRA cambiaron la dinámica del sector ni su rol en la fuga de activos, a tal punto que cuando Cristina Fernández entregó el poder a Mauricio Macri las reservas del Banco Central habían llegado a solo USD 25 mil millones, siendo solo una parte de este total reservas reales o líquidas.

Varias estimaciones señalan que son USD 400.000 millones los activos de argentinos en el exterior que figuraban sin declarar, de los cuales gran parte están depositados en “guaridas fiscales”. En el último “blanqueo de capitales” se reconoció la existencia de USD 120.000 millones que los más ricos de este país evitaron declarar mediante maniobras de evasión y elusión impositiva. Pero la fuga de capitales es un fenómeno que sigue ocurriendo a toda máquina: solo en abril se fueron USD 3929 millones y en mayo USD 6213 millones⁶, unos USD 210 millones por día. Es decir, que en mayo se

[6]. Nicolás Litvinoff, *Fuga de capitales: ¿qué es y cómo nos afecta?*, La Nación, 26-06-2018. Disponible en <https://www.lanacion.com.ar/2147489-fuga-de-capitales-que-es-y-como-nos-afecta>

fugaron casi dos presupuestos universitarios. Desde que asumió Macri la salida de capitales alcanza los USD 54 mil millones.

En un trabajo frecuentemente mencionado, Eduardo Basualdo y Matías Kulfas demostraron la relación que existe, particularmente desde la llegada al poder de la dictadura cívico-militar de marzo de 1976, entre fuga de capitales y endeudamiento externo. En esta elaboración se muestra con claridad que

la fuga de capitales, lejos de representar un fenómeno aislado y vinculado con una 'diversificación de inversiones' inherente a la generalidad de agentes económicos, o a coyunturas adversas (o de 'alto riesgo'), forma parte de una lógica de acumulación cuyo origen se asocia con las transformaciones estructurales resultantes de la política económica implementada por la dictadura militar a partir de 1976. (BASUALDO B Y KULFAS, 2000).

Entendiendo por fuga de capitales al mecanismo mediante el cual los residentes en el país ya sean empresas o personas, remiten de manera lícita o ilícita una porción del excedente generado en la economía nacional por fuera del circuito económico local, incluyendo a la moneda extranjera acumulada en domicilios particulares o en cajas de seguridad.

Un trabajo más reciente⁷ analiza que pasó con este proceso durante los años kirchneristas y el primer año y medio de gobierno de Mauricio Macri. En él se muestra diferenciado en cinco períodos la comparación del monto total de fuga de capital anual con el crecimiento también anual de la deuda externa. Para el período 1975-1983, la fuga de capitales tuvo un crecimiento promedio anual de USD 7.872 millones y el endeudamiento externo de

USD 9.525 millones. Entre 1984 y 1989, los valores promedio fueron respectivamente de USD 1.811 millones y USD 3.041 millones. Entre 1990 y 2001 los valores se elevaron a USD 9.126 millones para la fuga de capitales promedio y USD 8580 millones por año de crecimiento de la deuda externa. Entre 2002 y 2015, la relación cambia. Mientras los valores de la fuga de capitales pegan un salto a un promedio anual de USD 13.556 millones la deuda tiene un aumento promedio de USD 3.425 millones anual, lo que se explica por la política de "desendeudamiento" mediante el pago contante y sonante a los acreedores, con recursos provenientes del superávit comercial y, según los años a considerar, reservas del BCRA. Finalmente, durante 2016 (ya bajo la presidencia de Mauricio Macri) la fuga fue de USD 18.956 millones y el crecimiento de la deuda fue de un exorbitante USD 39.830 millones. Si consideramos lo ocurrido posteriormente a este trabajo, en 2017 el endeudamiento fue aún mayor, de unos USD 52.000 millones y de USD 20 mil millones solo en primer trimestre de 2018, antes de la nueva deuda que significó el acuerdo con el FMI.

Como bien muestran los autores, lo ocurrido en lo que va del gobierno de Macri desmiente la explicación "ortodoxa" respecto de la fuga de capitales, que es analizada como producto del entorno de incertidumbre existente a escala nacional. Según este enfoque, eliminadas las regulaciones en pos de una libre adquisición de divisas y recompuesta la "confianza en las instituciones", la salida de fondos al exterior debería revertirse. Nada de esto ocurrió en nuestro país y no tuvimos "lluvia de inversiones". La fuga de capitales no hizo más que acelerarse, a la par que se multiplicaba exponencialmente el endeudamiento externo. Esto muestra el carácter estructural que tiene la fuga de capitales en la forma particular que tiene la acumulación capitalista en nuestro país. Esta no corresponde a un fenómeno aislado y exógeno como son los vinculados a la diversificación de inversiones o a las co-

[7]. Magdalena Rúa y Nicolás Zeolla, *Desregulación cambiaria, fuga de capitales y deuda: la experiencia argentina reciente*, en Revista Problemas del Desarrollo, 194 (49), julio-septiembre 2018.

yunturas económicas y/o políticas adversas, sino que, forma parte de un fenómeno estructural endógeno en un determinado modo de acumulación del capital, como acertaron en señalar Basualdo y Kulfas en el trabajo antes mencionado y resaltan Rua y Zeolla. Sin embargo, estos últimos creemos que no dan relevancia a un dato que surge de su mismo trabajo y es la continuidad del proceso de fuga de capitales durante todo el período kirchnerista. Según sus propios cálculos el monto habría sido de USD 176.228 millones, sumando a los doce años de gobiernos kirchneristas un año de interinato de Eduardo Duhalde. Esto es relevante porque muestra que si con las políticas de desregulación la fuga se financia con endeudamiento esta se sostiene en base a capturar los recursos de los episódicos años de superávit comercial y con la liquidación de las reservas. Es decir, muestra también la inviabilidad del esquema diseñado por el kirchnerismo para contener la fuga de capitales y cuando se enfrentó a la “restricción externa”. Sin nacionalización de la banca, la economía nacional continuará conviviendo con este fenómeno.

EL CONTROL OLIGOPÓLICO DEL COMERCIO EXTERIOR

En un país dependiente como la Argentina los saldos en moneda extranjera son un insumo fundamental. Sin ellos no funciona gran parte de la producción. Las decisiones de compras y ventas, resolver qué necesita importar el país y qué no, qué se puede exportar sin desabastecer a la población ni generar aumentos de precios internos, son decisiones que hoy quedan al libre arbitrio de un puñado de grandes exportadores.

En nuestro país existe un verdadero control oligopólico privado del comercio exterior. Dentro de las grandes empresas, son unas pocas decenas las que concentran entre la mitad y dos tercios

de las exportaciones del país. En algunos casos como las cereales, la exportación es realizada desde sus propios puertos, desde que estos fueron privatizados en los años '90. Sobre el Río Paraná tienen sus puertos Cargill, Bunge, AGD, Vicentín, Dreyfus, Toepfer (Alemania), Molinos Río de La Plata y Nidera.

Cargill posee una flota propia y en Argentina opera la Terminal 6 de Puerto San Martín, una de las plantas más eficientes del mundo. Algo similar ocurre con Bunge. Estas multinacionales actúan en función de ejes estratégicos definidos en sus casas centrales en estrecha relación con los Estados a los que pertenecen. Estos fijan las condiciones a toda la cadena de valor hasta llegar al productor primario. Un cuarto del comercio exterior de Argentina corresponde al complejo sojero.

En 2017 los cinco principales exportadores de granos y subproductos del agro concentraron casi el 57 % de las ventas totales al exterior. Las multinacionales Cargill, Cofco, Bunge, Dreyfus y la argentina AGD fueron las empresas del *top five* de las exportaciones, con una participación del 14, 13, 11, 10 y 9 %, respectivamente. Esta concentración se reproduce de manera similar en la exportación de aceites y pellets de soja. Situaciones semejantes se observan en el resto de las exportaciones argentinas, donde multinacionales mineras y automotrices dominan la situación.

El desarrollo de cadenas de valor globales, en las cuales la argentina tiene una integración significativa sólo en el caso del sector agroalimentario, automotriz (en las etapas finales) y algunos pocos sectores más, las multinacionales realizan un comercio administrado entre sus filiales apelando a precios de transferencia. Los precios de transferencia permiten aumentar los costos en las jurisdicciones de alta tributación y transferir las utilidades a las casas matrices, muchas veces a través de guaridas fiscales, las cuales ofrecen el beneficio de tener bajas o nulas tasas impositivas y un elevado nivel de secretismo. Otros mecanismos como los créditos

entre filiales también pueden permitir encubrir giros de ganancias hacia países con menor presión impositiva a los fines de reducir los pagos de impuestos. Sólo en el complejo sojero, se detectaron diferencias de valores de hasta 10 % en algunas operaciones.

Las cerealeras exportadoras también hicieron grandes negocios cada vez que se produjo un aumento en las alícuotas de los derechos de exportación (retenciones), pagando menos por los granos por operaciones concretadas antes de la suba.

Todas las medidas de regulación del comercio exterior tomadas durante el kirchnerismo estuvieron muy por detrás de experiencias anteriores, como fue el caso Perón en su primer gobierno con el Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI) y la Junta Nacional de Granos. Estas iniciativas, a su vez, tuvieron un carácter muy limitado al no ser parte de un plan de conjunto para atacar las raíces de la dependencia. Lejos de ser una palanca de desarrollo, el IAPI terminó subsidiando a molinos harineros, refinerías de aceite y pantas de extracto de quebracho, sin aportar para la adquisición de tecnología que permitiera superar el atraso industrial. Tampoco tenía control efectivo sobre sus operaciones y estaba sometido a fuerte presión de los grupos de interés. Y los “cupos” de importación favorecieron todo tipo de negociados, al punto que se desarrolló un sector capitalista que se enriqueció con la venta de los mismos gracias a sus relaciones con el gobierno, la famosa “burguesía cupera”.

Por ello el monopolio estatal del comercio exterior es la alternativa real para enfrentar esta situación.

LOS DUEÑOS DE LA TIERRA

En las últimas décadas la agricultura se ha convertido en la actividad agropecuaria preponderante en país, relegando a la ga-

nadería (cuyo retroceso se agravó por la crisis del sector durante los años 2000 aunque con cierta recuperación los últimos dos años). La creciente tecnificación de las labores fue acompañada por un aumento en la escala media necesaria para optimizar la rentabilidad. Grandes sociedades agropecuarias, que a la vez establecen variadas formas de asociación transitoria (como Unión Transitoria de Empresas, pool de siembra, etc.), comandan cada una varias decenas de miles o hasta cientos de miles de hectáreas, en muchos casos teniendo en propiedad sólo una fracción de la superficie que administran. De esta forma, muchos propietarios de parcelas medias o pequeñas pasaron de ser productores a ser rentistas, en una relación inversa a la que caracterizaba al campo argentino 100 años antes (cuando los productores arrendaban 50 ha o hasta 100 ha a los grandes propietarios para desarrollar una producción capitalista en pequeña escala).

En esta transformación, un núcleo de grandes propietarios protagonizó la reconversión del agro argentino, siendo activos impulsores de los nuevos métodos de producción en alianza con los grandes jugadores globales del negocio de la semilla y los agroquímicos. La leyenda de los “*chacrers*”, emprendedores no tradicionales que habrían sido los protagonistas de la “revolución” de la soja, pasa por algo el protagonismo de la gran propiedad terrateniente en algunas de las principales sociedades agropecuarias.

El Censo Nacional Agropecuario (CNA) analiza la propiedad tomando como unidad de análisis la Explotación Agropecuaria (EAP). De acuerdo con los últimos CNA (1988, 2002 y 2008) la tendencia es a la disminución en el número de Explotaciones Agropecuarias, particularmente de menores a 500 hectáreas. Pasamos de tener en el año 1988, 421.221 empresas agropecuarias a 333.533 en 2002, es decir, 87.688 menos, y 276.581 explotaciones en 2008, o sea 56.952 explotaciones menos que en 2002. La información parcial disponible del CNA 2008 impide realizar un mayor aná-

lisis sobre la concentración, que sí puede hacerse con los datos de 2002. Si nos centramos en las EAP de más de 10.000 has, 20 veces el tamaño de explotación mínima óptima en el oeste de la provincia de Bs. As, vemos que en 2002 2.787 EAP superaban este tamaño. Estas sumaban 63 millones de hectáreas de los casi 175 millones de habitantes que sumaban todas las EAP del país. O sea que menos del 1% de las EAP abarcaban 36% de la tierra de uso agropecuario del país. Limitando el análisis a la Provincia de Buenos Aires, el 1 % de las EAP más grandes, 477, que son las de extensión de 5.000 ha o superior, alcanzan el 16 % de las hectáreas de uso agropecuario provincial.

Otros estudios que analizan las vinculaciones de propiedad entre distintas EAP ponen en evidencia el alcance todavía más pronunciado de la concentración de la tierra hasta bien entrados los años '80. Son 1.250 propietarios (incluyendo individuos y sociedades) los que poseen 8 millones 700 mil has en la Provincia de Buenos Aires, el 32 % de la superficie cultivable. A nivel nacional, serían 4.000 los grandes propietarios que concentran esta proporción de tierra en sus manos.

Aunque los grandes terratenientes fueron —y siguen siendo— tanto propietarios como productores, su “posición estratégica” está en la propiedad del suelo, base de su principal fuente de enriquecimiento: la renta agraria. Durante el boom agropecuario de los años 2000, y a pesar de que las retenciones se apropiaron de una porción de la renta (hasta que fueron eliminadas en 2015 excepto para la soja), los propietarios agropecuarios concentraron en sus manos una alta proporción del valor de la producción agraria, equivalente a no menos del 40 % de la cosecha en tierras arrendadas por el solo hecho de ser los poseedores de esos enormes volúmenes de tierra. A nivel agregado de toda la producción agraria, la renta del suelo destinado al uso agropecuario alcanzó

un valor equivalente al 2 % del PBI desde los años 2000. De esto, un tercio (entre USD 3 y 5 mil millones dependiendo los precios de los granos en el mercado mundial) fueron a mano de los grandes terratenientes por el sólo hecho de monopolizar este recurso fundamental.

Existe entonces la apropiación de una formidable masa de riqueza por parte de los grandes propietarios terratenientes. Cortar con el reparto de esta riqueza social que hacen la burguesía terrateniente, los rentistas, pools, y demás capitalistas de la cadena agroalimentaria es una cuestión básica para cualquier aspiración de transformar de la sociedad a favor de los intereses del pueblo trabajador. Esta riqueza que hoy tiene como destino la fuga de capitales y el consumo suntuario de unos pocos podría ser empleada, por ejemplo, para satisfacer las carencias en la salud y la educación pública, o la necesidad de vivienda de los 3,5 millones de familias que se encuentran en emergencia habitacional. De ahí el planteo de la necesidad de expropiar la gran propiedad agropecuaria, comenzando por los 1.300 grandes propietarios bonaerenses y sus homólogos nacionales (alrededor de 4.000). Las retenciones o cualquier otro gravamen para apropiarse de renta sin afectar la propiedad significan sólo discutir una pequeña parte de ésta, y dejan en pie el poder social de este estrato que contribuye a perpetuar las condiciones de dependencia a las que está asociado su enriquecimiento. Liquidar a este pivote central en la articulación del *agropower*, permitirá también discutir una organización de la producción agraria que ponga el acento en las demandas sociales postergadas, el cuidado del medio ambiente y la recuperación de actividades abandonadas por no ser tan rentables como la soja y otros cultivos agrícolas de exportación, terminando además con las consecuencias nefastas en la salud de la población expuesta a los agrotóxicos.

A MODO DE CONCLUSIÓN

Así como lo hacen a nivel mundial, los “teólogos” del liberalismo utilizan un falso diagnóstico respecto de las causas de la decadencia nacional para justificar la aplicación de una política económica que implica transferencia de ingresos desde los trabajadores hacia la clase dominante y hacia sectores del capital financiero internacional. Contra esa visión que explica el endeudamiento externo y la alta inflación como producto de un “exceso de gasto público” (“gastamos más de lo que generamos”) hemos contrapuesto una explicación donde el salto en la decadencia nacional es producto de la aplicación de la entrada de nuestro país en el ciclo “global” del neoliberalismo, con la aplicación de parte de esas “recetas” durante la dictadura militar y su continuidad (y profundización en el caso de las privatizaciones) en gobiernos civiles posteriores. El aumento exponencial del endeudamiento público, y la transformación del pago de la deuda en el ordenador de la política económica fue producto especialmente de garantizar los ingresos de los grupos económicos que operan en el país, con la estatización de la deuda privada, y el fortalecimiento del aparato represivo de la dictadura, y no de no poder cubrir los gastos sociales del estado o los salarios y las jubilaciones del sector público. Esto se complementó con una política de desregulación financiera que permitió el auge de los negocios especulativos del capital y la fuga permanente de divisas, que de ahí en más se ubica como un comportamiento persistente y estructural de la clase dominante. Hemos señalado cómo esta fuga continuó a niveles elevados durante los gobiernos kirchneristas y cómo se ha acelerado más aún con la llegada al gobierno de Mauricio Macri. Junto al endeudamiento y la fuga de capitales hemos planteado la apropiación de la renta agraria (el principal ingreso por exportaciones del país) por un puñado de propietarios y grandes exportadores

como otro de los factores centrales que explican la carencia de recursos para utilizar en la satisfacción de las necesidades sociales. Por una cuestión de espacio no desarrollamos el papel que juega el control privado de gran parte de los recursos hidrocarbúricos y la continuidad de las privatizaciones en la provisión de gas y energía eléctrica. Si este es el diagnóstico, la política para terminar con el atraso y la dependencia es claramente opuesta a la que pregonan el actual gobierno y el FMI, pero también de las regulaciones limitadas aplicadas por las gestiones kirchneristas. Sin dejar de pagar una deuda pública ilegal e ilegítima; sin la estatización del sistema bancario y del comercio exterior; sin la expropiación de la gran propiedad terrateniente; y sin establecer el monopolio estatal de todo el sector hidrocarbúrico y toda la cadena de provisión energética y de los servicios esenciales bajo gestión de los trabajadores, solo continuaremos en el espiral de decadencia a la que nos ha conducido la clase dominante.

REFERÊNCIAS

BASUALDO, Eduardo M. y KULFAS, Matías. **Fuga de capitales y endeudamiento externo en la Argentina**. Trabajo presentado en el Seminario “La globalización económico-financiera y el impacto en la región, las estrategias de regulación y las respuestas sociales y políticas del movimiento popular”, CLACSO y ATTAC-Argentina, junio de 2000.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. Complicidad de los prestamistas. *In* VERBITSKY, Horacio y BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (Org.). **Cuentas Pendientes. Los cómplices económicos de la dictadura**. Siglo XXI editores, 2013, Buenos Aires. p. 121.

CHITARRONI, Horacio; KUKURUTZ, Ana y RUIZ, Daniela. **El perfil del empleo no registrado: Las transformaciones ocurridas a lo largo de tres décadas.** Ponencia presentada al 9° Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, 2009.

Fondo Monetario Internacional. La recuperación económica de Argentina: Ocho respuestas para explicar el plan. **Fondo Monetario Internacional.** Postado en 13 jul. 2018. Disponible en <https://www.imf.org/es/News/Articles/2018/06/29/na062918-argentin-as-economic-recovery-8-answers-to-explain-the-plan>

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo.** Ediciones Akal, Madrid, 2007. p. 29-30.

La Nación – REDAÇÃO. Macri: "Cumpliremos esta vez en reducir el déficit". **La Nación**, Argentina. Postado en 30 jun. 2018. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/2148930-macri-cumpliremos-esta-vez-en-reducir-el-deficit>

LITVINOFF, Nicolás. Fuga de capitales: ¿qué es y cómo nos afecta? **La Nación**, Argentina. Postado en: 26 jun. 2018. Disponible en <https://www.lanacion.com.ar/2147489-fuga-de-capitales-que-es-y-como-nos-afecta>

MARX, Karl. **Miseria de la Filosofía.** Siglo XXI Editores, México, 1987. p. 77.

MARX, Karl. **Introducción general a la crítica de la economía política.** Siglo XXI Editores, México, 1989. p 33-34.

RUA, Magdalena y ZEOLLA, Nicolás. **Desregulación cambiaria, fuga de capitales y deuda: la experiencia argentina reciente.** *In* Revista Problemas del Desarrollo, 194 (49), julio-septiembre 2018.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Alegreya*
Nº de Pág. 350

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

